



Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens
Linha de Pesquisa: Estudos Transdisciplinares das Linguagens

ANDRESSA SANTOS DE OLIVEIRA

AS "VOZES DO SILÊNCIO" NO JORNAL BAHIA MEIO DIA: A PRODUÇÃO DA
NOTÍCIA SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO COMO MERCADORIA NA MÍDIA
HEGEMÔNICA

Vitória da Conquista - BA

2024

ANDRESSA SANTOS DE OLIVEIRA

AS "VOZES DO SILÊNCIO" NO JORNAL BAHIA MEIO DIA: A PRODUÇÃO DA
NOTÍCIA SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO COMO MERCADORIA NA MÍDIA
HEGEMÔNICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Letras: Cultura, Educação e Linguagens, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em
Letras.

Orientadora: Professora Dra. Márcia Santos Lemos

Vitória da Conquista - BA

2024

ANDRESSA SANTOS DE OLIVEIRA

AS "VOZES DO SILÊNCIO" NO JORNAL BAHIA MEIO DIA: A PRODUÇÃO DA
NOTÍCIA SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO COMO MERCADORIA NA MÍDIA
HEGEMÔNICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Letras: Cultura, Educação e Linguagens, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em
Letras.

Orientadora: Professora Dra. Márcia Santos Lemos

Vitória da Conquista – BA, 01 de abril de 2024

BANCA EXAMINADORA

Avaliador (a) externo (a): Profa. Dra. Francieli Rebelatto

Avaliador (a) interno (a): Prof. Dr. Marcus Antônio Assis Lima

Ficha Catalográfica

O45v Oliveira, Andressa Santos de.

As “vozes do silêncio” no jornal Bahia Meio Dia: a produção de notícia sobre violência de gênero como mercadoria na mídia hegemônica / Andressa Santos de Oliveira, 2024.

251f.; il.

Orientador (a): Dr^a. Márcia Santos Lemos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Letras: cultura,

educação e linguagens- PPGCEL, Vitória da Conquista, 2024.

Inclui referências: f. 186 – 189.

1. Violência de gênero. 2. Patriarcado. 3. Linguagens. 4. Mídia hegemônica. I. Lemos, Márcia Santos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós -Graduação em Letras: cultura, educação e linguagens - PPGCEL. III. T.

CDD: 362.8292

Catálogo na fonte: **Karolyne Alcântara Profeta - CRB 5/2134**

UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

AGRADECIMENTOS

A Deus, essa força transcendente e imaterial que me deu coragem para continuar no caminho. Em Ti, eu sei que todos os sonhos são possíveis.

Agradeço à minha mãe, pela fé e pelo amor inabaláveis diante das minhas escolhas.

Ao meu pai, por acreditar nas possibilidades da minha vida.

À minha irmã, Morgana, obrigada por todo o suporte e amor durante os últimos dois anos e pela confiança genuína na minha pesquisa. É uma enorme aventura dividir a vida com você!

À minha amiga Nínive, por me mostrar que a vida tem seu próprio tempo e sua própria sabedoria. Obrigada pela companhia durante essa jornada.

À minha amiga Cleuzita, por não me deixar esquecer que os sonhos são repostas às orações que fazemos.

À Priscilla, Natália, Vanessa, Ana e Marayan, obrigada pelo apoio e incentivo durante todo o percurso.

A Pércles e Ive, meus colegas da turma de 2022, obrigada por confiarem que eu daria conta! Sem o apoio de vocês, a jornada teria sido mais difícil. Obrigada pela escuta e acolhimento.

Aos meus professores, por terem me ensinado a caminhar pela vida, em especial Flávia, Élica e Carmem, por serem mulheres que me inspiram a fazer do mundo um lugar mais gentil e acolhedor. Os ensinamentos de cada uma de vocês continuam a me conduzir pela vida.

E, por fim, à minha orientadora, Márcia Lemos, por ter ficado até o último instante e por ter me "ensinado a rir na cara do perigo". Obrigada pela paciência durante o meu processo de escrita. Sou grata pelos desafios que atravessamos juntas. A existência dessa pesquisa tem a sua determinação e confiança do começo ao fim!

Estendo meus agradecimentos à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens (PPGCEL) e à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, por serem instâncias que possibilitaram a construção da minha formação intelectual.

À vida, pela incrível oportunidade de poder estudar e contribuir com a luta pelo fim da violência contra as mulheres.

Às mulheres invisíveis e anônimas, pela coragem de seguir caminhando diante de um mundo que nos ameaça. Vocês são o motivo dessa pesquisa existir!

*Para minha mãe, por me ensinar que todo silêncio conta
uma história.*

Vozes-mulheres

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela

A minha voz ainda
ecoou versos perplexos
com rimas de sangue
e fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.

Conceição Evaristo (2008)

RESUMO

Este trabalho analisa a produção de notícias sobre violência de gênero como mercadoria no Programa *Bahia Meio Dia*, veiculado pela Rede Bahia, afiliada do Grupo Globo, que se consolidou como o maior conglomerado de mídia do país e da América Latina. O objeto de pesquisa vincula-se ao fato de a Bahia liderar o ranking nacional dos estados mais violentos do Brasil e do referido programa ser o mais assistido no horário, contando com uma âncora que se destacou pelos seus posicionamentos no noticiário acerca da temática. Para cumprir esse objetivo geral, foram selecionadas vinte e quatro reportagens exibidas pelo programa entre janeiro, maio e junho de 2020, seguindo dois critérios: a) a presença, na estrutura narrativa da notícia, de um ou mais tipos de crime estabelecidos pela Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/06), que define cinco formas de violência contra as mulheres (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral); b) o recorte temporal dos fatos relatados, fixado no ano de início da pandemia de Covid-19. Para Santos (2020), antes de o isolamento social tornar-se uma política de saúde pública, já havia evidências de que a medida afetaria as condições de vida de grupos historicamente subalternizados na sociedade. Entre esses grupos, segundo o autor, as mulheres seriam as primeiras a sentir o impacto da pandemia, devido à sobrecarga relacionada ao trabalho de cuidado, ao machismo e ao agravamento da violência advinda do “confinamento das famílias”. Organizações como a ONU e a OMS também emitiram alertas sobre uma possível “pandemia invisível de violência contra mulheres e meninas” em todo o mundo. No Brasil, relatórios do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicaram que uma em cada quatro mulheres brasileiras (24,4%) acima de 16 anos afirmaram ter sofrido algum tipo de violência ou agressão durante a pandemia de Covid-19 em 2020. Isso representa cerca de 17 milhões de mulheres que sofreram violência física, psicológica ou sexual naquele ano. Com base nesses dados, impõe-se a necessidade de analisar como o jornalismo, constituído pela mídia hegemônica, reproduziu essa violência no telejornal selecionado. A pesquisa realizada permite afirmar que as reportagens veiculadas pelo *Bahia Meio Dia* reforçam a vulnerabilidade das mulheres diante do patriarcado por meio de uma narrativa que constrange as vítimas e desmobiliza a denúncia, tratando a dor e o sofrimento como mercadorias. As análises das reportagens foram realizadas com base na metodologia de enquadramento jornalístico, conforme a teoria de Entman (1993). Em termos teóricos, Thompson (1995), Marcondes Filho (2009), Dantas (2022) e Antônio Gramsci (2023) fundamentam a discussão sobre mídia hegemônica e notícia como mercadoria, enquanto Saffioti, Lélia Gonzalez e Biroli referenciam a compreensão sobre violência de gênero e racismo na formação social brasileira.

Palavras-chave: Patriarcado. Racismo. Violência de Gênero. Mídia Hegemônica. Jornalismo. Mercadoria. Jornal *Bahia Meio Dia*.

ABSTRACT

This paper analyzes the production of news about gender violence as a commodity in the *Bahia Meio Dia* program, broadcast by Rede Bahia, an affiliate of the Globo Group, which has consolidated itself as the largest media conglomerate in the country and Latin America. The research object is linked to the fact that Bahia leads the national ranking of the most violent states in Brazil and that this program is the most-watched in its time slot, with a presenter who has stood out for her positions in the news on this topic. To achieve this general objective, twenty-four reports broadcast by the program between January, May, and June 2020 were selected, following two criteria: a) the presence, in the narrative structure of the news, of one or more types of crime established by the Maria da Penha Law (Law No. 11.340/06), which defines five forms of violence against women (physical, psychological, sexual, patrimonial, and moral); b) the temporal scope of the facts reported, set in the year the Covid-19 pandemic began. According to Santos (2020), even before social isolation became a public health policy, there were already indications that the measure would affect the living conditions of historically marginalized groups in society. Among these groups, the author argues, women would be the first to feel the impact of the pandemic due to the overload related to caregiving work, machismo, and the exacerbation of violence stemming from “family confinement.” Organizations such as the UN and WHO also issued warnings about a possible “invisible pandemic of violence against women and girls” worldwide. In Brazil, reports from the Brazilian Forum on Public Safety indicated that one in four Brazilian women (24.4%) over the age of 16 reported having suffered some form of violence or aggression during the Covid-19 pandemic in 2020. This represents around 17 million women who experienced physical, psychological, or sexual violence that year. Based on this data, it is necessary to analyze how journalism, as constituted by the hegemonic media, reproduced this violence in the selected newscast. The research conducted allows us to affirm that the reports broadcast by *Bahia Meio Dia* reinforce women's vulnerability in the face of patriarchy through a narrative that constrains victims and dissuades reporting, treating pain and suffering as commodities. The analysis of the reports was carried out based on the journalistic framing methodology, according to Entman's (1993) theory. Theoretical foundations for the discussion on hegemonic media and news as a commodity are provided by Thompson (1995), Marcondes Filho (2009), Dantas (2022), and Antonio Gramsci (2023), while Saffioti, Lélia Gonzalez, and Biroli contribute to the understanding of gender violence and racism in Brazilian social formation.

Keywords: Patriarchy. Racism. Gender Violence. Hegemonic media. Journalism. Merchandise. *Bahia Meio Dia* newspaper.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Captura de tela da notícia	67
FIGURA 2 - Fotografias da vítima exibidas no programa	103
FIGURA 3 - Fachada da casa da mãe da vítima	107
FIGURA 4 - Captura de tela da entrevistada	124
FIGURA 5 - Enquadramento do rosto da vítima	126
FIGURA 6 - Captura de tela da notícia	140
FIGURA 7 - Captura de tela da notícia	157
FIGURA 8 - Fotografia da vítima exibida no programa	164
FIGURA 9 - Fotografia da vítima exibida no programa	165
FIGURA 10 - Imagens das agressões no corpo da vítima	169
FIGURA 11 - Imagens das agressões no corpo da vítima	174
FIGURA 12 - Imagens das agressões no corpo da vítima	179

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Comparativo de audiência entre programas na Bahia 70

TABELA 2- Linha do tempo da família Magalhães 74

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	23
2. MÍDIA HEGEMÔNICA, RACISMO, PATRIARCADO E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL	40
2.1 – HEGEMONIA, MÍDIA E NOTÍCIA COMO MERCADORIA.....	42
2.2 – RACISMO, PATRIARCADO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	49
2.3 – PANDEMIA, AS MULHERES E O JORNALISMO NO BRASIL.....	56
2.4 - BREVE HISTÓRIA DA REDE BAHIA E DO PROGRAMA BAHIA MEIO DIA	70
3 – O LUGAR DA VIOLÊNCIA: ENTRE A VISIBILIDADE E O SILENCIAMENTO.....	77
3.1- A VIOLÊNCIA NA “SOCIEDADE DO ESPETÁCULO”	78
3.2 – JORNALISMO E INFORMAÇÃO	83
4. AS “VOZES DO SILÊNCIO” NO PROGRAMA BAHIA MEIO DIA	95
4.2 - RESULTADOS DAS ANÁLISES – JANEIRO DE 2020	152
4.3 - ANÁLISES DE REPORTAGENS DO BAHIA MEIO DIA – MAIO E JUNHO DE 2020.....	154
4.4 – RESULTADOS DAS ANÁLISES - MAIO E JUNHO DE 2020.....	181
5. CONCLUSÃO	181
REFERÊNCIAS.....	185
APÊNDICE A - RELATÓRIO DE REPORTAGENS - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020.....	190
APÊNDICE B – REPORTAGENS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – JANEIRO DE 2020	200
APÊNDICE C – REPORTAGENS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – MAIO DE 2020.....	231
APÊNDICE D – REPORTAGENS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – JUNHO DE 2020	241

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa começou a ser produzida em 2022, em um período nomeado como pós-pandemia. Ela foi finalizada em um contexto social diferente, em um momento em que o mundo e as sociedades ainda buscam mitigar os impactos da pandemia de Covid-19. Entre os desafios provocados pela crise de saúde mundial, a violência de gênero contra as mulheres revelou que a maioria das sociedades ainda não consegue assegurar a defesa e a proteção dos direitos desse grupo, historicamente subalternizado.

Nesta pesquisa, foi considerado o contexto social da pandemia de Covid-19 para analisar a produção de notícias sobre violência de gênero como mercadoria a partir do lugar da televisão, dada sua capacidade de representatividade na sociedade brasileira.

Compreender a violência contra as mulheres exige analisar também como a história é atravessada pelo silêncio. Cabe destacar que o silêncio não deve ser interpretado como ausência de luta por direitos ou passividade e aceitação das mulheres frente às opressões sofridas, mas sim como um mecanismo estruturado que coloca em silêncio as perspectivas históricas, culturais e sociais das mulheres, categorizando-as como “indesejáveis” para que a história continue sendo contada pelo sistema patriarcal.

Como forma de enfrentar esse paradigma — em que a sociedade fala sobre as mulheres, mas escolhe o recorte pelo qual elas serão vistas — a escritora e poeta Conceição Evaristo tornou-se uma voz ativa no movimento pelo reconhecimento da mulher negra no Brasil e na luta contra o racismo e o patriarcado, que operam nos processos de silenciamento e invisibilidade das mulheres.

Em 2008, a escritora publicou o poema *Vozes-Mulheres* no livro *Poemas de Recordação e Outros Movimentos*. No texto, a autora apresenta o percurso de vida de quatro gerações de mulheres (a bisavó, a avó, a mãe e a filha), marcadas pelos contextos de raça, classe e gênero, nas quais a última geração poderá trilhar um caminho de liberdade ao encontrar sua identidade na ancestralidade das gerações passadas. Sobre a construção do poema, Reis e

Oliveira (2021, p.11) refletem que Conceição Evaristo conferiu à literatura um lugar de resistência para “propor discussões sobre questões de raça e gênero, necessárias à (re)construção da identidade negada e subvalorizada pelas configurações do patriarcado racista”. Nesse sentido, as autoras concluem que

O poema Vozes-mulheres apresenta mulheres cujas vivências estão marcadas pela cor, pelo gênero e pela dor. Oprimidas pela sociedade escravagista, sob o regime do patriarcado, as vozes dessas mulheres sobrevivem ao tempo e vão se ligando uma à outra por um fio tênue de silenciamento histórico que, com luta, vem sendo rompido. Esta subjetividade feminina é o epicentro da poética e das narrativas de Evaristo. Por meio da palavra-memória, a autora elabora a palavra-resistência, e traz à cena as dores, anseios, revoltas e insubmissões em um mosaico lírico e político de memórias e vivências, escrevivências (REIS; OLIVEIRA, 2021, p. 11).

A partir da relação entre o poema de Conceição Evaristo e os silêncios produzidos nas histórias das mulheres, a professora e pesquisadora Márcia Lemos publicou, em 2020, o artigo intitulado “Entre a dor e as ‘vozes do silêncio’: a organização social das mulheres e o feminismo socialista”, em que discute a formação social brasileira e o apagamento das mulheres da classe trabalhadora diante do patriarcado e do capitalismo. Lemos pondera que

Na formação social brasileira, capitalista, cis-heteropatriarcal e racista, a ideologia dominante torna as desigualdades socioeconômicas entre homens e mulheres, brancos e negros, pobres e ricos em justificativas aceitáveis que ocultam e invertem a realidade, reproduzidas e espraiadas por meio de ideias, valores, comportamentos e representações da classe dominante que se apresentam como universais, a-históricas, teleológicos e intransponíveis. Resultam desse processo histórico, as múltiplas determinações que naturalizam uma suposta condição e inferioridade feminina e as distintas formas de violência às quais as mulheres estão submetidas (LEMOS, 2020, p. 40).

A partir da perspectiva de que o silenciamento das mulheres foi historicamente construído, desenvolveu-se um panorama para compreender como a violência de gênero veiculada pela televisão contribui para invisibilizar e silenciar as vítimas.

Como ponto de partida, foi utilizada a definição de violência de gênero em Saffioti (2015, p. 80), que compreende a categoria como o “conceito de direitos humanos, entendendo-se por violência todo agenciamento capaz de violá-los”. Para a autora, a violência de gênero contra as mulheres se consolida

como uma prática legitimada pela sociedade que não ocorre de forma isolada, mas assume um conjunto de violações, podendo ser física, sexual, emocional e moral.

Para Gonzalez (2020, p. 247), a formação do Brasil consolidou-se como uma “sociedade que se estratificou racialmente. Vemos que, no Brasil, as relações de poder se dão de uma forma absolutamente hierárquica”. Essas hierarquias também estão presentes no jornalismo produzido pela televisão, que, a partir da década de 1950, tornou-se um importante fator de produção de sentido e discurso para a sociedade brasileira.

A televisiva brasileira foi inaugurada na década de 1950, seguindo o formato de transmissão do rádio, oferecendo apenas programação e transmissão e locais. Embora as emissoras de televisão sejam concessões públicas, a televisão no Brasil foi uma empreitada da iniciativa privada desde o início: grupos empresariais que comandavam corporações de mídia – jornais e estações de rádio – se aventuraram no novo meio. A primeira emissora, a TV Tupi São Paulo, de propriedade do poderoso Assis Chateaubriand, vendeu o equivalente a um ano de publicidade para quatro empresas diferentes a fim de financiar seus investimentos (SVARTMAN, 2023, p. 19).

Como afirma Bucci (2004, p. 27), “[...] a televisão se tornou, a partir da década de 1960, o suporte do discurso, ou dos discursos que identificam o Brasil para o Brasil”. Pensar a formação da sociedade brasileira significa também entender que a televisão é um espaço que gera identificações culturais e sociais.

Quanto à relevância da televisão após o surgimento de novas plataformas, como os canais por assinatura e a ascensão das mídias sociais, Svartman (2023) destaca que os conglomerados midiáticos se adaptaram e não perderam sua influência.

Nesse contexto, o Grupo Globo se ajustou às mudanças provocadas pelo crescimento de outras mídias digitais. Svartman (2023, p. 137) aponta que, em 2022, o grupo lançou a campanha *Do plim ao play* e consolidou uma “audiência semanal de 140 milhões de pessoas no ecossistema da Globo, o qual inclui a televisão aberta, 26 canais por assinatura, streaming e produtos digitais”.

Com base nos dados, Svartman (2023, p. 152) afirma que “os brasileiros não trocaram um meio por outro, mas adicionaram as novas plataformas à rotina”. Considerando essa adaptação por parte da sociedade, a autora ressalta que “as empresas de mídia usam as redes sociais para promover produtos e buscar a interação do público na programação”. Nesse sentido, a televisão ampliou ainda mais sua capacidade de alcance. Ao utilizar as plataformas como vitrine para expor parte de suas produções, ela também atinge novos públicos que estão integrados ao ambiente virtual.

A autora ainda destaca que “nos últimos anos, todas as principais redes de televisão do mundo lançaram plataformas digitais que oferecem conteúdo próprio no ambiente online”. Essa convergência entre os meios também configura uma importante estratégia das emissoras para “proteger seu modelo de negócios, que depende da publicidade e da atração de anunciantes para mais de uma janela de exibição”. Desse modo, a televisão continua sendo um espaço de representações, pois, como destaca Svartman (2023, p. 198), “o público brasileiro é multiplataforma, as experiências se sobrepõem e não substituem umas às outras”.

Com tamanha capacidade de produção e reconhecimento, a televisão é um lugar que intermedia a visibilidade de temas sociais. Bucci (2004) ainda afirma que a televisão é um lugar em si mesma e “é nesse lugar que o sujeito se constitui, pois esse lugar da TV é a própria ideologia encarnada em efeitos eletrônicos (ou o próprio capital refeito em espetáculo)”.

Nesse sentido, Marcondes Filho (2009) afirma que a produção do espetáculo ocorre sob as lentes do sensacionalismo, pois “a imprensa sensacional trabalha com emoções”, que reforçam preconceitos e estereótipos contra minorias que já são marginalizadas estruturalmente. Nesse aspecto, estudar a violência na mídia constitui um fator fundamental para compreender a hegemonia dos conglomerados de comunicação na construção da realidade social brasileira.

Nessa mesma linha de pensamento, Genro Filho (1987, p. 31) destaca que “os veículos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a fotografia, o cinema, a TV, etc., trouxeram consequências profundas para as formas de conhecimento e comunicação até então existentes”, alterando a relação do indivíduo com o espaço social e a forma como o jornalismo é interpretado no

cotidiano. O capitalismo inaugurou um novo jeito de produzir notícias e construiu um espaço de diálogo afastado da presença do telespectador. Hoje, os fatos são noticiados em telas, e a comunicação se dá de forma instantânea. Esse modelo fez com que o jornalismo assumisse muitos papéis: ele tem o poder de reconstruir um acontecimento, mas também pode manipular os fatos, dar visibilidade ou torná-los invisíveis, abrir um espaço para a luta ou fechar as possibilidades de debate.

A partir desse entendimento, a questão de pesquisa dessa dissertação busca responder se a mídia, ao vincular as notícias de violência de gênero, mobiliza o debate público ou reforça a vulnerabilidade das mulheres diante do patriarcado por meio de uma narrativa que constrange as vítimas e desmobiliza a denúncia, veiculando a dor e o sofrimento como mercadorias a partir da hegemonia, compreendida em Gramsci (2023) como o consenso político-ideológico das esferas econômicas e culturais, que se pretendem universalizar para exercer legitimação sobre uma classe ou bloco de classes.

Para a construção dessa análise, foi escolhido o programa *Bahia Meio Dia* a partir da consideração de três aspectos: a) por pertencer à grade de programação da Rede Bahia, que, de acordo com Oliveira (2014, p. 15), “se configura como a maior emissora das regiões Norte e Nordeste do país”, abrangendo sete afiliadas que distribuem conteúdo para 417 municípios do estado baiano; b) pela capacidade de representação e liderança em números de audiência; c) pelo fato de a emissora ser também uma afiliada da Rede Globo (maior conglomerado de mídia da América Latina) e estar inserida dentro de um contexto cultural, político e econômico atravessado por relações de poder. Como aponta Oliveira (2014, p. 15), a emissora “tem vínculos históricos com um consolidado grupo político da região – por ter a maioria de suas ações em posse da família Magalhães”.

A partir dessas definições, foi utilizada como metodologia o conceito de enquadramento jornalístico em Entman (1993), que define o método como a capacidade de analisar conceitos e verificar o poder de um texto comunicativo. Ou seja, enquadrar é, antes de tudo, uma técnica que visa observar como um texto exerce sua influência no meio pelo qual foi vinculado.

Nessa perspectiva, Entman (1993, p. 52, tradução nossa) destaca que o enquadramento envolve duas dimensões: relevância e saliência. Para o autor,

enquadrar envolve observar quatro pontos: 1) definir problemas; 2) diagnosticar causas; 3) realizar avaliação moral; 4) recomendar tratamento.

Enquadrar é seleccionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicativo de modo a promover uma definição específica do problema, interpretação causal, avaliação moral e ou recomendação de tratamento (ENTMAN, 1993, p. 52; *tradução nossa*).

Quanto à identificação, Entman (1993, p. 52, *tradução nossa*) destaca que não constitui uma obrigatoriedade do enquadramento a confirmação de todos os quatro pontos mencionados, uma vez que “uma única frase pode desempenhar mais de uma destas quatro funções de enquadramento, embora muitas frases num texto possam não desempenhar nenhuma delas”. Desse modo, enquadrar é localizar no texto ou na notícia quais desses pontos são evidenciados e como eles colaboram para sustentar o poder do veículo.

Quanto à análise do texto, Entman (1993, p. 52, *tradução nossa*) sugere que os enquadramentos têm “pelo menos quatro localizações no processo de comunicação: o comunicador, o texto, o receptor e a cultura”. Segundo o autor:

A noção de enquadramento implica, portanto, que o enquadramento tem um efeito comum em grandes porções da audiência receptora, embora não seja provável que tenha um efeito universal sobre ela. (ENTMAN, 1993, p. 54; *tradução nossa*).

Desse modo, apesar de os enquadramentos não constituírem uma resposta universal da audiência, eles são produzidos para provocar algum nível de reação por parte dela. Ou seja, o poder do enquadramento reside em seleccionar quais detalhes dos fatos serão transmitidos e quais serão ocultados, visando gerar impacto sobre a audiência.

As respostas dos receptores são claramente afetadas se eles perceberem e processarem informações e formação sobre uma interpretação e possuírem pouco ou incomensuráveis dados sobre alternativas. É por isso que a exclusão de interpretações por enquadramentos é tão significativa para os resultados como a inclusão (ENTMAN, 1993, p. 54; *tradução nossa*).

Entman (2007, p. 164; *tradução nossa*) também destaca que o “enquadramento funciona para moldar e alterar as interpretações e

preferências dos membros do público através da preparação”. Nesse sentido, a televisão se configura como um lugar de poder pela sua capacidade de ativar “esquemas que encorajam o público-alvo a pensar, sentir e decidir de uma maneira particular”. Desse modo, a relação entre comunicador e receptor é orientada pela capacidade do veículo de sustentar um viés de enquadramento que direciona o público sobre o que deve pensar. Em síntese, o autor destaca que esse modelo

[...] é como se exerce influência política em sistemas políticos não coercivos (e, em menor grau, em sistemas coercivos).
É através do enquadramento que os autores políticos moldam os textos que influenciam ou impulsionam as agendas e considerações sobre as quais as pessoas pensam (ENTMAN, 2007, p. 165; *tradução nossa*).

Com base nessa metodologia, foi realizado um levantamento da produção de notícias sobre violência de gênero exibidas no programa *Bahia Meio Dia* durante o ano de 2020. Para selecionar o corpus dessa análise, foram consideradas todas as matérias que relatavam algum tipo de violência doméstica e familiar tipificado pela Lei Maria da Penha (violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral). Além dessas formas de violência, também foram incluídas as notícias que relatavam crimes como estupro, feminicídio, abuso sexual, assédio sexual, assassinato e agressão. A escolha de incluir essas notícias na análise deve-se ao fato de que o levantamento apontou uma tendência maior por parte do jornal em reproduzir notícias de crimes tipificados como hediondos, mais do que as notícias relacionadas à violência doméstica.

Para a seleção, foi necessário consultar o site Globoplay, onde ficam hospedados todos os programas do *Bahia Meio Dia*. Após o acesso, foi realizada uma seleção no calendário disponível na página para direcionar o recorte entre janeiro e dezembro de 2020. Em seguida, foi necessário categorizar todas as reportagens de acordo com o título e a data do mês. Dessa forma, foram selecionadas todas as matérias que mencionavam no título as palavras “mulher” e/ou qualquer forma de violência já citada no parágrafo anterior. A escolha desse método teve como objetivo filtrar apenas as reportagens relacionadas à violência de gênero contra mulheres.

Depois dessa seleção, foram identificadas 80 reportagens que abordaram a violência de gênero como tema principal, distribuídas entre os 12 meses do ano. Janeiro (17); fevereiro (12); março (6); abril (0); maio (4); junho (3); julho (4); agosto (3); setembro (6); outubro (9); novembro (3) e dezembro (13).

Essas matérias foram transcritas e, com base nas transcrições, foram identificadas: 18 matérias sobre feminicídio; 16 matérias sobre tentativa de feminicídio; 16 matérias sobre agressão; 7 matérias sobre estupro; 5 matérias sobre violência doméstica; 4 matérias sobre abuso sexual; 3 matérias sobre assassinato; 2 matérias sobre importunação sexual; e 1 matéria sobre assédio sexual.

Além disso, outras formas de violência também foram identificadas: 1 notícia sobre linchamento; 1 notícia sobre uma vítima de bala perdida; 1 notícia sobre sequestro; 1 notícia sobre um ataque com ácido; 1 notícia sobre homicídio; 1 notícia sobre cárcere privado; 1 notícia sobre golpe hacker em uma rede social; 1 notícia sobre perseguição (stalker); e 1 notícia sobre violência obstétrica.

Para responder ao problema de pesquisa, foi considerado como corpus analítico 24 reportagens produzidas pelo programa. A seleção incluiu as 17 reportagens de janeiro, por ter sido o período com a maior produção de notícias entre os 12 meses analisados e também por anteceder a pandemia no Brasil. Além disso, foram incluídas 4 reportagens de maio e 3 de junho, meses marcados pelo aumento de casos de Covid-19 em cidades do interior do estado e que antecederam o mês de abril, quando o programa não relatou nenhum caso de violência de gênero contra a mulher.

Com esse recorte, o objetivo foi identificar o viés de enquadramento nas reportagens e verificar se houve alguma mudança na forma como as notícias foram vinculadas antes e depois da pandemia.

Desse modo, o objetivo do enquadramento jornalístico é apontar para a formação de quadros que visibilizam ou invisibilizam as mulheres, demonstrando se o texto está atravessado por uma perspectiva que silencia as vítimas ou utiliza o jornalismo como um espetáculo.

As mídias, como destaca Charaudeau (2005, p. 19), “não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço

público”. Com o poder concentrado pelos grandes conglomerados midiáticos, os meios de comunicação também são responsáveis por reforçar estereótipos e sustentar hierarquias sociais que perpassam o gênero, a raça e a classe (BIROLI, 2018).

Para Veiga da Silva (2010, p. 63), o jornalismo reproduz um padrão de produção de notícias que é atravessado pelo gênero e pelas relações de poder. Nessa perspectiva, esta pesquisa toma como base o conceito de jornalismo enquanto forma de conhecimento apontado por Meditsch (1997, p. 4), como a capacidade de reproduzir tanto o conhecimento que o campo produz quanto o conhecimento “produzido por outras instituições sociais”.

Nesse sentido, é preciso destacar que a relação entre jornalismo e violência de gênero configura-se como uma temática que permite refletir sobre os impactos da produção midiática e analisar a presença das estruturas de poder patriarcais no modo de produção das notícias.

A pesquisa de gênero, à medida que se consolida nas últimas décadas, revela sua natureza transdisciplinar e transversal. Além disso, propõe o necessário engajamento para denunciar desigualdades e promover reflexões oriundas de um pensamento crítico (WOITOWICZ, 2019, p. 279).

Considerando a relevância do jornalismo e o problema da violência de gênero no país, foi realizada uma revisão de literatura com os principais conceitos, definições e tradições de pesquisas que colaboram para o desenvolvimento dos estudos no campo da comunicação entre 2016-2022. A escolha do recorte considerou os trabalhos a partir da primeira década da Lei Maria da Penha, que potencializou a elaboração de pesquisas mais recentes e atualizadas sobre o tema.

Para essa revisão de literatura, foi realizada uma pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Ministério da Educação no Brasil. No campo de busca do site, foram inseridas as palavras-chave “jornalismo”, “gênero”, “violência” e “mulheres”. O resultado sinalizou dezessete produções acadêmicas vinculadas às ciências sociais aplicadas e à comunicação, duas grandes áreas do conhecimento que analisam a produção e atuação do

jornalismo. Do quantitativo apontado, dezesseis são dissertações de mestrado e uma tese de doutorado.

A seguir, serão apresentados os principais achados localizados nos trabalhos citados, evidenciando conceitos de jornalismo e violência de gênero.

É necessário destacar que essa revisão de literatura não tem a pretensão de esgotar o tema, considerando que as linhas de pesquisa em jornalismo e gênero permitem uma gama de desdobramentos em muitas esferas da sociedade. A intenção é localizar esta pesquisa no debate acadêmico já realizado.

Dentro dos trabalhos analisados, foram localizadas seis linhas metodológicas: 1) Análise de Conteúdo em Laurence Bardin (1977), que estruturou o método em cinco etapas classificadas como: Organização de análise; codificação; categorização; inferência e tratamento informático; 2) Análise do Discurso, com um dos principais teóricos sendo Patrick Charaudeau, um linguista francês, fundador da Teoria Semiolinguística. Para Charaudeau (2005), o gênero da informação pode ser analisado a partir de quatro categorias: a) O tipo de instância enunciativa; b) o tipo de modo discursivo; c) o tipo de conteúdo temático e d) o tipo de dispositivo; 3) Enquadramento Jornalístico em Entman (1993) e Enquadramento Multimodal em Bateson (1976); 4) Narrativas Jornalísticas; 5) Análise de Construção de Sentido; 6) Análise de Cobertura Jornalística.

Foram localizados quatro trabalhos que utilizaram a metodologia de Análise de Conteúdo, incluindo o estudo intitulado *Além dos boletins de ocorrência: Análise das narrativas midiáticas sobre a violência contra a mulher nos impressos Super Popular e Jornal da Cidade*, de Bárbara Nascimento de Oliveira (UFS, 2016), que aborda como a cobertura midiática dos jornais selecionados mobiliza e estrutura a produção de notícias.

O trabalho *Interface entre jornalismo e gênero: A cobertura dos portais de notícias A Rede (Ponta Grossa) e RSN (Guarapuava) sobre violência contra a mulher*, de Naiara Namma Perdigão Persegona (UEPG, 2019), dialoga com duas vertentes: o jornalismo a partir dos conceitos de enquadramento, newsmaking e noticiabilidade, e a questão de gênero na perspectiva cultural. A autora evidenciou que há três características principais que fundamentam a cobertura jornalística dos jornais selecionados:

1) a Polícia Militar como principal fonte de notícia sobre o assunto violência contra a mulher e, conseqüentemente, como definidora primária sobre o tema; 2) o critério de noticiabilidade da cobertura centrado num nível macro tragédia drama e num nível micro violência/crime, risco de morte/morte, e catástrofe; 3) o enquadramento das notícias como tema policial, com ênfase em uma abordagem episódica sobre os acontecimentos (PERSEGONA, 2019, s/p).

Já no trabalho intitulado *As representações das mulheres na perspectiva do site Catraca Livre (2016-2018)*, de Keila Baracal (UMSP, 2019), a autora evidenciou que na produção jornalística do veículo as mulheres são representadas como vítimas de preconceito, racismo e violência.

Ainda relacionado à metodologia de Análise de Conteúdo, a dissertação intitulada *Estupro na imprensa: O processo de trabalho de jornalistas e profissionais de direito na cobertura do caso Roger Abdelmassih pelo jornal Folha de S. Paulo (2009-2015), na perspectiva de estudos de jornalismo, da legislação e das práticas do Poder Judiciário*, de Lieli Karine Vieira Loures (USP, 2016), analisa a construção de estereótipos de gênero no conteúdo da *Folha de São Paulo* relacionados ao caso Roger Abdelmassih. A autora constata, em sua pesquisa, que o jornalismo, quando separado dos fatos jurídicos na cobertura das notícias, não relaciona o problema da violência como uma questão de saúde pública e reduz o tema apenas ao campo da violência sexual. A autora observa também como o jornalismo, os estudos de gênero e os fatos jurídicos se relacionam na prática. Nas análises, Loures (2016) aponta o uso incorreto de termos para nomear vítimas e agressores, bem como erros jurídicos e julgamentos morais nas notícias.

Na perspectiva metodológica da Análise do Discurso, foram encontradas cinco produções acadêmicas. A dissertação intitulada *O discurso sobre o feminicídio: Uma análise sobre as mudanças no discurso jornalístico de O Popular sobre o assassinato de mulheres após a lei n. 13.104/15*, de Kamilla Cristina da Cunha Santos (UFG, 2020), analisa a construção do discurso jornalístico em 37 reportagens sobre o assassinato de mulheres no jornal *O Popular* no período de 2012 e 2018. A autora investiga as mudanças ocorridas na construção das narrativas depois da aprovação da Lei do Feminicídio. Segundo Santos (2020), o resultado apontou para uma mudança nas

formações discursivas, mas o sentido da produção está relacionado a um viés jurídico e não aprofunda as questões culturais e sociais.

O estudo *A Carne Mais Barata do Mercado: Análise de discurso sobre o corpo feminino nas imagens e textos do jornal JÁ*, de Danilo Silva de Meireles (UFRN, 2020), utiliza a metodologia para investigar a produção de sentido nos enunciados relacionados ao corpo feminino. O autor selecionou três campos discursivos a partir da pesquisa qualitativa/interpretativa para dialogar com o objeto de análise: 1) erótico e pornográfico; 2) boa forma e corpo-mercadoria; 3) violência contra a mulher. Segundo Meireles (2020), as análises evidenciaram o corpo da mulher como lugar de depreciação, objetificado entre a dominação masculina, o prazer e a violência.

O trabalho *Invisibilidade que mata: Uma análise da abordagem de feminicídio nos portais de notícia do Piauí*, de Sâmia de Brito Cardoso Vernieri (UFP, 2019), ressalta as produções discursivas relacionadas aos casos de feminicídio íntimo nos portais 180 graus, Meio Norte e Cidade Verde. A pesquisa da autora toma como base as produções jornalísticas de 2017, dois anos depois da aprovação da Lei do Feminicídio, para verificar como a mídia fortalece e legitima, por meio do discurso, a “Dominação Masculina”, conceito elucidado por Bourdieu (2002). Vernieri (2020) constata que os portais contribuem para a perpetuação do discurso de dominação, fortalecem estereótipos dos atores sociais envolvidos e dificultam o enfrentamento dessa violência.

No estudo *Mídia e Política: As formações discursivas presentes nos órgãos de notícias da Procuradoria Especial da Mulher do Senado e da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados de 2014 a 2019*, de Laila Caroline Silva de Melo Dourado (UNB, 2020), a autora explora a construção da agenda política nas organizações parlamentares que representam as mulheres no Congresso Nacional, com base nas publicações da Procuradoria Especial da Mulher do Senado (ProMul) e a Secretaria da Mulher da Câmara (SM). A pesquisa utiliza como recorte 155 textos, 82 da SM e 73 da ProMul, no período de 2014-2019. Dos 19 trabalhos analisados, este foi o único que utilizou a perspectiva de jornalismo e gênero sem o componente da violência. O trabalho da autora evidenciou duas formações discursivas: Sororidade e Direitos Humanos.

Na dissertação intitulada *Ser mulher no jornalismo paraense: Experiências comunicativas com o ambiente profissional*, de Sávvia Moura da Silva (UFP, 2022), a pesquisadora apresenta como objeto de pesquisa duas campanhas que surgiram para combater a violência sexual e a discriminação de mulheres nos espaços de trabalho. O movimento #MeToo, que surgiu em 2017, e o #MulheresJornalistasEmLuta, mobilizado no Twitter, em março de 2020, pelo coletivo Jornalistas Contra o Assédio. A autora utiliza os movimentos para investigar a relação entre gênero, poder e violência no ambiente de trabalho, a partir do modelo de entrevista em profundidade, sob a perspectiva de sete jornalistas do Pará. Com base nesse modelo, a autora mapeia o discurso das entrevistas para averiguar como ocorre a “naturalização” da violência de gênero no ambiente de trabalho.

Na linha metodológica do enquadramento jornalístico e do enquadramento multimodal, foram identificados três estudos. O primeiro, intitulado *Violência contra a mulher no jornal: Análise comparativa de enquadramentos noticiosos sobre o estupro coletivo de Castelo do Piauí*, de Vivian Teixeira de Faria (UFP, 2020), analisa os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *O Dia (PI)* e *Meio Norte* na cobertura do caso sobre o estupro coletivo que ocorreu em Castelo do Piauí, no dia 27 de maio de 2015.

[...] no qual quatro jovens entre 15 e 17 anos foram agredidas, estupradas e jogadas de um penhasco de 10 metros de altura por um homem de 41 anos e quatro adolescentes – e que acabou justificando o projeto de lei 618/2015, hoje lei 13.718/2018, que propôs o aumento de pena para estupros coletivos (FARIA, 2020, s/p).

A autora observa 82 textos a partir da metodologia de enquadramento de Entman (1993), para verificar quais são as variáveis apresentadas a partir dos quatro pontos estabelecidos pelo autor. Vivian aponta que foi possível identificar oito tipos de temas na cobertura do caso. Na pesquisa, são destacados:

[...] anomalia; caso isolado; patologização dos agressores; patologização dos agressores com culpabilização da vítima; patologização dos agressores com reforço de crenças patriarcais sobre mulheres; reforço de crenças patriarcais sobre mulheres; violência estrutural não patriarcal; violência patriarcal – e que a tendência é que o estupro não seja tratado como uma violência que se relaciona a questões de gênero e do patriarcado, sendo

comumente apresentado como evento anômalo e isolado. Além disso, as notícias ainda reproduzem ideias patriarcais, principalmente sobre as mulheres (FARIA, 2020, s/p).

O trabalho *O enquadramento jornalístico das matérias de violência contra a mulher e o trabalho das jornalistas da Gazeta ES*, de Yara Karolinne Sousa Lopes (UFES, 2021), também utiliza a mesma metodologia de pesquisa para verificar se as pautas relacionadas à violência contra a mulher representam uma ruptura da hegemonia machista ou se as reportagens contribuem para a manutenção desse sistema. A autora selecionou 20 matérias do portal de notícias *A Gazeta* para discutir a relação entre jornalismo, hegemonia e violência contra a mulher. A pesquisa conclui que

Ao fazer a análise das 20 matérias que foram selecionadas através de sorteio, divididas entre os temas agressão, estupro, feminicídio e geral, observamos que nas 12 matérias de 2019 há um enquadramento que salienta o status quo, o senso comum em relação à violência contra a mulher e os relacionamentos abusivos. Isso porque se ressalta o ciúme como justificativa para a violência sem apontar que essa é uma forma de dominação da mulher e não de amor ou proteção, fala de meninas que estavam na rua sem a supervisão dos pais quando foram pegadas e estupradas, aponta brigas de casal antes do homem cometer a violência física contra a mulher, e apresenta os casos de forma descontextualizada em relação ao país e ao mundo, focando mais nos boletins de ocorrência e informações passadas por parentes ou advogados (LOPES, 2021, p. 218).

No trabalho *"Vou só com passagem de ida": Enquadramento e aspectos políticos da violência contra a mulher na cobertura do caso Eliza Samúdio no portal Uol*, de Gabriela Petrucci (UFP, 2019), a autora observa as definições de enquadramento multimodal em Bateson (1976). Para a investigação, Petrucci (2019) toma como referência 741 matérias publicadas no portal UOL, entre 2010 e 2018, que relatam o caso de Eliza Samúdio, uma mulher de 25 anos que foi assassinada pelo goleiro do time de futebol do Flamengo, Bruno Fernandes. A autora utiliza o enquadramento para analisar as relações de gênero na construção das reportagens sobre violência contra a mulher e apresenta a seguinte conclusão:

De orientação longitudinal, a pesquisa conclui que, ao longo dos anos, o jornalismo não apresentou mudanças significativas nos enquadramentos de casos de feminicídio, por ainda levantar questões

que relativizam as causas das mortes de mulheres, subvertendo a lógica do crime e trazendo seus assassinos como vítimas, de forma que não se observa um comprometimento da mídia com a promoção de mudanças sociais em direção à proteção dos direitos humanos das mulheres (PETRUCCI, 2019, s/p).

Nas linhas metodológicas de *Narrativas Jornalísticas, Análise de Construção de Sentidos em Redes Digitais* e *Análise de Cobertura Jornalística* (ACJ), foram encontradas cinco pesquisas.

No trabalho *Narrativas da (re)existência: Um estudo sobre a violência de gênero contra jornalistas nas redações de Natal (RN)*, de Jadeanny Arruda Silva dos Santos (UFRGN, 2022), a autora discute a divisão sexual do trabalho na produção jornalística e no exercício da profissão com base nas teorias feministas e no método de histórias de vida.

Já o trabalho intitulado *Entre assassinatos em série e uma série de assassinatos: O tecer da intriga nas construções narrativas de mulheres mortas e seus agressores nas páginas de dois impressos mineiros*, de Bárbara Caldeira Lopes (UFMG, 2017), analisa a construção das narrativas relacionadas às matérias sobre o caso Maníaco de Contagem, nos periódicos *Super Notícia* e *Estado de Minas* em 2010, e outras matérias relacionadas ao assassinato de mulheres entre 2013 e 2014.

A dissertação *In(visibilidade) em pauta: Narrativa jornalística sobre as mulheres em situação de violência sexual no Tocantins*, de Janaina Costa Rodrigues (UFT, 2019), utiliza o jornalismo para investigar o sentido nos elementos que constituem a notícia, a formação dos personagens e as estratégias de comunicação.

Na linha metodológica de *Análise de Construção de Sentidos em Redes Digitais*, o trabalho *Estupro Coletivo no Rio de Janeiro: Sentidos que emergem da trama entre jornalismo e comentários no Twitter*, de Ana Karlice Nascimento de Ávila (UNISINOS, 2020), analisa os sentidos produzidos no Twitter com base na cobertura jornalística sobre o caso do estupro coletivo de uma adolescente, ocorrido no Rio de Janeiro, em maio de 2016. A autora considera o jornalismo como forma de conhecimento para sustentar as discussões que perpassam gênero, violência e justiça.

E na perspectiva da *Análise de Cobertura Jornalística* (ACJ), o trabalho *Midialivrisimo e Feminismos: Análise da cobertura jornalística com perspectiva*

de gênero da Revista *AzMina*, de Leticia de Faria Ávila Santos (UFMS, 2020), investiga a presença do movimento feminista na revista *AzMina*, que apresenta, desde 2015, um jornalismo alternativo relacionado à cobertura de diversos temas como direitos das mulheres, racismo e violência de gênero. A ideia central da autora consiste em avaliar a prática de difusão dessas narrativas e a pluralidade do conteúdo.

Os trabalhos selecionados para esta revisão evidenciaram que a cobertura de violência de gênero no jornalismo brasileiro apresenta um viés de enquadramento que colabora com a produção de estereótipos e reforça, sobre as mulheres vítimas de violência, a culpa e a invisibilidade. Este trabalho se localiza na linha metodológica do enquadramento jornalístico e busca contribuir com a construção acadêmica e o debate social sobre como a violência de gênero é utilizada enquanto mercadoria pela televisão. As análises apresentadas podem contribuir com a crítica de mídia para pensar novos caminhos e possibilidades na consolidação de um jornalismo contra-hegemônico.

Segundo Voirol (2005), a invisibilidade nasce no discurso da visibilidade. Cotidianamente, os programas de mídia hegemônica relatam os mais diversos crimes de violência de gênero e fazem parecer que a luta pela visibilidade acontece nas construções dessas narrativas. Contudo, uma análise mais profunda revela que o objetivo dessas publicações, em parte, não é dar visibilidade e voz às vítimas da violência, mas fazer parecer que elas são visíveis, quando, em segundo plano, a narrativa condena essas mulheres a um lugar de mais opressão e trata o crime como se ele pudesse ser interpretado de maneira subjetiva, reforçando assim seu poder de influenciar a leitura dos acontecimentos.

Dessa forma, o trabalho foi dividido em seis seções organizadas da seguinte forma: A primeira seção compreende a introdução do trabalho, na qual é apresentada uma síntese da pesquisa desenvolvida, os principais teóricos utilizados, a questão de pesquisa e a revisão de literatura. A segunda seção, intitulada *Mídia hegemônica, racismo patriarcado e a violência de gênero no Brasil*, apresenta os conceitos de mídia, patriarcado, violência e jornalismo a partir de um panorama que reúne o materialismo histórico para pensar as questões de gênero, raça e classe, além da produção da notícia enquanto

mercadoria atravessada por esses marcadores sociais. Na terceira seção, intitulada *A violência na “sociedade do espetáculo”*, é apresentado o modus operandi da mídia hegemônica a partir dos conceitos de espetáculo e violência atravessados pelos limites da ética jornalística na produção de notícias. Na quarta seção, nomeada *As “Vozes do Silêncio” no Programa Bahia Meio Dia*, são apresentadas as 24 reportagens que foram analisadas sob a perspectiva metodológica do enquadramento jornalístico em Entman (1993), dos elementos sensacionalistas em Marcondes Filho (2009) e da construção da invisibilidade e do silenciamento em Voirol (2005) e Aubert; Haroche (2013). Na sexta e última seção deste trabalho, localizam-se as considerações finais, que apontam para a resposta do problema de pesquisa.

Com base nos autores e nas análises apresentadas, esta pesquisa evidenciou que, entre os interesses capitalistas e a produção das notícias que circulam cotidianamente na sociedade, a televisão ainda ocupa seu lugar de representação como uma instância que transmite e intermedia os conflitos das classes sociais a partir da produção jornalística enquanto espetáculo. Essa atuação entre as duas esferas, junto a um cenário jornalístico movido por relações econômicas e político-ideológicas que cobram cada vez mais por velocidade e instantaneidade para a publicação dos fatos, somado ao sistema patriarcal da sociedade, foi possível observar que o programa *Bahia Meio Dia* utiliza a violência de gênero como mercadoria e colabora para a produção da invisibilidade dos crimes de violência contra as mulheres. Considerando as 24 reportagens analisadas, constatou-se um viés de enquadramento que culpabiliza as vítimas, fragmenta as informações e não se aprofunda no debate político e social para apontar soluções contra o patriarcado e o machismo, responsáveis pela perpetuação da violência de gênero na sociedade.

2. MÍDIA HEGEMÔNICA, RACISMO, PATRIARCADO E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL

Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que registra e monitora a violência no Brasil, em 2020 foram registrados 113 crimes de feminicídio. O relatório apontou que houve um crescimento de 11,8% em comparação ao ano de 2019.

Os dados também destacaram que as cidades de Feira de Santana, Simões Filho, Santo Antônio de Jesus e Camaçari, localizadas no estado da Bahia, estão entre as dez cidades mais violentas do país, entre os municípios com mais de 100 mil habitantes.

A pressão dos movimentos sociais no Brasil e o caso emblemático de Maria da Penha Maia Fernandes levaram à criação de uma legislação específica para distinguir a violência contra a mulher. A Lei Maria da Penha (n. 11.340), sancionada em 7 de agosto de 2006, tipifica a violência como crime em cinco categorias: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. A Lei do Feminicídio (n. 13.104), sancionada em 2015, determina que o homicídio simples, o homicídio qualificado e o feminicídio contra a mulher, assassinatos cometidos pela condição das mulheres serem do sexo feminino, sejam considerados feminicídios.

Em 2018, também foi sancionada a Lei de Importunação Sexual (n. 13.780), que tipifica como crime a prática de atos libidinosos sem consentimento e a divulgação de materiais que contenham cenas de estupro ou cena de estupro de vulnerável, cenas de sexo ou pornografia. No artigo 2018-C, a lei criminaliza:

Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio - inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática -, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia (LEI DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL, N.13.780, 2018).

Nessa perspectiva, sites de pornografia que vinculam conteúdo amador com pessoas que não sabem que estão sendo filmadas ou que não autorizam

a vinculação de sua imagem em uma gravação pornográfica também podem responder por violação de direitos na categoria de importunação sexual.

No entanto, é preciso destacar que, apesar da consistência das leis, há poucos avanços na construção de uma sociedade mais justa e menos violenta para as mulheres no Brasil. A realidade da condição feminina no país evidencia que existe um problema estrutural que legitima essa violência.

Para Saffioti (2013, p. 230), "as relações entre os sexos e, conseqüentemente, a posição da mulher na família e na sociedade em geral constituem parte de um sistema de dominação mais amplo". A partir do início do século XIX, a estrutura econômica "patrimonial-patriarcal" já havia se estabelecido no Brasil. A autora destaca:

Colonizado o Brasil para render lucros ao capitalismo comercial, a estrutura social brasileira do período escravocrata e, sobretudo, da época colonial se apresentaria como uma configuração exótica em que seriam retidos alguns traços já parcialmente decompostos das estruturas feudais europeias em desintegração combinados com a nascente estrutura patrimonialista favorecedora do comércio externo e com a exploração da força de trabalho escrava (SAFFIOTI, 2013, p. 233).

Saffioti (2013) destaca que esse sistema produziu uma "estratificação em castas", com sérias "inconsistências culturais", que favoreceram a "plena constituição de uma sociedade de classes". Isso tornava a liberdade um fator negociável, assim como a reificação dos corpos de homens e mulheres negros. Como uma das inconsistências desse sistema, a autora pondera:

A mais séria inconsistência, entretanto, aparece quando são examinados os papéis a cujo desempenho estava sujeita a mulher negra. Com efeito cabia à escrava, além de uma função no sistema produtivo de bens e serviços, um papel sexual, via de uma maior reificação e, simultaneamente, linha condutora do desvendamento do verdadeiro fundamento da sociedade de castas (SAFFIOTI, 2013, p. 236).

A estrutura social da época, embora permitisse essas interações, estabelecia como regra que os corpos das mulheres negras deveriam estar disponíveis para a satisfação sexual das necessidades do senhor, "enquanto às brancas cabiam as funções de esposa e mãe dos filhos legítimos".

Essa violência produzida pela sociedade é também reproduzida pela mídia hegemônica. Considerando o elevado número de crimes contra as mulheres registrados diariamente no país, as redações têm pautado cada vez mais esse assunto nos noticiários e telejornais. Nesse sentido, fez-se necessário, nesta seção, destacar o debate sobre hegemonia, mídia e a produção da notícia como mercadoria na formação social brasileira, considerando como essa produção está marcada pelas determinações do capital, do patriarcado e do racismo nas narrativas sobre violência contra as mulheres, durante o período da pandemia da Covid-19 no *Programa Bahia Meio Dia*.

2.1 – HEGEMONIA, MÍDIA E NOTÍCIA COMO MERCADORIA

Como ponto de partida para essa discussão, compreende-se como mídia, na perspectiva de Charaudeau (2005), o conjunto de organizações que utilizam as noções de informação e comunicação para integrar na sociedade a lógica econômica (consolidar a empresa), tecnológica (ampliar seu poder de difusão e propagação de informação) e simbólica (representar a sociedade).

A última categoria se configura como objeto de análise nas discussões sobre a formação da mídia no Brasil e os interesses que ela representa. Para Moraes (2013, p. 19), os conglomerados midiáticos “detêm a propriedade dos meios de produção, a infraestrutura tecnológica e as bases logísticas como parte de um sistema que rege habilmente os processos de produção material e imaterial”.

O autor destaca que essa complexidade engloba processos de produção e mediação da realidade social, fomentada pela digitalização, que “favoreceu a multiplicação de bens e serviços de ‘infoentretenimento’”. Esse processo, segundo o autor:

[...] agravou a concentração e a oligopolização de setores complementares (imprensa, rádio, televisão, internet, audiovisual, editorial, fonográfico, telecomunicações, informática, publicidade, marketing, cinema, jogos eletrônicos, celulares, redes sociais etc.). Hoje, executivos de corporações midiáticas aludem a “multiplataformas integradas” para definir a junção de interesses estratégicos em distintos suportes: papel, digital, áudio, vídeo e móvel. Tudo isso sob a égide de três vetores: a tecnologia que

possibilita as sinergias; o compartilhamento e a distribuição de conteúdo gerados nas mesmas matrizes produtivas; e a racionalidade de gastos, custos e investimentos (MORAES, 2013, p. 19).

Nessa perspectiva, Moraes (2013) argumenta que o nível de influência varia de um conglomerado para outro, mas o modelo de atuação entre os grupos tem um “ponto-chave: operam, consensualmente, para reproduzir a ordem do consumo e conservar hegemonias constituídas”. Isso significa que o modelo de negócio é preservado com base na padronização de processos que conservam a hegemonia.

Para explicar hegemonia, Gramsci (2023, p. 18) distingue os papéis da sociedade civil:

[...] pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado” planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Essas funções são precisamente organizativas e conectivas (GRAMSCI, 2023, p. 19).

Nessa perspectiva, a hegemonia se consolida no consenso político-ideológico das esferas econômicas e culturais, que se pretendem universalizar para exercer legitimação sobre uma classe ou bloco de classes. Nesse aspecto, com base na leitura realizada por Moraes (2010, p. 57) em seu dossiê *Comunicação, Hegemonia e Contra-hegemonia: A contribuição teórica de Gramsci*, a sociedade civil “designa o conjunto de instituições responsáveis pela elaboração e propagação de ideologias enquanto concepções de mundo” a partir das instâncias como igreja, escola, partidos políticos e meios de comunicação. Desse modo, Moraes (2010, p. 58) ressalta que sociedade civil e sociedade política exercem funções diferentes na organização social e “mais especificamente, na reprodução das relações de poder”. Nesse sentido, o autor destaca que:

Na sociedade civil, as classes procuram ganhar aliados para seus projetos através da direção e do consenso. Já na sociedade política, as classes impõem uma dominação fundada na coerção. Em somatório, formam o Estado em sentido amplo: sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção. O Estado já não se confunde atavicamente com a sociedade política, enquanto

aparelho coercitivo que subjuga as massas às relações de produção, se necessário com o emprego da força militar (MORAES, 2010, p. 58).

Desse modo, a sociedade civil, em Gramsci, “engloba as ideologias que circulam pelo real histórico buscando fixar a sua potência, isto é, firmar a sua capacidade de condensar e expressar concepções de mundo com vistas à sua realização histórica”. Nesse aspecto, Moraes (2010, p. 59) elucida que “se articulam na sociedade civil outras pretensões que não somente as do Estado (em sentido restrito) e das classes dominantes”, as quais Gramsci reconhece como a “arena da luta de classes”. O autor, então, destaca que:

Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nas instâncias coercitivas do Estado, na sociedade civil operam os aparelhos privados de hegemonia, isto é, organismos relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito, que desejam somar consensos e consentimentos em torno de suas proposições (MORAES, 2010, p. 59).

Quanto à estrutura dos aparelhos de hegemonia, Moraes (2010, p. 59) destaca que eles “atuam como difusores e sustentáculos de concepções particulares de mundo, que almejam legitimar-se na sociedade civil” através das instâncias já mencionadas, como os meios de comunicação e a igreja. Nesse sentido, os aparelhos tanto atuam “para manter a dominação” quanto “para contrariar seus pressupostos”. Moraes (2010) ainda destaca que:

Nem sempre os aparelhos de hegemonia podem ser enquadrados apenas como privados, pois, em situações concretas, orbitam em torno do Estado, são sustentáculos de suas ideias e difusores do senso comum fixado pelo bloco de classes hegemônico e dirigente (MORAES, 2010, p. 59).

Nesse sentido, em ambas as formas assumidas pelos aparelhos, o aspecto da hegemonia e da ideologia são utilizados para sustentar as relações de poder estabelecidas pelo bloco de classes. Desse modo, fez-se necessário compreender também o conceito de “bloco no poder”, definido por Poulantzas (2019, p. 236, grifo do autor), como:

[...] a relação entre, por um lado, um jogo institucional particular inscrito na estrutura do Estado capitalista, jogo que funciona no sentido de uma unidade especificamente política do poder de Estado,

e, *por outro lado*, uma configuração particular das relações entre classes dominantes: essas relações, na sua relação com o Estado, funcionam no seio de uma unidade política específica recoberta pelo conceito do bloco no poder.

Nesse sentido, seguindo a leitura realizada por Pinto e Balanco (2014) no artigo *Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: Uma abordagem teórica*, o conceito de bloco no poder pode ser compreendido em Poulantzas como “uma unidade contraditória entre distintas classes e/ou frações de classes, sob a hegemonia no seu interior de uma dessas frações ou classes, em suas relações com o Estado capitalista”. Nesse sentido, os autores reiteram:

Sendo assim, o conceito de bloco no poder está arrolado ao nível político na medida em que recobre o campo das práticas políticas de classe, refletindo o conjunto das instâncias, das mediações e dos níveis da luta de classes numa determinada conjuntura histórica de uma formação social. Com isso, no nível concreto-real, o bloco no poder acaba assumindo uma função equivalente ao conceito de forma de Estado. É preciso destacar ainda que a hegemonia restrita de uma das frações no interior do bloco no poder é dada pela capacidade desta em liderar os interesses econômicos, políticos e ideológicos das demais frações e classes do bloco. Quando essa hegemonia alcança o conjunto da sociedade (abarcando dominantes e dominados) ela deixa de ser restrita e passa a ser ampla (PINTO; BALANCO, 2014, p. 46).

Nesse ínterim, Poulantzas (2019, p. 245) destaca que a hegemonia “no interior desse bloco não é devida ao acaso; ela se torna possível [...] pela unidade própria do poder institucionalizado do Estado capitalista”. O autor ainda destaca que:

A relação entre o Estado capitalista e as classes ou frações dominantes atua *no sentido de sua unidade política sob a égide de uma classe ou fração hegemônica*. A classe ou fração hegemônica polariza os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações do bloco no poder, ao constituir seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política (POULANTZAS, 2019, p. 245, grifo do autor).

Desse modo, aqueles que fazem parte do bloco no poder atuam sob a égide da representatividade, ao se colocarem como porta-vozes dos interesses das classes dominadas.

O bloco no poder, na verdade, é formado pelas classes (e frações) que ocupam o locus da dominação da luta política de classes, ou seja, que possuem áreas de poder próprias (centro de poder = poder real) no seio do aparelho de Estado. Mesmo assim, é preciso deixar claro que o bloco no poder não significa o conjunto de camadas que apoiam (classes-apoios) o poder de Estado, mas sim os que participam do espaço de dominação política. De maneira geral, a fração ou classe dominante que exerce a hegemonia restrita ao bloco no poder também é a que assume a hegemonia ampla com relação ao conjunto da sociedade (PINTO; BALANCO, 2014, p. 47).

Nesse sentido, Gramsci (2023) destaca que a hegemonia orienta a construção da visão de mundo com base no posicionamento do grupo dominante, que opera a partir de dois aspectos:

1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2023, p. 19).

Com base nessa constatação, os meios de comunicação, na perspectiva gramsciana, fazem parte da sociedade civil e, conseqüentemente, atuam na formação de ideologias. Em *Cadernos do Cárcere* (Vol. 2): *Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo*, Gramsci (2023) destaca que “a imprensa é a parte mais dinâmica da estrutura ideológica” das classes dominantes, que se constitui como “uma organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica ou ideologia” do bloco no poder. O autor ainda destaca que:

A parte mais considerável e mais dinâmica dessa frente é o setor editorial em geral: editoras (que têm um programa implícito e explícito e se apoiam numa determinada corrente), jornais políticos, revistas de todo tipo, científicas, filológicas, de divulgação, etc., periódicos diversos até os boletins paroquiais (GRAMSCI, 2023, p. 81).

Nessa perspectiva, Marcondes Filho (2009) define os jornais como “pontas de icebergs” que, externamente, representam a democracia, mas internamente “escondem o poder político ou econômico que os sustenta”. O

autor compreende os jornais como “porta-vozes de correntes políticas” e define a notícia como “informação transformada em mercadoria”. Essa mercadoria tem

Seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso, a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo. Além do mais, ela é um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político (MARCONDES FILHO, 2009, p. 70).

Para Marx (2017, p. 140), “a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer”.

No conceito de Marx, as mercadorias só podem ser configuradas como tal porque possuem um duplo sentido: são objetos úteis para as relações humanas e produzem valor. Na passagem abaixo, ele elucida que:

As mercadorias vêm ao mundo na forma de valores de uso ou corpos de mercadorias, como ferro, linho, trigo etc. Essa é sua forma originária. Porém, elas só são mercadorias porque são algo duplo: objetos úteis e, ao mesmo tempo, suportes de valor. Por isso, elas só aparecem como mercadorias ou só possuem a forma de mercadorias na medida em que possuem esta dupla forma; a forma natural e a forma de valor (MARX, 2017, p. 154).

Dantas (2022, p. 33), ao refletir sobre o valor da informação na sociedade, destaca que o consumo é orientado pela produção. “O produto só se torna realmente produto se consumido [...]. O consumo diz sobre os comportamentos, os desejos, as modas, as regras sociais que orientarão a produção”. O autor ainda reitera que o consumo “‘desenha’ o produto, suas formas, suas cores, detalhes ornamentais”.

Nessa conjuntura, as informações jornalísticas também sofrem alterações para serem vinculadas como mercadorias. Marcondes Filho (2009) destaca que “uma informação pura e simples não é mercadoria. Para tanto, é preciso que ela seja transformada em notícia”. Nessa perspectiva, o autor aponta que:

Notícia é a informação transformada em mercadoria, com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso, a

informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo. Além do mais, ela é um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político. Ela pertence, portanto, ao jogo de forças da sociedade e só é compreensível por meio de sua lógica. Essa lógica supõe três dimensões [...]: a) a inserção da notícia como fator de sobrevivência econômica (infraestrutural, portanto) do veículo (como mercadoria); b) como veiculador ideológico; c) como estabilizador político (MARCONDES FILHO, 2009, p. 70).

Com base nas proposições do autor, a notícia enquanto mercadoria é caracterizada por ser: 1) perecível, sua importância se consolida “somente enquanto meio para obter dinheiro”; 2) por vincular ideologia; 3) por explorar apenas a aparência dos fatos e evidenciar seu caráter explosivo, desconectado da realidade histórico-cultural; 4) pela tendência de incentivar a passividade do público.

Quanto à forma de produção, Marcondes Filho (2009) destaca que o tratamento das notícias “antes de chegar ao receptor é o principal modo de se operar a chamada ‘manipulação’ jornalística”. Essa manipulação, segundo o autor, ocorre por meio do falseamento, que “não se dá, via de regra, de forma intencional; ao contrário, normalmente ele faz parte da própria forma de o jornalista estruturar seu mundo, de discernir os fatos (inconscientemente) com uma ‘visão dominante’”.

Quanto às formas de falseamento, o autor destaca que essa técnica opera a partir de: 1) “[...] visão fragmentada e personalizada dos processos sociais”; 2) do “uso da técnica e da linguística”; e 3) da “sonegação das informações”.

O autor ainda salienta que o argumento sustentado pela mídia de que o público recebe aquilo que deseja não é coerente com a estrutura dos meios de comunicação. Para Marcondes Filho (2009, p. 74), “as formas monopolistas de ocupação do mercado [...] liquidam amplamente com qualquer aspiração à soberania do consumidor”.

Dessa forma, é possível afirmar que há um consenso hegemônico em torno da violência de gênero, que garante a manutenção da ordem patriarcal a partir da dominação dos corpos das mulheres. Nesse sentido, a televisão é um lugar que pode reproduzir esse discurso a partir da invisibilidade e do silenciamento das vítimas, propagados por meio das notícias que transformam

a violência em espetáculo. Dessa maneira, é válido destacar que as produções jornalísticas também são atravessadas pelo recorte de raça, classe e gênero.

2.2 – RACISMO, PATRIARCADO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Analisar a produção de notícias sobre violência de gênero no telejornalismo implica também compreender como as matérias são atravessadas por clivagens de classe, cor e raça (Biroli, 2017).

Nesse sentido, a formação social brasileira aponta caminhos para identificar como o racismo, o machismo e o patriarcado estão interligados na perpetuação da prática de violência contra as mulheres. No Brasil, autores como Moura (1994), Gonzalez (1984) e Florestan Fernandes (1965) são precursores do debate sobre raça e classe no país. Nessa pesquisa, também foram utilizadas as considerações de Hasenbalg (2022), por apresentar uma perspectiva atualizada da realidade brasileira.

Nos estudos que analisam as relações raciais no Brasil, Hasenbalg (2022, p. 105) aponta três principais linhas explicativas. A primeira foi formulada por Gilberto Freyre na década de 1930, que desconsiderou as proposições sobre o racismo do século XIX e do século XX e “deu ênfase na flexibilidade cultural do colonizador português e no avançado grau de mistura racial da população do país”, formulando assim a ideia de democracia racial.

Hasenbalg (2022, p. 105) destaca que “a consequência implícita dessa ideia é a ausência de preconceito e de discriminações raciais, e, portanto, a existência de iguais oportunidades econômicas e sociais para negros e brancos”. Na noção de democracia racial, Freyre desconsidera o período da escravidão no Brasil como questão fundamental para a criação de desigualdades sociais e marginalização dos negros na sociedade.

Quanto à segunda linha de pensamento, Hasenbalg (2022) aponta que Donald Pierson (1942) e Charles Wagley (1963), influenciados pelas ideias de Freyre, também desenvolveram uma pesquisa sobre relações raciais no Norte e no Nordeste do país entre 1940 e 1950. Os autores, apesar de constatarem que a cor e a posição social estavam relacionadas, “desenfatizaram a discriminação racial e seus efeitos sobre a mobilidade do negro”. Segundo

Hasenbalg (2022, p. 106), as conclusões do estudo eram inconsistentes. Algumas das premissas do estudo evidenciaram que:

a) existe preconceito no Brasil, mas é mais preconceito de classe do que de raça; b) a forte consciência das diferenças de cor não está relacionada à discriminação; c) estereótipos e preconceitos negativos contra o negro são manifestados mais verbalmente do que no nível de comportamento; d) outras características, tais como riqueza, ocupação e educação, são mais importantes que a raça na determinação das formas de relacionamento interpessoal (HASENBALG, 2022, p. 106).

Em relação à terceira linha metodológica, o autor apontou os estudos relacionados à análise da classe enquanto questão racial nas décadas de 1950 e 1960, a partir de nomes como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. Com relação aos autores, Hasenbalg (2022, p. 107) destaca que os estudos relataram pontos em comum:

Em linhas gerais, o sistema de relações raciais é focado a partir da análise do processo de desagregação do sistema escravista de castas e da constituição de uma sociedade de classes. A situação social do negro depois da abolição é vista à luz da herança do antigo regime. Preconceito e discriminação raciais, o despreparo cultural do ex-escravo para assumir a condição de cidadania e de trabalhador livre e a sua negação do trabalho como forma de afirmação da posição de homem livre resultaram na marginalização e desclassificação social do negro, que se estendeu por mais de uma geração (HASENBALG, 2022, p. 108).

Entretanto, segundo o autor, essas análises correspondem “basicamente à região Sul do país, onde a grande maioria da população negra tinha saído da condição servil nos anos finais do sistema escravista”. Desse modo, não se aplicavam às outras regiões do país, como o Nordeste e Minas Gerais, em que o processo “foi mais gradual e a maioria da população negra já era livre antes da abolição, apesar de ter ficado imobilizada, antes e depois da abolição, por um sistema semiservil de relações de trabalho”. A crítica do autor tem relação com o fato de os pesquisadores analisarem um contexto específico da classe e da questão racial, quando o país apresentava contextos sociais e econômicos distintos no processo de abolição da escravidão.

A despeito das diferenças no tratamento do problema, a perspectiva assimilacionista está presente nas três abordagens das relações

raciais acima destacadas. Num caso o papel da raça na geração de desigualdades sociais é negado, noutra o preconceito (racial) é reduzido a um fenômeno de classe e, por último a discriminação racial constitui um resíduo cultural do já distante passado escravista. Nenhuma dessas perspectivas considera seriamente a possibilidade da coexistência entre racismo, industrialização e desenvolvimento capitalista (HASENBALG, 2022, p. 110).

Partindo desse pressuposto, esta pesquisa considera pertinentes as análises de Hasenbalg (2022), por apresentar o racismo sob o viés da industrialização e do capitalismo, uma vez que esses dois fenômenos sociais, além de influírem na formação e na posição do negro na sociedade, também constituem elementos fundamentais que contribuíram para a consolidação da televisão no Brasil.

Desse modo, para contrapor as ideias dos autores mencionados, Hasenbalg (2022) sugere duas proposições:

a) preconceito e discriminação raciais não se mantêm intactos após a abolição, adquirindo novas funções e significados dentro da nova estrutura social; b) as práticas racistas do grupo racial dominante, longe de serem meras sobrevivências do passado, estão relacionadas aos benefícios materiais e simbólicos que os brancos obtêm da desqualificação competitiva do grupo negro (HASENBALG, 2022, p. 111).

O autor compreende que a industrialização no Brasil também contribuiu para o fortalecimento do racismo. Para Hasenbalg (2022, p. 112), a raça, como “atributo social historicamente elaborado”, é utilizada como “um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social”. Desse modo, a raça e a classe social se relacionam e determinam a posição dos indivíduos na sociedade.

Em relação à estrutura da mobilidade social, Hasenbalg (2022, p. 113) destaca que “a desigual distribuição geográfica de brancos e negros e as práticas racistas do grupo racial dominante” são fatores que influenciaram a estratificação social. Nesse processo, o autor ressalta que a “segregação geográfica” contribuiu para que os negros ocupassem áreas “nas regiões agrárias e menos desenvolvidas do Brasil”, enquanto a população branca se concentrava no Sudeste, uma região que oferecia maiores oportunidades econômicas em relação às regiões onde a população negra estava inserida.

Quanto ao racismo, o autor destaca que “além dos efeitos das práticas discriminatórias, uma organização social racista também limita a motivação e o nível de aspirações dos negros”. Nesse sentido, o racismo é uma forma de projetar sobre a população negra o exercício da dominação a partir da sua classe social.

Quando são considerados os mecanismos sociais que obstruem a mobilidade social ascendente do negro, às práticas discriminatórias dos brancos devem ser acrescentados os efeitos derivados da internalização, pela maioria da população negra, de uma autoimagem desfavorável. Essa visão negativa do negro começa a ser transmitida nos textos escolares e está presente numa estética racista veiculada permanentemente pelos meios de comunicação de massa, além de estar incorporada num conjunto de estereótipos e representações populares. Dessa forma, as práticas discriminatórias, a tendência a evitar situações discriminatórias e a violência simbólica exercida contra o negro reforçam-se entre si de maneira a regular as aspirações do negro de acordo com que o grupo racial dominante impõe e define como os “lugares apropriados” para as pessoas de cor (HASENBALG, 2022, p. 114).

Na perspectiva do autor, o racismo é um modo de dominação que determina o lugar dos indivíduos na sociedade. Na confluência desse pensamento, Moura (1994, p. 2) observa que o racismo tem “em última instância, um conteúdo de dominação, não apenas étnico, mas também ideológico e político”, atravessado pelo capitalismo.

O autor elenca quatro proposições sobre o racismo que ajudam a compreender esse viés: 1) como multiplicador ideológico utilizado para justificar os crimes cometidos “em nome do direito biológico, psicológico e cultural de ‘raças eleitas’ a partir da colonização dos territórios pelas ‘nações dominadoras’”; 2) como racismo interno nas nações em que a classe dominante explora “as camadas trabalhadoras negras e mestiças”; 3) como racismo larval que assume o caráter científico e passa a ser manipulado como uma ciência; 4) como racismo moderno, que nasce com o capitalismo.

Para Moura (1994, p. 3), a ascensão do racismo no capitalismo se deu, em primeiro lugar, pelo êxito do sistema colonial sustentado pelo extermínio das populações dos territórios explorados e pelo “tráfico negreiro com a África, um dos fatores mais importantes da acumulação capitalista nos países europeus”.

Somado a isso, o autor destaca que, na transição do colonialismo para o imperialismo (neocolonialismo), o racismo passou a ser instrumental. As metrópoles enxergavam as áreas coloniais como subdesenvolvidas em relação aos países brancos, e essa visão corroborou para instaurar um sistema de dependência, no qual a metrópole controlava a economia e submetia a colônia ao sistema de dominação.

Compreende-se, a partir dos pressupostos do autor, que o racismo é uma arma de dominação porque tem em sua base a exploração que incide diretamente sobre o lugar de existência do outro. É ideológico porque pode ser utilizado como justificativa para reforçar estereótipos sociais negativos sobre a população negra; é também político porque constitui uma forma de poder utilizado para a manutenção da ordem hegemônica por meio de práticas discriminatórias e segregação social.

Nessa perspectiva, Gonzalez (1984, p. 226) destaca o racismo enquanto neurose cultural ao considerar que a sociedade brasileira não admite ser uma sociedade racista. Apesar de a formação de estereótipos evidenciar que o racismo existe e se faz presente por meio de afirmações como “Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta”, questões culturais, como o Carnaval, por exemplo, em que o corpo da mulher negra é celebrado e aplaudido nos desfiles das escolas de samba, ainda evocam a ideia de democracia racial. A autora aponta que a sociedade reproduz um discurso que se desloca da realidade.

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto (GONZALEZ, 1984, p. 226).

Com base nessa afirmação, Gonzalez (1984) aborda as noções de consciência e memória na perspectiva do racismo. Para a autora, a consciência pode ser entendida como o “lugar da alienação”, enquanto a memória pode ser definida como o “lugar da emergência da verdade”. Em outras palavras, o discurso estabelecido por meio da consciência ignora a verdade da memória e, por isso, constitui um modo ideológico de dominação. Isso significa que a

negação do racismo por parte da sociedade brasileira ocorre através da consciência que “se afirma como verdade” e ignora os processos históricos, como a escravidão, que contribuíram diretamente para a formação das desigualdades sociais entre brancos e negros.

Nessa perspectiva, o patriarcado também se configura como um sistema atravessado pelo racismo e pelo machismo. Essa conjuntura social, segundo Saffioti (2015), sustenta-se a partir da liberdade dos homens e da sujeição das mulheres.

[...] o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, e, portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados. Para fins analíticos, trata-se de esferas distintas; são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social (SAFFIOTI, 2015, p. 57).

Dessa forma, segundo Saffioti (2015), o patriarcado pode ser compreendido como uma estrutura de poder que: 1) se estabelece a partir de uma relação civil; 2) dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres; 3) representa uma hierarquia e se estabelece nos espaços sociais; 4) tem base material; 5) corporifica-se; 6) se baseia tanto na ideologia quanto na violência.

Percebe-se, então, que o patriarcado é uma estrutura cuja principal engrenagem está baseada na violência e na dominação de outros corpos, sujeitando-os a contextos de exploração.

Para Saffioti (2015, p. 18), o público brasileiro compreende a violência como uma “ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”; porém, a autora destaca que a violência não é percebida com o mesmo grau de violação e intensidade por todas as pessoas, considerando que os indivíduos de uma mesma sociedade têm processos de formação diferentes e, conseqüentemente, interpretam a realidade a partir de suas vivências.

Saffioti (2015, p. 50) destaca que o entendimento de violência estabelecido pelo senso comum “não encontra lugar ontológico”. A autora defende uma compreensão do fenômeno a partir da definição de direitos humanos, que possui uma consolidação na categoria de direitos universais,

“internacionalmente aceitos, em nome dos quais as mulheres podem ser defendidas das agressões machistas”.

A autora sustenta a utilização dos direitos humanos como um meio para compreender o conceito e o significado de violência, porque considera a declaração uma fonte que evita a interpretação subjetiva de cada indivíduo sobre o fenômeno. Saffioti (2015, p. 83) ainda destaca que “há uma consciência avançada da situação, capaz de definir os direitos humanos no feminino, como, aliás, vem sendo feito nos campos da saúde, da educação, da violência, no terreno jurídico”.

Ao compreender a violência como a violação do direito estabelecido, Saffioti (2015) também reconhece que a sociedade brasileira naturaliza que “homens maltratem suas mulheres”. A autora destaca que essa questão:

Se situa na tolerância e até no incentivo da sociedade para que homens exerçam sua força-potência-dominação contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce e sensível, portanto mais adequada ao desfrute do prazer. O consentimento social para que os homens convertam sua agressividade em agressão não prejudica, por conseguinte, apenas as mulheres, mas também a eles próprios (SAFFIOTI, 2015, p. 79).

Ainda em relação ao território da violência, Saffioti (2015) destaca que há um limite muito tênue entre as formas de violência contra a mulher e a “obrigação de suportar o destino de gênero traçado para as mulheres: sujeição aos homens, sejam pais ou maridos”.

Nesse sentido, apesar de as mulheres, ao longo da história, terem construído diversas iniciativas pelo fim da violência e pela igualdade de gênero, a compreensão da sociedade sobre a formação das mulheres como subalternas e inferiores aos homens ainda autoriza esse tipo de comportamento e postura. A violência de gênero, nesse sentido, não só é historicamente legitimada, mas também socialmente aceita e tolerada.

Biroli (2018, p. 36) entende que “a divisão sexual do trabalho produz o gênero”, atravessado pela “convergência entre gênero, classe, raça e nacionalidade”, que incide diretamente nas relações de trabalho. Para a autora, essa compreensão evidencia que esses contextos combinados remetem a posições que ganham sentidos em hierarquias. Em outras palavras, as vivências individuais de cada mulher não podem ser percebidas fora do recorte

(gênero, raça e classe). Para exemplificar, uma mulher negra, pobre e sem acesso a recursos enfrentará a violência de gênero de forma distinta de uma mulher branca, de classe média alta, em um contexto social com rede de apoio e privilégios.

Saffioti (2015) estabelece como gênero “um conceito de normas modeladoras dos seres humanos em homens e em mulheres”. Essas normas estabelecidas podem culturalmente sustentar a condição de desigualdade entre homens e mulheres, uma vez que a sociedade privilegia os comportamentos masculinos em detrimento do feminino. Nesse sentido, a autora argumenta que:

A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama das relações sociais. Nas relações entre homens e entre mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência (SAFFIOTI, 2015, p. 75).

A autora também destaca que a violência de gênero não pode ser compreendida apenas como violência praticada por homens contra mulheres, pois ela também “pode ser perpetrada por um homem contra outro, por uma mulher contra outra”. Todavia, Saffioti (2015, p. 75) aponta que o vetor mais amplamente difundido da “violência de gênero caminha no sentido homem contra mulher, tendo a falocracia como caldo da cultura”.

Nesse sentido, o racismo, o patriarcado e a violência de gênero continuam sendo uma expressão da formação brasileira. O jornalismo, como forma de conhecimento, tem força para apontar uma mudança de paradigma, mas, ao ser apropriado pela mídia hegemônica, pode reforçar o reflexo dessa construção que historicamente submete as mulheres a um sistema de dominação, que se materializa tanto na constatação de que a Bahia é um dos estados mais violentos do país quanto na produção de notícias que utilizam a violência de gênero como espetáculo.

2.3 – PANDEMIA, AS MULHERES E O JORNALISMO NO BRASIL

No dia 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recebeu um alerta das autoridades chinesas sobre vários casos de

pneumonia que estavam afetando a saúde dos moradores na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China.

Na primeira semana de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado um novo tipo de coronavírus. A OMS alertou que o vírus já existia, mas que, nas últimas décadas, raramente havia causado doenças mais graves em humanos. Em nota, a organização destacou os vírus já identificados e nomeou o novo coronavírus como Covid-19.

Ao todo, sete coronavírus humanos (HCoV) já foram identificados: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-COV (que causa síndrome respiratória aguda grave), MERS-COV (que causa síndrome respiratória do Oriente Médio) e o, mais recente, novo coronavírus (que no início foi temporariamente nomeado 2019-nCoV e, em 11 de fevereiro de 2020, recebeu o nome de SARS-CoV-2). Esse novo coronavírus é responsável por causar a doença COVID-19 (OMS, 2019).

Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Segundo a própria organização, “a ESPII é considerada, nos termos do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), ‘um evento extraordinário que pode constituir um risco de saúde pública para outros países devido à disseminação internacional de doenças; e potencialmente requer uma resposta internacional coordenada e imediata’”.

Em 26 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde emitiu uma nota confirmando o primeiro caso de Covid-19 no Brasil.

No dia 18 de março de 2020, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o pedido de reconhecimento de calamidade pública diante da pandemia de coronavírus. O Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 88/20, aprovado também pelo Senado Federal, permitia ao Poder Executivo gastar mais do que o previsto e desobedecer às metas fiscais para financiar as ações de combate à pandemia. Nesse mesmo período, o Ministério da Saúde havia notificado que o país já registrava 7 mortes e 621 casos de Covid-19.

Apesar do reconhecimento de calamidade pública e da aprovação do uso de recursos fora das metas fiscais, o Governo Federal, representado na época pelo presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (2018-2022), não

acatou de imediato as solicitações de isolamento social emitidas pela Organização Mundial da Saúde e pelo Ministério da Saúde.

Com o avanço constante nos números de casos notificados, o Brasil passou a figurar na lista dos países com a maior taxa de contaminação. Segundo um estudo realizado pelo Imperial College de Londres, dos 48 países analisados, o Brasil ocupava o primeiro lugar com uma taxa de contaminação de 2,8 por cada pessoa infectada pelo vírus.

As medidas mais restritivas só começaram a ser executadas no país em maio de 2020, quase três meses depois do reconhecimento e registro do primeiro caso de Covid-19. No dia 11 de maio de 2020, o Conselho Nacional de Saúde emitiu a recomendação N°36, que estabeleceu medidas mais restritivas de distanciamento social. O texto reproduzido na íntegra destaca as seguintes recomendações:

1) Que sejam implementadas medidas que garantam pelo menos 60% da população em distanciamento social, ou superiores a este, em se agravando a ocupação de leitos, de maneira progressiva e efetiva, como medida sanitária excepcional necessária; 2) Que sejam adotadas medidas de distanciamento social mais rigoroso, ou seja, a contenção comunitária ou bloqueio (em inglês, lockdown) nos municípios com ocorrência acelerada de novos casos de COVID-19 e com taxa de ocupação dos serviços atingido níveis críticos, agregando as seguintes providências: a) Suspensão de todas as atividades não essenciais à manutenção da vida e da saúde, apenas autorizando o funcionamento dos serviços considerados essenciais, por sua natureza; Ministério da Saúde / Conselho Nacional de Saúde 5 b) Adoção de medidas de orientação e de sanção administrativa quando houver infração às medidas de restrição social, podendo serem aplicadas em áreas específicas de uma cidade (bairros, distritos, setores); c) Restrição da circulação de pessoas e de veículos particulares (somente com uso de máscaras), salvo transporte de pessoas no itinerário e no exercício de serviços considerados como essenciais, com ampliação de medidas informativas e educativas (monitoramento do cumprimento) em veículos de transporte coletivo; e d) Mobilização das Forças Armadas e de Segurança, pelos poderes Estaduais e Municipais, pela via de parcerias intersetoriais entre os órgãos, com vistas ao cumprimento dos protocolos de emergência para a adoção de bloqueio total (lockdown) quando necessário, com planejamento antecipado ao limite de ocupação de leitos na rede local de saúde (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2020).

Ao considerar o texto, é preciso destacar que, embora o isolamento social fosse necessário naquele momento, o Brasil de 2020 não estava preparado para administrar todas as mudanças que a pandemia promoveu. Em abril do mesmo ano, o professor Boaventura Santos, da Faculdade de

Economia da Universidade de Coimbra, publicou um artigo de opinião intitulado A Cruel Pedagogia do Vírus. No texto, o autor destaca que qualquer forma de isolamento social tem, em sua natureza, a discriminação de grupos que socialmente já sofriam com vulnerabilidades sociais e que teriam o contexto de suas vidas agravado pela quarentena.

Santos (2020, p. 15) destaca que esse processo pode ser nomeado como “Sul da quarentena”. Para ele, “o Sul não designa um espaço geográfico. Designa um espaço-tempo político, social e cultural. É a metáfora do sofrimento humano injusto causado pela exploração capitalista, pela discriminação racial e pela discriminação sexual”.

No artigo, Santos (2020) destacou 7 grupos que possivelmente seriam os mais prejudicados com o isolamento social: 1) as mulheres; 2) os trabalhadores informais; 3) os sem-abrigo ou populações de rua; 4) os moradores nas periferias pobres das cidades e favelas; 5) os internos em campos de internamento para refugiados, imigrantes indocumentados ou populações deslocadas internamente; 6) os deficientes; 7) os idosos. O autor evidencia que a lista poderia incluir outros grupos, mas reforça sua argumentação ao considerar que os coletivos sociais selecionados revelam duas vertentes: apesar das organizações e das mídias afirmarem que esses grupos podem ganhar visibilidade diante da pandemia, o contexto dessa visibilidade está atravessado por um grande desamparo social e político, o que promove a invisibilidade. No texto, o autor ressalta esse paradoxo:

A lista dos que estão a sul da quarentena está longe de ser exaustiva. Basta pensar nos presos e nas pessoas com problemas de saúde mental, nomeadamente depressão. Mas o elenco selecionado mostra duas coisas. Por um lado, ao contrário do que é veiculado pelos media e pelas organizações internacionais, a quarentena não só torna mais visíveis, como reforça a injustiça, a discriminação, a exclusão social e o sofrimento imerecido que elas provocam. Acontece que tais assimetrias se tornam mais invisíveis em face do pânico que se apodera dos que não estão habituados a ele (SANTOS, 2020, p. 21).

No Brasil, a hipótese estabelecida por Santos (2020) foi evidenciada no cotidiano de milhares de brasileiros. Em 2021, o relatório sobre a riqueza global feito pelo banco Credit Suisse apontou que, em 2020, seguindo uma tendência mundial provocada pela pandemia de Covid-19, a concentração de renda

aumentou no país. 49,6% de toda a riqueza estava concentrada nas mãos de 1% da população brasileira. Os dados do relatório também destacaram que, naquele ano, o Brasil atingiu o maior nível de concentração de renda desde os anos 2000, quando 1% mais rico detinha 44,2% das riquezas, e em 2010 havia caído para 40,5%, a menor taxa já registrada.

Nesse contexto, a pandemia suscitou um outro debate: Diante de um país que concentrava riqueza em um cenário de grande fragilização da vida humana, quem poderia, de fato, cumprir todas as medidas de isolamento social? Para Lago (et al., 2020), a resposta frente à orientação da OMS para a quarentena dividiu o mundo em categorias e grupos, evidenciando as disparidades já existentes.

Nesse contexto, o isolamento social foi vivenciado em diferentes perspectivas e evidenciou que as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde em 2020 não poderiam ser executadas por todos os grupos sociais, dadas as condições de vulnerabilidade a que esses grupos já estavam submetidos socialmente e a ausência de políticas públicas que efetivamente garantissem a vida dessas pessoas.

Santos (2020) considerou que as mulheres estariam entre os grupos mais afetados pela quarentena. Para o autor, elas são consideradas “as cuidadoras do mundo”, estão na linha de frente nas profissões do cuidado e seriam responsáveis pela administração da família. O autor também alerta, em seu texto, que a violência no espaço doméstico tende a aumentar em tempos de crise e destaca:

A quarentena será particularmente difícil para as mulheres e, nalguns casos, pode mesmo ser perigosa. As mulheres são consideradas as cuidadoras do mundo, dominam na prestação de cuidados dentro e fora das famílias. Dominam em profissões como enfermagem ou assistência social, que estarão na linha da frente da prestação de cuidados a doentes e idosos dentro e fora das instituições. Não se podem defender com uma quarentena para poderem garantir a quarentena de outros. São elas também que continuam a ter a seu cargo, exclusiva ou maioritariamente, o cuidado das famílias. Poderia imaginar-se que, havendo mais braços em casa durante a quarentena, as tarefas poderiam ser mais distribuídas. Suspeito que assim não será em face do machismo que impera e quiçá se reforça em momentos de crise e de confinamento familiar. Com as crianças e outros familiares em casa durante 24 horas, o stress será maior e certamente recairá mais nas mulheres. O aumento do número de divórcios em algumas cidades chinesas durante a quarentena pode ser um indicador do que acabo de dizer. Por outro lado, é sabido que

a violência contra as mulheres tende a aumentar em tempos de guerra e de crise – e tem vindo a aumentar agora. Uma boa parte dessa violência ocorre no espaço doméstico. O confinamento das famílias em espaços exíguos e sem saída pode oferecer mais oportunidades para o exercício da violência contra as mulheres (SANTOS, 2020, p. 15).

Um relatório produzido pela ONU Mulheres (2020), que aborda as questões entre gênero e pandemia, apontou um dado alarmante. De acordo com a análise sistematizada pela ONU Mulheres e pelo PNUD, até 2021, a estimativa era de que 435 milhões de mulheres e meninas viveriam com menos de 1,90 dólares por dia, e 47 milhões delas seriam colocadas em situação de pobreza devido à pandemia.

Em abril do mesmo ano, a ONU Mulheres também emitiu uma declaração destacando que o crescimento da Covid-19 no mundo, somado às medidas de isolamento social, já mostravam os efeitos do aumento da violência doméstica. De acordo com a nota, países como Argentina, Canadá, França, Alemanha, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos, no período mencionado, registraram mais denúncias por violência doméstica nos canais de atendimento.

Nesse contexto, porém, havia um paradoxo. Enquanto os relatórios apontavam o crescimento de denúncias nos canais de atendimento, também era evidenciada a redução no número de registros de boletins de ocorrência. O relatório Visível e Invisível – A Vitimização de Mulheres no Brasil – 3ª edição – 2021, produzido em parceria com o Fórum de Segurança Pública e o Instituto de Pesquisa Datafolha, apontou que essa tendência se estabeleceu devido às adaptações realizadas nos canais de denúncias e às medidas de isolamento social impostas pela quarentena. O relatório apontou que esse fenômeno não foi uma tendência apenas no Brasil, mas uma nova configuração que afetou outros países.

Com base nessas evidências, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020 estabeleceu uma base de comparação entre os dados do primeiro semestre de 2020 e o mesmo período de 2019. A comparação demonstrou que os registros de ocorrência de crimes contra a mulher foram drasticamente reduzidos, com exceção da violência letal, que aumentou nesse período, assim como os registros de ligações para o canal 190. Segundo os dados do relatório,

isso ocorreu porque as denúncias passaram a ser realizadas exclusivamente de modo virtual ou pelos canais de atendimento, o que aumentou ainda mais os casos de subnotificação. Já em relação ao aumento da taxa de violência letal, os dados atribuem que o isolamento social contribuiu para que vítimas e agressores convivessem por mais tempo no mesmo ambiente.

O relatório *Visível e Invisível*, publicado em 2021, também contribuiu para analisar os impactos da pandemia de Covid-19 no Brasil. Os dados foram elaborados a partir das análises do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020 e estabeleceram uma metodologia de pesquisa para medir o impacto da prevalência da violência e do assédio contra as mulheres no país. O recorte da pesquisa teve como público-alvo mulheres de todas as classes sociais, com 16 anos ou mais, e abrangência nacional.

A abrangência é nacional, incluindo Regiões Metropolitanas e Cidades do Interior de diferentes portes, em todas as Regiões do Brasil. As entrevistas foram realizadas em 130 municípios de pequeno, médio e grande porte, no período de 10 a 14 de maio de 2021. A amostra total nacional foi de 2.079 entrevistas. A amostra total de mulheres foi de 1.089 entrevistas, sendo que destas 879 aceitaram responder o módulo de autopreenchimento. Ambas as amostras permitem a leitura dos resultados no total do Brasil, pelas regiões: Sudeste, Sul, Nordeste e Norte/ Centro-Oeste. A margem de erro para o total da amostra nacional é de 2,0 pontos para mais ou para menos. A margem de erro para o total da amostra de mulheres participantes do autopreenchimento é de 3,0 pontos para mais ou para menos (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021, p. 14).

O relatório *Visível e Invisível* evidenciou que 1 em cada 4 mulheres brasileiras (24,4%) acima de 16 anos declarou ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos últimos 12 meses, durante a pandemia de Covid-19. O relatório também constatou que as mulheres sofreram mais violência dentro da própria residência, e o perfil do agressor se configurava como alguém conhecido pela vítima, evidenciando a complexidade do enfrentamento da causa.

Se, em relação às estatísticas apresentadas, os números de violência contra a mulher ganharam evidência, no jornalismo, alguns estudos apontam que a pandemia invisibilizou as mulheres.

No artigo intitulado *A pandemia não tem rosto de mulher*, as pesquisadoras analisaram a falta de participação das mulheres nas

reportagens do Caderno Especial do jornal O Globo Boas Práticas da Pandemia, sob a metodologia do Global Media Monitoring Project (GMMP), que mapeia pesquisas sobre gênero na mídia. As autoras destacam um dado importante sobre esse método de pesquisa:

Entre os resultados, o monitoramento mundial apontou que as mulheres são pouco representadas nas notícias: apenas 24% do que é produzido como notícia no mundo fala sobre mulheres ou recorre a elas como fontes (LAGO et al., 2020, p. 101).

A investigação em relação ao veículo selecionado apontou que as reportagens não levantaram questões sobre a desigualdade de gênero nem destacaram as diferenças de como homens e mulheres atravessaram esse período.

Em primeiro lugar, nenhuma das matérias, ao tratar especificamente da COVID-19, adota uma perspectiva de equidade gênero que dê conta da forma específica como mulheres e homens são atravessados pela pandemia. Esta perspectiva é necessária para contrapor às construções que naturalizam o universal como masculino. Ou seja, se as matérias são escritas sem apontar para esta naturalização da proeminência do masculino, elas tendem a reforçá-la (LAGO et al., 2020, p. 104).

Outro achado importante da pesquisa foi a quantidade de mulheres presentes nas narrativas. A pesquisa analisou oito matérias jornalísticas, nas quais foram entrevistadas 26 pessoas: 16 mulheres e 10 homens. Embora tenha sido constatada uma maior participação feminina nas entrevistas, os discursos e enquadramentos empregados nas matérias relacionadas às mulheres estavam associados ao tema do cuidado, uma questão historicamente vinculada ao universo feminino. Em contraste, as entrevistas com homens estavam mais associadas ao caráter profissional, com os homens sendo retratados como especialistas em determinados temas, o que ajudava a legitimar a pauta do jornal.

As mulheres, quando aparecem como especialistas geralmente o são em esferas construídas como femininas (notadamente relacionadas ao cuidado). Quando são entrevistadas, a são como indicadoras de experiências pessoais, ou seja, transitando na esfera do privado, ou seja, mulheres, quando retratadas em notícias, tendem a sê-lo a partir da lógica de falar do próprio (o pessoal, sua experiência) e muito menos como especialista sobre os temas, principalmente se estes

são da esfera da política, economia -- as chamadas hard News (LAGO et al., 2021, p. 105).

As autoras concluem que a Covid-19 contribuiu ainda mais para a disparidade de gênero no jornalismo e destacam que

Contrariamente a esta prerrogativa, as mulheres são menos citadas como fontes nas matérias sobre a pandemia do que o são nas reportagens cotidianas. Continuam aparecendo majoritariamente por seus relatos de experiências pessoais e muito menos como especialistas, em que pese a linha de frente de profissionais que atuam no atendimento da COVID-19 ser formada em grande parte por mulheres (LAGO et al., 2021, p. 106).

Nesse contexto, a presença das mulheres nas matérias jornalísticas tem um viés pautado por aquilo que a mídia denomina e direciona como pertencente ao lugar feminino. Como destaca Veiga da Silva (2010), o jornalismo é atravessado pelo gênero e também reflete as estruturas sociais.

Por reproduzir relações de gênero e poder hegemonicamente prevalentes na cultura, conhecimentos sociais historicamente produzidos em determinadas instâncias de poder, relacionadas a determinadas visões de mundo e ao *status quo* [...] o jornalismo é também produzido por representações sexuais, de classe, de raça, de geração. Mais do que isso, o jornalismo desvelou-se constituído de gênero. E o gênero do jornalismo é masculino (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 205).

Como esta pesquisa tem um recorte específico e analisa reportagens vinculadas ao programa *Bahia Meio Dia*, um telejornal que transmite notícias direto da capital do estado da Bahia, em Salvador, é válido destacar alguns dados importantes referentes a questões como violência e pobreza nesse cenário.

Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, desde 2019 a Bahia ocupa o ranking dos estados com as maiores taxas de mortes violentas intencionais. No último Anuário Brasileiro de Segurança, divulgado pelo fórum em 2023, foi feito um mapeamento das 50 cidades mais violentas do Brasil. No relatório, 12 delas estão localizadas na Bahia: Jequié, Santo Antônio de Jesus, Simões Filho, Camaçari, Feira de Santana, Juazeiro, Teixeira de Freitas, Salvador, Ilhéus, Luís Eduardo Magalhães, Eunápolis e Alagoinhas. A taxa de mortes violentas no estado é de 47,1 por 100 mil habitantes, ultrapassando a

média nacional de 23,3 por cada 100 mil habitantes. O relatório também apontou que 76,9% das vítimas em todo o país são pessoas negras. Os dados também evidenciaram que 50,2% têm entre 12 e 29 anos e 91,4% são do sexo masculino.

Somada aos indicadores de violência, a Bahia também lidera o ranking dos estados com o maior índice de pobreza. Segundo relatório divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), em 2021, 6 de cada 10 trabalhadores baianos possuíam renda mensal inferior a um salário mínimo. A pesquisa informou que, na transição de 2020 para 2021, o estado ocupou o terceiro lugar nos índices de crescimento da pobreza, abaixo apenas de São Paulo e Minas Gerais.

Um levantamento realizado pela Rede de Observatórios de Segurança destacou que, em 2020, foram registrados 306 casos de violência contra a mulher na Bahia. Os registros apontaram 70 casos de feminicídio, 111 homicídios, 80 tentativas de feminicídios e agressões físicas, e 26 estupros, além de crimes como agressão verbal, tortura, sequestro, cárcere privado e bala perdida.

Essas pesquisas, entretanto, não podem ser interpretadas apenas pelo viés quanti-qualitativo. Saffioti (2015, p. 83) destaca que “o gênero, a raça/etnicidade e as classes sociais constituem eixos estruturantes da sociedade”. Desse modo, é preciso destacar que o aumento da violência de gênero contra as mulheres na pandemia não constitui um fator isolado, mas sim uma condição social atravessada pelo machismo e pelo patriarcado, assim como pela ausência de políticas públicas e pela ineficiência das leis e da justiça no combate aos crimes.

O jornalismo, enquanto forma de conhecimento, como destaca Meditsch (1997, p. 4), “não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, mas também reproduz o conhecimento produzido por outras instituições sociais”. Nesse aspecto, o jornalismo é um meio que recebe influências externas da sociedade e produz discursos que melhor se adequam ao veículo jornalístico.

Quanto aos discursos reproduzidos pela mídia, Biroli (2017) destaca que, embora ela não seja responsável por criar os estereótipos sociais, os

meios de comunicação podem reproduzi-los em suas produções. A autora compreende que o conceito de estereótipo faz parte das bases de representação da realidade. Os indivíduos muitas vezes se identificam a partir dessas construções, mesmo que para eles essas tipificações sejam negativas. Biroli (2017) ressalta que os estereótipos têm “impacto sobre o modo como as relações afetivas e de poder se organizam. Os estereótipos têm caráter produtivo, naturalizando e realizando valores e julgamentos”.

Dessa forma, os dados estatísticos também podem ser utilizados no jornalismo para promover ou reforçar a vulnerabilidade das identidades dos grupos historicamente marginalizados. Biroli (2017) ainda destaca que a presença de estereótipos na mídia gera, em certa medida, um nível de identificação entre o público e o veículo. Os estereótipos criam referências comuns entre os indivíduos, mesmo quando estão separados socialmente pelos marcadores sociais, como classe, sexo, raça ou etnia.

Essa identificação se torna possível porque, segundo a autora, a mídia é um espaço de difusão de imagens que intermedia as relações entre a realidade cotidiana e aquilo que é reproduzido na tela da televisão. Nesse aspecto, a relação entre mídia, estereótipos e poder está imbricada, uma vez que a sociedade se reconhece no discurso e o poder se manifesta também na linguagem. A autora afirma que:

Os meios de comunicação têm, nas sociedades contemporâneas, um papel central na difusão de representações do mundo social. A relação com o mundo é mediada por imagens produzidas e difundidas em escala industrial, fazendo com que nossas referências sejam uma fusão entre o mundo com o qual temos contato diretamente e o mundo que conhecemos pelas telas da TV, pela internet e pelas páginas de revistas e jornais (BIROLI, 2017, p. 132).

Ainda em relação à produção do discurso, Orlandi (2005) focaliza que a linguagem não é um sistema meramente informativo; ela coloca em perspectiva a relação entre sujeitos e a construção de sentidos, atravessados pela língua e pela história.

A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores (ORLANDI, 2005, p. 20).

Desse modo, quando a mídia retrata em suas matérias os dados estatísticos deslocados do contexto de raça, classe e gênero, ela potencializa um discurso que marginaliza os corpos historicamente excluídos pela sociedade e vitimados pela violência.

No dia 4 de abril de 2020, o programa *Bahia Meio Dia* exibiu uma reportagem intitulada "População mais carente de Salvador enfrenta mais dificuldades por causa da pandemia". A legenda da matéria, escrita em caixa alta, chama atenção na imagem: **CORONAVÍRUS NAS COMUNIDADES POBRES DE SALVADOR – Falta água, comida e resta esperança para a população mais pobre.**

Figura 1 – Captura de tela da notícia



Fonte: Programa Bahia Meio Dia/ Globoplay.

O repórter Renan Pinheiro informa no início da reportagem que os moradores do bairro de Nossa Senhora de Fátima, em Periperi, uma comunidade de Salvador, não têm acesso a água encanada nem a saneamento básico. O jornalista também salienta que a maior parte da população da comunidade vive sem trabalho, e aqueles que estavam no mercado informal não conseguem atuar devido às restrições do isolamento social imposto pela Covid-19. O repórter ainda enfatiza que “sem dinheiro e sem condições básicas de saúde, a solução é apelar para doações e também alguns improvisos”, como utilizar a água de um minadouro, cuja procedência a população desconhece. Ao final da matéria, que teve duração de 03:14, o apresentador Ricardo Ishmael informa que a Empresa Baiana de Águas e

Saneamento (Embasa) anunciou que enviaria para a comunidade dois carros-pipas, mas que esse abastecimento continuaria sendo racionado, devido às demandas de outros bairros.

A reportagem é permeada por imagens que revelam a pobreza extrema da localidade, formada majoritariamente por pessoas socialmente identificadas como negras. O cinegrafista também capta imagens de crianças e jovens presentes na comunidade, evidenciando o contexto de vulnerabilidade.

Nessa reportagem, o problema é identificado como a falta de água no bairro; a causa pode ser compreendida como a falta de saneamento básico e água encanada, que impede o abastecimento no local. Em relação ao julgamento moral, fica subentendido na fala do repórter que a condição de pobreza dos moradores da localidade se deve, em parte, pela falta de trabalho, uma vez que o jornalista salienta a importância das doações e do improvisado. A solução do problema é aguardar a concessionária de saneamento básico atender às demandas do local.

O que chama a atenção na reportagem é a ausência da problematização da pandemia no contexto de pobreza. Biroli (2017) destaca que as representações realizadas na mídia têm um peso social diferente para “ricos e pobres, homens e mulheres, negros e brancos”. Para a autora,

Os estereótipos são artefatos morais e ideológicos que têm impacto para a reprodução das relações de poder. Neles o caráter moral dos valores e julgamentos está atrelado aos dispositivos ideológicos de legitimação de papéis e posições em uma dada ordem social. Os estereótipos correspondem à definição do outro e do contexto em que as relações se travam em termos de expectativas sociais padronizadas que, por sua vez, pressupõem valores (BIROLI, 2017, p. 80).

O programa *Bahia Meio Dia*, nessa reportagem, evidencia as fragilidades e problemas da comunidade, ao mesmo tempo em que reforça um estereótipo para as vítimas da pandemia: pessoas negras, pobres e sem trabalho.

Um outro fator presente na reportagem está relacionado à questão da raça/cor. Se a pretensão do jornal era evidenciar as dificuldades da população pobre, faltou contextualizar que a condição de pobreza não é um fator de

escolha na sociedade. Como evidencia Gonzalez (2020, p. 248), “a história do nosso país é uma história falada pela raça e classe dominante”.

Gonzalez (2020, p. 248) reitera que as grandes promessas das campanhas abolicionistas em relação à população negra, que figuravam um discurso de ascensão social, não só não se concretizaram, como também a República positivista criou “mecanismos jurídicos” para manter o negro em condição subalterna, “alijado do centro de produção econômica”. A autora justifica:

Não é por acaso que essa população acabou por ser atirada na periferia do sistema de produção que se instalou no país, um modo de produção capitalista, e a população negra, o conjunto de trabalhadores negros, vai constituir uma espécie de exército de reserva ou até mesmo a população marginal crescente, que só tem acesso em termos de trabalho à periferia do sistema, ou seja: aos setores satelitizados da economia brasileira (GONZALEZ, 2020, p. 248).

Outro aspecto que também precisa ser considerado na análise dessa matéria é a forma como as mulheres e os homens são entrevistados. Ao todo, o repórter teve como fonte 4 pessoas: 2 homens e 2 mulheres. As mulheres relataram a experiência da falta de água e de recursos para a higiene, enquanto os homens responderam a questões ligadas ao trabalho e à doença de um filho. Como reporta Lago (et al., 2020), as matérias jornalísticas ainda confinam a participação das mulheres ao ambiente doméstico e de cuidado, enquanto os homens são convidados a falar sobre assuntos relacionados à economia e à política. No caso da reportagem, mesmo diante do contexto de vulnerabilidade social dos entrevistados, o padrão do jornalismo se manteve.

Compreender as formas de produção da notícia passa também pela análise de como os programas são estruturados a partir de sua localização geográfica e dos interesses econômicos que os constituem na rede dos conglomerados. Na seção a seguir, será apresentado um breve panorama sobre a estrutura do programa *Bahia Meio Dia* e como ele se relaciona com a Rede Bahia, afiliada do Grupo Globo.

2.4 - BREVE HISTÓRIA DA REDE BAHIA E DO PROGRAMA *BAHIA MEIO DIA*

A Rede Bahia é um conglomerado de mídia localizado em Salvador, fundado em 1985 pela família Magalhães. Em 1987, a emissora se tornou afiliada da Rede Globo de Televisão e hoje representa o maior conglomerado de comunicação do Norte e Nordeste do país.

A emissora possui sete afiliadas, que realizam a cobertura de notícias em 417 municípios do estado, por meio de seis programas jornalísticos: *Bahia Agora* (TV Oeste), *Bahia Meio Dia*, exibido pelas emissoras (TV Oeste, TV Santa Cruz, TV São Francisco, TV Subaé e TV Sudoeste), *BATV*, produzidos pelas emissoras (TV Santa Cruz, TV Subaé e TV Sudoeste), *Bom Dia Sábado*, *Jornal da Manhã* e *Bahia Rural*, programas exibidos para todo o estado.

A emissora também venceu o Prêmio Rede Globo de Programação 2023, na categoria Audiência PNT, garantindo o ranking de maior audiência entre todas as afiliadas do país.

Entre os programas exibidos, o telejornal *Bahia Meio Dia*, que vai ao ar das 11h45 às 13h, atualmente apresentado por Jéssica Senra e Vanderson Nascimento, é o mais assistido da Bahia, com média de 14 pontos de audiência em Salvador. Quando comparado aos programas jornalísticos *Balanço Geral Bahia* (BA) e *Jornal da Record*, da emissora Record TV Itapoan, o *Bahia Meio Dia* lidera a audiência.

Tabela 1 – **Comparativo de audiência entre programas na Bahia**

Programa	Emissora	Horário	Audiência
Bahia Meio Dia	Rede Bahia	11h45-13h	14 pontos
Balanço Geral BA	Record TV Itapoan	11h45-15h30	13,3 pontos
Bom Dia Bahia	TV Bahia	06h-09h	13,2 pontos
Jornal da Record	Record TV Itapoan	19h30-20h30	12,7 pontos
Jornal Nacional	TV Globo	20h30-21h30	12,6 pontos

Fonte: Quadro da autora - Kantar Ibope Media – 07 de dezembro de 2023

Como a emissora e o programa selecionado para o objeto de pesquisa fazem parte do Grupo Globo, todos os programas jornalísticos precisam se adequar aos princípios editoriais determinados pela organização. Entre os pilares que sustentam as definições do jornalismo, o grupo adota o seguinte conceito:

[...] jornalismo é o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas. Qualquer fato e qualquer pessoa: Uma crise política grave, decisões governamentais com grande impacto na sociedade, uma guerra, uma descoberta científica, um desastre ambiental, mas também a narrativa de um atropelamento numa esquina movimentada, o surgimento de um buraco na rua, a descrição de um assalto à loja da esquina, um casamento real na Europa, as novas regras para a declaração do Imposto de Renda ou mesmo a biografia das celebridades instantâneas. O jornalismo é aquela atividade que permite um primeiro conhecimento de todos esses fenômenos, os complexos e os simples, com um grau aceitável de fidedignidade e correção, levando-se em conta o momento e as circunstâncias em que ocorrem. É, portanto, uma forma de apreensão da realidade (CBN, 2020).

Na primeira seção do editorial (CBN, 2020), intitulado "Os Atributos da Informação de Qualidade", são definidos três princípios: 1) isenção (o Grupo Globo se declara apartidário, laico, independente de governos e de grupos econômicos, entusiasta do Brasil e repudia o preconceito); 2) correção (que estabelece rigor na confirmação das fontes, na veracidade das informações e na responsabilidade do repórter diante da produção do texto); 3) agilidade (que compreende os processos de investir em tecnologia para ajudar na difusão do trabalho jornalístico, buscar o furo de reportagem sem perder a qualidade da narrativa, celeridade de produção e divulgação da notícia).

Esses princípios norteadores da conduta jornalística da organização são responsáveis por orientar o exercício da profissão em todas as afiliadas. Com base no que foi exposto, o programa *Bahia Meio Dia* foi selecionado para compor o objeto de análise dessa pesquisa, pois se configura como um veículo influente na sociedade baiana, atravessada por contextos culturais, econômicos e sociais que desafiam a realidade.

O telejornal *Bahia Meio Dia*, por fazer parte de um conglomerado hegemônico, está, conseqüentemente, inserido em uma lógica capitalista. Barros (2020) considera que os meios de comunicação atuam também como

meios de produção, na medida em que expandem a territorialização do capital. A autora argumenta que esse papel é estratégico.

Os grandes conglomerados midiáticos, ao se ramificarem por diferentes regiões, expandem o perímetro de atuação, criando redes econômicas e políticas de produção e distribuição por meio de suas filiais, num processo aceito como forma necessária de sustentabilidade que, no entanto, também sustenta o poder decisório destas corporações e seu peso ideológico territorial. As filiais, por sua vez, seguem a "cartilha", produzindo a partir de modelos preestabelecidos pela sede, que defende interesses particulares da corporação, os quais são localmente apresentados como interesses universais. Nesse processo, os oligopólios midiáticos desempenham papel estratégico como meios de produção que legitimam ideologicamente a mundialização do capital (BARROS, 2020, p. 275).

Barros (2020) ainda reforça que esses conglomerados assumem cada vez mais o protagonismo na "produção cultural de informação e entretenimento" e aponta para uma perspectiva alarmante em relação à produção jornalística e à manutenção do poder nessas organizações. Segundo a autora, um

Estudo sobre a concentração midiática no Brasil, realizado pela organização Repórteres sem Fronteira e Intervezes (2017), revelou que quatro grandes grupos de mídia se destacam pela distribuição de conteúdo na TV aberta no país: Grupo Globo, SBT, Record e Bandeirantes. Nesta ordem, elas detêm a maior penetração de conteúdo no território nacional, por meio de afiliadas, concentrando 70% da audiência. Tais grupos exercem seu poder de formas distintas. Como maior empresa de comunicação brasileira, o conglomerado empresarial Globo detém grande audiência e movimentação enorme quantia de capital, relativa a verbas publicitárias. Por seu aparato técnico e humano, juntamente com a capacidade de penetração no território, influencia comportamentos, estabelece modelos estéticos e produtivos, exerce poder político. O Grupo Record, por sua vez, sustenta seu poderio tendo como base os fiéis da Igreja Universal. Utiliza-se dos meios de comunicação do grupo para contrapor a líder de audiência Globo e construir seu próprio território de poder. Lideranças dessa congregação religiosa e midiática exercem atividade parlamentar, detendo poder político. Em ambos os casos, há a valorização da dimensão simbólica da comunicação como instrumento de dominação social, no qual o domínio da imagem atravessa relações políticas, assim como os pessoais e religiosas, transformadas em mera espetacularização da vida (BARROS, 2020, p. 276).

Somada a essa perspectiva, a Rede Bahia assumiu o protagonismo não somente na transmissão de notícias para o Norte e o Nordeste, mas também

exerce influência no cenário político. A pesquisadora Oliveira (2014, p. 98) destaca:

[...] vemos que a TV Bahia, desde seus primeiros momentos, assume compromisso com a proposição de uma Bahia (sobretudo Salvador e Recôncavo) essencializada, focada na valorização das práticas culturais locais e não na valorização destas, além de aprisionada a parâmetros designados, sobretudo, por segmentos empresariais e políticos. A emissora assume o lugar de vitrine para os estereótipos e mercantilização simbólica da Bahia e suas produções. O poderio da TV encontra respaldo não somente em sua conotação mercadológica e econômica, mas, antes mesmo, por razão do desempenho desta na reafirmação e atualização de representações e participação na construção das esferas simbólicas. Nota-se, então, a atuação e pertinência do fator político na configuração das produções midiáticas, em especial, televisivas.

Isso se deve ao fato de a família Magalhães ser uma das mais influentes do Estado da Bahia. Oliveira (2014, p. 93) realizou a construção de uma linha do tempo para descrever como essa família ascendeu politicamente na sociedade baiana e consolidou a Rede Bahia como “a maior empresa de televisão comercial das regiões Norte e Nordeste”. A autora destaca que “66,66% das ações do Grupo são de propriedade da família Magalhães. [...] desde junho de 2012, 33,33% das ações do grupo pertencem a Emissoras Pioneiras de Televisão (EPTV) ”.

Desse modo, fica evidente que a Rede Bahia constitui um conglomerado hegemônico no qual a produção de notícias, a economia e a política estão interligadas. Nesse sentido, Oliveira (2014) argumenta:

É certo que desde a inauguração da TV Bahia até os dias correntes, os cenários políticos nacional e regional sofreram alterações. Todavia, os campos midiático e político continuam imbricados. Não somente no que se refere à configuração legal das emissoras e suas concessões [...], mas também no que concerne a aproximações, filiações e, claro, às visibilidades engendradas e fomentadas (OLIVEIRA, 2014, p. 99).

Somada a essa perspectiva, como já foi mencionado, o enquadramento jornalístico pode apontar como essas visibilidades são vinculadas pelo programa, a partir do recorte realizado. O programa foi ao ar pela primeira vez em 1989. Como aponta Oliveira (2014, p. 99), 'quando era denominado BA TV 1ª Edição'. A partir de 1999, foi renomeado. Como muitas das produções

jornalísticas exibidas no início da tarde, o Bahia Meio-Dia caracteriza-se por uma linha editorial leve.

Tabela 2 - Linha do tempo da família Magalhães

1967 a 1970	ACM é nomeado prefeito biônico de Salvador
31 de março de 1969	Falecimento de Francisco Peixoto de Magalhães Neto
1971 a 1975	ACM é nomeado governador da Bahia pelo regime militar
1979 a 1983	ACM é nomeado governador da Bahia pelo regime militar
1985	Início da TV Bahia, que hoje integra a Rede Bahia
1985 a 1990	ACM é Ministro das Comunicações do Brasil
1991 a 1994	ACM é eleito governador da Bahia de forma direta
1994	ACM é eleito senador
1994	ACM é eleito senador
1997 a 2001	ACM é presidente do Senado
30 de maio de 2001	Renúncia de ACM à cadeira do Senado
20 de julho de 2007	Falecimento de Antônio Carlos Magalhães

Fonte: Quadro da autora. Informações da linha do tempo apontadas no trabalho *Cidades de uma Cidade: Estratégias e operações discursivas que narram Salvador no Bahia Meio-Dia* – de autoria da pesquisadora Janine Pereira Falcão de Oliveira (2014).

Entretanto, essa linha editorial não significa que o programa não utilize o sensacionalismo como recurso em suas produções jornalísticas. Essa classificação representa apenas um indicativo para avaliar a audiência e, a partir dela, direcionar a produção do programa. Nesse sentido, a autora também destaca:

[...] o Bahia Meio-Dia congrega matérias e boletins afeitos ao cotidiano e a presença marcante de temas amenos como variedades, clima, festas, eventos que acontecem na cidade, dicas de saúde e alimentação, economia doméstica entre outros. Entretanto, isso não elimina do telejornal a presença de questões como a violência, em muitas formas de manifestação (física, no trânsito, entre outras), mas também não é o mesmo que afirmar que tais questões, quando aparecem, sejam problematizadas ao invés de simplesmente expostas como um evento chocante, aberrante ou doloroso (OLIVEIRA, 2014, p. 99).

Quanto à problematização das notícias, em 2018, o programa passou por uma importante transformação na linha editorial a partir da contratação da apresentadora Jéssica Senra. Jorge Júnior (2019) aponta que a mudança também refletiu na reorganização do cenário do programa.

Durante muitos anos, o programa reproduzia um modelo tradicional de telejornalismo, tendo a frente um casal de apresentadores, bancada, textos curtos e objetivos, etc. É possível notar que ao longo dos anos, o telejornal da hora do almoço, vinha buscando inovar-se investindo principalmente em entrevistas ao vivo com artistas em seu estúdio e apresentações de grupos musicais baianos. Porém em 2018, ocorreu uma profunda mudança em seu formato com o advento da nova apresentadora (JORGE JÚNIOR, 2019, p. 6).

Para realizar essa nova adaptação, Jorge Júnior (2019) destaca que o programa investiu em “uma forte campanha publicitária com outdoors espalhados pela capital, matérias e entrevistas em sites e periódicos, além de inserções na programação da TV” para demonstrar que o programa se adaptaria ao estilo jornalístico de Jéssica Senra. A apresentadora já era conhecida por atuar durante sete anos no programa *Bahia no Ar*, da Record Itapoan. Para o autor, “sua contratação demonstra uma aposta da emissora no novo, numa nova linguagem para o jornalismo”. Quanto à presença da apresentadora, o pesquisador pondera:

Porém o que há mesmo de novo na TV Bahia? Há uma mulher, contratada como editora e âncora de um jornal numa emissora hegemônica da Bahia, com significativa capacidade de comunicação com o público, apresentando um programa televisivo que interpela ao popular sem as amarras do telejornalismo convencional. É alguém que desestabiliza de algum modo a própria emissora, já que sua chegada provocou mudanças em série na programação, inclusive com substituição de profissionais. Isso, de algum modo representa sim uma novidade, pois é uma abertura dentro de uma emissora hegemônica, que opera através de uma forma hegemônica de fazer jornalismo, o “Padrão Globo de Qualidade” (JORGE JÚNIOR, 2019, p. 7).

Entretanto, apesar de evidenciar uma nova abertura para um jornalismo popular e opinativo, com uma linguagem informal que busca se aproximar dos problemas das classes mais pobres, o autor também destaca que essa mudança não representou, de fato, uma ruptura no modelo hegemônico da Rede Bahia. Essa transição

[...] se trata de uma atualização de valores que já estavam presentes no modelo dominante. É também uma ratificação de sentidos já partilhados por telespectadores em outras emissoras baianas, onde esta fórmula de fazer jornalismo para TV - resguardadas determinadas diferenças – que se caracteriza pela opinião, resolução de problemas, destaque para violência e linguagem informal, já é bastante conhecida em programas como Balanço Geral, Fala Bocão, Na Mira, Que Venha o Povo, dentre outros (JORGE JÚNIOR, 2019, p. 7).

Desse modo, apesar de a ruptura tensionar a estrutura do programa, ela não representa uma mudança na construção da visibilidade das camadas mais pobres, pois, como destaca o autor:

[...] esse espaço alçado às demandas populares no Bahia Meio Dia, pode ser compreendido como uma espécie de brecha do hegemônico, pois apesar da experiência popular ser protagonista, ela continua sendo narrada num espaço e na perspectiva do poder dominante (JORGE JÚNIOR, 2019, p. 15).

Nessa perspectiva, a 'brecha hegemônica' pode garantir a abertura para que as vozes populares pautem as notícias. No entanto, a televisão, como afirma Bucci (2004), continua sendo um 'lugar em si mesma', que determina as formas de representação do sujeito na sociedade. Desse modo, a presença de Jéssica Senra no programa, apesar de representar uma nova perspectiva no telejornal e de abrir espaço para emitir opiniões e se posicionar como defensora (JORGE JÚNIOR, 2019) das lutas femininas nas notícias que envolvem violência de gênero, também está atravessada pelo poder e pela hegemonia da Rede Bahia.

3 – O LUGAR DA VIOLÊNCIA: ENTRE A VISIBILIDADE E O SILENCIAMENTO

Neste capítulo, compreende-se que o jornalismo, enquanto forma de conhecimento, está inserido em uma sociedade do espetáculo e do consumo. Esse fenômeno foi nomeado por Debord (1967) como “a relação social entre pessoas, mediada por imagens”. Para ele, “o espetáculo é o capital a tal grau de acumulação que se toma imagem”. Barros (2020, p. 276) identifica, nesse processo, uma dupla alienação: “como mercadoria, o trabalho é apagado; como mercadoria transformada em imagem, até mesmo o conteúdo da mercadoria é apagado, restando somente a própria imagem, como valor em si mesma” A autora ressalta que:

[...] tudo na sociedade do espetáculo é atravessado e envolvido por imagens; há uma interdependência entre o acúmulo de imagens e o acúmulo de capital. Para o autor (*Debord*), o espetáculo inverte o real e se apresenta como produto. Nesse sentido, a realidade se apresenta como espetáculo e este se torna a única realidade possível (BARROS, 2020, p. 276).

Bucci (2021, p. 333) evidencia que “no espetáculo, todas as indústrias precisam fabricar imagens e toda mercadoria circula como imagem”. O autor ainda demonstra que:

Em Debord, o próprio capital não mais se oculta por trás das imagens ou das palavras, mas se acende, ele mesmo, como imagem, tamanho o seu grau de acumulação. O véu da *videologia* revela em frenesi o que de monstruoso se move por trás dele. O capital se mostra e fala de voz própria, como se não precisasse mais se esconder ou como se o exibicionismo fosse a tática mais eficiente para o seu mimetismo (BUCCI, 2021, p. 334, grifo do autor).

Nessa perspectiva, Bucci (2021, p. 334) reforça ainda que “não há lugar para imagens que não consubstanciem, ainda que enviesadamente, mercadoria”. O jornalismo, vinculado à televisão, produz imagens. No capitalismo, que alimenta as relações de poder dos conglomerados como o Grupo Globo, Record e SBT, os fatores sociais que colocam os entrevistados em posição de vulnerabilidade ou violência são, em muitos casos, desconsiderados. O jornal precisa da imagem para continuar sustentando seu

lugar de poder, ainda que essa produção fragilize a condição humana daquele que se apresenta. Na sociedade do espetáculo, como observa Bucci (2021, p. 334), “a imagem-moeda do espetáculo é também imagem-poder: imprime valor econômico, valor político e valor moral (além de poder mágico) nas imagens olhadas”.

Nesse ínterim, Biroli (2017) destaca que o jornalismo produz representações, e essas representações, atravessadas pelo capital, produzem consumidores de violência. É dessa forma, como afirma Bucci (2021, p. 335), que o “capitalismo se pereniza enquanto promove sucessivas revoluções espetaculares”, ou seja, a televisão, movida pelo capital, encena a transformação social a partir da produção de notícias. Trata-se de uma mudança que vive apenas na tela da TV, não se transforma em prática nem mobiliza a sociedade a sair da passividade e do lugar de consumidor.

3.1- A VIOLÊNCIA NA “SOCIEDADE DO ESPETÁCULO”

O fenômeno da violência como espetáculo na televisão não é algo novo. Esse processo foi influenciado pelo telejornalismo norte-americano na década de 1980. Como destaca Zeilmann (2022), a espetacularização surgiu como resposta à falta de investimentos e recursos para a produção de jornalismo investigativo. O autor enfatiza que esse tipo de produção levava mais tempo e exigia o deslocamento das equipes para produzir o material e coletar as entrevistas.

Nesse cenário, segundo o autor, os crimes passaram a ser divulgados sem a devida profundidade jornalística, ocupando cada vez mais espaço na grade de programação. Zeilmann salienta que

É justamente nesse cenário que acontece a supervalorização de programas sensacionalistas americanos com a ideia de que “crime se vende” e de forma instantânea. Além disso, os telejornais desse gênero também vedem a ilusão de ser a solução dos problemas, portanto, o raciocínio é lógico: quanto mais violência no telejornal, maior a audiência, mais alto será o valor de anunciantes, e consequentemente, maior o retorno em publicidade (ZEILMANN, 2022, p. 22).

Esse modelo teve efeito na construção do telejornalismo no Brasil. A mídia brasileira não ficou imune à produção de discursos atravessados pela violência e pelo sensacionalismo. Um dos casos mais emblemáticos da cobertura noticiosa envolvendo mídia e violência diz respeito ao Sequestro do Ônibus 174, no dia 12 de junho de 2000.

O assaltante Sandro do Nascimento, ao sequestrar o ônibus 174, manteve dez passageiros reféns durante uma tarde na Rua Jardim Botânico, no Rio de Janeiro. Uma equipe de jornalismo da Globo foi deslocada para o local e realizou a transmissão ao vivo do acontecimento. O desfecho da ação culminou na morte de Sandro e no assassinato de uma das passageiras, a professora Geísa Firmo Gonçalves, de 22 anos.

Em 2002, o diretor José Padilha lançou o documentário *Ônibus 174* e apontou algumas falhas da equipe de jornalismo ao cobrir o caso. A polícia não isolou a área de acesso ao ônibus, o que permitiu que as equipes de jornalismo se aproximassem do local sem nenhum tipo de restrição para narrar todos os movimentos possíveis dentro do veículo. A mistura entre a mídia e a operação policial produziu tensões no local e, para satisfazer o sensacionalismo, a morte de Sandro do Nascimento foi espetacularizada para centenas de telespectadores. Em relação ao caso, Bucci (2004) pontua:

Já é noite, ou quase. O ladrão que, depois saberemos, é um sobrevivente do massacre da Candelária, Sandro do Nascimento sai do ônibus com a arma grudada na cabeça de uma refém. A polícia reconhece a oportunidade. Um soldado do Bope, o Batalhão de Operações Especiais, aproxima-se de repente com uma arma grande. Atira. Duas vezes. Erra. Uma das balas raspa o rosto da refém. Baleada em seguida também pelo sequestrador, segundo a perícia, a moça morrerá pouco depois. Capturado, o sequestrador será asfixiado dentro de um carro da Polícia Militar. Morre em *off*. O herói fardado é de novo o vilão. O criminoso morrerá nas sombras, longe dos holofotes. A polícia faz o *show* às avessas (BUCCI, 2004, p. 107, grifos do autor).

Para Bucci (2004), “há uma constante que governa a TV no Brasil, essa constante é o preconceito de classe”. Aqui, é preciso retornar a Gramsci (2023) para compreender que a mídia forma opiniões ideológicas a respeito dos grupos sociais marginalizados. Como destaca o autor, “formar a opinião é uma operação ideológica ‘estritamente ligada à hegemonia política, ou seja, é o

ponto de contato entre a sociedade civil e a sociedade política, entre o consenso e a força”.

A mídia hegemônica traduz em discursos a hierarquia das classes. Como destaca Gonzalez (2020), o Brasil é um país com relações de poder tão hierárquicas que até mesmo a língua precisa ser modificada para atender às demandas de certos grupos políticos e sociais. Esse tipo de estrutura colabora para estratificar racialmente a sociedade no país.

Vemos que no Brasil as relações de poder se dão de uma forma absolutamente hierárquica. É uma sociedade hierárquica que temos, uma sociedade onde cada um reconhece o seu lugar; é a sociedade do “você sabe com quem está falando”? ou uma sociedade cuja a língua aponta para essa hierarquia porque nossos representantes têm de se chamar mutuamente de Excelência. Com aqueles que se encontram numa hierarquia superior, temos que mudar o tratamento, porque essa história de tú e você é só com os nossos iguais. Vejam que a própria língua aponta para essas diferenças, para essas desigualdades que se estabelecem numa sociedade hierárquica como a nossa (GONZALEZ, 2020, p. 247).

Moraes (2010) avalia que o exercício de domínio nos meios de comunicação revela a ordem hegemônica e o funcionamento das hierarquias. Na televisão brasileira, pode-se observar que o discurso da violência incide sobre corpos excluídos socialmente.

Só é possível explorar o sofrimento do outro quando a perspectiva de quem narra se dá a partir de um lugar hierárquico, um lugar de poder, de legitimação. Como afirma Bucci (2004), a violência na televisão não afeta apenas seu conteúdo; ela é uma forma intrínseca à televisão, que, por sua vez, se constitui como um lugar em si.

Nesse sentido, a televisão, como um lugar em si, é vista pela sociedade como uma instância de visibilidade. No entanto, esse conceito precisa ser analisado sob outra perspectiva: Existe invisibilidade na visibilidade?

Para Voirol (2005, p. 4; tradução nossa), o conceito de visibilidade está atrelado à necessidade dos indivíduos de se sentirem representados. Essa visibilidade, mediada pelos meios de comunicação, “possibilita a emergência de uma cena visível, acessível aos indivíduos isolados em seus universos particulares e capazes, por isso, de vivenciar um ‘ver junto’”. Porém, nessa mesma perspectiva, o autor reitera que essa visibilidade promovida pela mídia também está atravessada por relações de poder e dominação. O autor elucida

que os meios de comunicação, ao mesmo tempo em que possibilitam o debate sobre as questões sociais, também

Criam um espaço de aparências por vezes muito distintas no tempo e no espaço e as disponibilizam a múltiplos universos na prática. Nesse processo, conduzem a um trabalho de identificação, seleção e formatação das aparências tornadas dignas de publicação, realizando operações de enquadramento e condensação que redesenham seus contornos. Os media revelam assim a função ambivalente: ao tornarem as ações enunciados acessíveis a múltiplos universos de recessão, alargam o horizonte de visibilidade, mas simultaneamente, revelam aquilo que constitui o próprio fundamento do seu poder. Porque identificam, canalizam, selecionam, abreviam e condensam ações e enunciados que se manifestam sob a forma de aparências ao transformá-los em produtos simbólicos formatados com base no processo organizacional padronizado (VOIROL, 2005, p. 5; *tradução nossa*).

Em relação à violência do jornalismo na televisão, a visibilidade se concentra nos corpos dos indivíduos. Nesse sentido, interessa à mídia elaborar um discurso que coloque em evidência o corpo mutilado, socialmente excluído, mas sem questionar os mecanismos econômicos, de poder e opressão que perpetuam a violência social.

Como relatam Aubert e Haroche (2013, p. 95), a invisibilidade “das massas pobres não é escolhida, ela é devidamente imposta, indistinta, ameaçadora, pois nela o indivíduo não existe exatamente; ele tende a ser considerado na massa indiferenciada, e por esse fato, a não mais gozar de nenhum direito”.

Na perspectiva das autoras Aubert e Haroche (2013, p. 14), no processo de visibilidade, “o indivíduo passa, assim, a ser considerado, apreciado, julgado pela quantidade de signos, de textos e de imagens que ele produz, incitado a exibi-los incessantemente”. Desse modo, o indivíduo é descaracterizado de sua humanidade; seu valor consiste agora no tipo de mercadoria que ele é capaz de oferecer ou produzir para a esfera midiática.

Nesse aspecto, aqueles que sofrem violência devem ser avaliados pela lógica da visibilidade como indivíduos que precisam produzir símbolos para a construção da matéria no veículo. Eles se tornam, diante da mídia, invisíveis em suas questões de gênero, raça e classe. Considerando que as estruturas dos conglomerados de comunicação têm como base hierarquias e relações de poder que alimentam o preconceito de classe, o outro pode ser observado

meramente como um objeto a serviço do capital, alienado de si próprio. As autoras Aubert e Haroche (2013) argumentam que, na perspectiva de Karl Marx, o processo de alienação acontece pela via política e psíquica, ao declarar que:

[...] os indivíduos são excluídos, sendo destituídos de suas próprias capacidades de julgar, de discernir, de pensar e de resistir, estando ao mesmo tempo integrados aos funcionamentos econômicos de produção e de consumo que eles contribuem para desenvolver (AUBERT; HAROCHE, 2013, p. 98).

Esse processo, mencionado pelas autoras, também precisa ser analisado sob o viés da linguagem utilizada na produção dos discursos sobre violência. Orlandi (2007, p. 12) destaca que “todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer”. Nos meios de comunicação, que reportam a violência de gênero, o discurso não somente centraliza a narrativa, como também evidencia posições e julgamentos morais no texto.

Para Orlandi (2007, p. 14), “todo discurso já é uma fala que fala com outras palavras, através de outras palavras”. A autora destaca que, na análise do discurso, o que interessa é o não-dito, aquilo que foi silenciado, pois as palavras também são atravessadas pelo silêncio.

Nesse aspecto, compreende-se por silenciamento os discursos que se amparam, na definição de Orlandi (2007, p. 73, grifo da autora), como política do silêncio, que se “define pelo fato de que, ao dizer algo, apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada”. Orlandi ainda reitera que “a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz”. O silenciamento pode ser interpretado, por conseguinte, como um ato de discurso que silencia os processos históricos e culturais da narrativa. É um modo de produção que oculta as palavras e destitui do texto significados que o jornal não considera relevantes para a audiência.

Outra questão importante no jornalismo é a capacidade de nomear os tipos de violência praticada, para que a sociedade assuma também a responsabilidade diante da propagação e do consumo dessa notícia

3.2 – JORNALISMO E INFORMAÇÃO

Como conceito de jornalismo, Meditsch (1997, p. 1) define “uma forma de produção de conhecimento que tanto pode servir para produzir outros saberes, quanto para degradá-los, e, na prática, é provável que isso aconteça simultaneamente”. Segundo o autor, o jornalismo tem a função social de “reproduzir o conhecimento que ele mesmo produz” e de reproduzir o conhecimento a partir daquilo que é divulgado por outras instituições.

As redações têm um importante papel na construção das notícias relacionadas à violência de gênero e, quando colocadas sob a perspectiva da informação, em tese, os meios de comunicação em uma sociedade democrática devem ajudar a promover o debate, a divulgação das leis e contribuir para mobilizar a consciência social em direção à mudança. Porém, cabe ressaltar que a comunicação de massa presente hoje no Brasil se consolidou a partir dos conglomerados de comunicação — aparelhos privados de hegemonia — já definidos anteriormente por Gramsci (2023), que funcionam a partir de uma lógica comercial. Esses aparelhos podem sofrer influências e pressões externas para cumprir uma determinada agenda a partir de um recorte ideológico, político, social e econômico.

No final da década de 1960, dois professores norte-americanos, Maxwell McCombs e Donald L. Shaw, desenvolveram a Hipótese de Agenda-setting depois de acompanharem por 24 dias a campanha eleitoral de dois candidatos à presidência dos Estados Unidos: o democrata Hubert Humphrey e o republicano Richard Nixon. Castro (2014) destaca que “foram comparadas duas coordenadas a fim de testar a hipótese: a descrição de temas dos veículos de notícia selecionados e a descrição da agenda pública, levantada a partir de um questionário realizado com 100 eleitores indecisos [...]”.

As análises levantadas pelos professores revelaram cinco temas que apareceram na mídia e também correspondiam com a agenda pública. Quais foram os temas?

Em 1972, os pesquisadores decidiram ampliar as análises. Durante cinco meses, acompanharam a campanha presidencial entre George McGovern e Richard Nixon. Para coleta dos dados, foram selecionados 227 eleitores de Charlotteville, um estado da Carolina do Norte (EUA). A conclusão,

como destaca Castro (2014), foi novamente ressaltada na pesquisa, evidenciando que “[...] sete temas listados pelo público como mais relevantes eram influenciados pelo padrão de cobertura noticiosa do jornalismo local”.

Biroli (2017, p. 137) destaca que a teoria da agenda-setting demonstrou que “os meios de comunicação podem não ser capazes de definir como os indivíduos pensam, [...]. Mas definem, em grande medida, os temas sobre os quais eles pensam”. A autora reforça que há dificuldades em compreender o que é “realmente relevante para os cidadãos” e o que a agenda torna “saliente” para o público, o que evidencia uma certa “correlação significativa entre relevo nos meios de comunicação e relevância para o público”. A autora pondera:

Procurando analisar os diferentes aspectos dessa correlação, Maxwell McCombs (2009 [2004]) define dois tipos de agendamento: temático e de atributos. Partindo de suas observações, fundadas em um conjunto variado de pesquisas sobre o impacto dos discursos midiáticos sobre o público, podemos entender que: 1) a agenda da mídia tem impacto na definição da agenda do público; 2) esse impacto corresponde ao compartilhamento de temas, mas também de formas de caracterização e valorização desses temas; 3) a agenda temática é inseparável dos enquadramentos que organizam o acesso aos temas, isto é, das molduras que tornam os temas visíveis em uma *narrativa* que lhes dá sentido (BIROLI, 2017, p. 137, grifos do autor).

Ainda relacionado à teoria da agenda, Marcondes Filho (2009) destaca que a mídia tem como critério fundamental manter a lucratividade da empresa. Nesse sentido, para que os meios de comunicação continuem existindo, é preciso que haja um envolvimento entre o receptor e a realidade na qual ele está inserido. Para produzir tal experiência, o autor aponta que “a comunicação burguesa dominante” precisa “separar, tratar os fatos como ocorrências alheias, outras, diferentes do real cotidiano das pessoas”. As notícias são, então, transformadas em “shows pela indústria da informação”. O autor ressalta que:

Uma reportagem ilustrada sobre o assassinato de uma criança é suscetível de levantar a opinião pública pequeno-burguesa num movimento de condenação ao ato brutal, mas um estudo que demonstre, com dados estatísticos, que no Nordeste do Brasil morrem anualmente dezenas de milhares de crianças em consequência da subnutrição não seria incapaz de suscitar maiores comoções (MARCONDES FILHO, 2009, p. 77).

Para Marcondes Filho (2009, p. 77), esta “irracionalidade” da percepção social deve-se ao fato de a “produção noticiosa ser uma ruptura da experiência real e a transmissão do mundo como algo completamente estranho às pessoas”. Esse processo, em grande parte, é fomentado pela difusão da informação em larga escala.

Thompson (1995) define “comunicação de massa como: a produção institucionalizada e a difusão de bens simbólicos através da transmissão e do armazenamento da informação/comunicação”. Desse modo, os meios de comunicação detêm, como uma das suas principais características, a capacidade de difusão da informação e a consolidação de formas específicas para promover “a recepção ou consumo”. O autor resume esse processo da seguinte forma:

A reprodução das mesmas é, geralmente, controlada da maneira mais estrita possível pelas instituições da comunicação de massa, visto que é um dos principais meios através dos quais essas formas adquirem valorização econômica. Elas são reproduzidas a fim de serem trocadas num mercado ou através de um tipo de regulamentação econômica. Desse modo, elas são *mercantilizadas* e tratadas como objetos para serem vendidos, como serviços pelos quais se devem pagar ou como meios que podem facilitar a venda de outros objetos ou serviços. [...], portanto, a comunicação de massa deve ser entendida como parte de um conjunto de instituições interessadas, de diferentes maneiras, na fixação, reprodução e mercantilização das mesmas (THOMPSON, 1995, p. 289, grifos do autor).

Nesse sentido, a comunicação de massa opera sob a lógica do poder e da ideologia, compreendida por Thompson (1995, p. 79) como o “sentido mobilizado pelas formas simbólicas”, que atua da seguinte forma:

Serve para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar, querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação através de um contínuo processo de reprodução de formas simbólicas (THOMPSON, 1995, p. 79).

Como conceito de “formas simbólicas”, Thompson (1995, p. 79) compreende um “amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos”.

Para Thompson (1995), as formas simbólicas se “entrecruzam com relações de dominação” e estabelecem um sistema próprio que permite à ideologia operar sob cinco pontos: 1) legitimação; 2) dissimulação; 3) unificação; 4) fragmentação; 5) reificação.

No primeiro ponto, Thompson aponta que a legitimação se constitui no discurso produzido por uma instância que pretende afirmar-se detentora do poder para narrar esse discurso. O autor exemplifica:

Histórias são contadas tanto pelas crônicas oficiais, como pelas pessoas no curso de suas vidas cotidianas, servindo para justificar o exercício de poder por aqueles que o possuem e servindo, também, para justificar, diante dos outros, o fato de que eles têm o poder. Discursos e documentários, histórias, novelas e filmes são estruturados como narrativas que retratam relações sociais e manifestam as consequências de ações de modo tal que podem estabelecer e sustentar relações de poder (THOMPSON, 1995, p. 83).

No segundo ponto, Thompson (1995, p. 83) afirma que a ideologia opera a partir da dissimulação, quando “podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou pelo fato de serem representadas de uma maneira que desvia nossa atenção”. A mídia, por exemplo, ao se utilizar do sensacionalismo como recurso jornalístico, consegue desviar a atenção dos problemas sociais e canalizar, como defende Marcondes Filho (2009), “ódios coletivos contra grupos minoritários que, na sociedade global, já sofrem marginalização”. Essa estratégia ideológica é utilizada para a manutenção dos privilégios de uma classe dominante.

À medida que a imprensa desvia a verdadeira casualidade das desgraças e da péssima situação social das classes mais pobres, ela orienta também a reação dessas classes contra o mal mais próximo. [...] nesse sentido, a imprensa exerce uma função nitidamente classista, em defesa dos privilégios e da classe dominante, orientando a agressividade popular para objetivos que não são causadores estruturais de seus problemas (MARCONDES FILHO, 2009, p. 171).

No terceiro ponto, Thompson (1995, p. 86) evidencia que a unificação é um modo de “interligar indivíduos numa identidade coletiva”. Nesse sentido, as “formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável na troca simbólica”.

Nesse aspecto, Genro Filho (2012) reforça que os meios de comunicação são estruturas com grande capacidade de criar um padrão para as notícias a partir do conceito de “objetividade jornalística”.

Segundo Genro Filho (2012), em abril de 1861, o jornal *The New York Times* publicou pela primeira vez uma notícia utilizando a técnica da “pirâmide invertida”, na qual a informação de maior relevância aparece primeiro no texto, seguida por uma ordem decrescente até o fato menos importante, no final da notícia. Na segunda metade do século XX, periódicos latino-americanos aderiram ao padrão e, em 1950, essa técnica chegou ao Brasil, por meio do jornalista Pompeu de Souza.

A “pirâmide invertida” pode ser definida como uma estrutura que visa ordenar o lead jornalístico através de seis perguntas: 1) o quê? 2) quem? 3) quando? 4) onde? 5) como? 6) por que? Esse modelo, na perspectiva de Genro Filho (2012), é insuficiente para a construção do fato jornalístico.

A ideia da "pirâmide invertida" pretende encarnar uma teoria da notícia, mas, de fato, não consegue. Ela é apenas uma hipótese racional de operação, uma descrição empírica da média dos casos, conduzindo, por esse motivo, a uma redação padronizada e não à lógica da exposição jornalística e à compreensão da epistemologia do processo. Somente uma visão realmente teórica do jornalismo pode, ao mesmo tempo que oferecer critérios para a operação redacional, não constranger as possibilidades criativas, mas, ao contrário, potencializá-las e orientá-las no sentido da eficácia jornalística da comunicação (GENRO FILHO, 2012, p. 4).

Desse modo, não se trata de negar a importância do lead na formação da notícia, mas de produzir, a partir dele, narrativas que não elaboram com profundidade as questões sociais. Nesse sentido, responder às seis perguntas em uma notícia sobre violência de gênero não é suficiente para compreender a realidade material e histórica desse problema. A partir do pressuposto da construção de uma notícia puramente objetiva, Genro Filho formula a seguinte hipótese:

Não há dúvida que a chamada "objetividade jornalística" esconde uma ideologia, a ideologia burguesa, cuja função é reproduzir e confirmar as relações capitalistas. Essa objetividade implica uma compreensão do mundo como um agregado de "fatos" prontos e acabados, cuja existência, portanto, seria anterior a qualquer forma de percepção e autônoma em relação a qualquer ideologia ou concepção de mundo. Caberia ao jornalista, simplesmente, recolhê-

los escrupulosamente como se fossem pedrinhas coloridas. Essa visão ingênua, conforme já foi sublinhado, possui um fundo positivista e funcionalista. Porém, não é demais insistir, essa "ideologia da objetividade" do jornalismo moderno esconde, ao mesmo passo que indica, uma nova modalidade social do conhecimento, historicamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo e dotado de potencialidade que o ultrapassam (GENRO FILHO, 2012, p. 197).

Para Genro (1987, p. 52), o jornalismo carrega em seus fundamentos os conceitos de objetividade e imparcialidade, mas, na prática, esses ideais não se sustentam porque “[...] os próprios fatos, por pertencerem à dimensão histórico-social, não são puramente objetivos”. Nesse aspecto, o autor destaca que há “um componente subjetivo inevitável na composição mesma do fato, por mais elementar que ele seja”, pois está sendo lido a partir da impressão e das vivências do repórter. Desse ponto de vista, o problema não está na subjetividade inevitável, mas na apropriação que a mídia faz desse lugar para justificar seu discurso, que gera invisibilidades dos grupos mais vulneráveis socialmente, entre eles, as mulheres.

Nesse sentido, o jornalismo é uma instância que oferece para a sociedade informações mediadas por imagens. Sob a lógica dos critérios de noticiabilidade, como a objetividade e a imparcialidade dos fatos, pode-se produzir também uma encenação da realidade.

Desse modo, não é possível produzir um jornalismo neutro, como já foi evidenciado no capítulo anterior. A própria posição do veículo na sociedade determina parâmetros de condutas para os profissionais. O jornalismo carrega signos, símbolos, significados e representações, constituídas pelo capital. Ao narrar a violência, por exemplo, não se pode afirmar que o repórter não interfere na construção dessa narrativa, pois é ele quem determina as perguntas que serão feitas à vítima, o tipo de abordagem, a construção do texto. Portanto, o contexto desse tipo de entrevista não possui caráter de neutralidade.

O jornalismo também pode ser pensado, a partir dos veículos de notícia, como produção para o consumo. Bucci (2021, p. 321) destaca que “consumir é estabelecer a comunicação segundo os códigos do teleespaço público. Consumir é se deixar socializar: receber, absorver, reciclar, ressignificar e aceitar os discursos entrelaçados que desenham a paisagem”.

O capitalismo aprendeu a fabricar, em vez de bens de consumo corpóreos, imagens (signos visuais) e objetos (sígnicos) para o sujeito dividido forjar sua unidade e sua completude imaginárias. Nunca se viu algo assim. Antes a cultura (por meio das religiões, das associações laborais, do Estado, de uma infinidade de instruções) fornecia esses sentidos em (discursos, em signos, em marcas), que *eram não mercadoria*. Agora, tudo isso é fabricado industrialmente, só pode ser fabricado industrialmente, e tudo, absolutamente tudo, é mercadoria” (BUCCI, 2021, p. 308, grifos do autor).

Nessa análise, esse discurso não pode ser considerado ingênuo, porque a mídia reconhece o poder que possui. Se ela reforça notícias e posicionamentos que geram e reproduzem as invisibilidades, isso significa que, em parte, ela detém o controle das narrativas.

Assim, o julgamento ético, a postura ideológica, a interpretação e a opinião não formam um discurso que se agrega aos fenômenos somente depois da percepção, mas são sua pré-condição, o pressuposto mesmo da sua existência como fato social. Não há um fato e várias opiniões e julgamentos, mas um mesmo fenômeno (manifestação indeterminada quanto ao seu significado) e uma pluralidade de fatos, conforme a opinião e o julgamento. Isso quer dizer que os fenômenos são objetivos, mas a essência só pode ser apreendida no relacionamento com a totalidade. E como estamos falando de fatos sociais, a totalidade é a história como autoprodução humana, totalidade que se abre em possibilidades cuja concretização depende dos sujeitos (GENRO FILHO, 1987, p. 52).

Ao retomar as definições de Thompson (1995, p. 86), a unificação movida pela padronização das formas simbólicas “pode servir, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de dominação”. A mídia, nesse sentido, ao padronizar um modo de fazer notícia, tem como objetivo servir a si mesma para manter seu poder.

Retomando a perspectiva da ideologia e suas formas simbólicas de atuação na sociedade, Thompson (1995, p. 87) destaca que ela também se manifesta através da fragmentação nas relações de dominação dentro de uma coletividade, “segmentando aqueles indivíduos e grupos que possam se transformar em um desafio real aos grupos dominantes, ou direcionando forças de oposição potenciais a um alvo projetado como mau, perigoso ou ameaçador”.

Dessa forma, o pensamento de Thompson remete às definições de Saffioti (2013) e Gonzalez (2020), quando ambas afirmam que o Brasil é estruturado por relações hierárquicas de poder. Essas relações sustentam o

patriarcado, o racismo e a violência como estruturas socialmente legitimadas pelo discurso de que o negro é inferior ao branco, a mulher é inferior ao homem e, portanto, seus direitos podem ser suprimidos.

Como destaca Merlino (2018), a violência praticada pelo Estado tem cor, classe e raça.

O Estado que mata pretos, pobres e periféricos é resultado de uma combinação do racismo e do classismo das forças de segurança no Brasil. Agem sob a lógica de “combate ao inimigo”; matam com a justificativa de que as mortes ocorreram em “confronto”; contam com a omissão do Judiciário (que não investiga e não pune os crimes cometidos por policiais) — levando a um círculo vicioso de impunidade e violência. Isso ocorre com o apoio ou com o silêncio da maior parte da população brasileira, por conta do longo processo de desumanização da população negra no país (MERLINO, 2018, p. 16).

A ideologia, quando opera na fragmentação, segundo Thompson (1995), estabelece uma forma de “diferenciação” e de “expurgo do outro”. É preciso apostar na diferença, criar divisões entre pessoas e grupos e consolidar a ideia de que o inimigo é o outro. Esse outro, sendo “mau, perigoso e ameaçador”, precisa de indivíduos “chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo”.

Não é incomum observar que, no telejornalismo brasileiro, as pautas sobre os Direitos Humanos só são noticiadas quando as favelas se tornam alvos de chacinas promovidas com a autorização do Estado. Em certa medida, a periferia é vista no discurso midiático como um lugar que produz violência, isolada de seus contextos históricos e da apropriação capitalista, que amplia as desigualdades e, conseqüentemente, condena as pessoas que vivem nessas localidades a uma realidade excludente.

No quinto e último ponto estabelecido por Thompson (1995, p. 88), está a ideologia como reificação. Esse processo é consolidado quando “fenômenos sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes”. Como reforça Saffioti (2013), a sociedade naturaliza a violência, e na mídia, de forma recorrente, a quantidade de notícias produzidas é apresentada sem o caráter histórico, o que pressupõe perceber muitas vezes esse fenômeno como algo “normal”. Afinal, as mulheres no Brasil são vítimas de violência todos os dias.

Esse contexto também precisa ser analisado a partir da televisão. Bucci (2004) destaca que:

O Brasil se comunica pela televisão. O Brasil se conhece e se reconhece pela televisão, e praticamente só pela televisão, que reina absoluta sobre o público nacional, muitas vezes superior aos outros veículos (...). A TV dá a primeira e a última palavra e mais do que isso, a primeira e a última imagem sobre todos os assuntos (BUCCI, 2004, p. 217).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 95,5% dos domicílios do país possuem uma televisão. Parte da programação aberta, que tem audiência consolidada, é controlada por cinco grandes grupos comerciais, conforme dados do Kantar Ibope Media (Band, Globo, Record, Rede TV e SBT).

Em 2015, a empresa de marketing Zenith Optimedia mapeou os 30 maiores grupos do setor, considerando a receita de mídia. O Grupo Globo ocupou o 17º lugar na lista, sendo o único grupo latino-americano presente no ranking das 20 maiores receitas do mundo.

Como esta dissertação utiliza como objeto de pesquisa as reportagens jornalísticas do programa *Bahia Meio Dia*, vinculado à Rede Bahia, afiliada da Rede Globo, as análises a seguir se concentram apenas nesse conglomerado.

A televisão brasileira se consolidou como um meio de comunicação de massa que atinge diariamente milhões de pessoas com sua programação. Hoje, a TV Globo, segundo Svartman (2023), faz parte do maior conglomerado da América Latina. "Em 2017, a emissora divulgou uma campanha celebrando uma audiência diária de 'mais de 100 milhões de pessoas'".

No site da Rede Globo, também é destacada a descrição do potencial de alcance que a emissora possui em todo o território nacional, ressaltando sua capacidade de poder e comunicação.

A TV Globo alcança atualmente 99,47% dos telespectadores potenciais, praticamente toda a população brasileira. Ostenta uma grande capacidade de segmentação, graças à sua rede de afiliadas. Anunciantes de todos os tipos, tamanhos e ambições têm espaço em nossas 121 emissoras, 116 delas afiliadas, que levam a programação a 98,53% dos municípios e a mais de 183 milhões de brasileiros (SITE REDE GLOBO, 2023).

O site também aponta que o Grupo Globo é formado por 29 grupos de comunicação e conta com 9.600 profissionais distribuídos por diferentes

sucursais e microsucursais. As afiliadas têm a possibilidade de utilizar até 13 horas semanais para levar conteúdo jornalístico e de entretenimento ao público regional. O site ainda descreve que:

A maior produção é a jornalística, com um pouco mais de 58 mil horas por ano (média de 4.856 horas por mês), mas há cerca de outros 90 programas locais, em 12 gêneros diferentes (entrevista, culinário, educativo, rural, saúde, show, esporte e turismo), somando mais de 17 mil horas de exibição. São cerca de 600 equipes de reportagem nas emissoras. É a maior equipe de jornalistas do país, com mais de 3.000 profissionais, que levam ao ar a grande notícia: o Brasil. Uma rede com tais dimensões é capaz de atender a todos os mercados e segmentos. Cerca de 45 mil clientes investem em TV por meio de nossas afiliadas a cada ano. Além da programação, os eventos locais são vistos pelo mercado como oportunidades especiais de mídia e associação de marca (SITE REDE GLOBO, 2023).

Os números que sustentam esse conglomerado de comunicação no país colocam o Grupo Globo na liderança, à frente dos demais conglomerados, que produzem as notícias que impactam o Brasil. O jornalismo televisivo veiculado diariamente na programação da emissora é responsável por criar sentido e significado na rotina de milhões de telespectadores. O autor Eugênio Bucci, em *A Superindústria do Imaginário*, destaca que a sociedade só consegue produzir sentido quando se vê representada na construção da imagem.

A “sociedade” só aprende o significado de uma imagem ou de um signo à medida que olha para essa imagem, ou para esse signo e, assim, constitui o seu sentido. Conforme se familiariza com uma determinada visualidade, com aquela presença significativa na paisagem visível, o olhar social vai costurando sentidos. Olhar para uma imagem é – rigorosamente - trabalhar para que aquela imagem adquira sentido, é fabricar significação (BUCCI, 2021, p. 22).

Nesse sentido, é importante considerar também que o olhar do telespectador tem um preço. Bucci (2004) destaca que “a imagem, tal como pode ser posta pelo desejo, tiraniza o espaço público. Definitivamente, os olhos do público se tornam mercadorias”. Em abril de 2001, Bucci publicou no *Jornal do Brasil* uma conta que mostrava o preço do olhar de um telespectador do *Jornal Nacional*. O autor reproduziu esse cálculo no livro *Videologias: Ensaios sobre a televisão* (2004).

Se tomarmos o Jornal Nacional como exemplo, veremos que 30 segundos de intervalo comercial saem por 159.520,00 reais. Se você dividir os 159.520,00 pelo público de 25.919.461 pessoas - o número-preciso vem da pesquisa Ibope-PNT (Painel Nacional de Televisão) de outubro de 2000 -, chegará ao preço do olhar de um único indivíduo durante 30 segundos: cerca de 0,6 centavos. Parece desprezível, mas não é. Se a nossa unidade de tempo não for um fragmento tão mínimo, mas uma hora inteira, o preço do aluguel de um par de olhos subirá, pela tabela do *Jornal Nacional*, à casa dos 73 centavos. Mais uma operação elementar e eis um resultado interessante: 5,90 reais é o que custa uma jornada de oito horas do seu olhar. O preço do olhar, no Brasil, em valores do *Jornal Nacional*, praticamente empata com o preço da força de trabalho mais básica. Se você dividir um salário mínimo, que é de 180 reais, por 30 dias, chegará a exatos 6 reais. Quase elas por elas (BUCCI, 2004, p. 127).

O discurso agora exerce sua face de dominação, utilizando diferentes tipos de tela e encenando uma representatividade midiática que não se aprofunda nos problemas sociais. Se tudo se transforma em narrativa, é preciso considerar que narrar um acontecimento não é o mesmo que compreendê-lo a partir de todo o contexto social, econômico, político e cultural que o consolidou como fato.

Se o telespectador é um consumidor, a televisão é o meio que intermedia a produção da mercadoria, aqui compreendida como uma produção que se materializa por meio do jornalismo e da notícia. Diante dessa produção, Marilena Chauí (2004) destaca que “o espectador é arrastado pela transparência do que lhe é enviado e não se dá conta de que mantém uma relação determinada com o veículo, mas acredita relacionar-se diretamente com o mundo”. Desse modo, a realidade fica cada vez mais difícil de ser interpretada e modificada. A violência passa a ser, então, tolerada pela sociedade, porque acredita-se que a própria visibilidade propagada pela televisão já atua para modificar os contextos sociais que favorecem o exercício da violência. Entretanto, esse espetáculo também colabora para a passividade e a paralisia dos espectadores diante do mundo em que estão inseridos.

A notícia produzida pelo aparelho privado de hegemonia (mídia) constrói as narrativas a partir das vivências do outro, que muitas vezes está inserido em um contexto de vulnerabilidade, violência, abandono, abuso. Cada situação pode ser explorada de maneira diferente para atingir o objetivo final: utilizar a notícia como o fim último do capital, ou seja, vendê-la como um produto para os programas jornalísticos.

Dessa forma, é necessário investigar como esses interesses se articulam e se apropriam das narrativas que envolvem violência de gênero no jornalismo, produzida enquanto mercadoria. Isso ocorre por meio das notícias que divulgam o sofrimento como espetáculo para sustentar a audiência do veículo, que, por sua vez, se converte em possíveis clientes no horário comercial da televisão, diante das propagandas anunciadas.

4. AS “VOZES DO SILÊNCIO” NO PROGRAMA *BAHIA MEIO DIA*

Com base no que foi exposto, esta seção compreende a análise das dezessete reportagens exibidas no mês de janeiro pelo programa *Bahia Meio Dia*, utilizando a metodologia do enquadramento proposta por Entman (1993).

Nas análises, foram observados os quatro pontos destacados na metodologia: 1) definir problemas; 2) diagnosticar causas; 3) realizar avaliação moral; 4) recomendar tratamento, para verificar como o sensacionalismo e o sofrimento das vítimas são utilizados como mercadoria na produção do telejornal.

Com base nesses conceitos, as matérias analisadas e os dados coletados foram apresentados ao final das análises, evidenciando os seguintes pontos: 1) o tipo de crime que ganhou destaque em cada um dos três meses; 2) o perfil do agressor apresentado nas reportagens; 3) quantas e quais fontes o jornalista consultou para elaborar a notícia e quais delas ganharam maior relevância; 4) qual é o viés de enquadramento predominante nas matérias analisadas.

A) - “Feminicídio: homem é procurado por suspeita de matar a ex-companheira em Camaçari, RMS”

A matéria foi exibida no dia 02 de janeiro de 2020 em formato de nota coberta. Nesse modelo, o apresentador narra a notícia enquanto as imagens são apresentadas na tela. A matéria aborda o caso de Adriele Souza Ribeiro, uma mulher negra, de 21 anos de idade, vítima de feminicídio.

A apresentadora do programa, Jéssica Senra, noticia o caso e informa que “mais uma jovem” foi morta no bairro Parque Verde 1, em Camaçari, região metropolitana de Salvador. A foto de Adriele é exibida na tela do programa, seguida por uma imagem dela ao lado do suspeito, Vinícius de Moraes, sorrindo.

A apresentadora também informa que a vítima era mãe de uma criança de três anos e relata que a delegacia de homicídios responsável pela investigação destacou que os familiares de Adriele relataram que ela sofria agressões, mas nunca procurou a polícia para efetuar a denúncia.

A nota tem duração de 01:31. As informações sobre a morte de Adriele Souza Ribeiro foram apresentadas em apenas 29 segundos, enquanto o restante do tempo foi utilizado pela apresentadora para enfatizar a importância de conscientizar os “meninos” para que não se tornem machistas.

Na fala da apresentadora, ao noticiar o caso, há uma banalização do feminicídio. Adriele Souza é tratada como “mais uma jovem” vitimada pela violência do próprio companheiro. Ao mencionar que Adriele sofria agressões, mas não procurou a polícia, a nota sugere que, se a vítima tivesse feito a denúncia, o desfecho poderia ter sido diferente, criando um senso de culpa pela ausência da denúncia.

Como destaca Saffioti (2015, p. 24), “as mulheres são treinadas para sentir culpa. Mesmo quando não há razões aparentes para se culpabilizarem, acabam se culpando, pois vivem numa civilização da culpa”. A nota utilizou apenas as informações fornecidas pela delegacia de homicídios, sem realizar uma investigação jornalística mais aprofundada, como descobrir há quanto tempo Adriele se relacionava com o companheiro, qual era sua profissão ou quais fatores a impediam de denunciar.

Quanto ao tempo de exibição das informações, a notícia revela o caráter mercadológico da violência no programa. Para Marcondes Filho (2009, p. 90), os jornais possuem uma estrutura que inter-relaciona informação e publicidade. Na prática, isso significa que a publicidade influencia a produção das notícias, que são orientadas não apenas pela relevância e importância da pauta, mas também pela rentabilidade que aquele conteúdo pode gerar para os anunciantes durante a exibição do jornal. O autor reitera que:

[...] a própria produção da notícia significa a adaptação do fato social a alguma coisa mais rentável. Ele não é somente embelezado, limpo, pintado de novo como ocorre com outras mercadorias na prateleira para atrair a atenção do comprador; o fato social aqui é também acirrado, exagerado, forçado. De qualquer maneira, mudado para vender (MARCONDES FILHO, 2009, p. 91).

Marcondes Filho (2009) ainda destaca que a realização do valor de troca precisa ocorrer com o menor custo possível. Produzir reportagens investigativas demanda maior custo para os jornais, e, conseqüentemente,

esse custo também se reflete nas contas dos anunciantes. Dessa forma, o autor destaca:

[...] o que caracteriza o jornalismo não é somente vender fatos e acontecimentos (que seriam puramente o valor de uso da informação), mas, ao transformá-los em mercadoria, explorar e vender sua aparência, o seu impacto, o caráter explosivo associado ao fato (MARCONDES FILHO, 2009, p. 92).

Isso significa que, ao utilizar uma parcela de tempo tão pequena, o jornal atende à necessidade imediata de informação, criando, assim, um desejo por mais notícias no dia seguinte. Como a própria apresentadora destaca no início da nota, o caso de Adrielle é “só mais um caso”, e no dia seguinte haverá mais notícias sobre o mesmo assunto.

Outro ponto importante é o discurso elaborado pela apresentadora após a exibição da nota. Jéssica Senra, âncora do programa desde o dia 07 de maio de 2018, conquistou espaço e relevância devido ao seu posicionamento político e social, além de fazer comentários ao final de cada matéria, usando uma linguagem informal e acessível. Em seu perfil no Instagram, a apresentadora acumula mais de 900 mil seguidores, evidenciando seu alcance além das telas do telejornal.

O fato de o *Bahia Meio Dia* ter uma mulher como apresentadora carrega a ideia de representatividade e poder. Como a Bahia é um dos estados mais violentos para as mulheres no Brasil, Jéssica Senra ocupa um lugar de visibilidade, onde pode atuar com um jornalismo opinativo e utilizar seu discurso para combater a violência contra as mulheres.

No entanto, para Medina (2000, p. 57), esse tipo de jornalismo muitas vezes favorece a espetacularização, “que em geral é construída de forma artificial através de ‘liberdades’ opinativas do jornalista, que atribui qualificações, cacoetes e idiossincrasias [...]” aos fatos ou aos entrevistados. Nesse sentido, o jornalista, ao emitir determinadas opiniões, não é movido apenas pelo valor da informação, conforme defendido pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (CEJB), como um “direito fundamental do cidadão”. Seu posicionamento também pode ser influenciado por uma demanda específica, como, por exemplo, aumentar a audiência ou estreitar laços políticos.

Ao final de cada notícia, Jéssica Senra tem a liberdade de fazer comentários. Na nota mencionada, a apresentadora utilizou 01:01s para destacar a importância de “educar os meninos de outra forma, a gente precisa educar meninos que não sejam machistas”.

Há dois pontos no discurso realizado pela apresentadora. O primeiro se refere à infantilização do debate sobre a educação dos “meninos”. O crime que vitimou Adriele foi praticado por um homem, não por um menino. O segundo ponto diz respeito ao machismo. Ao afirmar que é necessário educar os meninos para que não sejam machistas, Jéssica insinua que o problema do machismo está relacionado à falta de educação. No entanto, Saffioti (2015, p. 57) argumenta que o machismo é regulado pelo patriarcado, que ela define como uma “estrutura de poder que permeia não apenas a sociedade civil, mas também impregna o Estado”. Assim, o machismo é uma face do patriarcado que estrutura a sociedade e não pode ser explicado apenas pela falta de educação, uma vez que até mesmo as instituições de ensino são afetadas por esse sistema.

No final da nota, Jéssica destaca que “nós mulheres precisamos mesmo aprender a não entrar em relacionamentos com homens que possam ser potenciais agressores, potenciais assassinos, e eles demonstram isso rapidamente, viu? No início do relacionamento”, em um tom de alerta para o telespectador.

Para Saffioti (2015, p. 56), a violência contra as mulheres não é algo simples de ser analisado, pois a sociedade é conivente com essa prática. A autora afirma que “a sociedade considera normal e natural que homens maltratem suas mulheres, assim como pais e mães maltratem seus filhos, ratificando, deste modo, a pedagogia da violência”.

Dessa forma, a violência contra a mulher, por ser amplamente tolerada pela sociedade, não pode ser reduzida à simples avaliação de um relacionamento. Ao sugerir que a mulher pode identificar sinais de um potencial agressor ou assassino no início de um relacionamento, Jéssica desconsidera os mecanismos sociais que contribuem para a manutenção de relacionamentos abusivos, como o patriarcado, o machismo e os próprios limites que uma pessoa estabelece em relação à sua integridade. A própria história narrada pela apresentadora demonstrou uma vítima que não fez a denúncia, mesmo

estando amparada pela Lei Maria da Penha. Adriele não procurou a delegacia da mulher, nem conseguiu terminar o relacionamento, o que evidencia a complexidade da violência.

Assim, os quatro pontos do enquadramento proposto por Entman (1993) podem ser identificados nesta matéria. A definição do problema é o feminicídio da vítima; a causa é apresentada como a falta de denúncia por parte da vítima, que era agredida pelo companheiro; os julgamentos morais aparecem quando a apresentadora destaca a necessidade de educar os homens e meninos para não serem machistas; e a solução para o problema é sugerida como ensinar as mulheres a identificarem potenciais agressores e assassinos no início de um relacionamento, assim como “ensinar homens a entender seus sentimentos, a controlar suas reações, a canalizar suas frustrações”. Dessa forma, o problema da violência contra a mulher é restrito à esfera individual, sem levar em consideração os impactos do patriarcado e da estrutura social que sustenta essa prática, transformando a vítima em mais um número no noticiário.

B) - “Homem invade mercado atirando, baleia mulher e mata criança de cinco anos em Uauá”

A notícia foi exibida no dia 03 de janeiro de 2020, com uma chamada ao vivo no programa. A matéria relata o caso de Daniela Matos dos Santos, uma mulher socialmente identificada como parda, conforme a imagem apresentada pelo programa, que sofreu uma tentativa de feminicídio, além de uma criança que foi atingida pelos disparos.

A apresentadora Jéssica Senra anunciou a chamada da matéria da seguinte forma:

Olha, um homem entrou atirando num mercadinho em Uauá, região norte da Bahia, a gente vai para lá agora. Uma mulher e uma criança de 5 anos foram baleadas. Joyce Guirra vai trazer detalhes para nós. Joyce, sabe o estado de saúde dessas duas vítimas e o que que aconteceu? (SENRA, 2020).

Na fala da apresentadora, chama a atenção o fato de que a primeira informação anunciada diz respeito à ação do criminoso, seguida de uma afirmação que denota intimidade com o público: “a gente vai para lá agora”.

Dessa forma, o programa, além de estar ao vivo na cena do crime, promete contar com a companhia do telespectador. Como afirma Bucci (2009), a televisão é um lugar por si mesma que determina o lugar dos sujeitos, antes mesmo de estes poderem estabelecer qualquer preferência.

Ainda analisando a fala da apresentadora, o desfecho principal da notícia é narrado em segundo plano. A mulher e a criança, vítimas da violência, não são nomeadas na fala de Jéssica, pois os “detalhes desse crime” serão apresentados ao vivo pela repórter. O que interessa ao programa, inicialmente, é prender a atenção do telespectador, que, desde o título da manchete até a abertura da notícia, recebe a promessa de ver “um homem atirando num mercadinho”.

Esse padrão é uma característica do telejornalismo sensacionalista. Como destaca Marcondes Filho (2009), o jornal produzido na televisão não dispõe dos mesmos recursos que o jornal impresso utiliza, como as manchetes de “primeira página” para chamar a atenção do leitor nas ruas, “que promovem a venda e sua realização como mercadoria”. No telejornalismo, a ausência dessa vitrine faz com que os programas trabalhem diretamente com a atenção do telespectador. Uma vez que o tempo de exibição do jornal é prefixado, os apresentadores e jornalistas precisam se esforçar para cativar a audiência nesse único espaço de televisão, pois, sem isso, perdem a possibilidade de gerar vendas. Marcondes Filho (2009) ainda reitera que esse modelo de produção de notícias garante a autoridade e a soberania das informações prestadas, pois o telespectador, por ter acesso às imagens, não acredita que os fatos possam ser manipulados.

Dessa maneira, a produção do telejornal deve obedecer a critérios de atratividade e interesse diferentes dos utilizados pelo jornal impresso. A própria abordagem da notícia deve ser feita de outra maneira. [...] no jornal de televisão só há fragmentos e peças soltas. São puros leads que pouco ou nada dizem sobre os fatos que se propõem anunciar. Na televisão manipulam-se com mais facilidade a escolha dos temas, o espaço que lhes é destinado, o destaque, o enfoque e até mesmo a expressão do apresentador. E isso não é tudo. A televisão transmite, além disso, a ilusão da verdade: ao ver as cenas do acontecimento, o receptor rejeita a tese da manipulação pelo fato de “ter testemunhado com seus próprios olhos” o ocorrido. A mística das imagens garante o estatuto de verdade absoluta e inocenta a deturpação (MARCONDES FILHO, 2009, p. 122).

Essa deturpação ocorre quando a repórter Joyce Guirra entra em cena, mas não está no local do crime, como foi anunciado na chamada da notícia. A repórter então repete a informação já apresentada por Jéssica, acrescentando alguns detalhes sobre a forma como o crime ocorreu: “Um homem chegou numa moto, entrou num supermercado atirando numa moça que trabalha nesse supermercado e os disparos acabaram atingindo uma criança de apenas cinco anos”. Somente depois dessa informação é que a jornalista nomeia as vítimas como Daniela Matos dos Santos, a mulher atingida por cinco disparos, e Thayane Alves da Silva, a criança de cinco anos que estava acompanhada pela mãe no supermercado. Esse fato revela um discurso fragmentado e imediatista diante da situação.

Joyce Guirra esclarece que Daniela Matos foi socorrida e encaminhada ao Hospital Municipal de Uauá, mas não tem informações sobre o estado de saúde da vítima. A jornalista, ao mesmo tempo em que informa o nome do hospital para o qual a vítima foi encaminhada, também afirma não saber sobre seu estado de saúde. Não fica claro se essa falta de informação se deve ao fato de a produção não ter consultado o hospital ou se o hospital não se pronunciou. Em seguida, a repórter também esclarece que a criança não tinha qualquer relação com o suspeito do crime e, apesar de ter sido socorrida, não resistiu aos ferimentos e morreu. Não há, na fala da repórter, uma reflexão que problematize a relação entre a violência e o patriarcado (SAFFIOTI, 2015).

A jornalista também informa que o suspeito do crime, Naelson Dias França, “fugiu do local, na fuga acabou trocando tiros com a polícia, foi baleado e morreu”. Fica evidente que o discurso segue uma hierarquia: primeiro é noticiado como Naelson agiu, depois é detalhada a forma como as vítimas foram baleadas, em seguida é mencionada a morte da criança, e o desfecho final, com a morte do criminoso, transmite ao público a sensação de justiça. A repórter então destaca que a polícia investiga o caso, pois ainda não se sabe qual era a motivação do crime

[...] a relação de Daniela com Naelson. Os moradores da comunidade dizem que ele tinha um interesse amoroso por ela, mas ela não queria se relacionar com ele e essa teria sido aí a motivação desse crime tão cruel, né? Que deixou toda comunidade muito perplexa né e apavorada (GUIRRA, 2020).

A repórter não esclarece que o crime, que vitimou uma mulher e uma criança, se enquadra na categoria de feminicídio, tipificado pela Lei n. 13.104/2015. Nesse contexto, a polícia deveria investigar o caso não apenas para descobrir se há alguma relação entre a vítima e o suspeito, mas também para fornecer à sociedade uma resposta efetiva contra esse tipo de violência.

Ao utilizar como fonte as informações fornecidas pelos moradores do local, a jornalista reforça um estereótipo (BIROLI, 2017) sobre a vítima, justificando a violência como consequência da falta de correspondência de interesse amoroso entre os envolvidos, e não como produto da estrutura machista-patriarcal (SAFFIOTI, 2015) que naturaliza esse tipo de comportamento na sociedade.

Outro ponto importante é que a jornalista não oferece um fechamento para a notícia. Ao informar ao público que “a gente vai continuar acompanhando essa tragédia lá e a qualquer momento volta com outras informações, Jéssica”, ela garante que o telespectador possa continuar acompanhando o caso, sustentando assim a audiência do programa. Ao retornar para o estúdio, a apresentadora pondera:

Que terrível, então uma criança de 5 anos, um homem, né, o suspeito morto, uma jovem ferida, porque não queria se relacionar com esse homem, com razão, né? Ela não queria se relacionar. Então quer dizer, não quer se relacionar, mato você, eu tiro a sua vida. É assim, já, já a gente volta aí, ao longo da nossa programação a gente pode voltar a falar sobre este assunto, a gente segue acompanhando (SENRA, 2020).

A fala da apresentadora também está fragmentada, sem estabelecer uma conexão entre a realidade e o problema da violência. O espaço do jornal, que poderia ter sido utilizado para promover o debate sobre o papel da sociedade na proteção dos direitos das mulheres, foi aproveitado apenas para alertar o telespectador de que o espetáculo da violência ainda não acabou, e que ele deve continuar acompanhando os desdobramentos.

Em relação aos quatro pontos de enquadramento, o problema foi definido como os disparos efetuados por um homem em um supermercado, que atingiram uma mulher e uma criança; a causa diagnosticada foi a vítima ter rejeitado o interesse amoroso do suspeito; o julgamento moral aparece na fala

da repórter ao justificar que a motivação do crime ocorreu porque a vítima não correspondeu ao interesse amoroso, o que leva à culpabilização da mulher; e a solução para o problema não é sugerida, evidenciando a ausência do jornalismo como agente de transformação social.

C) - “Polícia investiga desaparecimento de bebê após morte da mãe em Eunápolis”

A matéria foi exibida no dia 06 de janeiro de 2020, no formato de nota coberta, com entrada ao vivo e um relatório de reportagem produzido por Jhonatas Trindade. Com duração de 02:02, a notícia relata o caso de Sílvia Letícia Araújo Queiroz, uma mulher negra, vítima de assassinato. O primeiro destaque é anunciado pela apresentadora Jéssica Senra:

E olha, uma mulher foi encontrada morta, o bebê dela de 2 meses desapareceu, o ex-companheiro é o suspeito de ter mandado matar essa mulher. Vamos conversar com Jhonatas Trindade sobre este assunto, saber se a polícia tem alguma pista desse suspeito (SENRA, 2020).

Em seguida, Jhonatas Trindade destaca que a polícia está investigando o caso e fornece detalhes sobre a morte da vítima:

A polícia recebeu informações, moradores vizinhos ligaram para polícia informando que na casa onde foi encontrado então a mulher morta estava vindo um cheiro muito forte, quando a polícia chegou lá encontrou Sílvia Letícia Araújo Queiroz já morta com sinais de violências (TRINDADE, 2020).

Enquanto o jornalista narra os fatos, na tela lateral são exibidas três imagens da vítima: a primeira com foco no seu rosto, e as outras duas mostrando seu corpo. Nas imagens, ela aparece vestindo um short jeans curto e uma blusa com decote.

Figura 2 – Fotografias da vítima exibidas no programa



Fonte: Programa Bahia Meio Dia (2020).

O enquadramento e a seleção das fotos utilizadas pelo programa objetificam a vítima, uma vez que o recorte definido pelo editor foca em imagens que, além de mostrar partes específicas do corpo de Sílvia, também refletem a neurose cultural definida por Lélia Gonzalez (1980), como o “duplo fenômeno do racismo e do sexismo”. Esse fenômeno coloca a mulher, e principalmente a mulher negra, como objeto de desejo para o público masculino. Além da produção do silêncio na narrativa, há também a formação da invisibilidade, que, como destaca Biroli (2017), “está relacionada ao fato de que suas perspectivas sociais são silenciadas”. Os processos relacionados à construção da violência como fenômeno social são ignorados na nota, desviando o foco do problema para as imagens do corpo da vítima.

A produção do silêncio, como política que invisibiliza e banaliza a morte de mulheres, fica ainda mais evidente quando o repórter descreve que o corpo da vítima foi encaminhado ao Departamento de Polícia Técnica (DPT) e que “é de lá que vai vir a resposta de quando ela morreu. Não tem, a gente não tem essa informação e também quais são as causas dessa morte”. O repórter deixa claro para o telespectador que a violência praticada contra Sílvia Letícia envolve detalhes que o público ainda desconhece, criando um espetáculo que mantém a plateia esperando pela próxima matéria, que trará mais informações sobre a hora e o tipo de violência infligida ao corpo da vítima.

Dessa forma, não basta apenas informar que a vítima foi morta; é preciso descrever como ela foi morta. A dimensão humana da vida se perde, e o corpo de Sílvia Letícia se transforma em um objeto de apropriação pela televisão, um corpo sem história e sem significado, à serviço do espetáculo televisivo.

Nesse sentido, Bucci (2004) destaca que “ocorreu um relaxamento nos limites do jornalismo e do entretenimento mundial no que diz respeito à violência. A morte real tornou-se um recurso que requer menos cerimônia da parte dos programadores”. Segundo o autor, isso ocorreu porque a televisão percebeu que a sociedade teme a morte, pois “temos medo de ser mortos pelos párias que matamos diariamente. Que matamos de desemprego, de fome, de vergonha. O nosso medo de morrer se converte assim num desejo de

matar – não genérico, mas específico”. O “outro” se converte em uma ameaça que precisa ser eliminada.

É a partir desse medo que a televisão precisa exercer seu poder tranquilizador (MARCONDES FILHO, 2009) diante da sociedade. Esse efeito é percebido quando o repórter aponta as linhas de investigação que a polícia está seguindo para descobrir a motivação do crime:

Entre as várias teses e hipóteses de investigação, eles acreditam que o pai do bebê o Jerry Adriani de Jesus Rocha, ele que está preso por tráfico de drogas no conjunto penal de Eunápolis, eles acreditam que ele seja o mandante desse crime. Uma outra hipótese, uma outra linha de investigação, é que algum inimigo do pai da criança possa então ser também o mandante desse crime (TRINDADE, 2020).

O repórter destaca que o principal suspeito está preso, e o inimigo do pai da criança não é nomeado, permanecendo assim distante da visibilidade pública. Dessa forma, para o telespectador, não há o que temer.

O fato de uma mulher ter sido assassinada e um bebê ter desaparecido devido a uma possível rivalidade entre criminosos parece ser uma justificativa plausível tanto para a polícia quanto para o jornal, que não apresenta nenhum contraponto em relação ao fato.

Em seguida, quando o repórter finaliza a transmissão e o programa retorna ao estúdio, a apresentadora não utiliza seu espaço para emitir suas considerações, como costuma fazer no final de cada notícia. Cabe questionar por que o programa não problematizou a morte de Sílvia Letícia. Fica evidente na reportagem que a vítima se envolveu em um relacionamento amoroso com um traficante. Dessa forma, a sociedade tende a compreender que a mulher que se submete a esse tipo de relacionamento está sujeita a sofrer violência, uma violência que é legitimada socialmente (SAFFIOTI, 2015). Em síntese, a mensagem que a notícia transmite é ambígua: ao mesmo tempo em que denuncia o crime, também sustenta a ideologia patriarcal, tanto no discurso quanto nas imagens, que reificam o corpo da vítima.

Quanto aos quatro pontos de enquadramento, o problema é definido como a morte da vítima e o desaparecimento de um bebê; a causa diagnosticada é uma possível vingança do pai da criança contra a vítima ou

uma retaliação de algum inimigo contra o principal suspeito; o julgamento moral, assim como a solução para o problema, não são apresentados.

D) – “Polícia procura por homem suspeito de ter espancado a mulher até a morte”

A matéria foi exibida no dia 07 de janeiro de 2020, com uma entrada ao vivo no programa e relatório de reportagem produzido por Andréa Silva. Com duração de 08:41, a notícia relata o caso de Renata Caroline Paiva, uma mulher negra de 29 anos, vítima de feminicídio.

A apresentadora Jéssica Senra realiza a abertura da matéria com a seguinte manchete:

Primeira segunda-feira do ano a gente traz um assunto que infelizmente é uma ferida na nossa sociedade que é o feminicídio. Hoje a gente vai lembrar três casos recentes de mulheres que foram mortas aí por homens que simplesmente não sabem lidar com a rejeição. A repórter Andréa Silva tá na casa dos familiares de Renata Caroline, ela foi espancada pelo próprio marido. Vamos lá conversar com Andréa Silva (SENRA, 2020).

Na fala de Jéssica, há uma expressão que banaliza mais uma vez o feminicídio, quando o programa se propõe a "lembrar" casos de mulheres que foram mortas pelos seus companheiros. A utilização da palavra “lembrar” evoca o sentido de recordar os fatos, o que pode levar à reflexão sobre se essas mulheres, vítimas de feminicídio, serão tratadas apenas como objeto de notícia ou se serão o centro de uma discussão sobre uma problemática social que visa denunciar a violência, a opressão e o machismo.

Na sequência do anúncio, Andréa Silva informa que está na casa de dona Kátia, mãe de Renata Caroline. Depois, faz uma correção, dizendo que está em frente à casa de dona Kátia. A senhora, uma mulher negra e visivelmente abalada, aparece ao lado da repórter, que, em seguida, descreve a morte da vítima:

Renata Caroline Paiva, tinha apenas 29 anos, era uma pessoa que trabalhava, trabalhava como caixa numa loja de roupa. Deixa dois filhos e o principal suspeito, suspeito deste assassinato é um homem que conviveu com ela durante 13 anos. Dona Kátia é a mãe, tá aqui,

conversou um pouco comigo, tá muito difícil para ela, viu, Jéssica? E a gente imagina a dor de uma mãe que enterra uma filha desse jeito e agora tem 5 netos para criar (SILVA, 2020).

Na fala da repórter, o estereótipo social (BIROLI, 2015) da vítima como mãe e trabalhadora é utilizado para evocar as emoções do telespectador. Em seguida, o discurso de dona Kátia, mãe de Renata Caroline, complementa essa narrativa, apresentando a dor de uma mulher que, além de perder a filha, precisará enfrentar o desafio de educar cinco netos. A informação sobre a quantidade de crianças sob a responsabilidade de dona Kátia é intermediada pelo cenário da reportagem: um bairro pobre, com casas que aparentam falta de estrutura e acabamento. Ao destacar a condição social da vítima, a notícia cria outro estereótipo: a violência contra as mulheres é tratada como um sintoma da pobreza.

Figura 3 – Fachada da casa da mãe da vítima



Fonte: Programa Bahia Meio Dia (2020).

Dona Kátia também relata que, além da falta de informações da polícia sobre a investigação, ela sente que sua dor é invisibilizada, uma vez que nada é feito para garantir que o responsável pela morte de sua filha seja punido. Esse relato de dona Kátia evidencia, mais uma vez, o sofrimento das famílias das vítimas de feminicídio, mas, ao mesmo tempo, é inserido num cenário midiático em que as emoções são exploradas e transformadas em espetáculo. Isso contribui para o distanciamento da verdadeira problemática social que envolve a violência de gênero, tornando-a apenas mais uma história de dor e

injustiça, sem aprofundamento das causas estruturais que levam à violência contra as mulheres.

Nesse contexto, como Saffioti (2015) alerta, ao associar a violência de gênero à pobreza, a mídia reforça um estereótipo que empobrece a compreensão do fenômeno, desconsiderando as diferentes formas de violência que afetam mulheres de diferentes classes sociais. A violência contra mulheres da classe média, por exemplo, não é amplamente divulgada, o que reflete as hierarquias sociais que Biroli (2018) aponta. Mulheres da classe média e alta não aparecem nos noticiários da mesma forma que as mulheres pobres, o que evidencia como a mídia constrói narrativas de visibilidade e invisibilidade com base em uma lógica de classe e de exploração da dor e do sofrimento.

No caso de Renata Caroline, o destaque dado à sua condição de mãe e trabalhadora, e a apresentação do sofrimento de dona Kátia dentro do contexto de uma periferia empobrecida, reforçam um estereótipo de que a violência contra mulheres está atrelada à pobreza, ao passo que negligencia as discussões sobre a cultura patriarcal, o machismo estrutural e o feminicídio como fenômenos sociais universais, que afetam mulheres em todas as classes sociais.

[...] alguém tá dando fuga a ele. Alguém tá guardando ele. Eu peço os policiais, eu peço vocês que tão vindo aqui, tão me ajudando, a pegar ele, porque eu tenho medo das minhas netas, minhas netas estão sofrendo, minhas netas não estão dormindo, não estão comendo (RELATO DA ENTREVISTADA, 2020).

Na sequência, seu relato é interrompido por outra pergunta da repórter, que desvia o foco do problema da violência e passa a considerar as emoções da entrevistada: “A senhora também está com medo? Por isso que saiu de casa, dona Kátia?”.

A entrevistada, em um primeiro momento, não responde se está com medo ou não e foca em descrever o motivo de não conseguir mais viver na própria casa: “Eu saí de casa porque tem muitas coisas abertas aí, buraco que eu não tava tendo condição e nem tenho condição de fechar agora, e ele pulava pelo poste, pulava pelo buraco. Então, como ele fez isso com a minha filha, ele faz comigo”.

Mesmo diante do abalo emocional e da vulnerabilidade da entrevistada, a repórter, mais uma vez, insiste e questiona: “A senhora acha que ele é capaz de voltar aqui? O medo da senhora é esse?”. Por duas vezes consecutivas, a palavra “medo” é repetida pela jornalista. Cria-se, dessa forma, um viés de enquadramento (ENTMAN, 1993), que reforça a violência como sintoma da pobreza e o medo como consequência da impunidade, desprovido da crítica às estruturas geradoras de desigualdades sociais que potencializam a existência de ambos.

Dona Kátia então afirma que “o medo é esse: ele voltar. ‘Ah, tá, foi fácil, eu posso voltar’. Eu tenho medo do meu filho, dele vir pegar meu filho, achando que meu filho vai fazer alguma coisa, mas meu filho não vai. Meu filho podia ter feito antes, mas não fez”, e logo em seguida é interrompida com uma nova pergunta. A resposta da entrevistada precisava cumprir apenas a função principal do sensacionalismo: retirar dos fatos suas emoções para produzir a falsa aparência de relevância social. Como destaca Marcondes Filho (2009, p. 171), “à medida que a imprensa desvia a verdadeira causalidade das desgraças e da péssima situação social das classes mais pobres, ela orienta também a reação dessas classes contra o mal mais próximo”.

Esse desvio destacado pelo autor fica aparente no questionamento que Andréa realiza: “A senhora estava contando para a gente que já tinha uma desconfiança dele, né? Falava, inclusive, para Renata. Tinha medo. Ele já tinha agredido ela outra vez?”. Mais uma vez, a palavra “medo” aparece na pergunta, seguida pela sugestão para que a entrevistada descreva como sua filha era agredida. O que interessa para a notícia, nesse aspecto, não é abordar o problema do feminicídio, nem da violência, mas utilizar o espaço do jornal para descrever como essas mulheres se tornaram vítimas.

A entrevistada então descreve que sua filha era agredida desde os 16 anos. Dona Kátia também informa que Renata e o ex-companheiro viviam se mudando de residência, o que a levava, muitas vezes, a pedir ajuda de vizinhos para conseguir localizar o novo endereço. Ela também revela que sempre alertou Renata sobre a violência, mas que a filha sempre lhe dizia que “ela falava demais”.

A fala de dona Kátia evidencia um problema no combate à violência contra as mulheres no Brasil: a falta de denúncias contra os agressores e

criminosos. Nesse aspecto, a 4ª edição do relatório *Visível e Invisível – A vitimização de Mulheres no Brasil*, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o Instituto Datafolha, apontou que 45% das mulheres que sofreram violência em 2023 não procuraram nenhum tipo de ajuda. Apenas 14% buscaram uma delegacia especializada e 8,5% uma delegacia comum.

Entre os fatores pelos quais as vítimas não procuraram a polícia, 38% afirmaram que resolveram sozinhas o problema; 21,3% não acreditavam que a polícia pudesse oferecer solução para o problema; 14,4% não registraram denúncia pela falta de provas; 13,2% disseram que não era importante; 12,8% tiveram medo de represálias; 10,9% não queriam envolver a polícia e 3,8% apontaram outros fatores.

Na Bahia, a ausência de denúncias ganha novos contornos além dos motivos já mencionados. Em uma reportagem publicada pelo portal G1, em 21 de julho de 2022, intitulada *Falta de acolhimento, constrangimento e desconfiança: mulheres relatam dificuldades para denunciar casos de violência*, as vítimas destacaram obstáculos como o tempo de espera para conseguir efetuar o boletim de ocorrência, assim como o despreparo dos profissionais para conduzir as denúncias. Especialistas também destacaram que

Crimes contra a mulher deveriam ser registrados em delegacias especializadas. O problema é que o estado tem 417 municípios e só 16 Delegacias da Mulher, as DEAMs. Deste número, duas ficam localizadas em Salvador, duas na Região Metropolitana, 11 no interior e uma é itinerante (G1 BAHIA, 2022).

Isso denota que o Estado ainda não possui uma infraestrutura adequada para atender todas as demandas dos municípios.

Voltando para a notícia, a repórter não aborda as causas ou motivações que impedem uma mulher de efetuar a denúncia, nem destaca como a falta de infraestrutura do Estado e a ausência de políticas públicas comprometem o atendimento nas delegacias.

Andréa Silva também não se atenta para o fato de que a violência doméstica era um fator que atravessava a vida de Renata desde quando ela era adolescente, o que comprova o argumento de Saffioti (2015), que destaca o quanto a violência é um lugar natural para a sociedade.

Na notícia, o discurso da entrevistada acaba culpabilizando a vítima pela própria morte, uma vez que justifica o fato de Renata tolerar as agressões. Outra problemática que se apresenta na fala de dona Kátia tem relação com o fato de que ela reconhece que a filha sofria agressões desde os 16 anos, idade que ainda não configura maioridade penal, uma vez que o Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 104, estabelece que “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei”. No Brasil, a maioridade só é considerada a partir dos 18 anos. Dessa forma, Renata Caroline, quando ainda era uma adolescente, estava sob a responsabilidade da mãe, que deveria ter procurado ajuda. Porém, fica evidente no vídeo que dona Kátia não teve acesso à educação formal, o que provavelmente dificulta o entendimento dessas questões, mas que também não pode ser negligenciado, uma vez que elas demonstram como a sociedade brasileira falha em proteger suas mulheres, principalmente as das classes econômicas mais baixas.

As camadas mais pobres também são submetidas a questionamentos que visam tranquilizar suas dores e angústias. A repórter Andréa Silva, depois de escutar dona Kátia descrever e relembrar o quanto sua filha sofreu, faz novamente uma interrupção com uma pergunta que convida a entrevistada a ocupar seu lugar na busca por justiça:

E para a senhora tá muito difícil. Que a senhora diria assim dona Kátia, um desabafo da senhora em relação às autoridades, né? Porque esse homem está foragido. Houve até uma suspeita de que ele tinha rondado aqui, passado por aqui. Isso é verdade? A senhora viu? Alguém viu e disse para a senhora? (SILVA, 2020).

A repórter, apesar de já possuir as informações necessárias sobre como o suspeito estava agindo, insiste para que a entrevistada descreva novamente em detalhes a forma como o crime ocorreu. A notícia assume, assim, seu caráter de mercadoria. O programa está ao vivo; a dor e o sofrimento são recursos que o jornalismo conhece e domina. É preciso manter o telespectador na tela por oito minutos. A violência se transforma em um espetáculo, com direito à narração realizada por uma de suas vítimas. Assim que o programa terminar, os anunciantes terão exibido seus produtos para um público ainda maior, que se converterá em potenciais clientes. A morte de Renata é só mais

um produto que alimentará a engrenagem publicitária do *Bahia Meio Dia*. Isso fica evidente quando a repórter pondera: “O que a senhora espera é a justiça. Que esse homem seja preso”, e a entrevistada então responde:

Eu peço aos policiais justiça, vocês que tem filhos, você que tem uma filha, pelo amor de Deus não deixa isso ficar impune, não deixe pelo amor de Deus. Pega esse rapaz, pega esse rapaz. Porque você Júnior ainda não se entregou? Se entregue. Você tirou a vida de Renata, a minha filha, você tirou. Quem tá guardando ele, não faça isso que você tem filha também, tem filho. Cuidado com ele, ele fez isso, ele fez isso com a minha filha (KÁTIA – ENTREVISTADA, 2020).

Além de expor o sofrimento, o jornal também precisa convidar a entrevistada a cobrar por justiça, quando a justiça já deveria ser um direito garantido. Nesse sentido, se consolida a ideologia no aspecto da legitimação, apontada por Thompson (1990). O discurso passa a se configurar como uma instância de poder mediadora entre o acontecimento e a televisão. Diante dos fatos, a matéria então estabelece uma pausa. A repórter destaca:

Dona Kátia, muito obrigada por dividir com a gente. Eu sei que o momento é de muita dor para senhora, é um momento difícil, mas a senhora tem ouvido, tem estado aqui ao nosso lado. Acho que é um depoimento importante, um desabafo importante, né, Jéssica, e olha não é a única mãe que tá passando por esse sofrimento. Daqui a pouco eu volto para falar de outros dois casos de mulheres que foram brutalmente assassinadas. Casos de feminicídio. Esse homem que ela tá falando aqui, fazendo esse apelo às autoridades, se chama Ubirajara de Santana Júnior, o ex-marido de Renata e principal suspeito desse crime. Daqui a pouco a gente volta a se falar Jéssica (SILVA, 2020).

O programa se prepara para o intervalo comercial com o objetivo de fazer o público se tranquilizar sobre os acontecimentos. Antes do intervalo, Jéssica Senra realiza suas considerações:

Brigada Andréa Silva, é porque é típico dos feminicidas, né? A característica principal é a covardia e esse mais ainda, usou a força bruta para matar essa mulher, então faz e se esconde, é um covarde. Que as autoridades encontrem, e que a gente seja intolerante aos feminicídios. Daqui a pouco a gente volta a falar desse assunto (SENRA, 2020).

Na fala da apresentadora, o problema do feminicídio perde seu contexto de crime hediondo, tipificado por lei. A violência é nomeada como "covardia". O desejo por justiça é mais uma vez enfatizado, e a sociedade conseguirá

contribuir com a causa sendo intolerante ao crime. Reforça-se, portanto, o caráter da violência como fenômeno individual e não como estrutura social, e propõe-se como mudança uma ação que opera muito mais no campo da consciência (GONZALEZ, 1980) do que na transformação da sociedade. De volta ao estúdio, Jéssica Senra precisa "relembrar" o público sobre os outros casos de feminicídio mencionados no início da matéria:

Vamos voltar a falar sobre feminicídio. A gente tá relembrando alguns casos mais recentes, né. Acompanhando de perto. Andréa Silva tem atualização de dois casos de mulheres que foram vítimas aí de homens machista. Um deles, é um dos casos né, o de Édina Alves, morta a facadas pelo ex-namorado na cidade de Camaçari e uma outra vítima que foi morta nesse fim de ano, Alana Beatriz que foi morta pelo ex-companheiro da mãe. Ela tava grávida de 6 meses e o bebê também não resistiu. Andréa que que a polícia diz sobre as investigações desses casos? (SENRA, 2020).

A fala de Jéssica segue uma hierarquia ao passar as informações: primeiro esclarece para o público que o programa está "relembrando" casos de violência. Depois, reafirma o discurso legitimador do jornal como instância que busca a justiça e está acompanhando de perto cada um desses crimes. Em seguida, avisa ao telespectador que a repórter tem informações novas e, por fim, descreve a morte de cada uma das vítimas e aborda a pergunta sobre as informações policiais.

A repórter Andréa Silva então aparece, mas não apresenta nenhum fato novo, apenas reitera que "a polícia disse que todos esses casos estão em investigação e que os acusados todos estão foragidos. É exatamente essa a informação". A linguagem policial é reproduzida como garantia da veracidade diante dos fatos.

A jornalista então descreve como ocorreu a morte de cada uma das vítimas:

Renata também foi vítima de feminicídio, Renata Caroline Paiva de 29 anos, deixa dois filhos. O principal suspeito, Ubirajara de Santana Júnior, ex-marido com quem Renata conviveu durante 13 anos, tá foragido. [...] Edna Alves de 37 anos, ela foi morta a facadas. Isso foi em Camaçari, ela foi morta pelo namorado, pelo ex-namorado. Já tinha havido um rompimento desse relacionamento e esse homem que foi companheiro de Edna chegou a ser preso em flagrante, mas participou de uma audiência de custódia, foi liberado. [...] O outro caso foi o de Alana Beatriz, Alana Beatriz tinha apenas 19 anos, estava grávida de um filho, ela estava grávida com 6 meses de

gravidez. Esse caso foi no bairro de Pituáçu, aqui em Salvador. Eu estive inclusive com a mãe de Alana, dona Sandra, que sofreu muito com essa situação. Alana Beatriz foi morta a facadas e o principal suspeito, a gente fala suspeito, porque enquanto o caso não for finalizado, não houver julgamento, é assim que a justiça trata. Então esse homem que era o padrasto de Alana esfaqueou esta jovem de acordo com a polícia e também está foragido (SILVA, 2020).

A repórter relata cada um dos crimes sem mencionar a Lei do Feminicídio ou a Lei Maria da Penha. Também não se discute o problema da violência na sociedade, assim como o machismo e o patriarcado. Todas as três mulheres foram mortas por homens que possuíam algum vínculo afetivo com elas, confirmando as evidências das estatísticas já mencionadas, que apontam o companheiro, conhecido ou parente como o principal agressor e perpetuador de violência contra a mulher.

Por fim, Andréa Silva reforça novamente:

Jéssica, a gente trouxe esses casos hoje para deixar bem claro para todos vocês que acompanham o Bahia Meio Dia, que é o nosso papel e que a gente vai continuar acompanhando todos esses casos até que a justiça seja feita, Jéssica (SILVA, 2020).

O programa então libera para o público seu efeito tranquilizador (MARCONDES, 2009). A justiça conta agora com a cobrança do *Bahia Meio Dia*, que opera como uma instância de poder e fomenta a ilusão de garantir uma resposta efetiva para a sociedade.

No fechamento da notícia, Jéssica Senra mais uma vez agradece e destaca:

Obrigado Andréa, porque afinal de contas sempre digo, lutar contra a violência contra a mulher, é lutar a favor da sociedade. Não é luta só de mulher, porque né, veja, é uma mãe que tá enterrando a filha, né, é um pai que enterra uma filha, um filho que fica sem mãe, né? A gente, para viver numa sociedade de paz, a gente precisa que ela seja de paz para todos, não apenas para homens, para homens e para mulheres, da mesma forma que a gente faz cobranças aqui para melhorias da nossa população, a gente precisa cobrar em favor das mulheres (SENRA, 2020).

A cobrança mencionada pela jornalista não aparece na notícia, assim como não fica evidente quais são as instâncias que serão cobradas nem quais tipos de melhorias serão solicitadas.

No que se refere aos quatro pontos de enquadramento, o problema foi definido como o feminicídio sofrido pela vítima; a causa dessa violência é diagnosticada pelo fato de a vítima não ter realizado a denúncia; os julgamentos morais aparecem quando a repórter descreve os sentimentos e as dificuldades da vida da entrevistada; a solução sugerida é lutar pelos direitos das mulheres e cobrar da sociedade por melhorias.

E) - “Mãe é morta pelo filho ao tentar separar briga dele com irmã, em Salvador”

A matéria foi exibida no dia 10 de janeiro de 2020, em formato de nota pelada. Nesse modelo, o apresentador apenas noticia o fato, sem a presença de imagens. Na notícia, com duração de 0:58s, Jéssica Senra informa que uma idosa de 64 anos foi morta pelo próprio filho depois de tentar separar uma briga entre ele e a irmã.

Segundo a polícia, a vítima, identificada como Gisélia da Silva Correia, foi morta com uma serra de fazer bolo, um tipo de utensílio utilizado para nivelar as camadas do bolo. Em seguida, Jéssica informa que "o autor do crime, que não teve identidade revelada, foi preso e conduzido para a Central de Flagrantes".

As informações são apresentadas de forma rápida, evidenciando o caráter imediatista dos fatos, que se fragmentam (MARCONDES FILHO, 2009), sem uma lógica para sua explicação. Nem a notícia, nem a polícia nomeiam o crime como feminicídio. A vítima ocupa, então, a categoria de "mãe morta" ou "mulher morta", sem o elemento da tipificação da violência que a vitimou.

No final da nota, Jéssica Senra argumenta que "não há informações sobre o motivo da briga entre esses irmãos, mas a gente precisa, todos os dias, estar falando aqui da necessidade de se respeitar a mulher, porque, embora esse suporte do poder público seja importante — da polícia, da justiça — a gente precisa trabalhar na prevenção. Isso passa pelo respeito à mulher".

Desse modo, a apresentadora coloca a dimensão do combate à violência de gênero em duas perspectivas: a prevenção e o respeito, que são elementos fundamentais para as mulheres. Entretanto, esses valores sozinhos não são suficientes para alterar a estrutura patriarcal. A notícia transforma,

mais uma vez, o problema da violência em um fenômeno que pode ser alterado a partir de mudanças individuais e não da mobilização conjunta de toda a sociedade.

Quanto aos quatro pontos de enquadramento, o problema foi definido como a morte da vítima; a causa dessa violência foi a tentativa da vítima em separar a briga dos irmãos; o julgamento moral aparece no início da nota, quando a apresentadora alerta que a informação é "estremecedora"; a solução sugerida é buscar a prevenção e o respeito à mulher.

F) - “Quase 150 mulheres têm medidas de proteção em Alagoinhas”

A matéria foi exibida no programa no dia 10 de janeiro de 2020, com relatório de reportagem produzido por Jhonatas Trindade. A notícia tem duração de 03:12, e apresenta como tema central o aumento no número de denúncias de violência contra a mulher no município de Alagoinhas, localizado no Agreste baiano.

A apresentadora Jéssica, ao realizar a abertura da notícia, destaca que o aumento no número de ocorrências pode estar relacionado à presença da Patrulha Maria da Penha, que começou a atuar na cidade, e ressalta que “em janeiro do ano passado, por exemplo, foram feitos 57 atendimentos. Em dezembro, esse número chegou a 174”.

Em seguida, Jhonatas Trindade realiza a abertura da notícia, mas não contextualiza o problema da violência no município. O enfoque da matéria traz primeiro o relato de uma mulher, vítima de violência doméstica, que não quis se identificar. O repórter então descreve:

A rotina vinha se tornando insuportável. Essa mulher que preferiu não se identificar disse que sofria com ameaças e agressões constantemente, mas por medo preferia se calar. A questão é que aos poucos a situação foi se agravando e chegou a um ponto que ela não estava conseguindo nem mais dormir (TRINDADE, 2020).

Na sequência, a vítima esclarece:

Durante 14 anos eu fui casada e inicialmente começou o que? As agressões verbais. E aí lhe deixa uma pessoa mesmo oprimida, você se achando a pior pessoa do mundo e depois vem as agressões

físicas. E tinha a questão dos meus filhos menores tá sendo criado em um ambiente hostil, é... com tanta agressão, com tanta humilhação. Isso não é ambiente para adulto, quanto mais pra criança (RELATO DA ENTREVISTADA, 2020).

Nesse relato, é possível constatar, como destaca Saffioti (2015, p. 79), que “as violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente”, e reverbera sobre adultos e crianças. Depois do depoimento, Jhonatas Trindade esclarece que:

Atualmente existem 149 mulheres com medidas protetivas em Alagoinhas. Mulheres que se cansaram de sofrer violência doméstica e decidiram denunciar. O número de medidas protetivas concedidas corresponde a cerca de 20% das 854 denúncias que foram feitas à delegacia da mulher de Alagoinhas no ano passado. A patrulha Maria da Penha foi criada em 13 de setembro de 2017. Em Alagoinhas, o órgão responsável é a Guarda Municipal. Por aqui a patrulha começou em 2018, mas foi apenas em 2019 que as ações passaram a ser monitoradas. Até aqui os números mostram que a quantidade de atendimentos tem crescido mês a mês. Em janeiro de 2019, por exemplo, foram 57. Em junho, 119, mais do que o dobro. E só no último mês de dezembro, foram 174 visitas da patrulha Maria da Penha (TRINDADE, 2020).

Apesar de apontar os dados estatísticos, o repórter não esclarece se o aumento das ocorrências pode estar ligado ao aumento da violência de gênero. Além disso, é atribuído que as vítimas procuraram ajuda porque estavam cansadas de sofrer violência, como se a denúncia fosse apenas um sintoma de esgotamento físico e não o principal mecanismo para coibir a problemática, o que contribui para transmitir a mensagem de que, para denunciar, a vítima precisa realmente se questionar se está de fato cansada ou não de sofrer violência.

A reportagem também conta com a participação da comandante da Guarda Municipal de Alagoinhas, Renata Fortaleza, que reforça a importância da atuação da patrulha na cidade:

Nós temos histórico de várias mulheres que são violentadas há muitos anos, mas elas sempre se perguntavam. Eu vou prestar a queixa e depois da queixa? Quem vai cuidar de mim? Como é que vai ser feita essa proteção? E aí, com o surgimento da patrulha, elas tomaram coragem (RELATO DA ENTREVISTADA - RENATA, 2020).

A comandante, porém, não detalha como a patrulha realiza esse encorajamento, nem destaca o que a vítima precisa fazer para realizar a denúncia. A notícia fica apenas na superficialidade e deixa de cumprir seu papel como agente de transformação.

Renata também esclarece que, entre as 149 mulheres com medidas protetivas, em apenas um caso foi registrada reincidência de agressão, que ela destaca como um fator que foge ao controle da patrulha, uma vez que

Essa mulher, ela termina confiando nesse agressor. E como nesse caso, ela terminou abrindo a porta para esse agressor, o que foge o nosso controle. A gente continua assistindo essa mulher, mas foge o nosso controle a partir do momento que ela confia no agressor (RELATO DA ENTREVISTADA - RENATA, 2020).

Desse modo, o discurso responsabiliza a vítima pelas agressões que possivelmente voltará a sofrer. A comandante compreende que, quando uma mulher, vítima de violência, retoma o relacionamento com o agressor, caso ela sofra violência novamente, a culpa (SAFFIOTI, 2015) é dela por ter confiado. Sendo assim, o sistema não pode interferir; cabe apenas assistir à vítima sendo reificada pela violência, sem promover nenhuma ação para modificar seu contexto.

Para finalizar a notícia, o repórter Jhonatas Trindade destaca: “E se você sofre violência doméstica e continua calada, é bom ouvir esse conselho”. A primeira entrevistada, que não quis ser identificada no início da matéria, aparece novamente e pondera: “Não tenham medo de abrir a boca e decretar que elas precisam ser felizes, que ficar caladas elas estão se matando e pode futuramente acontecer um feminicídio”. O alerta da entrevistada é importante, pois a denúncia é o primeiro passo para combater a violência e evitar o feminicídio, mas o repórter não destaca a importância da Lei Maria da Penha e também não esclarece como as vítimas podem acionar os mecanismos de defesa e proteção.

Com base nos quatro pontos de enquadramento, o problema foi definido como o aumento no número de denúncias de violência contra a mulher; a causa diagnosticada foi a presença da patrulha Maria da Penha; o julgamento moral aparece na fala da repórter quando destaca que as vítimas, cansadas da violência, decidiram efetuar a denúncia; a solução é sugerida quando a

entrevistada diz que as mulheres precisam enfrentar o problema e não ter medo de serem felizes.

G) - “Delegada pede prisão preventiva de suspeito de estuprar turista em Itapuã”

A matéria foi exibida no dia 11 de janeiro de 2020 em formato de nota coberta, com relatório de reportagem produzido por Thaïc Carvalho. Com duração de 01:08, a matéria relata o caso de estupro envolvendo uma mulher na praia de Itapuã.

A apresentadora Thaïc Carvalho informa:

Olha, a delegada Marita Souza pediu à Justiça a prisão temporária do suspeito de ter estuprado uma jovem do Piauí em Itapuã [...]. O suspeito se apresentou junto com o advogado ontem pela manhã na delegacia de proteção ao turista, onde prestou depoimento e depois foi liberado (CARVALHO, 2020).

A apresentadora descreve o caso de forma superficial e informa ao telespectador que essa notícia já havia sido relatada no programa do dia 10 de janeiro de 2020.

A matéria também não aborda a questão do estupro enquanto um tipo de violência, que, além de ser um crime hediondo tipificado no artigo 213 do Código Penal, como “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos”, também faz parte do patriarcado, que utiliza essa violência como arma de dominação e opressão contra as mulheres, com a falocracia servindo como caldo cultural (SAFFIOTI, 2015).

Depois de noticiar o fato, a apresentadora destaca o posicionamento da polícia diante do ocorrido:

Ainda sobre esse caso, ontem nós conversamos ao vivo aqui no Bahia Meio Dia com o tenente coronel da PM, Eurico Filho. Em entrevista, ele disse que as vítimas se colocaram em risco quando decidiram ir para as praias às 19h30 da noite. No final do dia, o comando-geral da Polícia Militar da Bahia informou, por meio de uma nota, que as declarações do comandante da 15ª Companhia de Polícia estão sendo tratadas internamente e ressaltou que, em

nenhuma circunstância, a vítima deve ser culpabilizada. O tenente coronel Eurico Filho também, por meio de nota, pediu desculpas pelas declarações. Disse ter sido mal interpretado e destacou que nunca defendeu a culpabilização de nenhuma vítima (CARVALHO, 2020).

Essa fala da autoridade policial remete novamente ao padrão que coloca sob a vítima a culpa pela violência sofrida.

Como explica Bakhtin (2017, p. 112), “a existência não é apenas refletida no signo, mas também é refratada nele”. Dessa forma, no discurso do tenente coronel está contido a materialidade da ideologia que reflete seu pensamento machista patriarcal e refrata a mesma ordem hegemônica da instituição na qual ele está vinculado.

Apesar de ambas as partes reconhecerem o erro e emitirem suas justificativas, Orlandi (2015, p. 37) destaca, que a produção do discurso depende da relação de sentidos. Nas palavras da autora “um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. [...] Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados e possíveis”. Desse modo, o pedido de desculpa e o reconhecimento do erro, embora sejam relevantes, não apagam as consequências do primeiro posicionamento, uma vez que o próprio programa não tem como garantir que todos os telespectadores que acompanharam a entrevista do tenente coronel no dia 10 de janeiro de 2020, também terão acesso a sua retratação.

Portanto, a declaração de que a vítima foi culpada pela violência que sofreu, por frequentar a praia à noite, continuará circulando livremente. Isso acontecerá pelo público do telejornal

De acordo, com os quatro pontos de enquadramento, o problema foi definido como o decreto da prisão preventiva de um homem suspeito de estupro; a causa diagnosticada foi o crime cometido; o julgamento moral aparece na fala do tenente coronel que culpa a vítima por ter ido à praia às 19h30 da noite, local onde ocorreu o estupro; a solução para o problema não é sugerida.

H) – “Mulher afirma ter sido agredida por médica no hospital de Jaguarari”

A notícia relata o caso de Adriana Cristina Xavier, que foi agredida por uma médica em um hospital em Jaguarari enquanto buscava atendimento para sua filha. O relato é interrompido pela apresentadora Thaícar Carvalho, que introduz a história, mencionando que se trata de uma denúncia que veio de Jaguarari e apresenta o vídeo onde a vítima, segurando uma criança no colo, grava a agressão da médica.

Após a exibição do vídeo, o repórter Felipe Pereira é convidado para detalhar a situação. Ele começa a explicar que a gravação foi feita pela própria vítima ou por outra pessoa, dependendo do que o repórter tenha abordado posteriormente.

Adriana Cristina Xavier, ela tinha ido ao hospital de Jaguarari buscar atendimento pra filha dela, que caiu de uma rede e tava se queixando de dores e também apresentava febre. Aí depois de esperar mais de uma hora pelo atendimento, ela resolveu questionar a equipe de plantão pra saber quando esse atendimento seria feito. A médica de plantão tava na recepção e aí respondeu pra mãe que esse atendimento não seria feito naquele momento. Aí a mãe perguntou, né? Quando é que esse atendimento vai ser feito? Aí a médica disse que o atendimento não ia ser mais feito. Foi nesse momento que a mãe, a Ana Cristina, né? Adriana Cristina, pegou o celular e começou a gravar esse vídeo que a gente viu aí, né? Com essas imagens terríveis. E nesse momento, como as imagens mostram, a médica foi pra cima dela, começou a agredir. A gente vê também umas imagens nas fotos, o braço dela cheio de arranhões, enfim, né? Tudo isso daí dentro de um hospital (PEREIRA, 2020).

Com relação à descrição do caso, apesar do reconhecimento por parte do repórter de que a vítima sofreu agressão, esse posicionamento não se confirma nem no título da notícia, nem na fala da apresentadora. Ambos utilizam a expressão “mulher afirma”. A notícia poderia ter sido anunciada como “Uma mulher foi agredida por uma médica no hospital de Jaguarari”, uma vez que o vídeo exibido no programa comprova a violência. Porém, o jornal utiliza como critério de noticiabilidade a neutralidade, ou seja, busca se manter distante dos fatos. Biroli (2017), entretanto, destaca que essa postura no jornalismo “corresponde à validação de discursos hegemônicos”. Isso significa

que, ao negar assumir a veracidade de uma informação que já estava confirmada, mesmo antes do repórter aparecer em cena, a produção coloca em dúvida o depoimento da entrevistada e contribui para o preconceito de classe. Afinal, será mesmo que uma médica seria capaz de agredir uma mãe desesperada por atendimento?

Considerando que a reportagem foi transmitida no formato ao vivo, percebe-se que o repórter constrói uma narrativa para envolver o telespectador, utilizando como recurso a própria narração da vítima sobre o fato. Como aponta Marcondes Filho (2009, p. 95), o jornalismo “trabalha o fato e constrói, a partir dele, um outro mundo” para tornar a notícia mais “atraente”.

Ainda utilizando o mesmo formato, Felipe Pereira descreve o desfecho do caso e finaliza a apresentação da notícia:

Aí o que aconteceu? Segundo informações da Adriana, a médica ainda pegou o telefone, jogou no chão, levou pra uma sala e a polícia precisou ser acionada pra ela ter o telefone de volta. E o atendimento só conseguiu ser feito na UPA de Senhor do Bonfim, que é uma cidade vizinha ali a Jaguarari. De acordo ainda com a Adriana, só na delegacia ela encontrou ainda uma outra pessoa, prestando queixa aí também contra a médica. A prefeitura de Jaguarari disse que vai apurar o caso e aplicar as punições devidas a depender desse resultado. A Polícia Civil também investiga esse caso, Thaïc (PEREIRA, 2020).

Diante dessas informações, é notório que o jornalista não investigou o perfil da médica nem buscou ouvir outras testemunhas sobre o fato. As informações que o repórter utiliza é da própria entrevistada e da Polícia Civil. Na apuração, a edição também não informou se a médica foi afastada ou não do exercício profissional, mediante a agressão contra a paciente. Isso reforça o caráter imediatista da notícia; como aponta Marcondes Filho (2009, p. 84), o “jornalismo trabalha com o direto, o imediato, o rápido. Nessa perspectiva, ele distingue valorativamente aquilo que pode ser facilmente disseminável no público e absorvível pelo mesmo”. Numa sociedade em que os homens são os maiores agentes que perpetuam a violência, há algo de novo e de sensacional no fato de ter uma mulher praticando essa violência. É esse aspecto que interessa ao jornal, afinal, essa mulher é também uma médica, que está inserida em uma hierarquia social que lhe confere status e poder no seu exercício profissional sobre a vida de outras pessoas.

Diante dessas informações, é notório que o jornalista não investigou o perfil da médica nem buscou ouvir outras testemunhas sobre o fato. As informações que o repórter utiliza são da própria entrevistada e da Polícia Civil. Na apuração, a edição também não informou se a médica foi afastada ou não do exercício profissional, diante da agressão contra a paciente. Isso reforça o caráter imediatista da notícia; como aponta Marcondes Filho (2009, p. 84), o “jornalismo trabalha com o direto, o imediato, o rápido. Nessa perspectiva, ele distingue valorativamente aquilo que pode ser facilmente disseminado no público e absorvido por ele”. Numa sociedade em que os homens são os maiores agentes que perpetuam a violência, há algo de novo e sensacional no fato de ser uma mulher praticando essa violência. É esse aspecto que interessa ao jornal, afinal, essa mulher é também uma médica, que está inserida em uma hierarquia social que lhe confere status e poder no seu exercício profissional sobre a vida de outras pessoas.

Como destaca Saffioti (2015), a violência de gênero, apesar de ser majoritariamente praticada por homens, não impede que as mulheres também sejam suscetíveis a utilizar a força e a violência contra outras mulheres, uma vez que o machismo não pode ser compreendido apenas como um sistema maniqueísta de homens contra mulheres, considerando que ambos os gêneros são atravessados por noções sociais de poder, força e agressividade.

Para finalizar a reportagem, Thaícar Carvalho acrescenta: “Que história triste, né? A atitude de qualquer mãe questionar atendimento para a filha e a gente vê aí uma médica... Tomara que a prefeitura de Jaguarari apure o caso, a polícia também, e que a justiça seja feita”.

O programa então assume que está do lado da vítima e exerce, assim, seu papel de falseamento, que, como aponta Marcondes Filho (2009, p. 105), “não se dá, via de regra, de forma intencional; ao contrário, normalmente ele faz parte da própria forma de o jornalista estruturar seu mundo, de discernir os fatos (inconscientemente) com uma ‘visão dominante’”.

O programa evidencia que, além de contribuir com a divulgação da matéria, também está torcendo para que a justiça seja feita, e essa torcida tem um peso. Afinal, a vítima agora já pode se sentir representada. Seu sofrimento e sua dor foram transmitidos para centenas de espectadores por 2:50, tempo que a edição considerou suficiente para mostrar como as relações de poder e

classe funcionam. Como destaca Bucci (2004), a “classe C é o grande sucesso da empreitada colonizadora da televisão”, sem ela, o jornal não consegue efetivar sua produção.

Quanto aos quatro pontos de enquadramento, o problema foi definido como a agressão física provocada por uma médica contra uma mulher; a causa diagnosticada foi a cobrança da paciente pelo atendimento para a sua filha; o julgamento moral aparece na fala da apresentadora, que considera o fato uma história triste; a solução para o problema é sugerida como esperar a apuração da prefeitura e da polícia para que a justiça seja feita.

I) - “Influenciadora digital é vítima de agressão por namorado após a festa do Senhor do Bonfim”

A reportagem foi exibida no programa no dia 20 de janeiro de 2020. Na notícia, o nome do repórter não é identificado pela produção do programa. Com duração de 04:58, a matéria relata o caso de Anne Sampaio, uma mulher negra e influenciadora digital que denunciou o namorado por agressão física.

Figura 4 – Captura de tela da entrevistada



Fonte: Programa Bahia Meio Dia (2020).

No discurso da apresentadora, a vítima é primeiro identificada pela sua profissão e depois pelo seu nome. Como destaca Entman (1993, p. 53, tradução nossa), o enquadramento envolve dois aspectos: relevância e saliência. Segundo o autor, a relevância “significa tornar uma informação

memorável para o público”, já a saliência é definida como “um produto da interação entre texto e receptores”. Em outras palavras, relevância diz respeito à capacidade do jornal de tornar a notícia um elemento de fácil compreensão para o público, e todos os recursos empregados nessa produção são direcionados para promover algum nível de interação dos telespectadores com a notícia. Desse modo, quando Jéssica primeiramente nomeia a vítima como influenciadora digital, fica evidente que a classe social vem antes do nome. Dessa vez, a mulher que sofreu violência não é apenas um número; na notícia, sua identidade comunica também seu status social.

Durante entrevista ao repórter, Anne Sampaio aparece com o rosto machucado e reconhece que já havia sido agredida outras vezes pelo companheiro Wallace Conceição de Carvalho e justifica que essa violência era provocada pelo consumo de álcool, quando relata que:

Wallace sem beber é uma pessoa totalmente diferente de quando ele bebe. É uma pessoa totalmente diferente, o comportamento dele muda completamente. A primeira vez, na verdade, Wallace tentou me enforcar. Tivemos outras brigas, mas a primeira vez mesmo ele tentou me enforcar. Estávamos sozinhos em casa, eu e ele. Tínhamos chegado de uma festa e ele tentou me enforcar. Eu cheguei a cuspir sangue, cheguei a ficar desmaiada, porque eu sou asmática e passei mal (ANNE SAMPAIO – RELATO DA ENTREVISTADA, 2020).

Na fala da entrevistada, se reproduz a alienação da própria consciência, que, como destaca Gonzalez (1980, p. 226), “é o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente”. A vítima não consegue reconhecer seu agressor como um homem violento; a violência sofrida é nomeada como uma consequência provocada pela bebida e não pelo comportamento machista do seu companheiro.

Quanto às agressões sofridas na festa do Senhor do Bonfim, o repórter anuncia a passagem de um vídeo “gravado por Anne na noite da última quinta-feira, depois de ser mais uma vez agredida. As fotos tiradas momentos depois da agressão impressionam pela quantidade de hematomas”. As imagens são disponibilizadas na tela para que o telespectador possa visualizar a dimensão e o impacto da agressão:

Figura 5 – Enquadramento do rosto da vítima



Fonte: Programa Bahia Meio Dia (2020).

Depois da lavagem do Bonfim, fomos buscar um carro na liberdade, outros amigos nossos que estavam, como o carro estava cheio, eu estava no colo dele. E aconteceu que fizemos uma brincadeira entre amigos dentro do carro e ele acabou me dando um tapa na lateral do meu rosto. Eu estava no colo dele, ele me deu um tapa e aí ele continuou me agredindo. Ele veio para cima de mim, me pegou pelo cabelo, me deu vários socos no rosto, na testa, tanto que as fotos que vocês irão ver eu estou com vários hematomas na cabeça que o médico... Eu tive que ir para a UPA que eu estava com fortes dores e o médico me aconselhou a passar por um cirurgião geral com urgência (ANNE SAMPAIO – RELATO DA ENTREVISTADA, 2020).

Além de mostrar as imagens e de exibir no telejornal o rosto machucado da vítima, o repórter também conduz Anne Sampaio mais uma vez a narrar a agressão sofrida. Como ressalta Voirol (2005, p. 5), a mídia, ao promover a visibilidade sobre determinados assuntos, também realiza “um trabalho de enquadramento e condensação que redesenham seus contornos”, revelando assim sua ambivalência: ao mesmo tempo em que “alargam os horizontes da visibilidade”, também demonstra seu exercício de poder ao selecionar “o que deve figurar na ordem da visibilidade mediada e o que dela deve ser excluído”. As questões sociais que envolvem esse problema são invisibilizadas pelas imagens que espetacularizam a violência. O repórter também destaca que:

O caso foi registrado na delegacia da mulher no bairro de Brotas. O advogado da digital influencer conta que a justiça determinou uma medida protetiva para que Wallace deixasse a casa do casal, mas a decisão judicial não teria sido cumprida (RELATO DO REPÓRTER, 2020).

Mais uma vez, a vítima é identificada como influenciadora digital; seu lugar de existência, portanto, pertence a uma ordem social que lhe garante visibilidade, além de contar com a presença de um advogado em sua defesa. Para finalizar a reportagem, o repórter afirma que “os machucados no corpo de Anne estão melhorando. O olho está menos inchado, mas quando eu pergunto como ela se sente com a situação, as lágrimas antecipam a resposta”, fazendo um claro apelo emocional que caracteriza o gênero sensacionalista. Anne Sampaio então começa a chorar e destaca que se sente “envergonhada, sabe? Porque eu jamais imaginaria que eu tivesse passando na televisão dessa forma”. A notícia utiliza então todo o seu potencial informativo para explorar o sofrimento da vítima e captar o caráter mais apelativo do fato: fazer a vítima chorar na tela da televisão. O enquadramento da imagem utilizado para finalizar a reportagem também potencializa o discurso que coloca a vítima em um lugar de passividade. Desse modo, ainda que o programa tenha denunciado a violência, o fechamento da matéria corrobora para fomentar um estereótipo da vítima como incapaz, vulnerável e envergonhada. O encerramento da reportagem está sob a responsabilidade de Jéssica Senra, que pondera as seguintes considerações:

A gente tentou o contato com o Wallace, não conseguimos, mas os microfones estão à disposição. Veja o sentimento dela, né, de vergonha. A violência doméstica atinge mulheres de todas as classes sociais. A gente teve uma redução nos últimos anos, principalmente entre mulheres brancas de classe social mais elevada, provavelmente por causa dessa maior conscientização e por maior possibilidade financeira de deixar o agressor. Só que a gente ainda precisa trabalhar muito entre as mulheres negras, as mais pobres, que são mais vulneráveis. Agora a gente vê que as mulheres estão tomando coragem de denunciar. Essa violência, antes ficava escondida justamente por essa vergonha de assumir que foram vítimas. Também graças à conscientização e uma lei que nos protege um pouco mais, a gente está entendendo as razões dessas agressões que estão relacionadas ao machismo. A gente está entendendo que a culpa é do agressor, que é ele quem deve ser responsabilizado. A gente está deixando de culpar as vítimas, a gente está tomando coragem, já nas primeiras agressões, para não deixar a violência chegar até o feminicídio. A gente está criando rede de solidariedade entre mulheres, nos apoiando. Agressores estão sendo expostos, e que paguem pelo que fazem, a depender da atitude pessoal, que aí cabe a cada um, de repente muda em comportamentos. A gente não tolera mais homem agressor, a gente não tolera mais violência contra mulher, que a gente consiga expandir essa consciência para todas as mulheres, de todas as classes sociais e para todos os homens também. É muito importante que a gente exerça esse papel educacional, inclusive na televisão, que utilize as redes sociais,

porque tem muita gente precisando aí melhorar, expandir a sua mente, se conscientizar do respeito que é importante (SENRA, 2020).

A apresentadora, apesar de destacar informações relevantes sobre a condição da mulher na sociedade, também utiliza um discurso generalista para expressar uma visão positiva sobre a realidade, que não encontra coerência na prática. Como já foi mencionado nesta dissertação, os dados estatísticos apontam que o número de subnotificações nos casos de violência de gênero ocupa altos índices nos relatórios. Em relação à culpabilização das vítimas, as análises realizadas até aqui já mostraram que o programa colabora com esse processo, tanto no texto das reportagens quanto na reprodução dos discursos dos entrevistados. A fala de Jéssica cumpre a função de tranquilizar a sociedade, ao mesmo tempo em que coloca a educação, a televisão e as redes sociais como instâncias responsáveis pela mudança. Por fim, a apresentadora ainda reforça que esse processo pode ajudar as pessoas a “expandir a mente” e se conscientizar sobre o respeito que é importante. A solução contra a violência, mais uma vez, é atribuída como um fator individual e não coletivo.

Com base nos quatro pontos de enquadramento, o problema foi definido como a agressão contra a vítima; a causa diagnosticada foi o alcoolismo do agressor, que possibilitou o comportamento violento; o julgamento moral aparece quando a vítima diz se sentir envergonhada; a solução para o problema é sugerida como utilizar a televisão e as redes sociais para conscientizar as pessoas sobre o respeito

J) - “Bandidos matam homem e estupram duas mulheres em Vera Cruz, na Ilha de Itaparica”

A reportagem foi exibida no dia 21 de janeiro de 2020, com cobertura ao vivo direto do local do crime. O repórter Victor Silveira coordenou as etapas da exposição, que teve duração de 12:31, o tempo mais longo já registrado até aqui, com três entradas ao vivo no programa sob a direção da apresentadora Jéssica Senra:

É porque a polícia está investigando um crime terrível, a morte de um homem, estupro de duas mulheres, em Vera Cruz, Ilha de Itaparica.

Esses crimes aconteceram na madrugada da última sexta-feira. Homens encapuzados invadiram vários imóveis e espancaram, levaram tudo da casa das vítimas. Quem está lá na ilha que vai contar esse caso para a gente é o repórter Victor Silveira. Oi Victor, boa tarde (SENRA, 2020).

A jornalista diz que o repórter vai 'contar o caso', o que já denota um sentido de aproximação e intimidade com o público. Em seguida, o repórter Victor Silveira anuncia uma prévia do que será abordado na notícia:

O seguinte, foi na madrugada, de quinta para sexta-feira, as vítimas tinham voltado da lavagem do Bonfim em Salvador, pegaram o Ferry das 9 horas da noite, vieram para cá, pra casa. E aí no meio da madrugada, por volta das 3 horas, eles contam que apareceram aqui dois carros com cerca de 6 homens. Eles invadiram mais de 4 casas, a ação começou em outro bairro, depois eles vieram para cá, atrás de um rapaz chamado Caio e aí invadiram várias casas. Daqui a pouco eu vou mostrar para vocês ao vivo essa casa aqui uma das casas que foi invadida. A casa está totalmente revirada, eles levaram televisão, quebraram guarda-roupa e aí acabaram estuprando duas mulheres... tiveram outras duas mulheres que também foram violentadas e um rapaz de 24 anos foi morto aqui no meio da rua. Daqui a pouco eu volto para trazer mais detalhes (SILVEIRA, 2020).

Observa-se que, nessa descrição detalhada dos acontecimentos, também se localiza a banalização da violência. Quando o repórter informa que 'aí acabaram estuprando duas mulheres... tiveram outras duas mulheres que também foram violentadas e um rapaz de 24 anos foi morto aqui no meio da rua', reforça-se a violência enquanto espetáculo. Bucci (2005) acredita que 'onde quer que a notícia esteja a serviço do espetáculo, a busca pela verdade é apenas um cadáver. Pode até existir, mas sempre como um cadáver a serviço do 'dom de iludir'.' Nessa primeira parte da apresentação do jornalista, não há indícios de que a produção esteja acompanhando a investigação do caso, pois o repórter não menciona nenhuma informação ou cita como fonte os órgãos públicos responsáveis por apurar esse tipo de crime. O interesse se evidencia de outra forma: descrever para o público como a violência foi perpetrada em cada um desses corpos. Realiza-se, então, uma breve pausa para o programa inserir o intervalo comercial e provocar no telespectador, por meio do desejo e da emoção (BUCCI, 2005), a necessidade de acompanhar os 'detalhes.' De volta ao programa, Jéssica Senra realiza novamente a chamada da matéria e convida o repórter a relembrar o caso para o público:

Vou chamar Victor Silveira, que está por lá pela ilha e vai trazer mais informações para nós. Foi em Vera Cruz, Vitor Silveira, que aconteceu essa barbaridade. Para quem acabou de entrar, quem chegou depois da sua primeira participação, relembra o que aconteceu, por favor (SENRA, 2020).

A técnica da repetição (MARCONDES FILHO, 2009) é uma estratégia do jornal para captar a atenção do público. Como destaca Bucci (2005), o jornalismo televisivo tende a obedecer a uma 'ética de mercado', que atua 'cada vez menos para os direitos e cada vez mais para o consumo e para a extração do olhar (uma atividade extrativista primitiva)'. Desse modo, para a televisão, o olhar do telespectador também constitui uma mercadoria. O repórter Victor Silveira é convidado, então, a repetir as informações e trazer para o público novos 'detalhes' sobre o fato. Dessa vez, o repórter identifica, pelo nome, a primeira vítima do ataque:

Adriano de Jesus, de 24 anos, acabou sendo morto, ele estava dormindo na casa da namorada, junto com a namorada e aí, segundo as testemunhas, os moradores daqui, chegaram dois carros por volta das três horas da manhã, onde desceram cerca de seis homens, encapuzados, completamente cobertos e aí entraram nas casas, invadindo as casas (SILVEIRA, 2020).

Mais uma vez, se constata a descrição detalhada dos fatos, seguida pela narração sobre como Adriano foi morto:

Adriano foi tirado de casa, segundo essas testemunhas, arrastado aqui e quando chegou aqui, foi colocado sentado aqui na porta dessa casa e recebeu um tiro onde ele morreu aqui mesmo. Aqui na porta tem inclusive a marca do tiro, tá vendo? Aqui, esse buraco aqui (SILVEIRA, 2020).

Nessa representação, fica evidente que a morte de Adriano, além de ser narrada pelo repórter, precisa também ser imaginada pelo telespectador.

Voltando para o discurso da reportagem, Victor Silveira, em seguida, descreve a reação dos criminosos depois de matar Adriano.

E aí, não satisfeitos, os rapazes que estavam encapuzados entraram nas casas, roubaram as casas e violentaram quatro mulheres, estupraram uma. Daqui a pouco vocês vão ver de casa o depoimento de uma das mulheres que foi estuprada, que é a namorada de

Adriano, que foi morto. Ela tem 23 anos e foi estuprada por cerca de três homens. Eu vou entrar aqui agora na casa onde morava a irmã de Adriano. Olha só, a casa tá completamente revirada. Mas agora a gente vai ver a entrevista que eu fiz com a mãe delas duas, das duas meninas que foram estupradas pelos homens na madrugada de quinta-feira. Vamos acompanhar (SILVEIRA, 2020).

O repórter anuncia as informações com elementos que remetem a apresentações de reality shows, a partir das expressões “daqui a pouco vocês vão ver de casa” e “vamos acompanhar”. Na fala do repórter, o estupro é apresentado como uma espécie de entretenimento no programa, o que fica evidente na frase “ela tem 23 anos e foi estuprada por cerca de três homens”.

Nessa construção, percebe-se também a ideologia enquanto dissimulação (THOMPSON, 1995). A violência, enquanto crime hediondo, é ocultada diante do espetáculo. A mulher, vítima de estupro, que viu o próprio companheiro ser assassinado, passa a ser apresentada pelo jornal como uma personagem que precisa contar sua história. Seu lugar na frase é definido primeiro por sua idade, depois pela quantidade de homens que a violentaram. Nesse sentido, o lugar do patriarcado está imbricado na linguagem, evidenciando que o machismo ainda exerce seu poder sobre os corpos das mulheres.

Além disso, no início do texto, ele descreve que os “rapazes encapuzados violentaram quatro mulheres e estupraram uma”. Há, nessa construção, dois pontos a serem destacados. O primeiro tem relação com o fato de que o repórter não esclarece a diferença entre os termos “violentaram” e “estupraram” utilizados na frase. O segundo ponto diz respeito à quantidade de vítimas. No título da reportagem, são mencionadas duas mulheres, mas o repórter informa que são quatro, e em seguida afirma que há uma vítima de estupro. Dessa forma, não fica claro se são duas, quatro ou cinco vítimas, e se elas sofreram outras formas de violência além da violência sexual. As imprecisões nas expressões revelam falhas na checagem dos fatos e o uso incorreto das palavras para nomear os crimes.

Em relação à entrevista, em que o repórter convida o telespectador para acompanhar, aparece a mãe de uma das vítimas, que tem sua identidade protegida, mas descreve em detalhes como ocorreu o estupro da filha. No trecho, ela destaca da seguinte forma:

Aí quando eu olhei, ele tinha levado minha filha pro quarto, a minha caçula, que ela é muito bonita, ela é linda, aí levou pro quarto e eu vi fazendo aquele sinal obsceno nela, muita coisa aqui, muita coisa mesmo, muita coisa, e pegou, fez eu descer, desce, desce, desgraça, se não vou te matar, ou então vou te empurrar da escada. Aí eu peguei, desci, e eles ficaram lá abusando da minha filha, um atrás do outro, subia um, subia outro, subia um (RELATO DA ENTREVISTADA, 2020).

Além disso, a edição do programa não respeitou o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, que destaca como responsabilidade do profissional jornalista não divulgar informações “de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes”. Isso demonstra uma clara violação dos princípios norteadores da prática profissional em nome do espetáculo.

Isso se repete em diversos trechos da reportagem, que busca evidenciar os aspectos mais apelativos dos fatos. O repórter, em uma outra entrevista, questiona uma moradora da localidade se ela “viu o momento em que o Adriano foi morto aqui na frente?”. Em seguida, ela responde:

Eu vi, foi um momento tão difícil, assim pra mim, porque ele pediu pra não morrer, ele pediu, ele pediu muito, pediu pelo amor de Deus, não me mate, não me mate, mas primeiro eles ficaram, eles ficaram andando com ele, sabe, fazendo ele assim, tipo assim, sabe, de boneco. Andavam pro lado, andavam pro outro, tinha o mesmo que apontava várias vezes a arma pra ele. Um ficou com ele, apontando a arma pra ele, e aí o outro veio já com a escopeta, aí fez assim: elimina? Aí perguntou pro rapaz do lado. Elimina? Ele disse: Elimina, quando ele deu, deu uma só (RELATO DA ENTREVISTADA, 2020).

Na pergunta do repórter já consta um claro direcionamento em relação ao fato, uma vez que ele não questiona como a entrevistada se sente diante do ocorrido, mas sim, se ela presenciou o ‘momento’ do crime. Ou seja, não interessa para o repórter qual o impacto dessa violência na comunidade; o que vale é registrar de forma exclusiva a entrevista com a única pessoa que conseguiu assistir ao assassinato de Adriano e poderá conceder ao público uma descrição mais fidedigna sobre sua morte, que, além de ser banalizada, ganhará novas versões no imaginário social.

Em outro trecho, o repórter entrevista ‘a mulher de Adriano’, que também foi vítima de violência sexual. Ele pede para que a entrevistada descreva o estupro, com a seguinte pergunta: “E aí fizeram a violência sexual com você, com sua prima, com sua irmã, como é que foi?”. A vítima então responde: “Foi comigo, foi comigo, três homens não, três policiais. Chegou de preto, encapuzado, dizendo que era polícia”. Logo em seguida, é novamente questionada pelo jornalista: “E como você está se sentindo? Está com medo de voltar para casa? Como é que está?”. A vítima então afirma que não quer mais voltar para casa.

Nesse aspecto da entrevista, as perguntas do repórter são estrategicamente elaboradas. Ao mesmo tempo em que ele oferece a possibilidade de visibilidade para a vítima, ele também direciona a vítima a responder apenas sobre aquilo que mais interessa ao jornal: a forma como a violência atravessou seu corpo, numa clara intenção de fazer a vítima demonstrar suas emoções e afirmar que está com medo.

Para Bucci (2015, p.?), “[...] na sociedade do espetáculo, toda imagem, mesmo a imagem jornalística, mesmo a informação mais essencial para a sociedade, tem o caráter de mercadoria, e todo acontecimento se reduz à dimensão do aparecimento”. Desse modo, a mulher, vitimada pela violência, que aparece na matéria, é essencial para o jornal não pelo seu valor enquanto ser humano exposto à barbárie, mas pela mercadoria que ela é capaz de oferecer: a violência sofrida.

No final da reportagem, Victor Silveira oferece alguns esclarecimentos em relação ao depoimento da vítima, que afirmou ter sido estuprada por policiais. Ele destaca:

E ela firma né? Que os rapazes chegaram por aqui, dizendo que eram policiais militares ou policiais, eles não falaram se eram policiais militares ou policiais civis. A corregedoria da Polícia Militar informou para gente, que ainda não recebeu nenhuma denúncia quanto a isso. E que a vigésima quarta (24^a) delegacia, aqui do município de Vera Cruz está acompanhando o caso (SILVEIRA, 2020).

Esse trecho demonstra que o programa não apurou a informação repassada pela vítima e confiou apenas na resposta da instituição, que

claramente defende apenas os interesses do Estado, representado ali pelos seus aparelhos de força e coercitivos, ou seja, pela classe policial.

Nesse sentido, a verdade dos fatos pode ter sido manipulada, uma vez que a entrevista com a vítima foi gravada. Tanto o jornalista quanto a edição do programa deveriam ter checado as informações, o que não ocorreu, pois o jornal opera sob a lógica comercial. Nesse aspecto, Bucci (2004) ressalta que, em uma sociedade regida pela lógica do espetáculo, os ideais sobre o que deveria ser feito são dispensados em nome da produção voltada para o consumo.

Ao encerrar sua apresentação, o jornalista destaca para a apresentadora: “Se vê, né Jéssica? Em pleno verão, a ilha está lotada de turistas. Aconteceu um caso como esse: cerca de quatro mulheres violentadas sexualmente e um rapaz morto aqui no meio da rua. Volto com você”. Nesse trecho, a violência aparece não como um problema que impactou a vida da comunidade, mas como algo que ocorreu em pleno verão, em um momento em que as praias estão cheias. Somente no final ele esclarece que foram quatro mulheres vítimas de violência sexual, encerrando a transmissão.

Ao retornar para o estúdio, Jéssica Senra declara:

Barbaridade, né? Com esse menino, com essas moças. Eu fico indignada como o corpo da mulher é desrespeitado, é invadido, é violentado, essa mensagem de subjugação. Se tem uma coisa que me deixa muito indignada. E que eu não consigo entender, porque até para o bandido a mãe é sempre sagrada. Por que não consegue enxergar sacralidade, esse corpo da mulher como intocável? Não, eles vão lá e subjugam umas mulheres. E a gente aqui se revolta. Espero que a polícia dê uma resposta (SENRA, 2020).

O discurso de Jéssica não evidencia a gravidade do caso, nem aborda a violência sob uma perspectiva social. Com base nos quatro pontos de enquadramento, o problema foi definido como o estupro de quatro mulheres e a morte de um homem; a causa foi a simples coincidência de as vítimas estarem no mesmo local que os criminosos; o julgamento moral surge quando a apresentadora demonstra indignação e revolta diante do caso; e a solução para o problema é aguardar a resposta da polícia.

K) - “Família pede que a polícia investigue caso da mulher que morreu após cair de carro”

A notícia foi exibida no dia 22 de janeiro de 2020, com duração de 3:30, e o relatório de reportagem foi produzido por Naiá Braga. A matéria aborda o caso de Rosilene, uma mulher negra que trabalhava como empregada doméstica e foi lançada para fora do carro do seu companheiro enquanto o veículo trafegava pela avenida Vasco da Gama, em Salvador.

A vítima ficou internada por 40 dias, mas não resistiu aos ferimentos. Familiares e vizinhos apontaram na reportagem que Rosilene era sistematicamente agredida pelo próprio companheiro e, por isso, acreditavam que ela havia sido empurrada para fora do carro.

A matéria traz o depoimento de uma das filhas de Rosilene, que relata como a mãe descobriu o caso de infidelidade do companheiro.

Minha mãe foi, no caso, foi até a ele, na Lapa, aqui na Lapa, e ao chegar lá, ao saber das pessoas que... Ela encontrou, ele com uma outra mulher, né? Mas segundo ele, fala que não, que não foi isso que aconteceu. Ele não fala também que eles brigaram, que aconteceu no momento, só fala que ela teve um desmaio, ele e um amigo, que esse amigo nunca aparece, ele e um amigo colocou ela no fundo do carro, na parte de trás, e ele não fala também que estava levando pra emergência, depois ele fala pra algumas pessoas que ele realmente a leva ela pra emergência e que ela acordou, do nada, desorientada, abriu a porta do carro e se jogou (RELATO DA ENTREVISTADA, 2020).

Saffioti (2015, p. 89) aponta que “o poder apresenta duas faces: o da potência e o da impotência. As mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens — sempre vinculados à força — são preparados para o exercício de poder”. No trecho destacado acima, evidencia-se que o ato de infidelidade descoberto pela vítima pode ter sido um dos motivos que levaram o companheiro de Rosilene a cometer o crime, pois, de acordo com a autora, a violência se revela na face da impotência, ou seja, quando os homens sentem que seu poder está sendo ameaçado, revelam sua agressividade para manter seu exercício de dominação.

Essa dominação é exposta quando a jornalista destaca que “Rosilene e Marcos estavam juntos há nove anos” e, em seguida, aponta que “um vídeo

registrado por vizinhos mostra o momento em que Rosilene apanha do companheiro na rua onde morava, no Engenho Velho de Brotas”.

As imagens mostram Marcos desferindo socos e tapas em Rosilene. A rua está vazia; nenhum vizinho aparece para conter a violência, o que evidencia que esse tipo de violência é socialmente aceito (SAFFIOTI, 2015).

Ainda nesse sentido, o vídeo, apesar de contribuir para a discussão sobre a opressão masculina e a escalada da violência, como aponta Saffioti (2015), também configura para a notícia um elemento de sensacionalismo. A escolha de exibir o vídeo cumpre a função de mostrar a violência em forma de espetáculo.

A exploração dos aspectos sensacionalistas do caso também aparece na fala da entrevistada Simone Marques, uma das vizinhas de Rosilene, ao destacar que

No final de semana, principalmente, quando os dois estavam bebendo, era muita agressão. Ele já jogou o carro em cima dela, o vizinho tirou, a gente tirou uma vez, ele jogou contra um poste aí na frente, ele já empurrou ela, ficou com o braço quebrado aí. Eu perguntei uma vez se ela queria que prestasse queixa, ela disse que não, que não era pra dar queixa. Porque teve um dia que... Eu acho que ela já tava no limite pra dar queixa dele, mas ela não deixou não (RELATO DA ENTREVISTADA, 2020).

Além de descrever a violência sofrida pela vítima, a entrevistada ainda culpabiliza Rosilene por não denunciar as agressões. A repórter Naiá Braga não apresenta nenhum contraponto em relação a essa fala, não menciona a Lei Maria da Penha nem aborda a violência sob uma perspectiva estrutural.

A matéria não entrega o que é anunciado no título, pois os entrevistados não indicam os caminhos da investigação. No final da reportagem, Jéssica Senra confirma que

A gente não conseguiu localizar o companheiro de Rosilene, os parentes da vítima disseram que ele desapareceu depois da morte dela. Procuramos também a polícia civil, eles disseram por meio de nota que o caso está sendo investigado pela delegacia de atendimento à mulher de Brotas, que a delegacia está ouvindo familiares da vítima (SENRA, 2020).

Nessa notícia, além de não apresentar as questões ligadas à investigação do caso, o jornal utilizou a morte da vítima como recurso para

explorar a temática da violência. O ponto alto da matéria não era apresentar as linhas de apuração sobre o caso, mas buscar aquilo que o fato oferece de mais impactante: o registro do vídeo que retrata o corpo da vítima sendo brutalmente machucado e que passa a habitar o imaginário social. Desse modo, a violência é reificada tanto pela sociedade quanto pelo programa.

Quanto aos quatro pontos de enquadramento, o problema foi definido como a suspeita sobre a morte da vítima; a causa diagnosticada foi a possível infidelidade do agressor, que teria provocado o comportamento violento; o julgamento moral aparece quando a vítima é culpabilizada por não denunciar as agressões sofridas; e a solução para o problema é sugerida como a necessidade de não normalizar nem tolerar a violência e de afastar-se dos companheiros na primeira ocorrência de violência.

L) - “Homem agride mulher na cabeça com uma garrafa de vidro, no bairro de Itapuã”

A notícia foi exibida no formato de nota coberta no dia 27 de janeiro de 2020. Com duração de 57 segundos, a apresentadora Jéssica Senra destacou o caso de uma mulher negra que foi agredida por um homem com uma garrafa de vidro enquanto estava na rua.

A apresentadora descreve o caso da seguinte forma:

Agora, olha essa cena. Uma agressão por trás com uma garrafa por parte de um homem em cima de uma mulher que tava ali, coitada, desprotegida, tava ali no meio de uma confusão, de uma discussão, olha como esse... Nem vou chamar esse de homem, isso não é homem, isso é um covarde. Esse homem sem camisa vem pelas costas e bate com uma garrafa na cabeça da vítima, ela, coitada, sai correndo, ainda cai mais à frente, ela tenta correr e cai alguns metros depois. A polícia disse que esse caso aconteceu na madrugada de sábado (SENRA, 2020).

No vídeo, é possível ver uma mulher negra sendo agredida em um local com muitas pessoas ao redor. A vítima, após sofrer o ataque, cai perto da calçada, que está cheia de sacolas de lixo. Nessa cena, estão presentes o gênero, a raça e a classe de uma mulher cuja importância, segundo o jornal, ficou limitada ao aspecto aparente da violência sofrida.

A nota, que durou menos de um minuto, não apresentou o nome da vítima nem informou sobre seu estado de saúde. A polícia relatou que esteve no local, mas não conseguiu localizar o agressor nem a mulher. A apresentadora também ressalta que o caso não foi registrado na delegacia. Como aponta Biroli (2017, p. 11), a sociedade é “cindida por clivagens de classe, de gênero, de raça”, e essas categorias correspondem a privilégios, são organizadas em hierarquias, e, quando alguma forma de visibilidade é oferecida, isso ocorre de maneira desigual.

O tempo que o programa dedicou a essa notícia é uma evidência clara de que a violência no jornal é hierarquizada de acordo com o grau de sensacionalismo que pode ser extraído do caso. Quanto maior a violência, maior o tempo de exibição no programa.

No final da nota, a apresentadora afirma que a agressão registrada no vídeo é “uma barbaridade, uma covardia, olha, sem tamanho, um absurdo, um absurdo. Isso aí me deixou despedaçada no fim de semana ao ver essa imagem”, expressando sua indignação pessoal. Embora isso seja importante e gere empatia no público, não mobiliza ações efetivas contra a violência de gênero.

Assim, os quatro pontos de enquadramento podem ser apresentados da seguinte forma: o problema é definido como a agressão sofrida pela vítima; a causa diagnosticada é um possível desentendimento entre a vítima e o agressor; o julgamento moral aparece quando a apresentadora classifica o fato como covardia e barbaridade; a solução para o problema não é sugerida.

M) - “Homem é acusado de ejacular uma mulher dentro de ônibus em Salvador”

A notícia foi exibida no dia 27 de janeiro de 2020, com relatório de reportagem produzido por Andréa Silva. A matéria, com duração de 9 minutos e 55 segundos, apresenta o relato de uma jovem negra que sofreu importunação sexual dentro do transporte coletivo enquanto voltava para casa.

Em 24 de setembro de 2018, foi sancionada a Lei n. 13.718, que

[...] tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, torna pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelece causas de aumento de pena para esses crimes e define como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo (Lei n. 13.718/2018).

A importunação sexual compreende “praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”. A importunação sexual é configurada como um crime grave, com pena de reclusão de 1 a 5 anos.

Na apresentação da notícia, realizada por Jéssica Senra, a jornalista menciona um dado pertinente: “Uma pesquisa realizada no ano passado apontou que 97% das mulheres brasileiras disseram já ter sido vítimas de assédio no meio de transporte”. Embora não tenha citado a fonte, a pesquisa mencionada por Jéssica foi realizada pelo Instituto Patrícia Galvão em 2019, com 1.081 brasileiras para entender a realidade do assédio no transporte coletivo.

Entretanto, é preciso ressaltar que, embora os dados destacados sejam relevantes para discutir o cenário da violência de gênero no Brasil, há uma diferença significativa entre importunação sexual e assédio sexual.

Como já mencionado, a importunação sexual refere-se aos crimes em que ocorrem atos libidinosos na presença de uma pessoa sem sua autorização. Já o assédio sexual é tipificado pela Lei n. 10.224, de 15 de janeiro de 2001, que reconhece o crime como “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”, com pena de detenção de 1 a 2 anos.

Apesar de ambos serem crimes contra a liberdade sexual, suas definições e a aplicabilidade das leis são diferentes. Nesse sentido, a apresentadora utilizou o dado sem esclarecer para o telespectador como cada um desses crimes é compreendido pela legislação.

Na entrevista realizada por Andréa Silva, a jornalista esclarece ao público que, por questões de segurança, o nome da vítima, o bairro onde ela mora e a cidade onde vive não serão identificados. Entretanto, embora nenhum desses aspectos tenha sido mencionado, a vítima aparece de costas na

reportagem, com os cabelos soltos, usando uma blusa regata, e, por estar ao vivo, o programa não teve tempo de alterar a sua voz. Além disso, o subtítulo da reportagem diz que o homem acusado de importunação sexual foi detido na linha Paripe-Rodoviária, o que indica que a reportagem não protegeu totalmente a identidade da vítima, uma vez que sua imagem, sua voz e o local onde ocorreu o crime foram divulgados.

Figura 6 – Captura de tela da notícia



Fonte: Programa Bahia Meio Dia (2020).

Quanto à pergunta feita pela repórter para a vítima, há um direcionamento que busca espetacularizar a violência quando a jornalista diz:

Esse fato foi um flagrante. Ela estava no ônibus, voltava para casa e esse homem foi levado para a delegacia, foi levado para a central de flagrantes junto com essa vítima. Ela está aqui ao nosso lado, agora está começando a se recuperar, mas para você ainda é muito difícil, né? (SILVA, 2020).

A repórter, assim como a apresentadora, não problematiza a questão da importunação sexual, nem questiona como a sociedade ainda permite ou tolera que homens utilizem o transporte coletivo para evidenciar todo o seu machismo e concretizar a violência em suas formas mais perversas. A pergunta objetiva fazer com que a vítima responda apenas sobre como se sente em relação ao caso, pois, como aponta Marcondes Filho (2009, p.?), a “imprensa sensacionalista trabalha com emoções”; ou seja, interessa à repórter que a vítima se apresente a partir do que está sentindo.

A segunda pergunta reforça ainda mais a busca pelas emoções da vítima, quando a jornalista faz o seguinte questionamento:

Você chamou a atenção, eu queria que você contasse para a gente. Claro, sem estar lembrando dos detalhes, porque é uma dor muito grande para você, mas você já estava no ônibus quando esse homem entrou ou ele também já tinha embarcado no mesmo lugar que você? (SILVA, 2020).

Nesse trecho, ocorre a dissimulação (THOMPSON, 1995), pois a repórter sabe que a vítima não pode dar detalhes sem se recordar do caso. A preocupação não é com a dor da vítima, mas sim com sua capacidade de transmitir em detalhes a violência sofrida.

Como afirmam Aubert e Haroche (2013), a tirania da visibilidade é estabelecida quando as massas pobres são obrigadas a serem vistas, não porque são consideradas indivíduos, mas porque sua participação representa algum valor para a instância que divulga essa visibilidade. No caso do jornal, o depoimento da vítima funciona como um gatilho para garantir a audiência do programa.

As perguntas seguintes continuam revelando que a repórter precisa extrair da vítima a descrição detalhada do fato ao questionar: “Você estava em pé, não tinha lugar para sentar?”, assim como: “E aí, você percebeu alguma coisa estranha em relação à presença dele muito perto de você?” e “Você flagrou exatamente essa situação com ele? E, na hora, você falou alguma coisa com ele? Você chamou a atenção?”

A vítima oferece respostas curtas até o momento em que precisa descrever o crime:

Isso, eu senti algo encostando em mim e eu virei para ver o que realmente estava acontecendo. Foi quando eu vi o que já tinha acontecido. [...] Na hora sim, chamei a atenção dele, perguntei o que foi que ele tinha feito. E que o jeito que eu estava vestida, eu estava com roupa composta, eu não vi o motivo de ele fazer esse ato (RELATO DA ENTREVISTADA, 2020).

A reportagem também traz o depoimento do delegado Roberto César Nunes, que reconhece o crime como importunação sexual, mas em seguida declara que o abusador “informou que já é viúvo há algum tempo e que o

ônibus estava cheio; ele se encostou nas costas da vítima e, quando percebeu, já tinha ejaculado”. A primeira justificativa é o estado civil do agressor, que era viúvo. A segunda justificativa menciona o ato libidinoso como algo que ocorreu “naturalmente”.

O agressor não assume a culpa pelo crime, mas, caso seja culpado, o ato passa a ser justificado pelas necessidades sexuais não atendidas, uma vez que ele era viúvo. Em segundo lugar, o transporte público estava cheio e ele não teria controle sobre o próprio corpo. Em ambas as justificativas, o patriarcado mostra sua face (SAFFIOTI, 2015).

Em seguida, após o depoimento do delegado, a repórter Andréa Silva informa que o homem passou por uma audiência de custódia e diz: “já, já, eu vou atualizar a situação dele”. A jornalista suspende o foco em relação ao crime e retoma o contato com a vítima, para que ela possa esclarecer como foi a sensação de entrar no transporte público novamente: “Mas antes, deixa eu perguntar uma outra coisa aqui a ela. Ela trabalha e estava voltando do trabalho para casa. Eu fico imaginando como deve ter sido difícil hoje, ter que novamente pegar um ônibus e voltar à sua rotina. Como foi para você?”. Mais uma vez, a repórter busca explorar as emoções da vítima.

Ah, foi péssimo. Para pegar o ônibus eu procurei pegar um mais vazio e todo mundo que encostava perto de mim eu me assustava, achava que todo mundo... Eu estava vendo ele ali, entendeu? Achava que era ele e foi muito tenso, muito tenso mesmo. E o que eu passei eu não desejo a ninguém porque é tão constrangedor, foi terrível”, reforçando seu medo diante do fato (RELATO DA ENTREVISTADA, 2020).

Depois que a vítima confirma o quão difícil e constrangedora foi a sua experiência, a repórter Andréa Silva faz à própria vítima o seguinte questionamento:

Esse homem participou de uma audiência de custódia ontem. O nome dele é Milton Ferreira dos Santos, ele é acusado deste crime de importunação sexual, tem 49 anos. E eu trouxe essa notícia para ela agora há pouco quando nós chegamos de que ele participou de uma audiência de custódia, foi liberado e vai responder a um processo em liberdade. Ouvir essa informação para você, como é que foi? (SILVA, 2020).

O trecho evidencia mais uma vez a perversidade (AUBERT; HAROCHE, 2013) da visibilidade imposta à vítima, que, além de descrever a violência sofrida, precisou também esclarecer como se sentia em relação à impunidade do crime. A vítima agora precisa temer não apenas o crime que sofreu, mas também o fato de saber que seu agressor responderá em liberdade.

Na última pergunta, a jornalista questiona: “Você vai conviver agora com esse medo?” e a vítima, em seguida, responde: “Constante. Vou conviver com esse medo constante ao pegar o ônibus. Toda vez que eu sair do trabalho, vou lembrar o que aconteceu e que ele está solto, podendo fazer outra vítima, até pior, entendeu?”. A mensagem da notícia, além de espetacularizar o caso e expor a vítima, também reforça o paradigma de que crimes de importunação sexual não merecem ser denunciados, uma vez que a vítima se torna refém do medo e o agressor sempre responderá em liberdade.

Com relação aos quatro pontos de enquadramento, o problema foi definido como a importunação sexual sofrida pela vítima; a causa diagnosticada foi o fato de o agressor ser viúvo e o transporte coletivo estar cheio; o julgamento moral aparece quando a apresentadora diz que as mulheres não podem ser vistas como objetos; e a solução para o problema é não permitir que isso aconteça.

N) “Jovem de 20 anos é baleada no bairro de Plataforma; Suspeito do crime é o ex-namorado”

A notícia foi exibida no dia 27 de janeiro de 2020, com relatório de reportagem produzido por Victor Silveira. Com duração de 05:26, a matéria destaca o caso de uma jovem negra identificada como Kellen Tainar dos Anjos Santos, de 20 anos, que sofreu uma tentativa de feminicídio pelo ex-namorado.

O repórter inicia a reportagem com uma descrição minuciosa do fato, ao dizer que

Acontecia a lavagem do bairro, lavagem de Plataforma e aí ela estava dançando com as amigas por volta das 20 para as 7 da noite, 6h40, então quando ele teria chegado em uma moto, isso são testemunhas aí que contaram à polícia, ele teria chegado em uma moto junto com um parceiro na garupa da moto e teria aí baleado, atirado contra essa jovem de 20 anos que foi identificada aí como Kellen Tainar dos

Anjos Santos. Ela então, teria recebido o tiro aí do ex-namorado por algum tipo de desentendimento que eles tiveram, como eu disse, eles estavam participando dessa festa lá no bairro de Plataforma (SILVEIRA, 2020).

O repórter, em primeiro lugar, justifica que a vítima estava em uma festa, e depois destaca que essas informações foram repassadas por testemunhas à polícia, tomando como base apenas o registro policial. Em terceiro lugar, o repórter relata que a vítima chegou ao local da festa acompanhada por outro homem, e esse último aspecto teria provocado a violência. Todos esses fatores contribuem para culpar a vítima (SAFFIOTI, 2015) pela violência sofrida.

A matéria também exibiu uma entrevista com a mãe da vítima, que foi questionada por Victor Silveira se sabia que a filha namorava. A entrevistada então responde: “Não, eu não soube que ela namorava, eu não tive depoimento nenhum, eu só soube que ela estava na lavagem e, no momento, ela já tinha recebido um tiro”. O repórter tenta traçar um panorama que visa justificar por que a jovem é de fato culpada, e direciona a pergunta para incidir diretamente sobre o caráter ou reputação da vítima.

Na pergunta seguinte, Victor Silveira pede para a entrevistada relatar: “O que o pessoal conta, assim, do que pode ter acontecido?”. A indagação revela dissimulação (THOMPSON, 1995), pois, no início da matéria, o repórter já havia esclarecido os fatos. A entrevistada confirma a versão já apresentada pelo jornalista ao informar que:

Diz que de repente houve uma confusão, houve uma briga, eu não soube se ela estava namorando ou não, ninguém me informou, diz que eram os caras do São João, mas não me informaram o nome, ainda não sei de nome, mas eu sei que a justiça de Deus há de ser feita, eu creio nisso, porque a justiça de Deus há de ser feita (RELATO DA ENTREVISTADA, 2020).

Como afirma Marcondes Filho (2009), “o jornal sensacionalista reforça preconceitos sociais”. O posicionamento do repórter contribui para alimentar no imaginário social a ideia de que a vítima é uma mulher de reputação duvidosa, pois nem a própria mãe sabia do relacionamento, além de ser vista como alguém cujo corpo seria marcado por violência, considerando a forma como se relacionava.

No final da reportagem, Victor Silveira justifica que a mãe da vítima (dona Vaneida) não sabia do relacionamento da filha, porque ambas não moravam juntas. Kellen morava com a avó no bairro de Plataforma. A notícia, que tinha como foco principal relatar a tentativa de feminicídio imposta à Kellen, terminou esclarecendo um aspecto pessoal da vida da vítima, cuja relevância não teve impacto direto na violência sofrida.

É preciso destacar que Kellen Tainar não sofreu violência por ter ocultado a informação sobre seu relacionamento para a sua mãe, mas sim porque o machismo na sociedade legitima que homens perpetuem seu poder por meio da agressão e da violência. A fórmula utilizada pelo repórter para conduzir a notícia tem em sua estrutura o caráter fragmentado da informação (MARCONDES FILHO, 2009), que desvia o foco do problema central: o feminicídio como modo de retaliação quando o homem perde seu poder sobre o relacionamento.

Com relação aos quatro pontos de enquadramento, o problema foi definido como tentativa de feminicídio; a causa diagnosticada foi o fato de a jovem participar de uma festa na companhia de outro homem, o que provocou uma atitude violenta por parte de seu ex-namorado; o julgamento moral não aparece de forma explícita nas falas do repórter, mas está presente na estrutura da notícia, quando o jornalista culpabiliza a vítima ao hierarquizar os fatores que provocaram o crime; a solução para o problema não é apresentada.

O) - “Mulher é abusada dentro de casa na comunidade de Caraíva, no extremo sul do estado”

A matéria foi exibida no dia 27 de janeiro de 2020, com relatório de reportagem produzido por Taísa Moura. A notícia, com duração de 08:08, apresenta o relato de uma mulher que sofreu abuso sexual dentro da própria residência.

Ao apresentar o fato, Jéssica Senra relata que

Uma massoterapeuta conta que foi abusada por um homem, esse homem invadiu a casa dela enquanto ela dormia. Esse acusado, é Tácio Conceição Bonfim, já está preso, mas como ele foi autuado pelos crimes de importunação sexual e furto simples, porque também levou o celular da vítima, ele pode ser solto a qualquer momento se

pagar fiança. A vítima é Maria do Carmo Ribeiro, ela conversou com nossa equipe na cidade de Eunápolis (SENRA, 2020).

Dois aspectos chamam a atenção na fala da apresentadora. O primeiro tem relação com o lugar da vítima na reportagem, que inicialmente é nomeada a partir de sua profissão. Orlandi (2015, p. 37) destaca que, no discurso, existe a “relação de forças”. Isso significa que, em uma sociedade regida por relações hierarquizadas sustentadas pelo poder, a validação do discurso no campo da comunicação depende da posição que o sujeito ocupa. Ou seja, no programa, a fala de Jéssica tem mais relevância e significado do que a fala dos entrevistados.

Para Orlandi (2015), essa construção social colabora para as formações imaginárias.

Assim não são os sujeitos físicos nem seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso. Essa é a distinção entre lugar e posição (ORLANDI, 2015, p. 38).

Nesse sentido, o lugar pode ser definido como o espaço social e geográfico que o sujeito ocupa, enquanto a posição é constituída pela projeção de seu discurso. Assim, a apresentadora Jéssica Senra ocupa o lugar de jornalista, mas sua posição é validada a partir da projeção de suas opiniões. Seu discurso, portanto, tem validade não apenas por uma questão profissional, mas também pela sua capacidade de se posicionar como alguém que defende os direitos das minorias e a luta das mulheres.

Quando Jéssica informa que a vítima é uma “massoterapeuta” antes de nomeá-la como “mulher” ou “vítima”, isso comunica que o crime contra ela merece ser destacado não apenas por ela ser mulher, mas também por ser uma profissional. A profissão ressalta para o telespectador o grau de importância daquela pessoa.

O segundo aspecto tem relação com o fato de a reportagem destacar que o suspeito já está preso, embora tenha sido indiciado pelo crime de importunação sexual e não pelo crime de estupro. O jornal, ao contrário das outras análises, destaca que aguardou a apuração do caso para divulgar a

matéria. Nesse sentido, a vítima ganhou um espaço notoriamente diferente em relação aos outros casos já relatados.

Isso fica evidente no tempo de entrevista concedido à vítima, identificada como Maria do Carmo Ribeiro. Ela realizou a entrevista sem exigir nenhum recurso para preservar a proteção da sua imagem e, durante 3 minutos, descreveu em detalhes como o crime aconteceu. Bucci (2004) aponta que “os objetos e imagens da sociedade do espetáculo convocam o sujeito a aparecer enquanto consumidor: sua visibilidade é reconhecida no ato do consumo, e não na ação política”. Ou seja, a vítima então passa a promover a própria violência sofrida, sem estar consciente de que seu sofrimento é a base da mercadoria que sustenta o jornal.

Somado ao tempo de descrição, a jornalista Taísa Moura não fez nenhuma pergunta para conduzir a vítima a detalhar o caso. Essa foi a primeira matéria identificada em que a vítima realizou um depoimento sem ser interrompida ou questionada.

Alguns dos fatores que podem ter possibilitado que a entrevista ocorresse nesse formato têm relação com dois marcadores sociais: classe e cor. A notícia informa que a vítima sofreu violência na comunidade de Caraíva, considerada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) o vilarejo mais antigo do Brasil. A região, localizada no extremo sul da Bahia, possui cerca de 1.000 habitantes, e a principal fonte de sustento vem do turismo.

Com base nessas informações, o que torna o caso de Maria do Carmo singular para a notícia não é a violência sexual em si, mas o contexto em que ela ocorreu. A vítima destaca que estava reformando a casa onde morava e que o telhado do banheiro havia sido retirado. O agressor utilizou essa abertura para ter acesso à casa da vítima e praticar a violência. O objetivo da notícia não era, portanto, relatar a busca por justiça pela vítima, mas evidenciar os aspectos singulares da violência.

Como já foi mencionado, a vítima é nomeada a partir de sua profissão, e em seguida aparecem os aspectos que localizam o acontecimento geograficamente, ou seja, a vítima mora em uma região onde a violência não é a regra. No vídeo também é possível identificar que a vítima é uma mulher

branca, o que reflete que a cor e a classe social da vítima exerceram influência no tempo dedicado à sua visibilidade.

Quanto à tipificação do crime, a matéria apresenta o depoimento do delegado titular da delegacia de Porto Seguro – BA, Ricardo Feitosa. A jornalista questiona qual a diferença entre estupro e importunação sexual para o delegado, que responde da seguinte forma: “Basicamente, numa síntese apertada, é a questão da violência. Então, segundo as narrativas e segundo a oitiva da vítima, o delegado percebeu que não houve a prática de violência, mas sim a importunação”. O delegado não respondeu ao questionamento de forma objetiva e justificou que o reconhecimento do crime se baseia no entendimento do delegado a partir do depoimento da vítima.

A repórter então apresenta novamente o seguinte questionamento: “Doutor, a própria vítima declarou em entrevista que o rapaz chegou violentando ela, no sentido de que estava passando a mão nos órgãos genitais dela com muita força, isso não poderia ser classificado como violência?” Ao descrever de forma explícita a violência que a vítima sofreu, a repórter busca direcionar a pergunta para que o delegado faça o reconhecimento do crime de acordo com a lei, entretanto, isso não ocorre.

O delegado, mais uma vez, reforça:

Olha, o caso é como eu falei, é a percepção do delegado que lavrou o flagrante, obviamente isso não implica uma impossibilidade de alteração, se o caso for apurado na continuidade da investigação e assim entender o delegado que concluiu o flagrante. Os autos foram enviados a segunda delegacia territorial do Porto Seguro, onde o delegado titulado daquela delegacia pode fazer um aprofundamento da elucidação do fato e assim entender diferente (FEITOSA, 2020).

O posicionamento do delegado titular reforça, mais uma vez, como o patriarcado atua dentro das instituições públicas. Além de não fazer a devida diferenciação entre os crimes com base na lei, ele também desconsidera a palavra da vítima no primeiro depoimento. O delegado responsável pelo flagrante optou por dar mais peso ao seu próprio entendimento sobre o depoimento da vítima, em vez de respeitar o relato da mulher, o que evidencia a forma como a voz feminina é muitas vezes desvalorizada, principalmente em contextos de violência sexual.

Outro ponto relevante sobre o lugar de poder do delegado na notícia está na linguagem utilizada pela repórter ao identificá-lo como “doutor”. Gonzalez (2022) critica a estrutura social que hierarquiza as relações humanas a partir do vocabulário. O termo “doutor” transmite uma ideia de legitimidade e autoridade. Mesmo diante da fala equivocada, o delegado sabe que seu discurso será validado, primeiramente porque ele é homem, e segundo, porque ele ostenta o título de “doutor”, que no imaginário social confere a ele um status superior, associado à expertise e ao poder.

Com relação aos quatro pontos de enquadramento, o problema foi definido como a violência sexual sofrida pela vítima. A causa diagnosticada foi o telhado descoberto da casa da vítima, que facilitou a entrada do agressor. O julgamento moral aparece de forma implícita quando Jéssica Senra destaca a falha dos delegados em reconhecer os casos de violência sexual de maneira adequada. A solução proposta para o problema foi fortalecer as mulheres para que denunciem e garantir amparo social quando a denúncia for feita.

P) - “Policia! Militar é suspeito de abusar de adolescente de 14 anos em Porto Seguro”

A notícia foi exibida no dia 27 de janeiro de 2020 com relatório de reportagem assinado por Taísa Moura e duração de 01:47. A matéria relata o caso de uma adolescente de 14 anos que foi abusada sexualmente por um policial enquanto frequentava uma das praias de Porto Seguro.

A jornalista Taísa Moura descreve o caso da seguinte forma:

Então, esse fato aconteceu ontem lá na praia de Taperapuã. Essa garota de 14 anos entrou no mar junto com algumas primas quando, de repente, um rapaz careca, como ela mesma descreveu, obrigou ela a passar as mãos na genitália dele e também, passou a mão nos órgãos genitais dela. Ela, preocupada, desesperada, saiu correndo de dentro do mar e foi avisar a família. O pai dela veio rapidamente tentar identificar quem fez isso com a filha. Populares contiveram esse homem e, para surpresa de todo mundo, se tratava de um policial militar (MOURA, 2020).

A repórter descreve em detalhes a violência praticada contra a jovem, mas não nomeia o crime como abuso sexual. A Lei n. 12.845, de 1 de agosto de 2013, conhecida como Lei do Minuto Seguinte, destaca no Art. 2º que

“considera-se violência sexual, para os efeitos desta Lei, qualquer forma de atividade sexual não consentida”.

No Brasil, a prática desse crime desafia as políticas de enfrentamento e combate. Segundo dados do boletim epidemiológico publicado em 18 de maio de 2023 pelo Ministério da Saúde, entre 2015 e 2021, foram notificados 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. O relatório destaca que os registros “apontaram 83.571 casos contra crianças e 119.377 contra adolescentes. Em 2021, o número de notificações foi o maior registrado ao longo do período analisado, com 35.196 casos”.

Esse dado alarmante também aponta que a residência da vítima é o local de maior ocorrência em 70,9% dos casos de violência contra crianças de 0 a 9 anos de idade e em 63,4% dos casos contra adolescentes de 10 a 19 anos. Essa constatação revela um desafio para a sociedade brasileira: primeiro, porque, como destaca Saffioti (2015), a violência é uma constante que governa as relações sociais e atravessa as relações entre homens e mulheres, pais e filhos; segundo, porque crianças e adolescentes, quando identificam que estão sendo abusados por algum familiar, são frequentemente coagidos ou manipulados para não denunciarem o crime.

Desse modo, o jornalismo, enquanto forma de conhecimento (MEDITSCH, 1997), consiste em orientar o público a partir da realidade. Sendo assim, quando a jornalista apresenta uma postura isenta em relação ao crime, seu discurso colabora com a manutenção da violência, primeiro por não identificar o tipo de crime e, segundo, por não apresentar uma abordagem mais ampla sobre o tema, reduzindo o fato apenas à aparência do valor de uso (MARCONDES FILHO, 2009).

Quanto à relevância (ENTMAN, 2007) da notícia, o critério utilizado para a pauta da matéria foi direcionado pelo fato de que tanto a vítima quanto a família moravam em Brasília - DF e estavam passando férias em Porto Seguro - BA. O caráter singular da notícia se apresenta no fato de a vítima ser uma turista.

Desse modo, os quatro pontos de enquadramento são identificados a partir do problema definido como o abuso sexual sofrido pela vítima; a causa, o julgamento moral e a solução para o problema não são identificados, o que

reforça mais uma vez a ausência de posicionamento crítico na produção da notícia.

Q) - “Suspeito de estuprar advogada em Caraíva tem prisão preventiva decretada”

A nota foi exibida no dia 30 de janeiro de 2020, com duração de 47 segundos. Trata-se do caso já analisado na reportagem (O), que retrata o caso de uma mulher que sofreu violência sexual depois de ter a própria residência invadida pelo agressor.

Na matéria divulgada no dia 27 de janeiro de 2020, a vítima foi identificada como Maria do Carmo, uma massoterapeuta que morava na localidade de Caraíva. Na reportagem, o programa relatou que a violência contra a vítima não foi reconhecida como estupro pelo delegado local, que acabou por enquadrar o crime na categoria de importunação sexual.

Três dias depois, Jéssica Senra, por meio de nota, esclarece que:

O coordenador regional da Polícia Civil, Moisés Damaceno, pediu a prisão preventiva do suspeito e essa prisão foi acatada pela justiça. As investigações apontam que outras cinco pessoas também teriam sido vítimas do mesmo homem, ainda não há previsão de quando ele vai ser transferido para o presídio. Mas olha aí, então, já temos uma prisão preventiva, a vítima tinha medo que ele pagasse a fiança e fosse liberado, portanto, ele permanece preso (SENRA, 2020).

A vítima, desta vez, foi identificada como "uma advogada carioca", o que coloca em dúvida a primeira versão do caso exibido pelo jornal. Afinal, a vítima era uma advogada ou uma massoterapeuta? Morava na comunidade de Caraíva ou era uma turista? As falhas na identificação demonstram que a velocidade de produção do programa coloca em risco a veracidade e a checagem dos fatos.

Como aponta Marcondes Filho (2009), a mercadoria notícia é perecível, ou seja, a cada dia o jornal precisa alimentar seu estoque de pautas e assuntos de acordo com as pesquisas de marketing elaboradas para avaliar o comportamento da audiência. Isso significa que as informações perdem sua relevância, tornando o imediatismo o principal ponto de partida para as

produções. Dessa forma, o jornal apresenta vídeos sem creditar os nomes dos repórteres, troca o nome da profissão das vítimas, interrompe constantemente os entrevistados e segue sem validar ou reconhecer os erros cometidos.

Em relação aos títulos das reportagens, a primeira matéria foi intitulada *Mulher é abusada dentro de casa na comunidade de Caraíva, no extremo sul do estado*, já a segunda matéria identifica a vítima a partir de sua profissão: *Suspeito de estuprar advogada em Caraíva tem prisão preventiva decretada*.

Quanto a essas diferenças, mais uma vez fica evidente que a classe social da vítima se revelou um fator determinante para a produção da notícia. Entre as 17 matérias analisadas no mês de janeiro, esta foi a única vez em que o jornal buscou acompanhar o desfecho do caso depois de fechar uma notícia.

Quanto aos quatro pontos de enquadramento identificados, o problema foi definido como o estupro sofrido pela vítima; a causa foi identificada como a invasão do agressor na casa da vítima; o julgamento moral e a solução para o problema não são identificados na nota.

4.2 - RESULTADOS DAS ANÁLISES – JANEIRO 2020

Foram analisadas 17 matérias exibidas durante o mês de janeiro de 2020 no programa *Bahia Meio Dia*. Quanto ao recorte selecionado, os crimes que envolvem feminicídio e estupro foram destacados em 8 matérias, seguidos por agressão (3), tentativa de feminicídio (2), abuso sexual (1), importunação sexual (1), assassinato (1) e violência doméstica (1).

Quanto ao recorte da raça e cor das vítimas, o método utilizado levou em consideração as imagens exibidas nas notícias e os critérios de autodeclaração do IBGE, que destaca cinco tipos de identificação (preta, parda, branca, amarela ou indígena). Com base nesses aspectos, das 17 notícias analisadas, 11 delas vincularam imagens das vítimas. Desses, 8 eram mulheres negras, 2 eram mulheres brancas e 1 era uma mulher parda. Nesse recorte, fica evidente, como já foi apontado nos diversos dados estatísticos apresentados nesta pesquisa, que mulheres negras estão mais suscetíveis a sofrer violência de gênero do que as mulheres brancas ou pardas.

Quanto à identificação do suspeito de praticar o crime, 5 notícias mencionaram o companheiro como o agente principal da violência; outras 6 matérias mencionaram que os crimes foram praticados por homens que não conheciam as vítimas; 2 matérias citaram o ex-companheiro como suspeito do crime. Em outras 3 notícias, foram citados um policial militar, uma médica e um filho como principais suspeitos do crime. Essa constatação revela que o patriarcado (SAFFIOTI, 2015) opera em sociedades capitalistas, e os homens ainda são os maiores perpetuadores de violência contra as mulheres.

Quanto ao local em que ocorreu o crime, a casa foi o lugar mais citado nas reportagens analisadas, seguida por outros locais como a rua, a praia, o transporte público, o carro e o supermercado. Nesse aspecto, as análises apontam que a violência de gênero não reconhece limites geográficos e mostra sua força diante dos espaços que, em tese, deveriam ser ambientes seguros.

Outro aspecto analisado foi a forma como as mulheres são citadas nas matérias. Entre as 17 notícias selecionadas, apenas cinco citaram a profissão das vítimas. Os destaques apareceram como caixa, atendente de caixa, digital influencer, empregada doméstica e massoterapeuta/advogada. Entre as cinco matérias citadas, a vítima só foi identificada no título ou na manchete do programa na reportagem I (digital influencer) e nas reportagens O e Q (massoterapeuta/advogada). Esse destaque evidencia que a classe social constitui um fator importante de identificação na produção da notícia e colabora com a construção da visibilidade/invisibilidade da vítima. Desse modo, é possível destacar que as noções de neutralidade e objetividade jornalística não se sustentam na prática diária do jornal, uma vez que há um viés de seleção que toma como base os critérios de raça, classe e gênero para mediar os fatos, e nesse sentido, nenhuma seleção no telejornalismo é neutra ou isenta de posicionamentos.

Com relação ao conteúdo das reportagens, foram constatados no discurso posicionamentos que corroboram com a culpabilização da vítima (SAFFIOTI, 2015) e com a produção da invisibilidade, principalmente das mulheres que pertencem às classes sociais mais pobres (AUBERT; HAROCHE, 2013).

Em relação à produção das notícias, a Polícia Militar e Civil foram as fontes mais citadas como recurso para analisar os crimes. Nesse aspecto, foi

constatado o uso da linguagem policial como um viés de enquadramento (ENTMAN, 2007), que não oferece soluções para os problemas nem apresenta caminhos e alternativas para o combate à violência de gênero.

Ainda em relação ao conteúdo, as análises ressaltaram que o programa utiliza o sensacionalismo (MARCONDES, 2009) para explorar o sofrimento humano por meio de perguntas específicas e direcionadas, com o objetivo de captar as emoções das vítimas.

Quanto aos quatro pontos de enquadramento, a solução para o problema foi o aspecto que menos apresentou resultados. As notícias trabalham com a questão da violência de gênero de modo superficial e imediatista, para alimentar a produção do espetáculo.

Nesse sentido, as reportagens também apresentaram falhas no método de apuração e identificação das vítimas, assim como a ausência de uma linguagem adequada para nomear os crimes de acordo com as leis.

Em relação à utilidade pública das notícias, a maior parte das análises evidenciou que as informações não ofereceram suporte para compreender a Lei Maria da Penha nem indicaram os canais de denúncia e atendimento para vítimas de violência de gênero.

Com relação ao critério de utilização da violência de gênero como mercadoria no programa, os resultados apontaram que reportagens com entradas ao vivo têm uma duração maior e exploram mais a descrição dos fatos de forma detalhada, favorecendo o espetáculo da violência para atrair a audiência.

4.3 - ANÁLISES DE REPORTAGENS DO *BAHIA MEIO DIA* – MAIO E JUNHO DE 2020

A segunda parte das análises compreende a seleção de sete notícias sobre violência de gênero publicadas entre o período de maio e junho de 2020 no programa. Para o recorte, foram considerados os dados estatísticos que apontaram o aumento nos números de casos de Covid-19 em abril de 2020 na Bahia. Em uma reportagem publicada pela *Folha de São Paulo* em 28 de abril de 2020, foi destacado que, entre os dias 20 e 27 de abril, a região Sul do estado registrou um crescimento exponencial da doença.

A matéria também relatou que cidades como Itabuna, Ilhéus, Uruçuca, Coaraci e Gongogi já registravam 500 casos do coronavírus e, juntas, eram responsáveis por 20% das mortes registradas na Bahia.

Em um levantamento realizado na página do programa *Bahia Meio Dia*, foi constatado que, em abril de 2020, não houve veiculação de matérias sobre violência de gênero. O programa direcionou a maior parte de suas produções para a divulgação de informações sobre a Covid-19 e atualizações sobre o número de casos no estado. A produção jornalística sobre o tema só foi retomada em maio de 2020 e nos meses subsequentes.

Desse modo, foi considerado analisar as reportagens dos meses de maio e junho, primeiro pelo aspecto do aumento no número de casos, que obrigou o governo do estado a tomar medidas de restrição mais severas para o atendimento no comércio e em relação à circulação de pessoas; segundo, para avaliar como a violência de gênero foi abordada depois da pausa do programa em relação à temática, agora inserida no contexto da pandemia e do isolamento social, que, como já foi demonstrado, potencializou ainda mais a violência contra as mulheres.

Os meses de julho a dezembro não foram considerados para essa análise devido à quantidade de matérias produzidas pelo programa ser extensa e apresentar o mesmo padrão, tanto no enunciado das manchetes quanto no texto das reportagens, e também porque esse trabalho não tem o objetivo de esgotar todas as possibilidades de análise sobre o tema, uma vez que a relação entre jornalismo, mídia e violência de gênero apresenta muitas possibilidades que poderão ser exploradas em outras pesquisas futuras. Para que o trabalho se tornasse mais dinâmico e objetivo, foi necessário escolher o período indicado, a fim de tornar as análises mais didáticas.

O objetivo é identificar se houve alguma mudança no formato da notícia e no enquadramento jornalístico ao comparar as reportagens de janeiro de 2020, antes do início da pandemia no Brasil.

A) – “Mulher de 26 anos é morta a tiros na Fonte do Marcelino, na Ilha de Itaparica”

A nota foi exibida no dia 02 de maio de 2020, com duração de apenas 35 segundos. A notícia relata o caso de Odilane Almeida dos Santos, uma mulher negra de 26 anos, vítima de feminicídio.

O apresentador Ricardo Ishmael informa ao telespectador o anúncio principal: “Você vai ver que uma mulher foi morta a tiros ontem à noite na ilha de Itaparica, região metropolitana de Salvador. Temos as imagens também”, destacou.

O apresentador convida o público e promete mostrar as imagens do assassinato. Essa estratégia tem como objetivo captar a atenção do público e reforçar o caráter espetacular da violência.

Na sequência, o apresentador explica que:

Segundo a polícia civil, o crime aconteceu na rua Água Fria, que fica na localidade conhecida como Fonte do Marcelino. A autoria e a motivação ainda não foram definidas. O caso está sendo investigado pela Delegacia, pela nona delegacia, ou 19ª delegacia, para ser bem preciso, 19ª delegacia lá em Itaparica (RICARDO ISHMAEL, 2020).

A promessa de mostrar as imagens não se realiza; o programa revela apenas a foto da vítima, que ganha visibilidade durante 0:30 segundos na tela do jornal. O apresentador destaca que o crime ainda está sendo investigado e a motivação ainda não foi definida. Desse modo, é possível constatar que, pelo tempo disponibilizado para a nota, o jornal não apurou as informações e utilizou como base apenas o boletim de ocorrência, o que demonstra um tipo de jornalismo acomodado em repetir a linguagem policial.

Christofoletti (2012) aponta que “redatores e repórteres adotam não só a linguagem dos registros policiais (inadequada para o jornalismo), como também sua lógica de faroeste: forma reducionista que divide o mundo em bandidos e mocinhos”. Nesse sentido, a linguagem policial interfere na compreensão da realidade, que se mostra atravessada por clivagens de raça, classe e gênero, muitas vezes ignoradas nos registros de ocorrências.

Esse fato é evidenciado quando o jornal apresenta a foto de Odilane Almeida dos Santos, uma mulher negra, cuja identidade fica reduzida ao feminicídio que sofreu. A vítima é apresentada como um ser sem história, e sua condição social, assim como sua cor, são completamente ignoradas. Nesse

sentido, a visibilidade sobre sua morte só se tornou possível porque representa algo comum na sociedade: o fato de ela ser mulher e vítima de feminicídio.

Desse modo, com base nos quatro pontos de enquadramento, o problema é definido como o feminicídio; a causa, o julgamento moral e a sugestão para o problema não foram identificados.

B) - “Mulher agredida por passageiros após retirar a máscara em ônibus está internada”

A notícia com cobertura ao vivo foi exibida no dia 07 de maio de 2020, com relatório de reportagem produzido por Adriana Oliveira. Com duração de 15:40, a matéria apresenta um caso de linchamento coletivo dentro de um transporte público, após uma passageira, identificada como Cinthia Santos, ter retirado a máscara de proteção.

A notícia exibe um vídeo em que Cinthia Santos, uma mulher negra, é expulsa a pontapés do ônibus, em meio a gritos e insultos. Após exibir o vídeo, a apresentadora Jéssica Senra convida a repórter Adriana Oliveira, que foi enviada à casa da mãe da vítima para esclarecer os detalhes sobre o caso.

A repórter aparece na tela ao lado de dona Diamantina, mãe de Cinthia, e, ao identificar a entrevistada, a jornalista destaca que ela é mãe de uma criança de seis anos e "cria um dos filhos de Cinthia". Esse destaque é feito enquanto, geograficamente, a repórter está posicionada em um bairro sem asfalto, cercado por plantações. Assim, o primeiro aspecto da entrevista apresenta a condição social da entrevistada, antes de mencionar o aspecto da violência.

Figura 7 – Captura de tela da notícia



Fonte: Programa Bahia Meio Dia (2020).

Assim que a repórter termina de descrever o perfil da entrevistada, inicia-se a seção de perguntas, seguindo o mesmo padrão já evidenciado nas análises anteriores, que busca dimensionar o fato a partir das emoções da vítima. O espetáculo, desse modo, se realiza tanto pela violência transmitida no programa, quanto pela busca apelativa da jornalista em potencializar o sofrimento das vítimas e dos entrevistados como recurso para sustentar a audiência nas matérias ao vivo.

Isso é constatado na primeira pergunta realizada pela jornalista para a entrevistada: “Ontem, quando a senhora soube dessa notícia, o que veio logo à sua cabeça?”. A entrevistada, visivelmente abalada pelo fato, não consegue oferecer uma resposta clara diante da pergunta e diz que recebeu as informações por meio de um amigo.

Ao perceber o desconforto de Dona Diamantina, a jornalista realiza uma pausa na entrevista e retoma o contato com Jéssica Senra no estúdio. A apresentadora, então, reforça novamente as mesmas informações anteriores e apresenta um julgamento moral sobre o caso, ao definir o acontecimento como:

Uma verdadeira selvageria a gente vê nessas imagens. O uso da máscara é obrigatório no transporte coletivo, aliás é obrigatório para quem sai de casa, para proteger a si mesmo e aos demais, mas a civilidade também é sempre obrigatória dentro do transporte coletivo ou nas ruas, não é porque uma pessoa desobedece a uma norma que todos nós devemos desobedecer também. Então é importante que a gente tente manter a calma, coletivo já estava lotado, as pessoas já não estão com proteção por essa aglomeração e se sentem mais em risco com a retirada da máscara, mas com esse ato terrível (SENRA, 2020).

O julgamento realizado pela apresentadora tem um ponto positivo ao destacar que a civilidade, em tempos de pandemia, precisa continuar existindo, fazendo uma crítica social ao comportamento violento e agressivo dos passageiros diante da vítima. Entretanto, seu posicionamento confronta os interesses da imprensa liberal e sensacionalista, que, como aponta Marcondes Filho (2009), “exerce uma função nitidamente classista, em defesa dos privilégios e da classe dominante, orientando a agressividade popular para

objetivos que não são os causadores estruturais de seus problemas”. Ou seja, o problema da pandemia não estava ligado diretamente ao fato de a vítima ter retirado a máscara, mas sim a questões de ordem política e social, como a falta de investimentos e infraestrutura das cidades e municípios, que precarizaram ainda mais as condições de vida das classes sociais mais baixas nesse período. Como a sociedade é hierarquizada, “a imprensa orienta também a reação dessas classes contra o mal mais próximo” (MARCONDES FILHO, 2009).

Depois de emitir seu posicionamento, Jéssica Senra convida novamente a repórter Adriana Oliveira para continuar o depoimento sobre o caso, que, desta vez, aparece na tela ao lado de um novo entrevistado, Raimundo, morador da comunidade. A jornalista então apresenta sua primeira pergunta: “Foi com muito espanto que vocês receberam essa notícia e viram o vídeo?”. O entrevistado, Raimundo, confirma que recebeu a notícia através de um áudio enviado pelo WhatsApp e logo percebeu que se tratava de sua amiga. A repórter então questiona, em tom de afirmação, se a “comunidade ficou revoltada”, e, logo em seguida, o entrevistado confirma a indagação, repetindo a mesma expressão utilizada pela jornalista. Ele também reconhece que o ato de violência não foi algo recomendado pelo prefeito.

Em relação à afirmação feita pela jornalista, é possível perceber que ela parte da generalização do fato, pois a matéria não realizou nenhuma pesquisa para avaliar o nível de repercussão do caso dentro da comunidade, que não teve seu nome mencionado na reportagem. O questionamento da jornalista busca reforçar o senso comum e provocar comoção no público.

Outro aspecto que chama atenção neste trecho diz respeito à forma como o entrevistado reconhece nas hierarquias sociais a validação para a violência. O prefeito constitui uma autoridade. Orlandi (2015) e Gonzalez (2022) já apontaram os diversos problemas dessas construções, tanto no discurso quanto nas relações sociais. A fala do entrevistado é atravessada pelo sentido de que o caso de violência contra Cinthia só não pode ser tolerado porque o prefeito não autorizou esse tipo de conduta. O que baliza seu argumento é constituído pela ideia de poder representada na figura do prefeito, o que permite retornar a Gonzalez (1984), que defende a ideia de consciência como lugar sujeito à alienação. O entrevistado não consegue estabelecer que a

violência praticada contra Cinthia é um crime pelo fato de a vítima ter dignidade e direitos que foram violados. Ele reconhece que as ordens são importantes e, nesse sentido, para ele, a violência só é violência porque não foi autorizada.

Em relação à visibilidade, a jornalista demonstra que estabeleceu um acordo com o entrevistado antes da entrevista, para que ele pudesse levá-la até a casa de dona Diamantina, mãe de Cinthia. A repórter destaca que o pedido solicitado por Raimundo “é em relação a um abacateiro que tem aqui nesta rua, na comunidade, que eles já solicitaram que esse abacateiro seja retirado porque ameaça várias casas nessa parte aqui de baixo. Recado dado, promessa cumprida com o senhor”. O entrevistado percebeu que poderia utilizar o cenário para externar sua dor em relação ao problema que afetava diretamente sua realidade. Entretanto, a repórter deixa claro que está realizando apenas um “favor”, sem nenhum compromisso com retorno social. A dor do entrevistado foi utilizada apenas como uma moeda de troca pela jornalista, que atua sob o viés da representatividade. Souza (2021, p. 42) tece críticas quanto a esse modelo, que favorece a invisibilidade das pessoas.

Como nem a Rede a Globo nem as redes sociais mostram o sofrimento cotidiano das maiorias silenciosas e silenciadas, a sua dor não tem nome nem comove ninguém. Por conta disso, a simultaneidade do discurso do lugar de fala e da suposta representatividade performática só pode funcionar segundo os novos mecanismos de filtros seletivos da esfera pública e da mídia financeirizada, que decidem de antemão quem tem um lugar de fala legítimo ou não. Constrói-se assim uma óbvia aliança entre os interesses da desapropriação financeira neoliberal e o discurso pseudoemancipador, uma aliança entre duas minorias privilegiadas: o 1% dos que saqueiam a riqueza social em benefício próprio e o 1% que pretende falar, sem autorização, em nome dos que sofrem. A intenção aqui é despolarizar e invisibilizar todo sofrimento que não tenha condições de se articular como um lugar compreensível e visível. Nesse sentido, atentar apenas aos movimentos sociais que se organizam segundo essas regras restritivas é a base de todo engano. As suas próprias precondições e seus mecanismos de seletividade funcionam para não permitir a percepção do sofrimento da maioria silenciada.

Voltando novamente para a entrevista, depois de prestar o “favor” para Raimundo, a jornalista insiste em retomar o depoimento de dona Diamantina, a partir do seguinte questionamento: “E dona Diamantina, esse relato que eu ouvi agora do seu Raimundo foi o mesmo que a gente aqui, batendo papo com outras pessoas, com outros moradores, todo mundo ficou de coração apertado.

Imagina a senhora, como mãe?”. Esta é mais uma tentativa de captar a emoção da entrevistada.

A entrevistada, então, passa a externar sua indignação utilizando a seguinte expressão: “Eu perguntei assim a mim e a Deus, ali dentro daquele ônibus, será que só tinha bicho? Só tinha bicho ali dentro? O que fizeram com minha filha, ali estava sendo assim um bocado de bicho, que entrou um bicho e os outros bichos, foi pra matar”, ponderou.

O relato segue até o momento em que dona Diamantina informa que: “minha filha é uma usuária de drogas e precisa, alguém que tiver me ouvindo se comover, que me ajude numa clínica pra me internar minha filha. Era um presente do Dia das Mães, que alguém me desse, que tenha, alguém que tenha coração”, ressaltou.

Esse detalhe fez com que a jornalista reconsiderasse a pauta da reportagem. A notícia que se propôs a exibir o caso de linchamento coletivo alterou o foco para o problema da vítima em relação às drogas.

A repórter informa que “esse relato sofrido da dona Diamantina, ela quando diz que a filha é usuária de drogas, enfrenta esse problema desde os 14 anos de idade”. Isso significa que a repórter já tinha essa informação antes de a entrevistada destacá-la. Portanto, não é possível evidenciar se a entrevistada forneceu esse dado por livre escolha durante a entrevista ou se foi previamente orientada pela repórter para mencioná-lo.

A jornalista segue, então, na busca por aprofundar ainda mais a construção do perfil da vítima como usuária de drogas, ao destacar que “aos 15 anos a filha teve o primeiro filho, que hoje é um garoto, de 12 anos, teve uma outra criança, uma menina, que vive com a família paterna no interior do estado, tem oito anos de idade. E já ela chegou aí pra tratamento num local público, mas não durou muito tempo aqui fora, ficou apenas dois meses sem fazer uso de drogas”, esclareceu.

A entrevistada confirma as informações e diz que a filha é usuária de crack, mas não tem problema com ninguém. Ela também destaca que, por ter problemas de saúde, não teve como acompanhar a filha no hospital, que estava sob os cuidados de uma vizinha. Diamantina reforça que a filha não estava com Covid-19, ponderando: “Ela usa muito o crack, então quando ela faz o uso do crack, ela tem alergia no pulmão, que não aceita mais a droga, ela

começa a tossir, mas minha filha não tem o coronavírus não, ela não tem. Talvez aí dentro do ônibus, que fizeram isso com ela, talvez tenha gente aí que esteja”, destacou.

Diante da exposição da violência, a jornalista não recua com as perguntas condicionadas à produção do sofrimento, ao levantar o seguinte questionamento: “O filho de 12 anos da Cíntia que vive com a senhora, qual foi a reação dele e da sua filha de 6 anos quando viram o vídeo?”. É possível perceber que, na pergunta da jornalista, há uma afirmação implícita. Ela sabe que as crianças foram expostas ao conteúdo, mas conduz a entrevistada a relatar o nível de sofrimento provocado nas crianças pela visualização do vídeo.

Dona Diamantina, então, destaca: “O filho da Cíntia, ele não fala, ele tem um problema, ele fala muito pouco, aí ele viu e ficou assim dentro dele, não falou nada, ele só balançou a sua cabeça. A minha filha de 6 anos, ela disse: ‘mãe, eu não quero ver esse vídeo não, só porque meu coração tá doendo, tira, mãe, tá doendo muito porque fizeram isso com a Cíntia, esse homem não tem coração’”, destacou, encerrando sua participação na entrevista.

A estrutura da notícia revelou que o foco principal da matéria não estava relacionado com o bem-estar da vítima, mas sim em como o crime repercutiu na sociedade. Somado a isso, toda a biografia da vítima foi exposta sem a sua autorização. O estereótipo fortalecido pela produção do jornal demonstrou que Cinthia Santos, além de ter sido brutalmente agredida no transporte coletivo, passou a habitar o imaginário social como uma usuária de drogas que abandonou os filhos e descumpriu um decreto municipal.

A matéria apresenta um segundo ponto positivo quando exhibe o depoimento da secretária de Políticas Públicas para Mulheres da Prefeitura de Salvador, que reconhece a importância de “sinalizar nesse momento que a violência sofrida, apesar de não ser uma violência de gênero especificamente, é uma violência cometida contra uma mulher. A gente sabe que, infelizmente, ela cometeu a desobediência a um decreto municipal, mas que não enseja de forma alguma a violência como resposta. Então os agressores também cometeram violência, sim, cometeram o crime de lesão corporal, então nada justifica”, enquadrando o crime nos termos corretos.

Entretanto, o discurso da secretária não isenta a reportagem dos erros cometidos, especialmente no que se refere à exploração das emoções dos entrevistados e ao fortalecimento do estereótipo de “drogada” sobre a vítima. A matéria, ao invés de aprofundar o debate sobre a violência, recorreu a uma narrativa sensacionalista e reducionista.

Além disso, a reportagem falhou ao não apontar caminhos ou sugerir alternativas para fortalecer a prática da civilidade durante o período de pandemia, um tema relevante e necessário em tempos de crise sanitária e social.

Com base nos quatro pontos de enquadramento identificados, a reportagem define o problema como um linchamento coletivo contra a vítima. A causa apontada foi a retirada da máscara de proteção dentro do ônibus, algo que foi amplamente exagerado. O julgamento moral se manifesta na fala da apresentadora, que descreve o caso como uma verdadeira “selvageria”, refletindo um posicionamento condenatório sem uma análise mais profunda dos fatores que levaram à violência. Por fim, a solução para o problema não foi identificada, o que deixa a reportagem incompleta e falha ao não abrir espaço para uma reflexão mais ampla sobre o contexto social e político envolvido.

C) - “Jovem de 21 anos é morta a tiros e família aponta namorado como suspeito do crime”

A matéria foi exibida no dia 9 de maio de 2020, com o relatório de reportagem produzido pela jornalista Georgina Maynard. Com duração de 3 minutos e 48 segundos, a repórter apresenta o caso de Emanuelle Natália Santos do Rosário, uma mulher negra de 21 anos, vítima de feminicídio.

No início da reportagem, a jornalista Thaïc Carvalho apresenta os dados relacionados ao feminicídio em Salvador e destaca que, “do dia 1º de maio até o dia 9, foram registrados 45 assassinatos e, repare, 7 assassinatos só ontem, além disso, 4 tentativas de homicídio. Esse número já é maior do que o comparado com o mesmo período do ano passado e o que chama a atenção é exatamente isso, que é época de isolamento”.

O alerta da apresentadora já apontava o que mais tarde foi constatado pelo 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ao relatar que, no primeiro semestre de 2020, 4 mulheres foram mortas a cada 24 horas. O relatório destacou que, entre janeiro e junho, 649 mulheres foram assassinadas; a violência representou um crescimento de 2% quando comparada ao mesmo período de 2019.

Depois da exposição realizada por Thaícar Carvalho, a apresentadora Jéssica Senra anuncia a chamada para a matéria e destaca que, “entre essas mortes, está a morte de uma jovem de 21 anos, assassinada a tiros ontem no bairro da Engomadeira, aqui em Salvador. A família aponta o namorado como suspeito do crime”.

Após o anúncio, a primeira informação exibida na reportagem é a imagem da vítima. A fotografia utilizada revela uma mulher negra vestida com um cropped, um tipo de blusa que deixa partes dos seios à mostra.

Figura 8 – Fotografia da vítima exibida no programa



Fonte: Programa Bahia Meio Dia (2020).

A exposição da fotografia remete à constatação de Lélia Gonzalez (1980), ao ressaltar que o racismo, enquanto neurose cultural brasileira, aponta para uma formação social que institui o lugar da mulher. Nesse processo, as noções de rejeição e integração do seu papel na sociedade dependem do contexto no qual ela está inserida.

Para destacar o contexto de integração, Gonzalez (1980) evidencia que, no Carnaval, o corpo da mulher negra é celebrado e aplaudido numa tentativa

de "reencenar o mito da democracia racial". Entretanto, a autora reforça que, nessa integração, atua a violência simbólica, pois, passado o rito carnavalesco, a mulher negra volta a assumir suas funções sociais. No exemplo, ela cita a mulher negra que participa do Carnaval e, no dia seguinte, volta a exercer seu papel como empregada doméstica, ocupando um lugar que é rejeitado socialmente por ser considerado subalterno.

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas (Gonzalez, p. 228, 1980).

Voltando à análise da fotografia, o corpo de Emanuelle também está inserido em um território que promove a violência simbólica. Ao utilizar uma foto em que parte dos seios da vítima estão expostos, a matéria corrobora com a objetificação do corpo da vítima, sexualizando sua imagem. A foto mencionada é exibida duas vezes consecutivas, seguida por outra fotografia que também apresenta a jovem com partes do corpo descobertas.

Figura 9 – Fotografia da vítima exibida no programa



Fonte: Programa Bahia Meio Dia (2020).

Bucci (2004) levanta a hipótese de que, na sociedade do espetáculo, o fetiche da mercadoria foi transferido dos objetos para os corpos humanos:

Se num primeiro momento o fetiche se encarna na mercadoria, objetivando nessas relações de troca as condições subjetivas de sua produção, a circulação imaterial desta forma tecnologicamente superdesenvolvida de mercadorias - as imagens, em sua incorporeidade eletrônica - produz o investimento das mesmas crenças que sustentam o fetiche, sobre a imagem dos indivíduos mais destacados nesta produção de espetáculos (BUCCI, 2004, p. 75).

Entretanto, o autor destaca que esse fetiche é seletivo e ocorre apenas sob os “corpos de alguns seres humanos”. A partir dessa hipótese, é possível formular que, nas imagens selecionadas para compor a matéria, o critério de relevância está atrelado ao valor que a exposição do corpo da vítima agrega à notícia, enquanto toda a sua subjetividade como ser humano é ocultada.

Considerando que a vítima é uma mulher negra, faz-se necessário discutir também a questão do racismo como vetor que influenciou a seleção das imagens. Para Moura (1994, p. 02), “o racismo tem, portanto, em última instância, um conteúdo de dominação, não apenas étnico, mas também ideológico e político”, destaca.

Essa dominação também é exercida pelos meios de comunicação, que têm como base a hegemonia. Como já foi destacado, na produção do telejornalismo dos conglomerados midiáticos, todas as escolhas relacionadas à pauta da notícia precisam convergir para a manutenção da audiência e para o aumento do capital das empresas.

Refletindo sobre o fato de que a reportagem exibida não teve cobertura ao vivo, as etapas de apuração e seleção foram realizadas sob a direção do editor. Isso significa que a utilização da imagem não foi uma escolha meramente ingênua, mas devidamente orientada pela produção.

Desse modo, o racismo se apresenta através da deliberação do programa que permitiu o uso da imagem. Isso corrobora para fortalecer a hipótese de que, no Programa *Bahia Meio Dia*, o corpo da mulher negra, em relação ao da mulher branca, está mais suscetível a ser exposto em fotos que objetificam a imagem da vítima.

Quanto à escolha da imagem, não é possível afirmar se o programa recebeu as fotografias por meio de parentes e familiares da vítima ou se essa

seleção foi realizada, por exemplo, a partir de fotografias de alguma rede social. Sendo assim, não se pretende aqui acusar o programa de violação do direito de imagem, pois não há provas que sustentem essa hipótese.

Entretanto, é válido destacar que a utilização de fotos por programas de televisão não constitui uma obrigatoriedade na produção jornalística. Desse modo, se a edição recebeu as imagens, teve a possibilidade de vetar o uso e ainda assim não o fez. Se a seleção foi realizada por meio das redes sociais, o problema se mostra ainda mais grave, pois a escolha foi direcionada pelo viés do corpo e do nível de exposição que a foto entrega.

Quanto ao crime de feminicídio, a repórter destaca, com base nas informações prestadas por familiares, que a vítima “passou a noite com o namorado; ao amanhecer, foi agredida, chegou a ser levada para o hospital, mas não resistiu”.

A matéria também apresenta o depoimento de uma amiga da vítima, que destaca ter recebido a notícia como um desastre, pois não presenciava brigas constantes no relacionamento de Emanuelle e o namorado. Ela também constata ter percebido, algumas vezes, “só aqueles ciumezinhos que passavam, e tudo ficava bem”.

Nesse sentido, como constata Saffioti (2015, p. 80), a violência, quando compreendida apenas como uma violação da integridade e não como a violação de um direito, potencializa que cada mulher defina seu próprio limite entre “agressão e direito dos homens sobre as mulheres”, ou seja, a violência passa a significar apenas na individualidade de cada pessoa.

Na sequência, a matéria exhibe o depoimento da mãe de Emanuelle, que destaca: “Tá dizendo que foi traição, não foi traição. Não foi traição, minha filha não saía de casa, minha filha tava dentro de casa”. Nesse trecho, reflete-se mais uma vez o aspecto da culpa que está socialmente atrelado às vítimas de violência. O feminicídio se configura como um crime porque é cometido contra uma mulher apenas pelo fato de ela ser mulher.

Nesse sentido, a jornalista não menciona o crime como feminicídio, nem apresenta uma discussão que possa oferecer algum suporte para que outras mulheres consigam relatar ou denunciar as agressões.

Ao final da matéria, Jéssica Senra aponta que, “em nota, a Polícia Civil disse que a 2ª Delegacia de Homicídios investiga o caso. Disse ainda que,

segundo informações preliminares, o namorado é realmente o suspeito do crime”, porém sua identidade não foi divulgada.

Desse modo, com base nos quatro pontos de enquadramento, o problema é definido como feminicídio; a causa apontada pode ter sido o ciúme ou a suspeita de traição; o julgamento moral e a solução não aparecem na matéria.

D) - “Violência contra mulher cresce na BA; jovem relata ter sido assediada por motorista de app”

A notícia foi exibida no dia 18 de maio de 2020, com relatório de reportagem produzido pela jornalista Adriana Oliveira. Com duração de 03:20, a reportagem destaca dois crimes de feminicídio praticados por ex-namorados e um crime de assédio sexual envolvendo um motorista de aplicativo.

O primeiro caso relatado na notícia aborda o assédio sexual. A vítima, que teve sua identidade protegida, informa que, ao entrar no veículo, que tinha como destino levá-la ao hospital, percebeu que o motorista estava indo na direção errada e ponderou:

Senhor, não é por aqui. O senhor está indo por onde? Eu não tô entendendo que lugar estamos. Ele “Não, por aqui é melhor”. Aí ele começou falar. “Ah, você é muito bonita.” Perguntou, “Você tem namorado? Quantos anos você tem? Você mora sozinha?”. Aí ele começou a tentar me agarrar, tentar me beijar, ficou me tocando, tentou me puxar para cima dele, tanto que deixou meus braços roxos (RELATO DA ENTREVISTADA, 2020).

A descrição realizada em detalhes faz com que a vítima relembre novamente todo o processo, o que configura uma forma de violência simbólica, pois interessa ao jornal não apenas informar sobre o crime, mas também descrever como ele ocorreu. A jornalista não nomeia o acontecimento como assédio sexual, o que mais uma vez evidencia a postura de um jornalismo que tem dificuldades para esclarecer os crimes de acordo com a linguagem da lei, que, nos casos de violência de gênero, se revela fundamental para produzir o conhecimento a partir da realidade.

Em seguida, a jornalista afirma que “só quando a estudante de 28 anos disse que estagiava na Polícia Militar, o motorista de aplicativo a levou para o

hospital. O crime foi na semana passada”. A vítima, então, declara: “Eu espero que a Uber se responsabilize pelos motoristas que eles contratam. Eu poderia ter morrido, poderia ter acontecido coisas piores comigo”.

Figura 10 – Imagens das agressões no corpo da vítima



Fonte: Programa Bahia Meio Dia (2020).

Há dois aspectos nesse trecho que precisam ser analisados: o primeiro tem relação com o fato de a matéria destacar a forma como a vítima conseguiu se livrar do episódio, o que projeta a falsa ideia de que, em qualquer caso de assédio sexual, é possível encontrar uma saída ao mencionar pertencer a alguma posição da sociedade. O outro aspecto refere-se ao fato de a vítima considerar que “poderiam ter acontecido coisas piores”, quando ela mesma não tem consciência de que o pior já aconteceu: ela foi vítima de assédio sexual em um cenário social que concede aos homens o direito de exercer dominação.

Enquanto a vítima relata o caso, o jornal exhibe as marcas dos hematomas em seus braços, em um claro apelo sensacionalista para comprovar a gravidade da violência.

Ao relatar que coisas piores poderiam ter acontecido, a vítima compreende a violência em um processo de escala, ou seja, no imaginário social, é melhor sofrer assédio do que ser estuprada; é melhor sofrer violência doméstica do que assédio sexual. Entretanto, essas compreensões são equivocadas, pois toda violência de gênero contém em si a violação do direito do outro, e essa violação não pode ser hierarquizada a partir da ideia de “algo pior”, pois o fato de constituir uma violação sobre o corpo do outro já é o pior que poderia acontecer. O normal seria as mulheres terem segurança para frequentarem lugares sem serem violentadas.

Depois de finalizar a narração sobre esse caso, Adriana Oliveira inicia um novo relato: “No último final de semana, duas jovens foram mortas. Carine Santana, de 23 anos, foi assassinada em Ilha Amarela. O ex-companheiro é suspeito do crime, segundo a polícia. A morte de Jennifer Nascimento, de 20 anos, no bairro de Cidade Nova, também está sendo investigada”, ponderou.

Em seguida, a jornalista apresenta o depoimento do pai de Jennifer, que relata:

Ela estava em uma festa, né? Aí chegou de carro, aí eu estava sentado no sofá, ouvi a zoadá do disparo, de arma de fogo. Aí foi que eu ainda saí para dar socorro a ela ainda, entendeu? Aí só vi só isso mesmo aí e minha mãe desesperada na porta de casa (RELATO DO PAI DA VÍTIMA, 2020).

Em relação à morte de Carine Santana, o jornal exhibe apenas três informações: seu nome, sua idade e o suspeito do crime. Quanto ao relato do caso de Jennifer Nascimento, o jornal apresenta apenas a foto da vítima, que revela uma mulher negra.

As informações prestadas tanto pela jornalista quanto pelo pai da vítima não colocam em debate o problema do feminicídio. As informações estão fragmentadas, o que dificulta a compreensão sobre os fatos e evidencia, mais uma vez, o aspecto da violência sendo utilizada como mercadoria.

Com duração de pouco mais de 3 minutos, a jornalista destaca dois crimes, mas não apresenta as razões pelas quais tanto o assédio quanto o feminicídio se tornaram tão comuns no cotidiano das mulheres baianas.

No final da reportagem, a jornalista, que mais uma vez recorre ao processo de fragmentação para noticiar os casos, apresenta um dado relevante: “Aqui na Bahia, os casos de violência contra a mulher aumentaram muito agora, durante o isolamento. Em março, o Disque 180 recebeu 95 denúncias. Só nas primeiras três semanas de abril, foram 146, um aumento de 54%. Para a estudante que diz ter sido vítima de estupro e teve o celular roubado por um motorista de aplicativo, a impunidade não pode ser mais um motivo de dor.”

Entretanto, ela não explica quais tipos de violências (sexual, física, patrimonial, psicológica ou moral) registraram aumento, nem apresenta informações úteis para que outras vítimas possam denunciar os crimes.

Somado a isso, a reportagem é finalizada com o depoimento da vítima que sofreu assédio por um motorista de aplicativo e relata:

Mesmo morrendo de medo de fazer a denúncia, eu fiz pensando em outras pessoas que poderia ocorrer isso também. Eu fiquei tão nervosa, com tanto medo, com tanto trauma, que eu acredito que esse nervoso todo desencadeou uma crise ainda pior de endometriose, de dor crônica (RELATO DA VÍTIMA, 2020).

Desse modo, o medo é o primeiro a ser nomeado na frase, evidenciando mais uma vez que a mulher, além de ser agredida, precisa lidar com o sentimento de impotência diante da realidade à qual foi exposta, pois, como destaca Saffioti (2015), as mulheres são educadas para conviver com a impotência. No fechamento da matéria, Jéssica Senra destaca, então, mais uma vez, a repetição das informações fornecidas por meio dos boletins de ocorrência.

Ser mulher é estar em risco o tempo inteiro, assédio, estupro, agressões, morte. A gente entrou em contato com a empresa Uber, mas não tivemos resposta até o momento. Essa jovem segue internada com dores. Ela seria ouvida pela polícia hoje, mas o depoimento vai ser adiado. As mortes de Jennifer e Carine estão sendo investigadas pela polícia. Até agora, ninguém foi preso (SENRA, 2020).

Sendo assim, nos quatro pontos de enquadramento, o problema é definido como crimes de feminicídio e assédio sexual; a causa apontada em relação ao assédio sexual foi o fato de a vítima utilizar um carro de aplicativo e o motorista ter sido o agente da violência. Já em relação aos casos de feminicídio, as causas não foram destacadas. O julgamento moral aparece na fala da apresentadora, que considera ser mulher um risco. A solução para o problema não foi identificada.

E) - “Após denúncia no BMD, mulheres relatam dificuldade em prestar queixa em delegacia”

A matéria foi exibida ao vivo no dia 03 de junho de 2020, com relatório de reportagem produzido por Vanderson Nascimento. Com duração de 7:07, a

notícia apresenta as dificuldades que as mulheres enfrentam na pandemia para denunciar os casos de violência nas delegacias do estado.

A reportagem apresenta o depoimento de duas vítimas. A primeira, identificada como Priscila Melo, uma mulher de cor parda, destaca que foi agredida pelo companheiro em 2019, quando estava gestante, e ao procurar a Delegacia da Mulher no Bairro de Brotas, em Salvador, não conseguiu registrar o boletim de ocorrência. Priscila esclarece que:

Como eu fui agredida em Lauro de Freitas, eu dei queixa lá na 27ª Delegacia de Itinga. E aí eu estou com medida protetiva contra o meu ex-companheiro, minha filha já nasceu, só que até hoje... A delegacia perdeu o meu BO, eu já tenho quase um ano e meio nessa situação, e com a pandemia se agravou mais ainda, piorou. Então a gente se sente exausta, a gente se sente desacreditada do poder público porque está complicado (RELATO DA ENTREVISTADA - MELO, 2020).

A Lei Maria da Penha esclarece, no Capítulo III, Art. 10, que “na hipótese de iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais”. Isso implica dizer que nenhuma delegacia pode recusar o registro do boletim de ocorrência em caso de violência contra a mulher.

Essa informação também é esclarecida pelo repórter, que destaca: “a gente sabe que o correto é que qualquer delegacia deve receber a reclamação”. Nesse sentido, o jornalista apresenta uma informação útil para que o telespectador compreenda o erro cometido pela delegacia.

Em relação ao caso da segunda vítima, que não é identificada na matéria, o repórter anuncia que ela sofreu agressão: “procurou a delegacia, mas não conseguiu dar queixa e está muito preocupada com a situação dela. Está sendo ameaçada, já foi agredida pelo ex-marido muitas vezes, teve o portão arrombado. O depoimento dela é muito forte, gente, acompanhem comigo.”

Há duas questões nesse trecho. A primeira diz respeito à fala do repórter, que nomeia o crime como agressão e não como violência doméstica, o que mais uma vez evidencia o quanto o jornalismo produzido pelo programa possui uma certa resistência na utilização da linguagem para nomear os crimes

de acordo com a Lei Maria da Penha. A segunda questão está relacionada à espetacularização da violência, quando o repórter destaca que o “depoimento é forte” e pede ao público para acompanhar. Nesse sentido, é válido questionar o que significa um depoimento “forte” para o repórter? Na fala da vítima, ela descreve que teve um relacionamento por 15 anos com uma pessoa e passou todo esse período “debaixo de pancada, ameaças e outras e outras coisas”.

A vítima também esclarece que procurou a

Delegacia da Mulher em Camaçari e não deu jeito, fui na delegacia em Monte Gordo e não dei jeito... Eu hoje vivo presa dentro de casa, com um pau por dentro do portão, e com medo, não tô dormindo, meu psicológico tá abalado, choro o tempo todo, lembro das pancadas que ele me dava. Ele quis me matar de martelo, eu vejo martelo na minha cara, facão, tudo isso... então a justiça tem que parar e ouvir mais as mulheres... não é chegar e mandar de delegacia em delegacia e não dar nada (RELATO DA ENTREVISTADA, 2020).

O depoimento da vítima corrobora para fortalecer a hipótese de que as delegacias especializadas no atendimento à mulher com frequência negam o acolhimento às vítimas. Em relação à expressão do repórter, que considerou o depoimento como forte, há alguns indícios que justificam essa informação: a vítima descreve o tempo pelo qual foi submetida a situações de violência, o que torna o caráter da história singular, ainda que perversa. Ela também destaca seu sofrimento, afirma estar com medo e usa estratégias para garantir a própria proteção, que deveria ser assegurada pela justiça.

Nessa perspectiva, o depoimento da vítima é “forte” porque revela como a sociedade brasileira está estruturada. Quanto maior o grau de violência e fragilidade à qual uma mulher é exposta, mais fácil fica para a notícia espetacularizar seu sofrimento.

O repórter segue descrevendo a situação da vítima e esclarece:

Ela me contou, viu, Jéssica, que está à base de remédios controlados, não consegue dormir, está presa dentro de casa, a gente sabe que está todo mundo na pandemia. Mas uma questão está em isolamento social para evitar o vírus, outra questão está presa dentro de casa, como essa mulher, com medo de morrer e ela disse que precisa do apoio da justiça para isso. Dá para ver fotos, né? A gente mostrou fotos das agressões, de martelo, facão, tudo que ela sofreu, agressão, ela chorou muito conversando com a gente, né, desesperada, claro, e não dá para nem mostrar tudo do que ela falou comigo aqui mais cedo, conversando com ela (NASCIMENTO, 2020).

A fala do repórter, ao destacar que a vítima passou a utilizar remédios controlados, contribui para formular um estereótipo de que vítimas de violência doméstica podem estar suscetíveis a problemas psicológicos quando decidem se desvencilhar de relacionamentos abusivos. Esse estereótipo formulado inverte a lógica do sofrimento da vítima, que está em isolamento social porque o Estado não ofereceu proteção nem garantiu seus direitos.

Quanto à exposição das fotografias, o repórter deixa claro que as imagens mostram “tudo o que ela sofreu”, seguida pela afirmação de que a vítima “chorou muito” durante a entrevista. Nas imagens, são reveladas várias agressões em diversas partes do corpo da vítima, assim como os objetos utilizados para praticar a violência. Nesse sentido, a notícia reifica novamente o sofrimento da vítima em um exercício de dominação, que a submete, por sucessivas vezes, a lembrar o fato e constatar sua própria impotência diante dele.

Figura 11 – Imagens das agressões no corpo da vítima



Fonte: Programa Bahia Meio Dia (2020).

Depois de finalizar a descrição do caso, o jornalista informa que conversou com a

Defensora Pública, Lívia Almeida, e tem um detalhe bem importante que ela vai falar agora, que dá para pedir medida protetiva agora sem precisar dar queixa. A Defensoria Pública está recebendo reclamações das mulheres que não conseguem o atendimento e tomou essa medida, então presta bem atenção agora no que diz a Defensora Pública, Lívia Almeida (NASCIMENTO, 2020).

A informação de utilidade pública é reforçada pela defensora, que destaca ter oficiado, no dia 25 de março de 2020, a solicitação de acesso à Delegacia Digital, uma ferramenta criada na pandemia com o objetivo de evitar

o deslocamento das mulheres até uma delegacia e, assim, assegurar também a privacidade das vítimas.

A defensora também destacou que essa iniciativa visa oferecer um “atendimento realizado de forma mais eficaz. Além disso, elas não vão se expor ao risco, vai proteger as profissionais da delegacia, que também estão expostas ao risco de contaminação.”

Entretanto, Lívia Almeida não esclarece como funcionarão esses registros nem informa como as vítimas poderão acessar essa plataforma. Como aponta Marcondes Filho (2009), o jornal também exerce função tranquilizadora. A própria estrutura da notícia encadeia os fatos em uma ordem que primeiro relata o problema da violência e da falta de atendimento das delegacias, e depois apresenta uma nova solução, sem questionar ou investigar as omissões das delegacias físicas diante dos casos reportados.

No final da reportagem, Vanderson Nascimento apresenta alguns caminhos para que as mulheres vítimas de violência consigam efetuar a denúncia: o primeiro deles é ligar diretamente para a Defensoria Pública pelo número 129, que, segundo o repórter, “está pronta para atender e ajudar a entrar com o pedido de medida protetiva, mesmo sem a queixa na delegacia.”

Em seguida, ele informa os números da Defensoria Pública de Salvador, que possui um contato específico, apontando, desse modo, uma informação geral para a população e outra específica para a cidade.

Quanto à recusa dos atendimentos nas DEAMS, o repórter destaca que

A Polícia Civil diz para a gente, em nota, que as delegacias continuam funcionando ininterruptamente, que está funcionando normalmente, mas que está com o quadro reduzido. Diante de policiais que estão afastados por serem do grupo de risco ou então estão com a doença e que vai apurar esses casos que mostramos agora aqui no Bahia Meio Dia (NASCIMENTO, 2020).

Desse modo, fica evidente mais uma vez que o jornal não duvidou da versão policial, pois não buscou investigar o caso e apontar as falhas para o público.

De volta ao estúdio, Jéssica Senra indica mais uma ferramenta de denúncia para as mulheres, ao informar que elas podem procurar também o Ministério Público, que possui o Grupo de Atuação em Defesa das Mulheres – GEDEM.

Dessa forma, nesta análise, foi possível constatar que houve um comprometimento da notícia em apontar as ferramentas de denúncia; entretanto, essa mudança ocorreu por conta da pandemia. Como foi destacado, a forma de produção da notícia, que explora o caráter espetacular dos fatos, não sofreu nenhuma alteração.

Desse modo, nos quatro pontos de enquadramento, o problema é definido como a dificuldade das vítimas para registrar o boletim de ocorrência; a causa apontada é a falta de atendimento nas delegacias; o julgamento moral não aparece na notícia; a solução para o problema é procurar ajuda por meio dos canais de atendimento e dos órgãos públicos.

F) - “Dois bandidos invadem boate e mulher é assassinada na cidade de Jequié”

A notícia foi exibida no dia 13 de junho de 2020, com relatório de reportagem assinado pelo repórter David Fortunato. Com duração de 1:36, a matéria relata o crime de feminicídio que vitimou Girlani de Jesus, de 32 anos, gerente de um clube em Jequié.

Dois homens chegaram em uma motocicleta, eles não tiraram capacete em momento algum e eles se dividiram. Um deles foi até a gerência e o outro foi até a piscina. Afinal, essa casa noturna é também um tipo de clube, né? E o pessoal estava aproveitando durante a tarde, durante a tarde ensolarada de ontem em Jequié. E aí um deles atirou em uma mulher, a gerente, o nome dela é Girlani de Jesus, de 32 anos. Segundo a polícia, ela morreu no local, infelizmente foi baleada várias vezes (FORTUNATO, 2020).

Nesse trecho, fica evidente que o repórter descreve o fato em detalhes, mas não nomeia o crime como feminicídio. Em seguida, a matéria exhibe um vídeo que mostra os suspeitos chegando ao local e atirando em um dos funcionários. A escolha pela exibição do vídeo transforma a violência em espetáculo, considerando que a notícia teve menos de 2 minutos e não foi realizada uma investigação sobre o fato para além do boletim de ocorrência.

O discurso do repórter evidencia uma repetição da linguagem policial, quando, ao final da nota, ele destaca: “a polícia ainda não sabe qual a motivação do crime, porque atiraram na gerente de 32 anos, que morreu no

local, e também atiraram nesse rapaz de 26 anos. E os dois fugiram, até agora a polícia não sabe para onde. Por enquanto, é isso, volto com você, Ricardo, boa tarde”.

A vítima aparece na notícia apenas como estatística, para preencher a grade de programação do Bahia Meio Dia. A invisibilidade (Voirol, 2005) se sustenta nesse lugar, onde o que se torna visível são os aspectos que promovem a violência, o pânico e o medo, enquanto a problemática relacionada ao feminicídio é silenciada.

Desse modo, nos quatro pontos de enquadramento, o problema é definido como a morte da vítima; a causa, o julgamento moral e a solução para o problema não são identificados, o que ressalta o aspecto superficial da notícia.

G) – “Violência contra mulher- moradora de Parapitanga denuncia ex-companheiro por agressão”

A matéria foi exibida no dia 20 de junho de 2020, com relatório de reportagem produzido por Vanderson Nascimento. Com duração de 03:51, a matéria aborda o caso de Silvia, uma mulher branca que sofreu tentativa de feminicídio.

Antes de anunciar a notícia, o repórter aponta um dado alarmante: “Durante essa pandemia, só em abril mesmo, em todo o país, o aumento de denúncias de violência contra a mulher foi de 35%, segundo o Ministério da Mulher e Direitos Humanos da Família. Aqui, só na Bahia, esse aumento foi maior ainda, 54%”.

Apesar do destaque ser um alerta para a sociedade, o repórter não relata quais são os tipos de denúncia. Como destaca Meditsch (1997, p. 9), “o texto só adquire sentido dentro de um contexto”; quando o jornalista destaca apenas o dado sem apresentar o contexto, a estatística não produz nenhum efeito de transformação da realidade. Durante a apresentação da notícia, o repórter não nomeia o crime como tentativa de feminicídio, o que colabora para sustentar a produção de um jornalismo que busca neutralidade diante de

situações que precisam ser nomeadas, constituindo assim uma forma de hegemonia.

Quanto à apresentação do caso, o jornalista destaca:

A Dona Silvia, que a gente vai conhecer agora, foi uma dessas vítimas, ela tem 46 anos, foi agredida pelo atual companheiro dela. Olha, ficou bastante machucada e ela contou para gente que só não foi morta, porque mesmo bem ensanguentada, tem fotos fortes que claro, não pode mostrar, em respeito a ela e a todo mundo que tá acompanhando a gente, conseguiu fechar a porta. Acompanhe o que disse a Dona Silvia pra mim (NASCIMENTO, 2020).

O aspecto da vítima "ensanguentada" e a confirmação de que existem fotos com o registro das marcas de violência são aspectos que destacam a saliência do enquadramento. Como destaca Entman (2007, p. 164, tradução nossa), "os enquadramentos introduzem ou aumentam a saliência ou importância aparente de certas ideias, ativando esquemas que encorajam o público-alvo a pensar, sentir e decidir de uma maneira particular." A matéria também exhibe o depoimento de Dona Silva, que descreve em detalhes a violência que sofreu

Eu estava em casa, meu marido me chamou, era por volta das sete horas da noite, quando tudo aconteceu. Ele me chamou Silvia, Silvia, três vezes, eu abri a porta e fui surpreendida com uma paulada na minha cabeça, onde eu fechei a porta rápido, ele tentou, mas eu consegui fechar, coloquei o pau na porta. Logo em seguida, fiquei ensanguentada dentro de casa, peguei o celular no chão, me debatendo no chão, rodando pelo chão para não morrer. Toda ensanguentada, o sangue descendo todo, que teve dois cortes profundos na cabeça (RELATO DA ENTREVISTADA – 2020).

A vítima, além de sofrer a violência, precisa novamente descrever como essa violência se incide sobre seu corpo. Nesse sentido, a notícia reproduz a ideologia na forma de dissimulação (Thompson, 1995), ou seja, o foco é desviado para os aspectos da violência, ocultando os problemas que a pandemia revelou, como a falta de estrutura nas delegacias para realizar atendimentos on-line e também a ausência de campanhas e políticas públicas que deveriam ter sido planejadas com antecedência.

A própria vítima destaca que, no dia seguinte, foi até a delegacia registrar o boletim de ocorrência, "mas, até o momento, só foi tomada uma medida protetiva". A vítima ainda esclarece que relatou na delegacia estar

sofrendo agressões do marido há mais de três anos e que, há seis meses, a violência havia piorado.

Sempre me ameaçando de morte, que ia me matar, que eu ia morrer, muito agressivo comigo. Foi relatado tudo, as autoridades que tiver me ouvindo, me ajudam e me dê socorro por mim e por todas as mulheres. Eu não tenho medo não, eu tô aqui lutando por mim e por todas as mulheres, mostrei o meu rosto, olha aqui o meu rosto, mostrei o meu rosto, pra lutar por mim e por todas as mulheres, justiça, eu quero justiça (RELATO DA ENTREVISTADA, 2020).

Nesse sentido, o pensamento de Saffioti (2015) se mostra atual e relevante. A violência contra a mulher é sustentada pelo patriarcado. Além disso, as mulheres que são vítimas precisam implorar por justiça, pois a morosidade do sistema colabora com a reincidência dos casos.

No campo da visibilidade, a mulher também paga um preço pela exposição. Apesar de detalhar a própria violência sofrida, o jornal não considerou o relato suficiente e optou por exibir as imagens das agressões no corpo da vítima. As fotos com a vítima ensanguentada não são exibidas, mas são reveladas imagens em que parte do ombro e do pescoço da vítima aparecem machucados.

Figura 12 – Imagens das agressões no corpo da vítima



Fonte: Programa Bahia Meio Dia (2020).

Bucci (2004) destaca que a televisão representa um espaço no qual as pessoas projetam seu desejo por representatividade.

No caso da sociedade do espetáculo, a visibilidade não se constrói na ação política (como na Antiguidade), nem pela delegação que os sujeitos concedem ao líder ou ídolo que melhor represente o conjunto de seus ideais (como nas sociedades de massa). A visibilidade, aqui,

depende exclusivamente da aparição da imagem corporal no campo do Outro, imaginariamente representado pela televisão. É claro que isto não significa que a televisão possa dar visibilidade a todos os membros da sociedade do espetáculo, e sim que ela represente a esperança de visibilidade para onde os sujeitos dirigem, ainda que inconscientemente, suas escolhas de vida (BUCCI, 2004, p. 147).

Por outro lado, o autor destaca que “paradoxalmente, o império da televisão é o reino da invisibilidade, retirado do espaço (público) onde se tece a teia das relações de poder que determinam, para cada um, seu lugar, sua história e sua importância nesta vida”. Nesse sentido, as mulheres que sofrem violência de gênero têm um lugar marcado na televisão: o lugar da vítima. Embora sua fala carregue protagonismo diante da situação, como no caso de Sílvia, que destaca não sentir medo e ser movida pelo desejo de ajudar outras mulheres a denunciar os casos, todo o recorte da reportagem não deixa dúvidas de que ela é uma vítima. E sendo uma vítima, seu sofrimento só é validado porque as imagens que ele produz, tanto no imaginário quanto na televisão, têm valor de mercadoria.

Ao final da reportagem, Vanderson Nascimento destaca: “A Polícia Civil disse que a justiça concedeu medida protetiva à vítima, como ela já falou na entrevista. E a unidade policial aguarda o resultado dos laudos periciais para a condução do inquérito”, repetindo mais uma vez o relato policial.

Infelizmente, é uma triste realidade que vem aumentando durante essa pandemia e serve de alerta pra você, mulher, que tá acompanhando a gente, aliás, pra todo mundo. Porque aquela história, briga de marido e mulher se mete a colher sim, o número é o 180, um oito zero, liga de qualquer lugar pra denunciar violência contra a mulher (NASCIMENTO, 2020).

Esse destaque representa um ponto positivo ao apresentar ao público uma informação útil que pode contribuir com a denúncia em casos de violência de gênero.

Quanto aos quatro pontos de enquadramento, o problema é definido como as agressões sofridas pela vítima; a causa é o fato de a vítima conviver com o agressor; o julgamento moral aparece quando o repórter aponta que esta é uma “triste realidade”; a solução sugerida é denunciar a violência pelo canal de atendimento 180.

4.4 – RESULTADO DAS ANÁLISES DAS REPORTAGENS DE MAIO E JUNHO DE 2020

Foram analisadas 7 notícias entre maio e junho de 2020. Quanto ao recorte selecionado, os crimes de feminicídio foram relatados em 4 reportagens, seguidos por linchamento (1), assédio sexual (1) e violência doméstica (1).

Quanto à identificação da raça e cor das vítimas, foram reconhecidas, por meio das imagens, 3 mulheres pretas, 3 mulheres brancas e 1 mulher parda. Entretanto, foi constatado também que, apesar das notícias relatarem a mesma quantidade de casos conforme o recorte da raça e da cor, a utilização de fotografias pelo jornal para a identificação de mulheres pretas, vítimas de violência, foi atravessada por um recorte sexista, em comparação às fotos de mulheres brancas, nas quais elas aparecem com parte do corpo à mostra. Essa evidência foi identificada tanto nas matérias de janeiro quanto nas análises de maio e junho de 2020.

Com relação à identificação dos suspeitos de praticar os crimes, 3 matérias apontaram o ex-namorado e 4 matérias destacaram pessoas desconhecidas que não tinham relação com as vítimas, o que reforça mais uma vez o modus operandi do patriarcado, que tem em sua essência a dominação e o machismo como formas de opressão (SAFFIOTI, 2015).

Quanto à descrição das vítimas, nas 7 matérias analisadas, não foram mencionadas suas profissões, mas o recorte de classe foi destacado com base nas imagens, depoimentos e enquadramentos que evidenciaram a formação do estereótipo da violência de gênero como resultado da pobreza.

Em relação ao local do crime, a casa, como lugar onde a violência foi praticada, foi citada em 3 notícias, seguida por outros locais como rua, clube, carro e ônibus. Nesse sentido, a pandemia não alterou os locais geográficos da prática de violência, mas potencializou conflitos sociais, como o linchamento coletivo que ocorreu dentro de um ônibus, pelo fato de uma passageira ter retirado a máscara.

Quanto ao conteúdo das notícias, foi constatado que as matérias tiveram um tempo de exibição maior do que as reportagens analisadas em janeiro de 2020. No entanto, essa mudança não representou mais qualidade e

aprofundamento na temática envolvida. As reportagens D e E condensaram vários crimes em uma única produção, o que fragmenta as informações e não aponta para uma totalidade capaz de explicá-las (MARCONDES FILHO, 2009).

Em relação ao conteúdo, as notícias mostraram informações de utilidade pública ao destacar os canais de atendimento para mulheres vítimas de violência e também cobraram das autoridades um posicionamento sobre as políticas públicas em relação ao combate da violência de gênero durante a pandemia. Esse aspecto foi a maior diferença observada em relação às notícias de janeiro de 2020. O programa buscou integrar às reportagens ferramentas que pudessem possibilitar às vítimas procurar ajuda. Entretanto, é preciso destacar que essa mudança ocorreu em virtude da pandemia e do isolamento social, e não decorrente de uma modificação na estrutura do jornal.

Quanto aos quatro pontos de enquadramento, a solução para o problema também se revelou o aspecto menos evidente nas notícias. A questão da violência de gênero aparece apenas como a aparência do valor de uso (MARCONDES FILHO, 2009). A mercadoria, nesse sentido, foi constatada no uso do sofrimento dos entrevistados e na descrição repetitiva dos fatos, sem apresentar as razões que estruturam e colaboram com a manutenção do patriarcado.

Quanto ao viés de enquadramento, a utilização de fontes policiais se manteve como recurso para a construção da notícia, o que mais uma vez corrobora para evidenciar a falta de profundidade das matérias e a busca imediatista da produção pela lógica da mercadoria, que considera a notícia um produto perecível.

As análises também apontaram que o programa busca manter a neutralidade diante dos crimes, configurando uma ordem ideológica e hegemônica, tanto no discurso quanto na forma de organizar a reprodução dos acontecimentos. Esses foram hierarquizados a partir das questões singulares e espetaculares de cada caso, e não com base no interesse de propor caminhos e alternativas diante da problemática da violência de gênero.

5. CONCLUSÃO

Essa pesquisa buscou compreender, a partir do enquadramento jornalístico, se as reportagens sobre violência de gênero produzidas como mercadoria pelo programa *Bahia Meio Dia* em 2020 contribuíram para reforçar a vulnerabilidade das mulheres diante da ordem patriarcal. Para isso, foram selecionadas vinte e quatro matérias exibidas pelo programa entre janeiro, maio e junho de 2020.

O processo de análise foi dividido em duas etapas: a primeira parte destaca o enquadramento jornalístico de 17 reportagens produzidas pelo programa durante o mês de janeiro de 2020, considerando os dados do levantamento que mostrou ser esse o mês com o maior número de notícias sobre violência de gênero exibidas, em comparação com os outros 11 meses analisados.

A segunda parte consiste na análise de 7 reportagens exibidas pelo programa durante maio (4) e junho (3) de 2020, considerando os aspectos da pandemia de Covid-19 e do isolamento social como fatores que contribuíram para o aumento da violência contra a mulher na Bahia. Nessa perspectiva, foi analisado se houve alguma mudança na estrutura da notícia e no enquadramento quando comparado às reportagens de janeiro de 2020.

Em relação às análises do mês de janeiro, foi observado um viés de enquadramento que culpabiliza as vítimas pela violência sofrida, a partir das falas de entrevistados e autoridades policiais, que reforçam o consenso de que a falta de denúncia por parte da vítima é o principal motivo para que as agressões fossem perpetradas, desconsiderando o contexto histórico e cultural do Brasil como um país que legitima a prática de violência contra as mulheres.

Foi observado também que, nas reportagens com entradas ao vivo, os jornalistas utilizaram perguntas direcionadas a partir de um viés sensacionalista para explorar as emoções das vítimas e espetacularizar a violência como forma de garantir a atenção do telespectador entre os intervalos comerciais.

O programa *Bahia Meio Dia* reforça a invisibilidade das mulheres vítimas de violência de gênero ao produzir notícias que, além de espetacularizarem o

sofrimento humano, também desmobilizam a denúncia ao mostrar as vítimas em contextos de extrema vulnerabilidade e sofrimento.

Em paralelo aos dados estatísticos já mencionados nesta pesquisa, as reportagens também demonstraram o que foi evidenciado nos relatórios: a maior parte das mulheres ainda é violentada por parceiros ou ex-parceiros.

As análises também evidenciaram que o processo de silenciamento e invisibilidade das vítimas, historicamente construído, continua atuando através da produção jornalística na mídia hegemônica.

As “vozes do silêncio” são representadas nas reportagens pelas mulheres que falam, denunciam, mostram os ferimentos em seus corpos, expõem seus endereços residenciais e revelam a identidade de seus filhos, mas são invisibilizadas pela produção de notícias que utilizam todos esses aspectos para tratar a violência como sensacional e espetacular, afetando diariamente centenas de mulheres no território baiano.

O fato de o *Bahia Meio Dia* contar com a participação da apresentadora Jéssica Senra, que demonstra utilizar o jornalismo opinativo para debater a violência de gênero na sociedade, não se configura como uma mudança de paradigma no programa. A apresentadora, apesar de buscar refletir sobre a condição da mulher na sociedade, precisa cumprir as regras da emissora, que, por diversas vezes, se mostra seletiva em seus posicionamentos.

Nesse sentido, é possível compreender que a liderança de audiência do programa se deve ao seu viés sensacionalista, que envolve o público e transmite a impressão de uma busca encenada por justiça. Na prática, o jornal raramente revisita as notícias já veiculadas para verificar se as denúncias feitas pelas vítimas resultaram em mudanças efetivas em suas vidas.

Essa pesquisa evidenciou que o jornalismo produzido pelo programa *Bahia Meio Dia* utiliza e reforça a violência de gênero como mercadoria, espetacularizando a dor e o sofrimento das mulheres para consolidar a audiência. O programa opera a partir da hegemonia que reforça estereótipos de classe, raça e gênero, sustentando a ordem patriarcal que submete as mulheres a um processo de dominação em seu noticiário.

Vale destacar que as análises apresentadas não esgotam o tema e continuam a motivar novas possibilidades de pesquisa e debate, fomentando a transformação da sociedade em direção a um mundo mais justo e menos violento para as mulheres.

REFERÊNCIAS

AUBERT, N.; HAROCHE, C. **Tirantias da Visibilidade o visível e o invisível nas sociedades contemporâneas**. 1. ed. São Paulo: Fap-Unifesp, 2013.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2017.

BALANCO, P; PINTO, E. **Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica**. Revista de Economia Política, vol. 34, nº 1 (134), pp. 39-60, janeiro-março/2014

BARROS, J. V. Meios de comunicação na territorialização do capital. **MATRIZES**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 261-287, 2020. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v14i2p261-287. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/163315>. Acesso em: 10 dez. 2023.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1. ed. São Paulo, Boitempo, 2018.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. **Notícias em disputa: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. Distrito Federal: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 01 dez. 2023.

BUCCI, E. **A Superindústria do Imaginário**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BUCCI, E.; RITA, M. **Videologias: ensaios sobre a televisão**. 1. ed. São Paulo, Boitempo, 2004.

CASTRO, D. de. Agenda-setting: hipótese ou teoria? Análise da trajetória do modelo de Agendamento ancorada nos conceitos de Imre Lakatos. **Intexto**, Porto Alegre, n. 31, p. 197–214, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/46390>. Acesso em: 10 dez. 2023.

CHARAUDEAU, P. **O Discurso das Mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

DANTAS, M.; MOURA, D.; RAULINO, G.; ORMAY, L. **O valor da informação: de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

DEBORD, G. **Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ENTMAN, M. Framing Bias: Media in the Distribution of Power. **Journal of Communication** 57, 2007.

ENTMAN, M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**; Autumn 1993.

FARIA, V. **Violência contra a mulher no jornal: análise comparativa de enquadramentos noticiosos sobre o estupro coletivo de Castelo do Piauí**, 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, 2019.

GENRO FILHO, A. **O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, L. **Por Um Feminismo Afro Latino Americano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de Negro**. 1. Ed. São Paulo: Zahar, 2022.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere - Os Intelectuais. O Princípio Educativo**. Jornalismo. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

JORGE JÚNIOR, M. **Telejornalismo e mediação do popular: uma análise cultural do novo Bahia Meio Dia**. XV Enecult encontro de estudos multidisciplinares em cultura, 2019. Disponível em: <http://www.xvenecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/111516.pdf>. Acesso em: 01. Set. 2023.

LAGO, C.; NONATO, C.; CANJANI, E.; BERGO, I. A pandemia não tem rosto de mulher. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 19, n. 35, 2021. DOI: 10.55738/alaic.v19i35.662. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/662>. Acesso em: 1 dez. 2023.

LEMOS, M. S. (2020). **Entre a dor e as “vozes do silêncio”: a organização social das mulheres e o feminismo socialista**. *Geminal: Marxismo E educação Em Debate*, 12(1), 37–50. <https://doi.org/10.9771/gmed.v12i1.38141>

LOPES, Y. **O enquadramento jornalístico das matérias de violência contra a mulher e o trabalho das jornalistas da Gazeta ES**, 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2021.

MARCONDES FILHO, C. **Ser jornalista – A língua como barbárie e a notícia como mercadoria**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2009.

MARX, K. **O Capital**, Livro I. Tradução: Enderle, R. São Paulo: Boitempo, 2017.

MEDITSCH, E. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** UFSC, 1997. Disponível em: <https://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso em: 05 set. 2023.

MERLINO, T. **Um Estado que mata pretos, pobres e periféricos**. Ponto de Debate, Fundação Rosa Luxemburgo, n 19, 2018. Disponível em: https://bradonegro.com/content/arquivo/18062019_231355.pdf. Acesso em: 01. Set. 2023.

MORAES, D. Comunicação, Hegemonia e Contra-hegemonia: A contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 54, 2010. DOI: 10.22456/1982-5269.12420. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/12420>. Acesso em: 10 dez. 2023.

MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. **Mídia, Poder e Contra Poder: Da concentração monopólica à democratização da Informação**. 2. ed. Boitempo, 2013.

MOURA, C. **O racismo como arma ideológica de dominação**. Revista Princípios, São Paulo, Edição 34, AGO/SET/OUT, p. 28-38, 1994.

OLIVEIRA, J. **Cidades de uma cidade: estratégias e operações discursivas que narram Salvador no Bahia Meio-Dia**, 2014. Dissertação (Mestrado em Cultura) - Universidade Federal da Bahia, 2014.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos [1948]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 01 dez. 2023.

ORLANDI, E. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

ORLANDI, E. **As Formas do Silêncio no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

PEDRO, M.; ZANDONAR, J. (org.). **Feminismos e Democracia**. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. 279 p.

PERSEGONA, N. **Interface entre jornalismo e gênero: a cobertura dos portais de notícias A Rede (Ponta Grossa) e RSN (Guarapuava) sobre violência contra a mulher**. 2019. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

PETRUCCI, G. **"Vou só com passagem de ida": enquadramento e aspectos políticos da violência contra a mulher na cobertura do caso Eliza Samúdio no portal Uol**, 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Paraná, 2019.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2019.

SAFFIOTI, H. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, B. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra, Edições Almedina, 2020.

SVARTMAN, R. **A telenovela e o futuro da televisão brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro; Cobogó, 2023.

THOMPSON, J. **Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

VEIGA DA SILVA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**, 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

VOIROL, O. Les luttes pour la visibilité. Esquisse d'une problématique. **Réseaux**. n. 129-130, p. 89-121, 2005/1. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-reseaux1-2005-1-page-89.htm>. Acesso em: 10 set. 2023.

ZEILMANN, C. **A performance teatral no telejornalismo (dito) sensacionalista**. 1. ed. São Paulo: Dialética, 2022.

APÊNDICE A - RELATÓRIO DE REPORTAGENS - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

Data	Autor (a)	Título
1- 02/01/2020	Jéssica Senra	Feminicídio: homem é procurado por suspeita de matar a ex-companheira em Camaçari, RMS Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8206975/ >
2- 03/01/2020	Joyce Guirra	Homem invade mercado atirando, baleia mulher e mata criança de cinco anos em Uauá Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8210368/ >
3- 06/01/2020	Jhonatas Trindade	Polícia investiga desaparecimento de bebê após morte da mãe em Eunápolis Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8214680/ >
4- 07/01/2020	Andréa Silva	Feminicídio: Polícia procura por homem suspeito de ter espancado a mulher até a morte Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8218081/ >
5- 10/01/2020	Jéssica Senra	Mãe é morta pelo filho ao tentar separar briga dela com irmã, em Salvador Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8227772/ >
6- 10/01/2020	Jhonatas Trindade	Quase 150 mulheres têm medidas protetivas em Alagoinhas Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8227755/ >
7- 11/01/2020	Thaic Carvalho	Delegada pede prisão preventiva de suspeito de estuprar turista em Itapuã Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8229051/ >
8- 18/01/2020	Felipe Pereira	Mulher afirma ter sido agredida por médica em hospital de Jaguarari Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8246852/ >
9- 20/01/2020	Não identificado	Influenciadora digital é vítima de agressão por namorado após a festa do Senhor do Bonfim Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8250459/ >

10- 21/01/2020	Victor Silveira	Bandidos matam homem e estupram duas mulheres em Vera Cruz, na Ilha de Itaparica Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8253392/ >
11- 22/01/2020	Naiá Braga	Família pede que a polícia investigue caso da mulher que morreu após cair de carro Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8256394/ >
12- 27/01/2020	Andréa Silva	Homem é acusado de ejacular uma mulher dentro de ônibus em Salvador Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8268838/ >
13- 27/01/2020	Jéssica Senra	Homem agride mulher na cabeça com uma garrafa de vidro, no bairro de Itapuã Disponível em < https://globoplay.globo.com/v/8268830/ >
14- 27/01/2020	Victor Silveira	Jovem de 20 anos é baleada no bairro de Plataforma; Suspeito do crime é o ex-namorado Disponível em < https://globoplay.globo.com/v/8268799/ >
15- 27/01/2020	Táisa Moura	Mulher é abusada dentro de casa na comunidade de Caraíva, no extremo sul do estado Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8268723/ >
16- 27/01/2020	Táisa Moura	Policial Militar é afastado suspeito de abusar adolescente de 14 anos em Porto Seguro Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8268685/ >
17- 30/01/2020	Jéssica Senra	Suspeito de estuprar advogada em Caraíva tem prisão preventiva decretada Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8280486/ >

Fevereiro de 2020

Data	Autor (a)	Título
1- 04/02/2020	Vanderson Nascimento	Grupo de mulheres faz protesto e pede justiça caso de estupro de criança, ocorrido em 2017 Disponível em:

		< https://globoplay.globo.com/v/8293519/ >
2- 04/02/2020	Jéssica Senra	Justiça decreta a prisão do suspeito de matar empresária em Vera Cruz Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8293204/ >
3- 05/02/2020	Eduardo Oliveira	Homem é suspeito de esfaquear e abrir cova para a ex-companheira Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8296468/ >
4- 05/02/2020	Táisa Moura	Inquérito sobre caso da advogada estuprada dentro de casa em Caraíva é concluído Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8296417/ >
5- 10/02/2020	Müller Nunes	Homem é preso em flagrante após tentar matar a esposa em Feira de Santana Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8309729/ >
6- 12/02/2020	Luana Assiz	Empresária morta em Vera Cruz é enterrada na cidade de Itaquara Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8315866/ >
7- 13/02/2020	Eduardo Oliveira	Primeira audiência de instrução do caso de feminicídio em Cachoeira acontece nesta quinta Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8319423/ >
8- 17/02/2020	Eduardo Oliveira	Empregada doméstica é assassinada pelo neto da patroa no bairro do Canela, em Salvador Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8328365/ >
9- 18/02/2020	Luana Assiz	Violência: Mulher morta com ácido é enterrada nesta terça, em Paripe Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8332051/ >
10- 26/02/2020	Luana Assiz	Mulher é encontrada morta na praia de Piatã, em Salvador Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8353570/ >
11- 28/02/2020	Naiá Braga	Idoso é acusado de assediar e proferir xingamentos contra mulher em supermercado

		Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8360329/ >
12- 29/02/2020	Felipe Pereira	Mulher é morta a tiros em praça pública na cidade de Ponto Novo, no norte da Bahia Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8362586/ >

Março de 2020

Data	Autor (a)	Título
1- 06/03/2020	Victor Silveira	Mulher é encontrada morta dentro de casa no bairro de Tancredo Neves Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8378386/ >
2- 07/03/2020	Eduardo Oliveira	Adolescente de 13 anos acusa padrasto de abuso sexual; polícia investiga o caso Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8378320/ >
3- 13/03/2020	Não identificado	Violência: Mãe e filha dormem na rua por medo de voltar para casa onde foram agredidas Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8397138/ >
4- 16/03/2020	Andréa Silva	Mulher que dormiu na rua com a filha após sofrer agressão é levada para abrigo Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8402934/ >
5- 17/03/2020	Não identificado	Mãe luta para provar que filha foi vítima de homicídio e não de acidente Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8406151/ >
6- 27/03/2020	Izabella Freitas	Acompanhante de grávida com sintomas de Covid-19 é algemada por desobedecer a polícia Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8439442/ >

Abril de 2020

Data	Autor (a)	Título
-------------	------------------	---------------

	Nenhuma matéria foi apresentada no programa neste mês
--	---

Maio de 2020

Data	Autor (a)	Título
1- 02/05/2020	Ricardo Ishmael	Mulher de 26 anos é morta a tiros na Fonte do Marcelino, na Ilha de Itaparica Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8527084/ >
2- 07/05/2020	Adriana Oliveira	Mulher agredida por passageiros após retirar a máscara em ônibus está internada Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8537463/ >
3- 09/05/2020	Georgina Maynard	Jovem de 21 anos é morta a tiros e família aponta namorado como suspeito do crime Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8542570/ >
4- 18/05/2020	Adriana Oliveira	Violência contra mulher cresce na BA; jovem relata ter sido assediada por motorista de app Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8561220/ >

Junho de 2020

Data	Autor (a)	Título
1- 03/06/2020	Vanderson Nascimento	Após denúncia no BMD, mulheres relatam dificuldade em prestar queixa em delegacia Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8599763/ >
2- 13/06/2020	Davidson Fortunato	Dois bandidos invadem boate e mulher é assassinada na cidade de Jequié Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8624060/ >
3- 20/06/2020	Vanderson Nascimento	Violência contra mulher: moradora de Parapitanga denuncia ex-companheiro por agressão Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8640067/ >

Julho de 2020

Data	Autor (a)	Título
1- 13/07/2020	Joyce Guirra	Filha denuncia presidente da Câmara de Vereadores de Campo Formoso de agressão Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8694198/ >
2- 18/07/2020	Adriana Oliveira	Vídeo mostra momento que mulher é agredida por outra em padaria na Pituba, em Salvador Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8708854/ >
3- 20/07/2020	Victor Silveira	Feminicídio: Mulher é arremessada do 5º andar pelo companheiro Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8712388/ >
4- 29/07/2020	Não identificado	Câmera de segurança mostra médica em elevador pouco antes de cair do 5º andar de prédio Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8735375/ >

Agosto de 2020

Data	Autor (a)	Título
1- 01/08/2020	Thaic Carvalho	Inquérito que investiga a queda de médica é prorrogado por 30 dias Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8743904/ >
2- 13/08/2023	Renan Pinheiro	Mulher cobra aluguel atrasado de inquilino e é espancada Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8774494/ >
3- 20/08/2020	Vanderson Nascimento	Médica que caiu da janela de prédio em Jardim Armação sofre perda de memória recente Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8791569/ >

Setembro de 2020

Data	Autor (a)	Título
1- 03/09/2020	Vanderson Nascimento	Mais da metade dos casos de violência contra a mulher acontecem nas casas das vítimas Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8828551/ >
2- 03/09/2023	Não identificado	Caso Sáttia: Namorado da vítima é indiciado pela polícia por tentativa de homicídio Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8828530/ >
3- 08/09/2020	Victor Silveira	Mulher leva soco no rosto e desmaia após rejeitar cantada, em Salvador Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8840165/ >
4- 17/09/2023	Sérgio Pinheiro	Operação Fariseu: MP-BA cumpre mandado para prender líder religioso acusado de estupro Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8864266/ >
5- 24/09/2020	Ariela Bomfim	Câmera de segurança flagra homem dando pedrada em mulher em Vitória da Conquista Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8883036/ >
6- 25/09/2020	Andréa Silva	Jovem diz que foi estuprada dentro de clínica de obesidade em Camaçari Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8887353/ >

Outubro de 2020

Data	Autor (a)	Título
1- 15/10/2020	Luana Bernardes	Polícia procura homem que agrediu uma mulher com onze socos no meio da rua, em Ilhéus Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8943167/ >
2- 16/10/2020	Patrícia Laís	Polícia procura homem que agrediu uma mulher no meio da rua, em Ilhéus Disponível em:

		< https://globoplay.globo.com/v/8946763/ >
3- 17/10/2023	Thaic Carvalho	Mulher que aparece em vídeo sendo agredida por homem em Ilhéus faz desabafo Disponível: < https://globoplay.globo.com/v/8948813/ >
4- 17/10/2023	Não identificado (Mulher)	Mãe de suspeito de agredir mulher com socos em Ilhéus fala sobre histórico do filho Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8948484/ >
5- 22/10/2023	Patrícia Laís	Homem que agrediu mulher com 11 socos no meio da rua, em Ilhéus, é levado para presídio Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8961660/ >
6- 28/10/2020	Andréa Silva	Policiais resgatam mãe e filhos que eram mantidos em cárcere privado, em Salvador Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8977203/ >
7- 29/10/2020	Andréa Silva	Peritos fazem reconstituição da queda de Sattia Lorena; médica presta depoimento à polícia Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8980072/ >
8- 30/10/2020	Jéssica Senra	Mulher é agredida por policial militar durante abordagem na rua, na cidade de Conde Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8983397/ >
9- 30/10/2020	Izabella Freitas	Polícia Civil conclui inquérito sobre o caso da mulher agredida com socos em Ilhéus Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8983414/ >

Novembro de 2020

Data	Autor (a)	Título
1- 02/11/2020	Juliana Cavalcante	Mulheres são assassinadas nos bairros de São Caetano e São Cristóvão, em Salvador Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/8988998/ >
2- 10/11/2020	Adriana Oliveira	Adolescente de 17 anos morre após ser baleada no bairro de Sussuarana, em Salvador Disponível em:

		< https://globoplay.globo.com/v/9015337/ >
3- 28/11/2020	Andréa Silva	Mulher morre após ser atingida por bala perdida em tiroteio no bairro de Valéria, Salvador Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/9059201/ >

Dezembro de 2020

Data	Autor (a)	Título
1- 01/12/2020	Giana Mattiuzzi	Mãe e bebê são feitos de reféns em casa no bairro de Águas Claras, em Salvador Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/9066207/ >
2- 04/12/2020	Não identificado	Mulher relembra drama após ser assaltada e ficar desacordada na orla de Salvador Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/9075534/ >
3- 04/12/2020	Não identificado	Adolescente fica ferida após ser atacada com substância corrosiva em Feira de Santana Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/9075309/ >
4- 10/12/2020	Jony Torres	Mulher denuncia ter sido agredida por PM dentro de mercado em Salvador Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/9090972/ >
5- 10/12/2020	Adriana Oliveira	Mulher baleada em Salvador tem morte confirmada em hospital, diz coordenador do Samu Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/9090489/ >
6- 11/12/2020	Giana Mattiuzzi	Atraso no início das investigações dificulta andamento de casos de feminicídio Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/9094018/ >
7- 11/12/2020	Raphael Marques	Casal de idosos é encontrado morto em condomínio de luxo em Salvador Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/9093700/ >
8- 11/12/2020	Jéssica Senra	Mulher morta a tiros pelo ex-namorado na Pituba é sepultada em Rio Real Disponível em:

		< https://globoplay.globo.com/v/9093634/ >
9- 12/12/2020	Vanderson Nascimento	Violência contra mulher: jovem de 16 anos é resgatada de cárcere privado em Belo Horizonte Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/9096306/ >
10- 12/12/2020	Vanderson Nascimento	Homem é preso em flagrante após dar facadas na esposa, em Santo Amaro Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/9096283/ >
11- 16/12/2020	Victor Silveira	Modelo baiana é vítima de fraude e tem redes sociais roubada Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/9106134/ >
12- 17/12/2020	Giana Mattiazzi	Mulher consegue medida protetiva para afastar homem desconhecido que a perseguia Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/9109415/ >
13- 21/12/2020	Taísa Moura	Suspeito de matar modelo com golpe 'mata leão' na Paraíba é preso no sul da Bahia Disponível em: < https://globoplay.globo.com/v/9119113/ >

APÊNDICE B – REPORTAGENS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER –
JANEIRO DE 2020

Reportagem 1

Título da reportagem: Femicídio - Homem é procurado por suspeita de matar uma ex-companheira em Camaçari

Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8206975/>

Duração: 01:31

Data de exibição: 02 01 2020 Autor ((a) da matéria: Jéssica Senra

Formato da matéria: Nota coberta apresentada por Jéssica Senra

Nome: Adriele Souza Ribeiro

Idade: 21 anos

Crime: Femicídio

Profissão: --

A vítima era branca, preta, parda, amarela ou indígena? Preta

Onde ocorreu o crime? Região Metropolitana de Salvador - Camaçari

Local: --

Qual foi a motivação para o crime: --

Quem praticou o crime? O companheiro

A foto da vítima foi exibida na matéria? Sim

A foto do companheiro/ suspeito foi exibida na matéria? Sim

A profissão do companheiro/suspeito foi mencionada? Não

Quais foram as fontes mencionadas na matéria? Familiares

Transcrição da matéria

E uma jovem, mais uma jovem morta ontem no bairro Parque Verde 1, Camaçari, região metropolitana de Salvador. Adriele Souza Ribeiro, tinha 21 anos de idade apenas, minha gente. O suspeito do crime é o companheiro dela Vinícius Moraes Oliveira, ele está sendo procurado. Adriele tinha uma filha de três anos. Segundo a delegacia de homicídios que investiga o caso, familiares informaram que Adriele sofria agressões de Vinícius, mas nunca tinha procurado a polícia.

Vou dizer uma coisa, viu minha gente, é muito triste que a gente noticia cada semana pelo menos um feminicídio aqui na Bahia, viu? É triste que os homens continuem matando as mulheres. A gente precisa educar os meninos de outra forma, a gente precisa educar meninos que não sejam machistas e a gente precisa falar também sobre isso com os jovens, com os homens também, isso não é assunto só de mulher. A gente tem uma tendência a falar para as mulheres sobre relacionamentos abusivos, né. A gente tem uma tendência a ensinar a identificar os sinais de violência e machismo desde o início da relação. Isso é muito importante, nós mulheres precisamos mesmo aprender aí a não entrar em relacionamentos com homens que possam ser potenciais agressores, potenciais assassinos, e eles demonstram isso rapidamente, viu? No início do relacionamento, mas muito mais importante do que ensinar as mulheres a não ser vítimas, é importante ensinar homens a não serem agressores, é importante ensinar homens a entender seus sentimentos, a controlar suas reações, a canalizar suas frustrações. Então para esse ano de

2020 aí, eu desejo a todos nós que a gente se torne seres humanos melhores, menos machistas, mais respeitosos com a vida do outro.

Reportagem 2

Título da reportagem: Homem invade mercado atirando, baleia mulher e mata criança de cinco anos em Uauá

Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8210368/>

Duração: 02:04

Data de exibição: 03 01 2020

Autor (a) da matéria: Joyce Guirra

Formato da matéria: Reportagem

Nome 1: Daniela Matos dos Santos

Nome 2: Thayane Alves da Silva

Idade: A idade da primeira vítima não foi mencionada. A idade da segunda vítima - 5 anos

Crime: Tentativa de feminicídio envolvendo uma mulher e uma criança

Profissão: Trabalhava em um supermercado

A vítima era branca, preta, parda, amarela ou indígena? Daniela/ cor parda

Onde ocorreu o crime? Região norte da Bahia - Uauá

Local: Supermercado

Quem praticou o crime? Um homem

Qual a motivação para o crime? A vítima recusou o interesse amoroso do suspeito

A foto da vítima foi exibida na matéria? Sim

A foto do companheiro/suspeito foi exibida na matéria? Não

A profissão do companheiro/suspeito foi mencionada na matéria? Não

Quais foram as fontes mencionadas na matéria? Hospital Municipal de Uauá familiares e polícia

Transcrição da matéria

- Apresentadora Jéssica - Olha, um homem entrou atirando num mercadinho em Uauá, região norte da Bahia, a gente vai para lá agora. Uma mulher e uma criança de 5 anos foram baleadas. Joyce Guirra vai trazer detalhes para nós. Joyce, sabe o estado de saúde dessas duas vítimas e o que que aconteceu? Boa tarde.

- Repórter Joyce Guirra- Boa tarde Jéssica. Boa tarde a todos. Olha Jéssica, o caso aconteceu hoje de manhã por volta de 9:30 lá em Uauá, como você disse, um homem chegou numa moto, entrou num supermercado atirando numa moça que trabalha nesse supermercado e os disparos acabaram atingindo uma criança de apenas cinco anos. A moça é a Daniela Matos dos Santos, ela foi atingida por cinco disparos e foi levada para o Hospital Municipal de Uauá encaminhada para o hospital de traumas aqui na cidade vizinha de Petrolina, mas não temos informações sobre o estado de saúde dela. A criança de nome Thayane Alves da Silva que também estava no supermercado fazendo compras com a mãe não tem qualquer relação com o suspeito. Ela foi levada para o Hospital Municipal de Uauá, mas não resistiu aos ferimentos e acabou morrendo. O suspeito é Naelson Dias França, ele fugiu do local, na fuga

acabou trocando tiros com a polícia, foi baleado e morreu. A polícia está investigando o caso, não se sabe aí, qual a relação de Daniela com Naelson, mas o que os moradores da comunidade dizem é que ele tinha um interesse amoroso por ela, mas ela não queria se relacionar com ele e essa teria sido aí a motivação desse crime tão cruel, né? Que deixou toda comunidade muito perplexa né e apavorada. A gente vai continuar acompanhando essa tragédia lá e a qualquer momento volta com outras informações, Jéssica.

- Apresentadora Jéssica - Brigada Joyce pelas informações. Que terrível, então uma criança de 5 anos, um homem, né, o suspeito morto, uma jovem ferida, porque não queria se relacionar com esse homem, com razão, né? Ela não queria se relacionar. Então quer dizer, não quer se relacionar, matou você, eu tiro a sua vida. É assim, já, já a gente volta aí, ao longo da nossa programação a gente pode voltar a falar sobre este assunto, a gente segue acompanhando.

Reportagem 3

Título da reportagem: Polícia investiga desaparecimento de bebê após morte da mãe em Eunápolis

Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8214680/>

Duração: 02:02

Data de exibição: 06 01 2020

Autor (a) da matéria: Jhonatas Trindade

Formato da matéria: Nota coberta

Nome: Sílvia Letícia Araújo Queiroz

Idade: --

Crime: Assassinato

Profissão: --

A vítima era branca, preta, parda, amarela ou indígena? Preta

Onde ocorreu o crime? Eunápolis

Local: Em casa

Qual foi a motivação para o crime: Vingança ou retaliação

Quem praticou o crime? Há duas hipóteses: o pai da criança como mandante do crime ou algum inimigo do pai da criança como mandante do crime.

A foto da vítima foi exibida na matéria? Sim

A foto do companheiro/ suspeito foi exibida na matéria? Não

A profissão do companheiro/suspeito foi mencionada? Não

Quais foram as fontes mencionadas na matéria? Moradores, a polícia e o Departamento de Polícia Técnica do Estado da Bahia (DPT)

Transcrição da Matéria

– Apresentadora Jéssica - E olha, uma mulher foi encontrada morta, o bebê dela de 2 meses desapareceu, o ex-companheiro é o suspeito de ter mandado matar essa mulher. Vamos conversar com Jhonatas Trindade sobre este assunto, saber se a polícia tem alguma pista desse suspeito. Boa tarde Jhonatas.

- Repórter Jhonatas Trindade- Boa tarde para você, Jéssica. Boa tarde a todos. A polícia está fazendo buscas, ouvindo testemunhas para ver se encontra o autor do crime. Esse caso aconteceu na noite de sábado lá em Eunápolis. A polícia recebeu informações, a moradores vizinhos ligaram para polícia informando que na casa onde foi encontrado então a mulher morta estava vindo um cheiro muito forte, quando a polícia chegou lá encontrou Sílvia Letícia Araújo Queiroz já morta com sinais de violências. O corpo dela foi levado para o DPT de Eunápolis. Uma outra informação é que um bebê recém-nascido que estava com ela nessa casa, ele está desaparecido. Até agora não foi encontrado. E o corpo como foi levado para o DPT, é de lá que vai vir a resposta de quando ela morreu. Não tem, a gente não tem essa informação e também quais são as causas dessa morte. A polícia então tenta descobrir isso, alguns moradores informaram para nós em apuração lá no local para nossa equipe que ela teria sido vista pela última vez também com o bebê por volta em torno de 3 dias antes do crime que aconteceu no sábado e a polícia entre as várias teses e hipóteses de investigação, eles acreditam que o pai do bebê o Jerry Adriani de Jesus Rocha, ele que está preso por tráfico de drogas no conjunto penal de Eunápolis, eles acreditam que ele seja o mandante desse crime. Uma outra hipótese, uma outra linha de investigação, é que algum inimigo do pai da criança possa então ser também o mandante desse crime. Até agora a polícia está seguindo com as investigações. Eu volto com você, Jéssica.

-Apresentadora Jéssica - brigada Jhonatas.

Reportagem 4

Título da reportagem: Femicídio: Polícia procura por homem suspeito de ter espancado a mulher até a morte

Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8218081/>

Duração: 08:41s

Data de exibição: 07 01 2020

Autor (a) da matéria: Andréa Silva

Formato da matéria: Reportagem + entrada ao vivo

Nome: Renata Caroline Paiva

Idade: 29 anos

Crime: Femicídio

Profissão: Atendente de caixa

A vítima era branca, preta, parda, amarela ou indígena? Preta

Onde ocorreu o crime? Em casa

Local: Uruguai, bairro de Salvador

Qual foi a motivação para o crime? Rejeição

Quem praticou o crime? O companheiro

A foto da vítima foi exibida na matéria? Sim

A foto do companheiro/ suspeito foi exibida na matéria? Sim

A profissão do companheiro/suspeito foi mencionada? Não

Quais foram as fontes mencionadas na matéria? Familiares e a Polícia

Transcrição da matéria

- Apresentadora Jéssica- Primeira segunda-feira do ano a gente traz um assunto que infelizmente é uma ferida na nossa sociedade que é o feminicídio. Hoje a gente vai relembrar três casos recentes de mulheres que foram mortas aí por homens que simplesmente não sabem lidar com a rejeição. A repórter Andréa Silva tá na casa dos familiares de Renata Caroline, ela foi espancada pelo próprio marido. Vamos lá conversar com Andréa Silva. Oi Andréa, boa tarde.

- Repórter Andréa Silva- Jéssica Boa tarde. Boa tarde a todos. Sabe que eu tô na porta da casa de dona Kátia, casa dela, é aqui ao lado, tá? Eu tô aqui na porta de uma vizinha porque dona Kátia me disse que desde que enterrou a filha, faz 10 dias exatamente, ela não tá mais morando nessa casa, não consegue mais ficar dentro da casa por causa do medo, por causa da dor e do medo também que ainda ronda esta família. Renata Caroline Paiva, tinha apenas 29 anos, era uma pessoa que trabalhava, trabalhava como caixa numa loja de roupa. Deixa dois filhos e o principal suspeito, suspeito deste assassinato é um homem que conviveu com ela durante 13 anos. Dona Kátia é a mãe, tá aqui, conversou um pouco comigo, tá muito difícil para ela, viu, Jéssica? E a gente imagina a dor de uma mãe que enterra uma filha desse jeito e agora tem 5 netos para criar. Já tinham os outros netos e os dois agora de Renata que ela vai cuidar sozinha. Dona Kátia, eu sei que é difícil pra senhora, mas como é que tá essa questão da investigação? Que que a senhora tem ouvido? Como é que estão as coisas em relação a busca por esse homem que é o principal suspeito?

Dona Kátia - Eu tenho ouvido nada, porque é a polícia disse que tá procurando. Hoje tem 11 dias e nada, nada. Alguém tá dando fuga a ele. Alguém tá guardando ele. Eu peço os policiais, eu peço vocês que tão vindo aqui, tão me ajudando, a pegar ele, porque eu tenho medo das minhas netas, minhas netas estão sofrendo, minhas netas não estão dormindo, não estão comendo...

- Repórter Andréa Silva- A senhora também tá com medo. Por isso que saiu de casa dona Kátia?

-Dona Kátia - Eu saí de casa porque tem muitas coisas aberta aí, buraco que eu não tava tendo condição e nem tenho condição de fechar agora e ele pulava pelo poste, pulava pelo buraco. Então como ele fez isso com a minha filha, ele faz comigo.

- Repórter Andréa Silva- A senhora acha que ele é capaz de voltar aqui? O medo da senhora é esse.

-Dona Kátia- O medo é esse ele voltar. "Ah, tá, foi fácil eu posso voltar". Eu tenho medo do meu filho, dele vir pegar meu filho, achando que meu filho vai fazer alguma coisa, meu filho não vai, que meu filho podia ter feito antes, mas não fez.

- Repórter Andréa Silva- A senhora tava contando para gente que já tinha uma desconfiança dele né. Falava inclusive para Renata. Tinha medo. Ele já tinha agredido ela outra vez?

Dona Kátia - Desde aos 16 anos. Desde os 16 anos, ele vivia agredindo. Vivia em casas e mais casas, se mudando e mais se mudando e eu ia atrás, alguns amigos achava, eu tenho uma vizinha aqui perto que ia mais eu, ela era testemunha. Ela ia mais eu, eu pegava que ele prendia ela, agredia, batia. Eu dizia "Renata, esse rapaz, não presta saia dele", mas ela dizia "ele vai mudar mainha, é que a senhora, a senhora fala demais" dizia que eu falava demais e agora tirou a vida dela. Eu dizia um cado de coisas.

- Repórter Andréa Silva- E para a senhora tá muito difícil. Que a senhora diria assim dona Kátia, um desabafo da senhora em relação às autoridades, né? Porque esse homem está foragido. Houve até uma suspeita de que ele tinha rondado aqui, passado por aqui. Isso é verdade? A senhora viu? Alguém viu e disse para a senhora?

- Dona Kátia - Eu não vi não que eu tô longe, mas as pessoas que viram, pessoas de carro, pessoas de moto viram ele rodando por aqui com uma moto preta. Ele já guardou a moto dele, já arranjou outra moto com o capacete rosa rondando. Ele ronda pela frente da rua e disseram que coisa, então, e isso aí tá me deixando com medo.

- Repórter Andréa Silva- Que a senhora espera é a justiça. Que esse homem seja preso.

Dona Kátia - Eu peço aos policiais justiça, vocês que tem filhos, você que tem uma filha, pelo amor de Deus não deixa isso ficar impune, não deixe pelo amor de Deus. Pega esse rapaz, pega esse rapaz. Porque você Junior ainda não se entregou? Se entregue. Você tirou a vida de Renata, a minha filha, você tirou. Quem tá guardando ele, não faça isso que você tem filha também, tem filho. Cuidado com ele, ele fez isso, ele fez isso com a minha filha.

- Repórter Andréa Silva- Dona Kátia, muito obrigada por dividir com a gente. Eu sei que o momento de muita dor para senhora é um momento difícil, mas a senhora tem ouvido, tem estado aqui ao nosso lado. Acho que é um depoimento importante, um desabafo importante, né, Jéssica e olha não é a única mãe que tá passando por esse sofrimento. Daqui a pouco eu volto para falar de outros dois casos de mulheres que foram brutalmente assassinadas. Casos de feminicídio. Esse homem que ela tá falando aqui, fazendo esse apelo às autoridades, se chama Ubirajara de Santana Júnior, o ex-marido de Renata e principal suspeito desse crime. Daqui a pouco a gente volta a se falar Jéssica.

Apresentadora Jéssica Senra - Brigada Andréa Silva, é porque é típico dos feminicidas, né? A característica principal é a covardia e esse mais ainda, usou a força bruta para matar essa mulher, então faz e se esconde, é um covarde. Que as autoridades encontrem, e que a gente seja intolerante aos feminicídios. Daqui a pouco a gente volta a falar desse assunto

Apresentadora Jéssica Senra- Vamos voltar a falar sobre feminicídio. A gente tá lembrando alguns casos mais recentes, né. Acompanhando de perto. Andréa Silva tem atualização de dois casos de mulheres que foram vítimas aí de homens machista. Um deles, é um dos casos né, o de Édina Alves, morta a facadas pelo ex-namorado na cidade de Camaçari e uma outra vítima que foi morta nesse fim de ano, Alana Beatriz que foi morta pelo ex-companheiro da mãe. Ela tava grávida de 6 meses e o bebê também não resistiu. Andréa que que a polícia diz sobre as investigações desses casos?

Repórter Andréa Silva- Jéssica, a polícia disse que todos esses casos estão em investigação e que os acusados todos estão foragidos, é exatamente essa a informação. Agora pouco conversamos com dona Kátia, ela ainda tá aqui, ela é a mãe de Renata, Renata também foi vítima de feminicídio, Renata Caroline Paiva de 29 anos, deixa dois filhos. O principal suspeito, Ubirajara de Santana Júnior, ex-marido com quem Renata conviveu durante 13 anos, tá foragido.

O primeiro caso desde novembro para cá foi no dia 30 de novembro, foi a morte de Edna Alves de 37 anos, ela foi morta a facadas. Isso foi em Camaçari, ela foi morta pelo namorado, pelo ex-namorado. Já tinha havido um rompimento desse relacionamento e esse homem que foi companheiro de Edna chegou a ser preso em flagrante, mas participou de uma audiência de custódia, houve uma polêmica em relação a: houve flagrante, não houve flagrante. O fato é que ele participou de uma audiência de custódia, foi liberado, mas agora, desde o dia 11 de dezembro, está sendo procurado, porque existe o mandado de prisão preventiva em relação a este homem, mas ele está foragido.

O outro caso foi o de Alana Beatriz, Alana Beatriz tinha apenas 19 anos, estava grávida de um filho, ela estava grávida com 6 meses de gravidez. Esse caso foi no bairro de Pituaçu, aqui em Salvador. Eu estive inclusive com a mãe de Alana, dona Sandra, que sofreu muito com essa situação. Alana Beatriz foi morta a facadas e o principal suspeito, a gente fala suspeito, porque enquanto o caso não for finalizado, não houver julgamento, é assim que a justiça trata. Então esse homem que era o padrasto de Alana esfaqueou esta jovem de acordo com a polícia e também está foragido.

Jéssica, a gente trouxe esses casos hoje para deixar bem claro para todos vocês que acompanham o Bahia Meio Dia, que é o nosso papel e que a gente vai continuar acompanhando todos esses casos até que a justiça seja feita, Jéssica.

Apresentadora Jéssica Senra - Obrigado Andréa, porque afinal de contas sempre digo, lutar contra a violência contra a mulher, é lutar a favor da sociedade. Não é luta só de mulher, porque né, veja, é uma mãe que tá enterrando a filha, né, é um pai que enterra uma filha, um filho que fica sem mãe, né? A gente, para viver numa sociedade de paz, a gente precisa que ela seja de paz para todos, não apenas para homens, para homens e para mulheres, da mesma forma que a gente faz cobranças aqui para melhorias da nossa população, a gente precisa cobrar em favor das mulheres.

Reportagem 5

Título da reportagem: Mãe é morta pelo filho ao tentar separar briga dela com irmã, em Salvador

Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8227772/>

Duração: 0:58

Data de exibição: 10 01 2020

Autor (a) da matéria: Jéssica Senra

Formato da matéria: Nota

Nome: Gisélia da Silva Correia

Idade: 64

Crime: Femicídio

Profissão:

A vítima era branca, preta, parda, amarela ou indígena?

Onde ocorreu o crime? Casa

Local: Rua Silveira Martins, bairro do Cabula, em Salvador

Qual foi a motivação para o crime:

Quem praticou o crime? Filho

A foto da vítima foi exibida na matéria?

A foto do companheiro/ suspeito foi exibida na matéria?

A profissão do companheiro/suspeito foi mencionada?

Quais foram as fontes mencionadas na matéria? Polícia

Transcrição

-Jéssica Senra- Mas eu quero trazer esse outro caso estarrecedor de uma violência que está dentro de casa, de homens praticando violência contra mulheres, e de uma idosa de 64 anos que foi morta pelo filho ao tentar separar uma briga entre ele e a irmã. Quer dizer, o irmão já estava partindo para cima da irmã, a idosa foi lá para separar. Esse crime aconteceu por volta de três horas da tarde de ontem, Rua Silveira Martins, bairro do Cabula, em Salvador. A polícia disse que essa vítima, a Gisélia da Silva Correia, foi morta com uma espécie de serra que ela usava para fazer bolo. O autor do crime, que não teve identidade revelada, foi preso e conduzido para a Central de Flagrantes. Não há informações sobre o motivo da briga entre esses irmãos, mas a gente precisa todos os dias estar falando aqui da necessidade de se respeitar a mulher, porque embora esse suporte do poder público seja importante da polícia, da justiça, a gente precisa trabalhar na prevenção. Isso passa pelo respeito à mulher.

Reportagem 6

Título da reportagem: Quase 150 mulheres têm medidas de proteção em Alagoinhas

Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8227755/>

Duração: 03:12

Data de exibição: 10 01 2020

Autor (a) da matéria: Jhonatas Trindade

Formato da matéria: Reportagem

Nome: Não foi identificada

Idade:

Crime: Violência Doméstica

Profissão:

A vítima era branca, preta, parda, amarela ou indígena?

Onde ocorreu o crime? Em casa

Local:

Qual foi a motivação para o crime:

Quem praticou o crime? O companheiro

A foto da vítima foi exibida na matéria?

A foto do companheiro/ suspeito foi exibida na matéria?

A profissão do companheiro/suspeito foi mencionada?

Quais foram as fontes mencionadas na matéria?

Transcrição

-Apresentadora Jéssica Senra- Olha o número de denúncias de violência contra a mulher registradas em Alagoinhas tem crescido bastante. As mulheres podem estar tomando mais coragem para denunciar desde que a patrulha Maria da Penha começou a atuar na cidade. Em janeiro do ano passado, por exemplo, foram feitos 57 atendimentos. Em dezembro esse número chegou a 174.

-Repórter Jhonatas Trindade- A rotina vinha se tornando insuportável. Essa mulher que preferiu não se identificar disse que sofria com ameaças e agressões constantemente, mas por medo preferia se calar. A questão é que aos poucos a situação foi se agravando e chegou a um ponto que ela não estava conseguindo nem mais dormir.

-Entrevistada não identificada- Durante 14 anos eu fui casada e inicialmente começou o que? As agressões verbais. E aí lhe deixa uma pessoa mesmo oprimida, você se achando a pior pessoa do mundo e depois vem as agressões físicas. E tinha a questão dos meus filhos menores tá sendo criado em um ambiente hostil, é... com tanta agressão, com tanta humilhação. Isso não é ambiente para adulto, quanto mais pra criança.

-Repórter Jhonatas Trindade-Em Alagoinhas, de dois anos para cá, a quantidade de denúncias por parte das mulheres tem crescido depois que a patrulha Maria da Penha passou a atuar aqui na cidade. Atualmente existem 149 mulheres com medidas protetivas em Alagoinhas. Mulheres que se cansaram de sofrer violência doméstica e decidiram denunciar. O número de medidas protetivas concedidas corresponde a cerca de 20% das 854 denúncias que foram feitas à delegacia da mulher de Alagoinhas no ano passado. A patrulha Maria da Penha foi criada em 13 de setembro de 2017. Em Alagoinhas, o órgão responsável é a Guarda Municipal. Por aqui a patrulha começou em 2018, mas foi apenas em 2019 que as ações passaram a ser monitoradas. Até aqui os números mostram que a quantidade de atendimentos tem crescido mês a mês. Em janeiro de 2019, por exemplo, foram 57. Em junho, 119, mais do que o dobro. E só no último mês, de dezembro, foram 174 visitas da patrulha Maria da Penha.

-Renata Fortaleza- Nós temos histórico de várias mulheres que são violentadas há muitos anos, mas elas sempre se perguntavam. Eu vou prestar a queixa e

depois da queixa? Quem vai cuidar de mim? Como é que vai ser feita essa proteção? E aí, com o surgimento da patrulha, elas tomaram coragem.

-Repórter Jhonatas Trindade- A comandante da Guarda Municipal de Alagoinhas destacou ainda que dessas 149 mulheres com medidas protetivas, em apenas um caso, houve reincidência de agressão.

-Renata Fortaleza- Essa mulher, ela termina confiando nesse agressor. E como nesse caso, ela terminou abrindo a porta para esse agressor, o que foge o nosso controle. A gente continua assistindo essa mulher, mas foge o nosso controle a partir do momento que ela confia no agressor.

-Repórter Jhonatas Trindade- E se você sofre violência doméstica e continua calada, é bom ouvir esse conselho.

-Entrevistada não identificada- Não tenham medo de abrir a boca e decretar que elas precisam ser felizes, que ficar caladas, elas estão se matando e pode futuramente acontecer um feminicídio.

Reportagem 7

Título da reportagem: Delegada pede prisão preventiva de suspeito de estuprar turista em Itapuã

Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8229051/>

Duração: 1:08

Data de exibição: 11 01 2020

Autor (a) da matéria: Thaic Carvalho

Formato da matéria: Nota

Nome: Não identificada

Idade: --

Crime: Estupro

Profissão: --

A vítima era branca, preta, parda, amarela ou indígena? --

Onde ocorreu o crime? Praia de Itapuã

Local: Salvador

Qual foi a motivação para o crime:

Quem praticou o crime? Um homem

A foto da vítima foi exibida na matéria? Não

A foto do companheiro/ suspeito foi exibida na matéria? Sim

A profissão do companheiro/suspeito foi mencionada? --

Quais foram as fontes mencionadas na matéria? Polícia Militar da Bahia

Transcrição

-Apresentadora Thaic Carvalho- Olha, a delegada Marita Souza pediu à Justiça a prisão temporária do suspeito de ter estuprado uma jovem do Piauí em Itapuã, na última terça-feira, a gente falou desse assunto. O suspeito se apresentou junto com o advogado ontem pela manhã na delegacia de proteção ao turista, onde prestou depoimento e depois foi liberado. Imagens de câmeras

de segurança ajudaram nessa identificação. E ainda sobre esse caso, ontem nós conversamos ao vivo aqui no Bahia Meio-Dia com o tenente coronel da PM, Eurico Filho. Em entrevista, ele disse que as vítimas se colocaram em risco quando decidiram ir para as praias às 7h30 da noite. No final do dia, o comando-geral da Polícia Militar da Bahia informou, por meio de uma nota, que as declarações do comandante da 15ª Companhia de Polícia estão sendo tratadas internamente e ressaltou que, em nenhuma circunstância, a vítima deve ser culpabilizada. O tenente coronel Eurico Filho também, por meio de nota, pediu desculpas pelas declarações. Disse ter sido mal interpretado e destacou que nunca defendeu a culpabilização de nenhuma vítima.

Reportagem 8

Título da reportagem: Mulher afirma ter sido agredida por médica no hospital de Jaguarari

Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8246852/>

Duração: 2:50

Data de exibição: 18 01 2020

Autor (a) da matéria: Felipe Pereira

Formato da matéria: Notícia, entrada ao vivo

Nome: Adriana Cristina Xavier

Idade: --

Crime: Agressão

Profissão: --

A vítima era branca, preta, parda, amarela ou indígena? Branca

Onde ocorreu o crime? Jaguarari

Local: Hospital

Qual foi a motivação para o crime: --

Quem praticou o crime? Uma Médica

A foto da vítima foi exibida na matéria? Sim

A foto do companheiro/ suspeito foi exibida na matéria? Não

A profissão do companheiro/suspeito foi mencionada? Médica

Quais foram as fontes mencionadas na matéria? Vítima e Prefeitura de Jaguarari

Transcrição

-Apresentadora Thaís Carvalho- Agora eu vou mostrar uma denúncia que veio de Jaguarari, uma mulher que diz ter sido agredida por uma médica em um hospital quando buscava atendimento para a filha. Vamos ver o vídeo.

-Vídeo, Adriana Cristina Xavier- Eu tô aqui no hospital regional da cidade de Jaguarari. A doutora...

-Apresentadora Thaís Carvalho- Jaguarari fica na região de Juazeiro, no norte do estado. É pra lá que a gente vai agora ao vivo, conversar com o nosso colega, o repórter Felipe Pereira, pra explicar melhor pra gente essa história. A gente viu aí, Felipe, um vídeo bem curtinho. Explica pra gente como é que foi essa denúncia, o que aconteceu nessa agressão. Boa tarde pra você.

-Repórter Felipe Pereira- Boa tarde, Thaí, e todo mundo que acompanha o Bahia Meio Dia. O vídeo é curtinho, mas essas imagens impressionam e ao mesmo tempo deixam muita gente indignada, né? Não é esse tipo de atendimento que a gente espera receber numa unidade de saúde. Essa mãe aí, identificada como Adriana Cristina Xavier, ela tinha ido ao hospital de Jaguarari buscar atendimento pra filha dela, que caiu de uma rede e tava se queixando de dores e também apresentava febre. Aí depois de esperar mais de uma hora pelo atendimento, ela resolveu questionar a equipe de plantão pra saber quando esse atendimento seria feito. A médica de plantão tava na recepção e aí respondeu pra mãe que esse atendimento não seria feito naquele momento. Aí a mãe perguntou, né? Quando é que esse atendimento vai ser feito? Aí a médica disse que o atendimento não ia ser mais feito. Foi nesse momento que a mãe, a Ana Cristina, né? Adriana Cristina, pegou o celular e começou a gravar esse vídeo que a gente viu aí, né? Com essas imagens terríveis. E nesse momento, como as imagens mostram, a médica foi pra cima dela, começou a agredir. A gente vê também umas imagens nas fotos, o braço dela cheio de arranhões, enfim, né? Tudo isso daí dentro de um hospital. Aí o que aconteceu? Segundo informações da Adriana, a médica ainda pegou o telefone, jogou no chão, levou pra uma sala e a polícia precisou ser acionada pra ela ter o telefone de volta. E o atendimento só conseguiu ser feito na UPA de Senhor do Bonfim, que é uma cidade vizinha ali a Jaguarari. De acordo ainda com a Adriana, só na delegacia ela encontrou ainda uma outra pessoa, prestando a queixa aí também contra a médica. A prefeitura de Jaguarari disse que vai apurar o caso e aplicar as punições devidas a depender desse resultado. A polícia civil também investiga esse caso, Thaí.

-Apresentadora Thaí Carvalho- Obrigada, viu, Felipe? Que história triste, né? A atitude de qualquer mãe questionar atendimento pra filha e a gente vê aí uma médica... Tomara que a prefeitura de Jaguarari apure o caso, a polícia também e que a justiça seja feita.

Reportagem 9

Título da reportagem: Influenciadora digital é vítima de agressão por namorado após a festa do Senhor do Bonfim

Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8250459/>

Duração: 4:58

Data de exibição: 20 01 2020

Autor (a) da matéria: Não identificado

Formato da matéria: Reportagem

Nome: Anne Sampaio

Idade:25

Crime: Agressão física

Profissão: Digital Influencer

A vítima era branca, preta, parda, amarela ou indígena? Preta

Onde ocorreu o crime? No carro do agressor

Local: Salvador

Qual foi a motivação para o crime:

Quem praticou o crime? Namorado

A foto da vítima foi exibida na matéria? Sim

A foto do companheiro/ suspeito foi exibida na matéria? Sim
A profissão do companheiro/suspeito foi mencionada? Não
Quais foram as fontes mencionadas na matéria? Vítima

Transcrição

-Apresentadora Jéssica Senra- Trago aqui uma informação que foi divulgada no fim de semana. Uma digital influencer aqui de Salvador acusa o namorado de agressão física. Anne Sampaio tem 25 anos, procurou a delegacia na madrugada de sexta-feira contando que recebeu vários socos quando saía com o namorado da lavagem do Bonfim.

-Repórter- O relacionamento de Anne Sampaio com o Wallace Conceição de Carvalho parecia ser como de um casal apaixonado.

-Anne Sampaio- Eu conheci Wallace através de amigos em comum, festas, uma pessoa muito boa aparentemente. Conheço há uns seis anos aproximadamente, mas começamos a nos relacionar agora e já moramos juntos, aproximadamente dois meses.

-Repórter- Mas pra Anne a relação mudava quando o Wallace bebia.

-Anne Sampaio- Wallace sem beber é uma pessoa totalmente diferente de quando ele bebe. É uma pessoa totalmente diferente, o comportamento dele muda completamente. A primeira vez, na verdade, Wallace tentou me enforçar. Tivemos outras brigas, mas a primeira vez mesmo ele tentou me enforçar. Estávamos sozinhos em casa, eu e ele. Tínhamos chegado de uma festa e ele tentou me enforçar. Eu cheguei a cuspir sangue, cheguei a ficar desmaiada, porque eu sou asmática e passei mal.

-Repórter- Este vídeo foi gravado por Anne na noite da última quinta-feira, depois de ser mais uma vez agredida. As fotos tiradas momentos depois da agressão impressionam pela quantidade de hematomas.

-Anne Sampaio- Depois da lavagem do Bonfim, fomos buscar um carro na liberdade, outros amigos nossos que estavam, como o carro estava cheio, estava no colo dele. E aconteceu que fizemos uma brincadeira entre amigos dentro do carro e ele acabou me dando um tapa na lateral do meu rosto. Eu estava no colo dele, ele me deu um tapa e aí ele continuou me agredindo. Ele veio para cima de mim, me pegou pelo cabelo, me deu vários socos no rosto, na testa, tanto que as fotos que vocês irão ver. Eu estou com vários hematomas na cabeça que o médico... Eu tive que ir para a UPA que eu estava com fortes dores e o médico me aconselhou a passar por um cirurgião geral com urgência.

-Repórter- O caso foi registrado na delegacia da mulher no bairro de Brotas. O advogado da Digital Influencer conta que a justiça determinou uma medida protetiva para que Wallace deixasse a casa do casal, mas a decisão judicial não teria sido cumprida.

-Gabriel Bomfim- A medida protetiva ela levou em consideração o alto grau de agressividade do ofensor, que mesmo depois de dar mais de 10 socos e deixar completamente lesionada, ele, mesmo nos amigos tirando ela do carro, ainda tentou ir atrás dela para agredi-la. Não foi cumprido a saída dele da residência com os pertences pessoais documentos e também não foi entregue os pertences pessoais da creche, o que mostra a abusividade pós a agressão.

-Repórter- Os machucados no corpo de Anne estão melhorando. O olho está menos inchado, mas quando eu pergunto como ela se sente com a situação, as lágrimas antecipam a resposta.

-Anne Sampaio- Me sinto envergonhada, sabe? Porque eu jamais imaginaria que eu tivesse passando na televisão dessa forma.

-Apresentadora Jéssica Senra- A gente tentou o contato com o Wallace, não conseguimos, mas os microfones estão à disposição. Veja o sentimento dela, né, de vergonha. A violência doméstica atinge mulheres de todas as classes sociais. A gente teve uma redução nos últimos anos, principalmente entre mulheres brancas de classe social mais elevada, provavelmente por causa dessa maior conscientização e por maior possibilidade financeira de deixar o agressor. Só que a gente ainda precisa trabalhar muito entre as mulheres negras, as mais pobres, que são mais vulneráveis. Agora a gente vê que as mulheres estão tomando coragem de denunciar. Essa violência, antes ficava escondida justamente por essa vergonha de assumir que foram vítimas. Também graças à conscientização e uma lei que nos protege um pouco mais, a gente está entendendo as razões dessas agressões que estão relacionadas ao machismo. A gente está entendendo que a culpa é do agressor, que é ele quem deve ser responsabilizado. A gente está deixando de culpar as vítimas, a gente está tomando coragem, já nas primeiras agressões, para não deixar a violência chegar até o feminicídio. A gente está criando rede de solidariedade entre mulheres, nos apoiando. Agressores estão sendo expostos, e que paguem pelo que fazem, a depender da atitude pessoal, que aí cabe a cada um, de repente muda em comportamentos. A gente não tolera mais homem agressor, a gente não tolera mais violência contra mulher, que a gente consiga expandir essa consciência para todas as mulheres, de todas as classes sociais e para todos os homens também. É muito importante que a gente exerça esse papel educacional, inclusive na televisão, que utilize as redes sociais, porque tem muita gente precisando aí melhorar, expandir a sua mente, se conscientizar do respeito que é importante.

Reportagem 10

Título da reportagem: Bandidos matam homem e estupram duas mulheres em Vera Cruz, na Ilha de Itaparica

Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8253392/>

Duração: 12:31

Data de exibição: 21 01 2020

Autor (a) da matéria: Victor Silveira

Formato da matéria: Reportagem + cobertura ao vivo

Nome: --

Idade: --

Crime: Estupro de 4 mulheres e assassinato de um homem

Profissão:

A vítima era branca, preta, parda, amarela ou indígena?

Onde ocorreu o crime? Na casa das vítimas

Local: Salvador

Qual foi a motivação para o crime: Não foi identificado

Quem praticou o crime? Um grupo de homens ou policiais

A foto da vítima foi exibida na matéria? Não

A foto do companheiro/ suspeito foi exibida na matéria?

A profissão do companheiro/suspeito foi mencionada?

Quais foram as fontes mencionadas na matéria? Vítimas e vizinhos

Transcrição

-Apresentadora Jéssica Senra- É porque a polícia está investigando um crime terrível, a morte de um homem, estupro de duas mulheres, em Veracruz, Ilha de Itaparica. Esses crimes aconteceram na madrugada da última sexta-feira. Homens encapuzados invadiram vários imóveis e espancaram, levaram tudo da casa das vítimas. Quem está lá na ilha que vai contar esse caso para a gente é o repórter Victor Silveira. Oi Vitor, boa tarde.

-Repórter Victor Silveira- Oi Jéssica, muito boa tarde para você, boa tarde a todos. Realmente aqui a ilha de Vera Cruz está completamente... o município de Veracruz está assustado com o que aconteceu. Estou aqui na rua Costa e Silva, você pode perceber que a rua está deserta. Aqui é uma rua residencial, as pessoas que moram por aqui, moram aqui há 20, 30 anos e está todo mundo assustado pelo que aconteceu. O seguinte, foi na madrugada, de quinta para sexta-feira, as vítimas tinham voltado da lavagem do Bonfim em Salvador, pegaram o Ferry das 9 horas da noite, vieram para cá, pra casa. E aí no meio da madrugada, por volta das 3 horas, eles contam que apareceram aqui dois carros com cerca de 6 homens. Eles invadiram mais de 4 casas, a ação começou em outro bairro, depois eles vieram para cá, atrás de um rapaz chamado Caio e aí invadiram várias casas. Daqui a pouco eu vou mostrar para vocês ao vivo essa casa daqui uma das casas que foi invadida. A casa está totalmente revirada, eles levaram televisão, quebraram guarda-roupa e aí acabaram estuprando duas mulheres... tiveram outras duas mulheres que também foram violentadas e um rapaz de 24 anos foi morto aqui no meio da rua. Daqui a pouco eu volto para trazer mais detalhes.

-Apresentadora Jéssica Senra- Obrigada, Vitor Silveira, que barbaridade, viu? Daqui a pouco a gente traz mais informações aí, sobre esse caso terrível da ilha de Itaparica. Vou chamar Vitor Silveira, que está por lá pela ilha e vai trazer mais informações para nós. Foi em Vera Cruz, Vitor Silveira, que aconteceu essa barbaridade. Para quem acabou de entrar, quem chegou depois da sua primeira participação, relembra o que aconteceu, por favor.

-Repórter Victor Silveira- É, Jéssica, como você falou, estão todos estarecidos por aqui, a gente está aqui na Rua Costa e Silva, a rua está assim durante todo dia, deserta, porque os moradores estão com medo inclusive que volte a

acontecer. Foi na madrugada de quinta para sexta-feira, a ação teria começado na localidade chamada Marcelino, no bairro de Urbes e depois eles desceram aqui para a Rua Costa e Silva, onde arrombaram quatro casas. Adriano de Jesus, de 24 anos, acabou sendo morto, ele estava dormindo na casa da namorada, junto com a namorada e aí, segundo as testemunhas, os moradores daqui, chegaram dois carros por volta das três horas da manhã, onde desceram cerca de seis homens, encapuzados, completamente cobertos e aí entraram nas casas, invadindo as casas. Adriano foi tirado de casa, segundo essas testemunhas, arrastado aqui e quando chegou aqui, foi colocado sentado aqui na porta dessa casa e recebeu um tiro onde ele morreu aqui mesmo. Aqui na porta tem inclusive a marca do tiro, tá vendo? Aqui, esse buraco aqui. E aí, não satisfeitos, os rapazes que estavam encapuzados entraram nas casas, roubaram as casas e violentaram quatro mulheres, estupraram uma. Daqui a pouco vocês vão ver de casa o depoimento de uma das mulheres que foi estuprada, que é a namorada de Adriano, que foi morto. Ela tem 23 anos e foi estuprada por cerca de três homens. Eu vou entrar aqui agora na casa onde morava a irmã de Adriano. Olha só, a casa tá completamente revirada. Mas agora a gente vai ver a entrevista que eu fiz com a mãe delas duas, das duas meninas que foram estupradas pelos homens na madrugada de quinta-feira. Vamos acompanhar.

-Mãe das Vítimas- Aquela noite foi de terror, de pânico, primeiro entraram nessa casa, pegaram minha filha, trancaram no banheiro. Ela dormindo com os dois filhinhos dela aqui, e ele dizia, eu não grite, se você gritar vou te matar. Me sentei, disse, tô passando mal, tô passando mal, tô passando mal, cala a boca, desgraça. Aí quando eu olhei, ele tinha levado minha filha pro quarto, a minha caçula, que ela é muito bonita, ela é linda, aí levou pro quarto e eu vi fazendo aquele sinal obsceno nela, muita coisa aqui, muita coisa mesmo, muita coisa, e pegou, fez eu descer, desce, desce, desgraça, não vou te matar, ou então vou te empurrar da escada. Aí eu peguei, desci, e eles ficaram lá abusando da minha filha, um atrás do outro, subia um, subia outro, subia um. Tanto que eles não levaram nem o minha da televisão, levaram a televisão daqui que eu comprei pra meus netos, que eu trabalho, entendeu? Aí levaram até as fraldas de meu neto, tudo, eles levaram, que isso é supérfluo. Só queria que ele deixasse a vida de um inocente, só de um menino que não tinha nada a ver, que não entrava em nada, que morreu aqui. Primeiro fazendo arrastão desde uma casa de lá, só não matou o menino de um rapaz lá em cima, porque a mulher grávida se jogou em cima, mas ele abusou dessa mina também. Teve outra mina também que só fez tirar a roupa e tomar o celular e foi embora.

-Repórter Victor Silveira- Você vê aí o desespero dessa mãe, né? Quando ela fala que eles quase estupraram a menina lá em cima, é nessa localidade de Marcelino, que fica no Urbes, lá eles teriam invadido quatro casas, e aqui invadiram mais quatro, inclusive essa, onde morava uma das mulheres que eles abusaram também. Olha só, quando ela fala da TV que levaram, a TV ficava aqui, ó, nessa raque, tá vendo? E foi levada à TV, eles quebraram também máquina de lavar, ela estava dormindo nesse quarto aqui. Opa, o quarto está trancado agora. Ela estava dormindo nesse quarto, foi tirada do quarto, trazida aqui pra trás, enquanto os dois filhos dela assistiam tudo, um de 11 anos e outro de 11 meses. Agora a gente vai acompanhar o que é que contou pra gente uma vizinha que assistiu tudo da janela de casa.

- Vizinha das vítimas- Tudo isso foi um filme de terror que eu passei. E todos armados aí, eu vi que eles, pela greta da janela, eles arrombaram o cadeado da vizinha, eles arrombaram o cadeado com aquele alicate de pressão.

-Repórter Victor Silveira- Você viu o momento que o Adriano foi morto aqui na frente?

- Vizinha das vítimas- Eu vi, foi um momento tão difícil, assim pra mim, porque ele pediu pra não morrer, ele pediu, ele pediu muito, pediu pelo amor de Deus, não me mate, não me mate, mas primeiro eles ficaram, eles ficaram andando com ele, sabe, fazendo ele assim, tipo assim, sabe, de boneco. Andavam pro lado, andavam pro outro, tinha o mesmo que apontava várias vezes a arma pra ele. Um ficou com ele, apontando a arma pra ele, e aí o outro veio já com a escopeta, aí fez assim... Elimina? Aí perguntou pro rapaz do lado. Elimina? Ele disse... Elimina, quando ele deu, deu uma só.

-Repórter Victor Silveira- Vocês viram aí o depoimento de uma moradora aqui da rua Costa e Silva, que acompanhou tudo pela janela, pela fresta da janela. Agora, a gente vai acompanhar o depoimento emocionante da irmã de Adriano. Adriano, ele trabalhava como mototaxista, trabalhava aqui mesmo no bairro da Gameleira e foi enterrado no sábado. Vamos acompanhar agora, ele era irmão, tinha mais nove irmãos, e eu conversei com uma das irmãs dele.

Irmã de Adriano- Trabalhador, trabalhava de moto taxi, com os irmãos, quando não tava trabalhando de moto taxi, ele trabalhava de ajudante, nunca se envolveu. O único hobby dele era sair com os irmãos, com os amigos, beber, gostar de mulher, isso não é errado.

-Repórter Victor Silveira- E sua mãe, como é que tá?

- Irmã de Adriano- Mal. Minha mãe não come, minha mãe não dorme, minha mãe só vegeta, só bebe água. É a única coisa que fica no estômago dela, só água, mais nada. Ele tem a casinha dele lá, onde a gente mora, ele tem a casinha dele que bateu laje há pouco tempo, e ele pensava em terminar, ele falou até com a gente que ele ia terminar de construir a casa dele. Para passar a morar lá, porque ele não queria ficar aqui.

-Repórter Victor Silveira- Os moradores estão assustadíssimos, Adriano era muito querido aqui por todos, inclusive ele deixa uma filha de sete anos. Agora, daqui a pouquinho eu volto para contar mais detalhes sobre esse caso, inclusive para a gente assistir a entrevista de uma das vítimas, a mulher de Adriano, que foi estuprada por cerca de três homens.

-Apresentadora Jéssica Senra- Obrigada, Vitor. Eu não sei nem o que dizer, esse nível de violência é inaceitável, o terrorismo que fizeram com esse menino antes de matá-lo, o que fizeram com as mulheres, eu não consigo nem falar aqui. Infelizmente, uma das notícias mais fortes de hoje é essa situação da gameleira, e Vitor Silveira está acompanhando, está trazendo mais detalhes para nós. Vitor, é com você.

-Repórter Victor Silveira- Oi, Jéssica, a gente continua aqui onde tudo aconteceu na rua Costa e Silva, onde quatro mulheres foram violentadas sexualmente, uma foi estuprada e um rapaz que era o namorado dessa que foi estuprada foi morto com um tiro aqui no meio da rua. Bom, ele estava dormindo, o Adriano de Jesus, de 24 anos, estava dormindo com a namorada de 23 anos, eles namoravam há três anos, estavam dormindo aqui, que é a

casa dela. E aí, de acordo com as testemunhas que a gente ouviu, inclusive agora aqui uma vizinha contando, cerca de seis homens chegaram por aqui em dois carros, invadiram quatro casas aqui nesta região, já tinham invadido outras quatro lá na região da Urbis, na localidade de Marcelino, inclusive a casa que a gente mostrou aqui foi invadida, depois eles entraram aqui, invadiram a casa e aí estupraram essa menina que era a namorada de Adriano, que acabou sendo morto. Agora a gente vai ver, eu consegui conversar com ela, ela já não está mais aqui, saiu com medo, ela e a irmã que também foi violentada sexualmente. Ela não está por aqui com medo, então eu consegui conversar com ela através de uma chamada de vídeo, vamos acompanhar.

-Uma das vítimas- A gente estava na sala, dormindo. A gente tinha chegado da festa. A gente tava dormindo na sala, a gente não ouviu quando eles arrombaram o portão, a gente não ouviu.

-Repórter Victor Silveira- Adriano trabalhava com o quê? Ele tinha alguma briga, algum desentendimento?

-Uma das vítimas-Trabalhava... Ele rodava mototaxi. Era bem conhecido aí na ilha, bem conhecido. Um menino bom... Motivo não teve nenhum, eles mataram porque eles quiseram. Ele pediu tanto, chorou tanto, pediu tanto pra não morrer... Eles atiraram porque eles quiseram. Porque eles sabiam que Adriano não era quem eles estavam procurando. Eles chegaram lá procurando por um Caio. E aí começaram a roubar tudo dentro de casa, a mexer tudo dentro de casa, roubaram tudo, levaram tudo...

-Repórter Victor Silveira- E aí fizeram a violência sexual com você, com sua prima, com sua irmã, como é que foi?

-Uma das vítimas- Foi comigo, foi comigo, três homens não, três policiais. Chegou de preto, encapuzado, dizendo que era polícia.

-Repórter Victor Silveira- E como você tá se sentindo? Está com medo de voltar para casa? Como é que está?

Eu não quero mais voltar "praí" não... Minha vida acabou! Eu não tenho mais voltar "praí" ...

-Repórter Victor Silveira- Bom vocês viram aí o depoimento de uma das vítimas, que era a namorada de Adriano, que acabou sendo morto aqui no meio da rua. E ela firma né? Que os rapazes chegaram por aqui, dizendo que eram policiais militares ou policiais, eles não falaram se eram policiais militares ou policiais civis. A corregedoria da Polícia Militar informou para gente, que ainda não recebeu nenhuma denúncia quanto a isso. E que a vigésima quarta delegacia, aqui do município de Vera Cruz está acompanhando o caso. Bom, enquanto a gente estava aqui ao vivo, chegou aqui essa viatura da delegacia de Vera Cruz com alguns investigadores. A Polícia já tinha vindo aqui, agora eles voltaram para tirar algumas fotos, para conversar com alguns moradores. Se vê né Jéssica, em pleno verão, a ilha é lotada de turistas, aconteceu um caso como esse, cerca de quatro mulheres violentadas sexualmente e um rapaz morto aqui no meio da rua. Volto com você.

-Apresentadora Jéssica Senra- Obrigada, Victor. Barbaridade, né? Com esse menino, com essas moças. Eu fico indignada como o corpo da mulher é desrespeitado é invadido, é violentado, essa mensagem de subjugação. Se tem uma coisa que me deixa muito indignada. E que eu não consigo entender, porque até para o bandido a mãe é sempre sagrada. Por que não consegue enxergar sacralidade, esse corpo da mulher como intocável? Não, eles vão lá e subjagam umas mulheres. E a gente aqui se revolta. Espero que a polícia dê

uma resposta. Aqui em Antônio, inclusive, está pedindo a mesma coisa. As autoridades têm que dar uma resposta à altura desse crime na gameleira. É um absurdo! Pois é, aqui Rose diz, quanta violência! Até na ilha, até quando vamos ter que conviver com isso? Obrigada, Rose, por sua...

Reportagem 11

Título da reportagem: Família pede que a polícia investiga caso da mulher que morreu após cair de carro

Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8256394/>

Duração: 3:30

Data de exibição: 22 01 2020

Autor (a) da matéria: Naiá Braga

Formato da matéria: Reportagem

Nome: Rosilene

Idade:

Crime: Femicídio

Profissão: Empregada Doméstica

A vítima era branca, preta, parda, amarela ou indígena? Preta

Onde ocorreu o crime? Na rua

Local:

Qual foi a motivação para o crime: Infidelidade

Quem praticou o crime? Marcos Antônio Damasceno dos Santos/ companheiro

A foto da vítima foi exibida na matéria? Sim

A foto do companheiro/ suspeito foi exibida na matéria?

A profissão do companheiro/suspeito foi mencionada?

Quais foram as fontes mencionadas na matéria? Vizinhos e Polícia Civil

Transcrição

-Apresentadora Jéssica Senra- Minha gente! A família de uma mulher, que morreu depois de cair de um carro em movimento, pede que a polícia investigue a fundo o caso. A vítima chegou a ficar 40 dias internada, infelizmente não resistiu aos ferimentos. Os familiares acreditam que ela tenha sido empurrada para fora do carro pelo companheiro, durante uma discussão, ali na avenida Vasco da Gama, aqui em Salvador. Segundo os parentes, essa mulher era frequentemente agredida pelo companheiro e foi o próprio companheiro quem avisou a família sobre o acidente. Ele disse que ela se jogou do carro, mas a família acha que ele mentiu sobre o que realmente aconteceu.

-Repórter Naiá Braga- Sara é a mais velha dos sete filhos que Dona Rosilene teve. A empregada doméstica morreu na sexta-feira, após passar um mês e oito dias internada. Ela caiu de um carro em movimento no dia 9 de dezembro, quando estava com o companheiro Marcos Antônio Damasceno dos Santos. A filha acredita que o homem é culpado pela morte da mãe.

-Sara Souza- Minha mãe foi, no caso, foi até a ele, na Lapa, aqui na Lapa, e ao chegar lá, ao saber das pessoas que... Ela encontrou, ele com uma outra mulher, né? Mas segundo ele, fala que não, que não foi isso que aconteceu.

Ele não fala também que eles brigaram, que aconteceu no momento, só fala que ela teve um desmaio, ele e um amigo, que esse amigo nunca aparece, ele e um amigo colocou ela no fundo do carro, na parte de trás, e ele não fala também que estava levando pra emergência, depois ele fala pra algumas pessoas que ele realmente a leva ela pra emergência e que ela acordou, do nada, desorientada, abriu a porta do carro e se jogou.

-Repórter Naiá Braga- Rosilene e Marcos estavam juntos há nove anos. Os vizinhos relatam que a vítima era agredida com frequência. Um vídeo registrado por vizinhos, mostra o momento em que Rosilene apanha do companheiro na rua onde morava, no Engenho Velho de Brotas.

-Simone Marques- No final de semana, principalmente, quando os dois estavam bebendo, era muita agressão. Ele já jogou o carro em cima dela, o vizinho tirou, a gente tirou uma vez, ele jogou contra um poste aí na frente, ele já empurrou ela, ficou com o braço quebrado aí. Eu perguntei uma vez se ela queria que prestasse queixa, ela disse que não, que não era pra dar queixa. Porque teve um dia que... Eu acho que ela já tava no limite pra dar queixa dele, mas ela não deixou não.

-Repórter Naiá Braga- Os pertences de dona Rosilene ainda estão espalhados na entrada da casa. Aos poucos, a família tenta reconstruir a vida.

-Sara Souza- Ainda não me caiu a ficha. Se eu disser, como eu falei para minhas amigas, se eu disser que eu sei, o que eu tô sentindo, eu tô mentindo, né? Eu espero que haja justiça, né? Eu espero que a nossa justiça não vire as costas pra isso.

-Apresentadora Jéssica Senra- A gente não conseguiu localizar o companheiro de Rosilene, os parentes da vítima disseram que ele desapareceu depois da morte dela. Procuramos também a polícia civil, eles disseram por meio de nota que o caso está sendo investigado pela delegacia de atendimento à mulher de Brotas, que a delegacia está ouvindo familiares da vítima. Eu peço aí a mulheres que vivem em situações de violência, que não normalizem a violência. Sabemos que muitas mulheres crescem vendo suas mães apanhando, muitos homens crescem vendo seus pais batendo em suas mães, mas que a gente mude esse tipo de comportamento que mulheres não tolerem a partir do primeiro tapa, que deixem os companheiros na primeira violência, porque a tendência é essa, é sempre caminhar para mais violência e morte.

Reportagem 12

Título da reportagem: Homem agride mulher na cabeça com uma garrafa de vidro, no bairro de Itapuã

Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8268830/>

Duração: 0:57

Data de exibição: 27 01 2020

Autor (a) da matéria: Jéssica Senra

Formato da matéria: Nota

Nome: --

Idade: --

Crime: Agressão

Profissão:

A vítima era branca, preta, parda, amarela ou indígena? Preta

Onde ocorreu o crime? Rua

Local: Itapuã, salvador

Qual foi a motivação para o crime: --

Quem praticou o crime? Um homem

A foto da vítima foi exibida na matéria? Sim

A foto do companheiro/ suspeito foi exibida na matéria? Sim

A profissão do companheiro/suspeito foi mencionada? --

Quais foram as fontes mencionadas na matéria? Polícia Militar

Transcrição

-Apresentadora Jéssica Senra- Eu quero mostrar também um outro vídeo, uma outra agressão aqui, olha que deixa a gente indignado. Sabe que toda agressão contra a mulher, ela é covarde por si só, né? É cometida de um homem que geralmente é mais forte, já é por si só covarde. Agora, olha essa cena. Uma agressão por trás com uma garrafa por parte de um homem em cima de uma mulher que tava ali, coitada, desprotegida, tava ali no meio de uma confusão, de uma discussão, olha como esse... Nem vou chamar esse de homem, isso não é homem, isso é um covarde. Esse homem sem camisa vem pelas costas e bate com uma garrafa na cabeça da vítima, ela, coitada, sai correndo, ainda cai mais à frente, ela tenta correr e cai alguns metros depois. A polícia disse que esse caso aconteceu na madrugada de sábado. Não se sabe o que que motivou essa confusão. A PM esteve no local, mas não conseguiu nem localizar esse homem nem a mulher. Não houve ainda o registro desse caso na polícia civil. Uma barbaridade, uma covardia, olha, sem tamanho, um absurdo, um absurdo. Isso aí, me deixou despedaçada no fim de semana a ver essa imagem.

Reportagem 13

Título da reportagem: Homem é acusado de ejacular uma mulher dentro de ônibus em Salvador

Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8268838/>

Duração: 9:55

Data de exibição: 27 01 2020

Autor (a) da matéria: Andrea Silva

Formato da matéria: reportagem ao vivo

Nome: Não identificado

Idade: --

Crime: importunação sexual

Profissão: --

A vítima era branca, preta, parda, amarela ou indígena? Preta

Onde ocorreu o crime? Ônibus

Local: Salvador

Qual foi a motivação para o crime: --

Quem praticou o crime? Milton Ferreira dos Santos

A foto da vítima foi exibida na matéria? Não

A foto do companheiro/ suspeito foi exibida na matéria?
A profissão do companheiro/suspeito foi mencionada?
Quais foram as fontes mencionadas na matéria? Vítima e delegado

Transcrição

-Apresentadora Jéssica Senra- Quero perguntar a você, mulher que me acompanha. Você já foi assediada ou importunada sexualmente no ônibus? É difícil encontrar uma mulher que nunca tenha sido, né? Nesse fim de semana, teve um homem preso em flagrante aqui em Salvador, depois de ejacular em uma passageira. Uma pesquisa que foi realizada no ano passado apontou que 97% das mulheres brasileiras disseram já ter sido vítimas de assédio no meio de transporte. Deixa eu conversar com a Andrea Silva, que ela tem detalhes desse caso mais recente. Oi, Andrea. Boa tarde.

-Repórter Andrea Silva- Oi, Jéssica. Boa tarde a todos. Tem um outro dado também, Jéssica, que é muito importante, que é da nossa Secretaria de Segurança Pública, aqui, o dado revela o seguinte. De maio a agosto do ano passado, foram 222 casos de importunação sexual a mulheres nos ônibus, isso aqui no nosso estado da Bahia. Eu estou falando ao vivo de uma região da cidade, a gente não vai revelar o bairro onde estamos, até para garantir a segurança e a integridade desta vítima, que já passou por um constrangimento absurdo e que, claro, deixa sequelas, deixa um trauma. Eu vou conversar com ela, vamos preservar a identidade dela também, é claro. Esse fato foi um flagrante. Ela estava no ônibus, voltava para casa e esse homem foi levado para a delegacia, foi levado para a central de flagrantes junto com essa vítima. Ela está aqui ao nosso lado, agora está começando a se recuperar, mas para você ainda é muito difícil, né? As pessoas que estavam no ônibus te apoiaram, queria que você contasse para a gente como é que foi exatamente também sobre esse apoio das pessoas que estavam no ônibus. Boa tarde para você.

-Vítima- Boa tarde. Está sendo muito difícil porque foi traumático o que eu passei. Nunca imaginei que acontecesse isso comigo e o apoio que eu recebi dentro do ônibus dos passageiros, poxa...

-Repórter Andrea Silva- foi fundamental para você, né?

-Vítima- Isso, com certeza.

-Repórter Andrea Silva- Você chamou a atenção, eu queria que você contasse para a gente. Claro, sem estar lembrando dos detalhes, porque é uma dor muito grande para você, mas você já estava no ônibus quando esse homem entrou ou ele também já tinha embarcado no mesmo lugar que você?

-Vítima- Não, quando ele entrou no ônibus já se encontrava, assim, dentro do ônibus.

-Repórter Andrea Silva- Você estava em pé, não tinha lugar para sentar?

-Vítima- Não, o ônibus estava muito cheio mesmo.

-Repórter Andrea Silva- E aí você percebeu alguma coisa estranha em relação à presença dele muito perto de você?

-Vítima- Isso, eu senti algo encostando em mim e eu virei para ver o que realmente estava acontecendo. Foi quando eu vi o que já tinha acontecido.

-Repórter Andrea Silva- Você flagrou exatamente essa situação com ele. E na hora você falou alguma coisa com ele, você chamou a atenção?

-Vítima- Na hora sim, chamei a atenção dele, perguntei o que foi que ele tinha feito. E que o jeito que eu estava vestida, eu estava com roupa composta, eu não vi o motivo de ele fazer esse ato.

-Repórter Andrea Silva- Independentemente disso, não importa a roupa que você estivesse usando e você percebeu inclusive que a sua roupa ficou suja. Agora, nesse momento os passageiros já se voltaram para ajudar você e já controlaram ele ali, para chamar alguma polícia, para tomar alguma atitude de polícia?

-Vítima- Sim, nesse momento quando eu chamei a atenção dele, aí os passageiros também me ajudaram. Porque eu passei a mão na minha roupa, senti que estava suja. Aí foi quando começou o pessoal ligar para a polícia e queria pegar ele para lixar, só que eu preferi entregar ele na mão da justiça.

-Repórter Andrea Silva- Ela teve toda a sensatez, embora vivendo um momento tão difícil. Eu queria que você continuasse aqui com a gente porque eu vou chamar agora uma entrevista que nós fizemos hoje de manhã com o delegado lá na central de flagrantes, para onde esse homem foi levado junto com a vítima que está aqui com a gente, ela prestou depoimento com o apoio da guarda municipal, homens da guarda municipal, porque isso foi num ponto perto do local onde ficam homens da guarda municipal. Veja o que o delegado falou para a gente sobre este flagrante.

-Roberto César Nunes- Ele informou que já é viúvo há algum tempo e que o ônibus estava cheio, ele se encostou nas costas da vítima e quando ele percebeu, ele já tinha ejaculado.

-Repórter Andrea Silva- Isso caracteriza um crime, né doutor?

-Roberto César Nunes- O crime de importunação sexual com pena de reclusão de até cinco anos.

-Repórter Andrea Silva- Mas o fato dele passar por uma audiência de custódia, isso pode significar o que diante desse fato?

-Roberto César Nunes- A audiência de custódia vai verificar a legalidade da prisão e junto com as provas que vão ser apresentadas à justiça, a justiça vai definir se ele vai responder à situação em liberdade ou se ele vai ficar... permanecer preso e responder preso ao processo. A vítima chegou na central de flagrante bastante nervosa, é bastante constrangida, nós acalmamos a vítima, tomamos o depoimento dela, encaminhamos ela para fazer o exame de corpo de delito e depois levamos ela para a residência dela.

-Repórter Andrea Silva- Olha, essa pessoa, esse homem que cometeu este crime de importunação sexual já passou por uma audiência de flagrante. Já, já eu vou atualizar a situação dele, mas antes deixa eu perguntar antes uma outra coisa aqui a ela. Ela trabalha e ela estava voltando do trabalho para casa. Eu fico imaginando para você como deve ter sido difícil hoje, ter que novamente pegar um ônibus e voltar à sua rotina. Como é que foi para você?

-Vítima- Ah, foi péssimo. Para pegar o ônibus eu procurei pegar um mais vazio e todo mundo que encostava perto de mim eu me assustava, achava que todo mundo... Eu estava vendo ele ali, entendeu? Achava que era ele e foi muito tenso, muito tenso mesmo. E o que eu passei eu não desejo a ninguém porque é tão constrangedor, foi terrível.

-Repórter Andrea Silva- Para esquecer é bem difícil. Esse homem participou de uma audiência de custódia ontem. O nome dele é Milton Ferreira dos Santos, ele é acusado deste crime de importunação sexual, tem 49 anos. E eu trouxe

essa notícia para ela agora há pouco quando nós chegamos de que ele participou de uma audiência de custódia, foi liberado e vai responder a um processo em liberdade. Ouvir essa informação para você, como é que foi?

-Vítima- É tão... A gente fica tão impotente de... para mim não estar sendo... tendo feito a justiça. Porque uma pessoa que pratica um ato desse e ser liberado, então eu me sinto mal, mal e insegura, né? Pegar ônibus de novo, encontrar ele, entendeu? É terrível.

-Repórter Andrea Silva- Você vai conviver agora com esse medo?

-Vítima- Constante, conviver com esse medo constante ao pegar ônibus. Toda vez que eu sair do trabalho eu vou lembrar o que aconteceu e que ele está solto. Podendo fazer outra vítima até pior, entendeu?

-Repórter Andrea Silva- Olha, eu queria te agradecer por você ter estado aqui com a gente e desejar tudo de bom. E pela sua coragem de denunciar, de enfrentar uma situação como essa. E nós ouvimos também o advogado deste homem, agora há pouco, eu conversei com o advogado que falou sobre o resultado desta audiência de custódia onde este acusado foi liberado. Veja o que diz o advogado.

-Marcos Rivas- Ele vai responder o processo em liberdade. Na questão do flagrante foi verificado, que realmente não tinha condições. De que a vítima realmente provou de que houve algum tipo de importunação sexual. Segundo ele me disse, que o ônibus realmente estava cheio, e até mesmo pela própria alegação que ele tivesse colocado, os órgãos genitais dele lá era uma situação praticamente, pode-se dizer, impossível devido ao estado que o ônibus encontrava, muitas pessoas.

-Repórter Andrea Silva- É foi o que disse o advogado, claro que esse processo continua. A vítima provavelmente vai ser ouvida outras vezes. Jéssica, é o que ela disse aqui, a sensação de insegurança completa porque esse homem está solto. Entrou na delegacia depois de cometer esse crime de importunação sexual e agora está solto. Imagine para ela pegar um ônibus ou para qualquer uma de nós, pensando numa situação como essa. Né Jessica?

-Apresentadora Jéssica Senra- É o que a gente vive todos os dias, a gente vive sob essa ameaça constante de passar por uma importunação ou por um estupro. A gente pode parabenizar a população que foi atrás desse homem, seguiu e entregou a justiça. Isso mostra que a nossa sociedade está mudando e precisa mudar, porque é inaceitável que nós mulheres continuemos sendo vistas como um objeto. Que homens, certos homens, achem que têm o direito sobre nossos corpos, que achem que se sentem em desejo, têm direito de encostar em nós, se esfregar em nós e nos usar para satisfazer esse desejo, independentemente de nossa vontade. E olha, a parte disso acontece por causa de uma cultura que favorece atitudes de assédio, de importunação sexual e de estupro. Nessa cultura a gente tem aspectos como ver o corpo da mulher como um objeto, como eu disse. Culpar a vítima pela agressão sexual, veja o que ela disse, né? Ah, eu estava até com uma roupa composta, nem provoquei. Não, a vítima não provoca. Negar a agressão sexual, dizer, olha, não foi assim, não foi uma agressão, não aconteceu. Ou não reconhecer os profundos danos, os traumas provocados na vítima. É uma cultura, minha gente, que valoriza a virilidade do homem, a coisa do homem pegador, né? A virilidade é aplaudida como característica de macho, ainda que essa virilidade

se coloque acima do direito à integridade da mulher. A gente não pode mais permitir isso.

Reportagem 14

Título da reportagem: Jovem de 20 anos é baleada no bairro de Plataforma;
Suspeito do crime é o ex-namorado

Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8268799/>

Duração: 5:26

Data de exibição: 27 01 2020

Autor (a) da matéria: -Repórter Victor Silveira-

Formato da matéria: Reportagem ao vivo

Nome: Kellen Tainar dos Anjos Santos

Idade: 20 anos

Crime: Tentativa de Femicídio

Profissão:

A vítima era branca, preta, parda, amarela ou indígena? Preta

Onde ocorreu o crime? Rua

Local: Plataforma, Salvador

Qual foi a motivação para o crime:

Quem praticou o crime? Vitor Silveira/ ex-namorado

A foto da vítima foi exibida na matéria? Sim

A foto do companheiro/ suspeito foi exibida na matéria? Não

A profissão do companheiro/suspeito foi mencionada?

Quais foram as fontes mencionadas na matéria?

Transcrição

-Apresentadora Jéssica Senra- Infelizmente, não é o único caso que eu vou relatar hoje de violência contra a mulher. Teve uma mulher de 20 anos, uma jovem de 20 anos, que foi baleada na cabeça ontem à noite no bairro de Plataforma, a suspeita de que o ex-namorado tenha atirado contra ela em plena praça São Brás. Vamos conversar com o Vitor Silveira, que tem mais informações. Vitor, boa tarde. Você tem informação do estado de saúde dela, informações sobre onde está esse agressor?

-Repórter Victor Silveira- Oi, Jéssica, muito boa tarde pra você, boa tarde a todos. Infelizmente, a gente não tem informação sobre onde está o agressor, a Polícia Civil continua acompanhando esse caso e também o estado de saúde dela é grave, ela precisou passar por cirurgia, veio aqui socorrida para o hospital do subúrbio e passou no centro cirúrgico. A informação que a gente tem é que o estado dela é grave. Bom, o caso aconteceu ontem no bairro de Plataforma. Acontecia a lavagem do bairro, lavagem de Plataforma e aí ela estava dançando com as amigas por volta das 20 para as 7 da noite, 6h40, então quando ele teria chegado em uma moto, isso são testemunhas aí que contaram a polícia, ele teria chegado em uma moto junto com um parceiro na garupa da moto e teria aí baleado, atirado contra essa jovem de 20 anos que foi identificada aí como Kellen Tainar dos Anjos Santos. Ela então, teria recebido o tiro aí do ex-namorado por algum tipo de desentendimento que eles tiveram, como eu disse, eles estavam participando dessa festa lá no bairro de

Plataforma. Então a gente tem um vídeo desse momento, o momento do socorro aconteceu ali, muita confusão, o pessoal tentando pedir socorro até que ela foi trazida aqui para o hospital do subúrbio. A gente lembra, Jéssica, que um balanço da Secretaria de Segurança Pública foi divulgado no início desse ano, agora nesse mês, falando que os casos de feminicídio infelizmente aumentaram 33% no ano passado. A gente continua acompanhando mais esse caso por aqui, viu, Jéssica?

-Apresentadora Jéssica Senra- Obrigada, Vitor Silveira. Pois é, a gente precisa combater, eu convido você que é homem que fique enojado com essa situação, que venha nessa luta com a gente. São muitos casos que a gente tem noticiado e de vários tipos de violência. Eu volto a chamar Vitor Silveira, ele está acompanhando o caso de uma jovem de 20 anos que foi baleada na cabeça ontem à noite no bairro de Plataforma, o suspeito de disparar esse tiro é um ex-namorado dessa moça. Vitor Silveira está já desde cedo acompanhando esse caso, está no hospital onde essa jovem foi internada, o suspeito, como todo covarde, fugiu, a polícia ainda não sabe o paradeiro dele. Vamos conversar com Vitor que está com a mãe, é isso? Você está com a mãe dessa jovem, Vitor?

-Repórter Victor Silveira- Oi, Jéssica, então, eu encontrei com a Dona Vaneida aqui na porta do Hospital do Subúrbio, ela já entrou, mas a gente gravou com ela. Antes, eu vou relembrar o caso para quem chegou agora, como você estava falando, o caso aconteceu ontem por volta das 20 para as 7 da noite, 6h40 lá no bairro de Plataforma, estava acontecendo ontem a lavagem do bairro de Plataforma. E aí a Kellen Tainá dos Anjos Santos de 20 anos estava com as amigas dançando lá em Plataforma, na Praça São Brás, quando recebeu um tiro na cabeça, houve toda uma confusão, a gente tem imagens aí da confusão do momento do socorro, né, em que as amigas ali estavam tentando, gritando por socorro, pedindo ajuda até que a Kellen foi trazida aqui para o hospital do subúrbio. E de acordo com informações da própria mãe, que eu conversei agora com a pouco, ela está em coma, em estado grave. Agora é o seguinte, como eu estava falando, encontrei com a dona Vaneida aqui na porta, ela estava entrando com pressa porque o horário de visita estava terminando. E ela me disse que não sabia muito bem dessa versão, de que a Kellen tinha um namorado, elas não moram juntas, ela soube durante a madrugada, não estava no momento, mas está muito abalada, você vai ver agora o que é que diz a mãe da Kellen. Você sabia que ela namorava?

-Vaneida-Não, eu não soube que ela namorava, eu não tive depoimento nenhum, eu só soube que ela estava na lavagem e no momento ela já recebeu um tiro.

-Repórter Victor Silveira- O que o pessoal conta assim do que pode ter acontecido?

-Vaneida- Diz que de repente houve uma confusão, houve uma briga, eu não soube se ela estava namorando ou não, ninguém me informou, diz que eram os caras do São João, diz que eram os caras do São João, mas não me informaram o nome, ainda não sei de nome, mas eu sei que a justiça de Deus há de ser feita, eu creio nisso, porque a justiça de Deus há de ser feita.

-Repórter Victor Silveira- Como é que está o estado de saúde dela? Ela passou por cirurgia?

-Vaneida- Não, ela está em coma, está na UTI, está no estado de coma, mas Deus está me sustentando, ele está me dando força, eu creio que minha filha vai sair dessa em nome de Jesus.

-Repórter Victor Silveira- Pois é, você viu aí o depoimento de Dona Vaneida, que é mãe da Kellen, ela que foi baleada ontem durante a lavagem de Plataforma. A informação que a gente recebeu, é que teria sido o ex-namorado dela, informação inclusive da polícia e de algumas testemunhas que estavam lá no local. A Dona Vaneida disse que não sabia que a filha namorava, mas ela me contou que não morava junto com a Kellen, a Kellen morava com a avó lá no bairro de Plataforma e ela mora em outro bairro, soube da notícia durante a madrugada, imagina só, veio direto aqui correndo para o hospital do subúrbio quando recebeu a informação que a filha estava em coma, ela continua em coma, então aguardando aí o próximo boletim médico para saber como é que está a evolução no quadro de saúde. Jéssica, eu volto com você.

-Apresentadora Jéssica Senra- Obrigada Vitor, a gente torce para que ela se recupere, imagina a mãe ser acordada no meio da noite, uma mãe e um pai dizendo que a filha foi baleada por um ex-namorado, olha, inacreditável.

Reportagem 15

Título da reportagem: Mulher é abusada dentro de casa na comunidade de Caraíva, no extremo sul do estado

Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8268723/>

Duração: 8:08

Data de exibição: 27 01 2020

Autor(a) da matéria: Taísa Moura

Formato da matéria: Reportagem ao vivo

Nome: Maria do Carmo Ribeiro

Idade:

Crime: Estupro

Profissão: Massoterapeuta

A vítima era branca, preta, parda, amarela ou indígena? Branca

Onde ocorreu o crime? Em casa

Local: Porto Seguro

Qual foi a motivação para o crime:

Quem praticou o crime? Tácio Conceição Bonfim/ um homem

A foto da vítima foi exibida na matéria?

A foto do companheiro/ suspeito foi exibida na matéria?

A profissão do companheiro/suspeito foi mencionada?

Quais foram as fontes mencionadas na matéria?

Transcrição

-Apresentadora Jéssica Senra- Infelizmente não para por aqui hoje, o fim de semana realmente foi muito difícil, principalmente para as mulheres. No extremo sul do estado, na comunidade de Caraíva, também Porto Seguro, uma Massoterapeuta conta que foi abusada por um homem, esse homem invadiu a

casa dela enquanto ela dormia. Esse acusado, é Tácio Conceição Bonfim, já está preso, mas como ele foi autuado pelos crimes de importunação sexual e furto simples, porque também levou o celular da vítima, ele pode ser solto a qualquer momento se pagar fiança. A vítima é Maria do Carmo Ribeiro, ela conversou com nossa equipe na cidade de Eunápolis, vamos ouvir.

-Maria do Carmo- No dia 21 de Janeiro às 5:30 da manhã, eu acordei com um homem sobre mim. Tomei um susto, ele tava sem camisa e bermuda arriada, com uma camiseta vermelha amarrada cobrindo o nariz e a boca... E aí fiquei em choque. Comecei... Vi que ele nem reagiu quando acordei e... não sei de onde eu tirei forças e comecei a agredi-lo. Ele tentou revidar, começou a tentar segurar meus braços A gente entrou nessa luta corporal. O que acontece, a gente está reformando essa casa, em que eu estava dormindo, e o nosso banheiro estava destelhado ainda, e o agressor colocou uma escada, desceu, botou o pé no vaso sanitário e ingressou na casa por meio do banheiro que estava destelhado, e foi por esse caminho também que ele fugiu. Fomos para a vila, começamos a notificar todos os moradores, passar as descrições dele. Muito rapidamente, já começaram a buscar de novo e já vieram informações, de que já desconfiavam de uma certa pessoa, que estava cometendo esses atos frequentemente lá em Caraíva, e me pediram para ver os objetos pessoais que ele tinha deixado para trás. Quando viram a camiseta, me disseram que o nome dele era Tácio e que a gente ia conseguir encontrá-lo. Na noite do dia seguinte, quando eu já estava angustiada achando que não ia aparecer, mas mais tranquila por saber o nome do meu agressor, ele foi à vila como se nada tivesse acontecido com o meu celular dentro do bolso. As pessoas contiveram ele e falaram, a gente precisa resolver alguma coisa, espera aqui, espera aqui, espera aqui, ele ficou nervoso, mas era uma densidade de pessoas grande, então eu fui chamada em casa, "Maria, você precisa ir lá reconhecer seu agressor." Eu fui até lá, ele estava com o meu celular no bolso, usando a mesma capinha, a mesma película, nem isso, ele teve o trabalho de tentar esconder, arrogantemente achando que não ia ser pego. E eu pedi para tirarem a camisa dele para olhar bem o corpo. Olhei os olhos e olhando nos olhos eu já sabia que era ele, assim, eu nunca vou esquecer aquele olhar. Então eu fui à delegacia para prestar declarações, fazer o reconhecimento oficial, fizemos isso, eu contei tudo o que eu estou contando aqui. E ao fim de lavrar o auto, o delegado me informou que eu estava liberada. Mas no dia seguinte eu recebi a notícia de que, como o delegado imputou dois crimes de menor potencial ofensivo, que são crimes, cuja pena é de 1 a 5 anos, ou seja, pena mínima 1, como ele é primário ele iria pegar pena mínima, ele colocou furto simples e importunação sexual. Tem uma decisão agora, concedendo liberdade provisória para ele mediante pagamento de fiança de 3.500 reais, que é o valor mínimo. Eu tenho muito medo, para começar porque ele deve estar morrendo de ódio de toda essa situação, porque ele tinha certeza que não ia ser pego, porque como eu fiquei sabendo, não foi a primeira vez e essa liberdade dele só vai dar amparo, para que os agressores continuem fazendo o que fazem com a gente até hoje, com que a gente se sinta insegura nas ruas e dentro das nossas casas. E que o Tácio pense que ele tem o direito de estuprar alguém dentro da própria casa e ficar solto.

-Apresentadora Jéssica Senra- É absurdo, né? E uma pessoa que estava dormindo. Vamos conversar com o Taísa Moura, que está ao lado do delegado

que está acompanhando esse caso. Eu queria começar perguntando, Taísa Moura, por que que ele indiciou por importunação sexual e não por estupro de vulnerável, que é o caso que melhor se enquadra nessa situação, é o crime que ele cometeu?

-Repórter Taísa Moura - Ok, Jéssica, eu estou aqui agora com o doutor Ricardo Feitosa, ele que é o delegado titular aqui da primeira delegacia territorial de Porto Seguro, é um dos responsáveis por esse caso. Doutor, conta para a gente, por que que a polícia classificou esse caso como importunação sexual e furto simples e não como estupro de vulnerável?

-Ricardo Feitosa- Boa tarde, Jéssica, boa tarde aos ouvintes da Rede Bahia. É preciso esclarecer que o delegado plantonista, de acordo com os elementos que foram apresentados naquele momento, ele fez essa leitura e segundo a percepção dele, a adequação típica que o caso, que cabia ao caso foi a importunação sexual.

-Repórter Taísa Moura - Qual a diferença de importunação sexual para estupro?

-Ricardo Feitosa- Basicamente, numa síntese apertada, é a questão da violência, então segundo as narrativas e segundo a oitiva da vítima, o delegado percebeu que não houve a prática de violência, mas sim a importunação.

-Repórter Taísa Moura - Doutor, a própria vítima declarou em entrevista que o rapaz chegou violentando ela, no sentido assim de que estava passando a mão nos órgãos genitais dela com muita força, isso não poderia ser classificado como violência?

-Ricardo Feitosa- Olha, o caso é como eu falei, é a percepção do delegado que lavrou o flagrante, obviamente isso não implica uma impossibilidade de alteração, se o caso for apurado na continuidade da investigação e assim entender o delegado que concluiu o flagrante. Os autos foram enviados à segunda delegacia territorial do Porto Seguro, onde o delegado titulado daquela delegacia pode fazer um aprofundamento da elucidação do fato e assim entender diferente.

-Repórter Taísa Moura - Pode mudar então essa tipificação, a vítima vai ser ouvida novamente?

-Ricardo Feitosa- A vítima pode ser ouvida novamente e nada impede que essa classificação inicial, da conduta imputada ao cidadão, possa mudar.

-Repórter Taísa Moura - Muito obrigada por suas informações, doutor Ricardo. A gente lembra que o Tácio, continua preso aqui na delegacia territorial de Porto Seguro, pois até esse momento ele não pagou a fiança de 3.500 reais. É com você no estúdio, Jéssica.

-Apresentadora Jéssica Senra- Obrigada, Thais. Essa é uma confusão que acontece muitas vezes por parte de alguns delegados, que é de não entender que o estupro aconteceu por falta da violência, porque nesse caso é um estupro de vulnerável, ela estava dormindo, ela não tinha como reagir, então por isso é que muitas vezes você não percebe a violência, você não constata a violência, é um crime diferente, não é estupro simplesmente, é um estupro de vulnerável, isso não é importunação sexual. E digo isso porque estive conversando obviamente com especialistas durante a manhã de hoje, com professores e criminalistas. E eu quero falar com você que está aí do outro lado, você que é mulher e você que é homem, eu tenho certeza que você conhece uma mulher que já foi estuprada, aliás com certeza você conhece

mais de uma, é bem possível que você não saiba, sua amiga, sua irmã, sua colega de trabalho foram estupradas. As mulheres que foram abusadas ou estupradas estão em todo lugar, poucas reúnem coragem para contar, para denunciar, a maioria silencia ou é silenciada, quando a mulher vai na delegacia denunciar um estupro muitas perguntas de agentes, de delegados acabam sendo formas de silenciá-la. Perguntando o que ela fez, ou como ela se comportou para que aquilo acontecesse ou tipificando mal o crime, quando a mulher vai ao DPT fazer o exame de corpo de delito, muitas vezes é novamente devassada até pela característica do exame. Se ela teve a reação, que a maioria teria, de querer se lavar para se livrar do nojo da violência, ela vai ser desmentida, se ela teve uma reação possível de ter ficado imóvel durante o estupro por medo de ser agredida ou porque estava dormindo, a falta de marcas de violência vai fazê-la ser desmentida. Se ela estava desacordada, porque foi drogada, porque bebeu demais, ela vai ser desmentida, se o estupro foi cometido por alguém com dinheiro, com fama, com relacionamentos poderosos, ela vai ser desmentida, se ela estiver confusa por causa do trauma sofrido, não souber relatar os detalhes do que houve, ela vai ser desmentida e em qualquer dos casos ela vai ser julgada, ela vai ser questionada, ela vai ser até acusada de ser culpada. Se por milagre nada disso acontecer, ela provavelmente vai ser estigmatizada, “aquela que foi estuprada”, tudo isso, minha gente, faz com que a gente silencie, então quando a mulher tenha coragem como essa jovem de denunciar, todos nós precisamos ampará-la, estamos aqui para isso.

Reportagem 16

Título da reportagem: Policial Militar é suspeito de abusar de adolescente de 14 anos em Porto Seguro

Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8268685/>

Duração: 1:41

Data de exibição: 27 01 2020

Autor (a) da matéria: Taísa Moura

Formato da matéria: notícia

Nome: --

Idade: 14 anos

Crime: abuso sexual

Profissão: --

A vítima era branca, preta, parda, amarela ou indígena? --

Onde ocorreu o crime? Praia

Local: Porto Seguro

Qual foi a motivação para o crime: --

Quem praticou o crime? Renato dos Santos Gonçalves

A foto da vítima foi exibida na matéria? Não

A foto do companheiro/ suspeito foi exibida na matéria? Sim

A profissão do companheiro/suspeito foi mencionada? Policial

Quais foram as fontes mencionadas na matéria? Polícia Militar e Civil, familiares da vítima

Transcrição

-Apresentadora Jéssica Senra- A família de uma adolescente de 14 anos, de Brasília, que está passando férias em Porto Seguro, denunciou um policial militar por abuso. Deixa eu chamar a Thaisa Moura para explicar direito essa história para a gente. Oi, Thaisa, boa tarde.

-Repórter Taísa Moura - Boa tarde para você, Jéssica, para todo mundo que está acompanhando o Bahia Meio-Dia. Então, esse fato aconteceu ontem lá na praia de Itapirapuã. Essa garota de 14 anos entrou no mar junto com algumas primas quando, de repente, um rapaz careca, como ela mesma descreveu, obrigou ela a passar as mãos na genitália dele e também, passou a mão nos órgãos genitais dela. Ela, preocupada, desesperada, saiu correndo de dentro do mar e foi avisar a família. O pai dela veio rapidamente tentar identificar quem fez isso com a filha. Populares contiveram esse homem e, para surpresa de todo mundo, se tratava de um policial militar. Ele foi preso, primeiro foi encaminhado aqui para o oitavo batalhão da Polícia Militar em Porto Seguro e, em seguida, foi encaminhado para o quinto pelotão da Rondesp em Eunápolis, pois ele pertencia à Rondesp, que é conhecida também como Ceto, aqui na região. Esse policial foi afastado das atividades, continua preso no quinto batalhão e tanto a Polícia Militar quanto a Polícia Civil vão continuar investigando esse caso. O nome do policial é Renato dos Santos Gonçalves e ele é de Itabuna. É com você aí no estúdio, Jéssica.

-Apresentadora Jéssica Senra- Obrigada, Taísa. É inacreditável, né? Esses são os casos que a gente fica sabendo, porque a estimativa é que só 10% dos casos são denunciados, ou seja, a gente tem mais de 90% de casos que a gente não fica sabendo.

Reportagem 17

Título da reportagem: Suspeito de estuprar advogada em Caraíva tem prisão preventiva decretada

Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8280486/>

Duração: 0:47

Data de exibição: 30 01 2020

Autor (a) da matéria: Jéssica Senra

Formato da matéria: Nota

Nome: Maria do Carmo

Idade: --

Crime: Estupro

Profissão: Advogada

A vítima era branca, preta, parda, amarela ou indígena? Branca

Onde ocorreu o crime? Casa

Local: Porto seguro

Qual foi a motivação para o crime:

Quem praticou o crime? Tácio da Conceição Bonfim

A foto da vítima foi exibida na matéria? Sim

A foto do companheiro/ suspeito foi exibida na matéria? Sim

A profissão do companheiro/suspeito foi mencionada?

Quais foram as fontes mencionadas na matéria?

Transcrição

-Apresentadora Jéssica Senra- Decretada a prisão preventiva do suspeito de estuprar uma mulher depois de invadir a casa dela em Porto Seguro, no extremo sul do estado. Esse é o suspeito, Tácio da Conceição Bonfim, já está custodiado na primeira delegacia de Porto Seguro, desde o fato, foi preso logo após o crime. A vítima é uma advogada carioca, que usou as redes sociais para denunciar esse estupro e a gente mostrou essa denúncia também. Nós conversamos com ela aqui no Bahia a meio-dia. O coordenador regional da Polícia Civil, Moisés Damaceno, pediu a prisão preventiva do suspeito e essa prisão foi acatada pela justiça. As investigações apontam que outras cinco pessoas também teriam sido vítimas do mesmo homem, ainda não há previsão de quando ele vai ser transferido para o presídio. Mas olha aí, então, já temos uma prisão preventiva, a vítima tinha medo que ele pagasse a fiança e fosse liberado, portanto, ele permanece preso.

APÊNDICE C – REPORTAGENS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – MAIO DE 2020

Reportagem 1

Título da reportagem: Mulher de 26 anos é morta a tiros na Fonte do Marcelino, na Ilha de Itaparica

Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8527084/>

Duração: 0:35

Data de exibição: 02 05 2020

Autor (a) da matéria: Ricardo Ishmael

Formato da matéria: Nota

Nome: Odilane Almeida dos Santos

Idade: 26

Crime: Femicídio

Profissão: --

A vítima era branca, preta, parda, amarela ou indígena?

Preta

Onde ocorreu o crime? Rua

Local: Itaparica

Qual foi a motivação para o crime: --

Quem praticou o crime? --

A foto da vítima foi exibida na matéria? Sim

A foto do companheiro/ suspeito foi exibida na matéria? Não

A profissão do companheiro/suspeito foi mencionada? Não

Quais foram as fontes mencionadas na matéria? Polícia

Transcrição

-Apresentador Ricardo Ishmael- Você vai ver que uma mulher foi morta a tiros ontem à noite na ilha de Itaparica, região metropolitana de Salvador. Temos as imagens também. A vítima foi identificada como Odilane Almeida dos Santos, de 26 anos. Segundo a polícia civil, o crime aconteceu na rua Água Fria, que fica na localidade conhecida como Fonte do Marcelino. A autoria e a motivação ainda não foram definidas. O caso está sendo investigado pela Delegacia, pela nona delegacia, ou pela décima nona delegacia, para ser bem preciso, décima nona delegacia lá em Itaparica.

Reportagem 2

Título da reportagem: Mulher agredida por passageiros após retirar a máscara em ônibus está internada

Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8537463/>

Duração: 15: 40

Data de exibição: 07 05 2020

Autor (a) da matéria: Adriana Oliveira

Formato da matéria: Reportagem + Cobertura ao vivo

Nome: Cinthia Santos

Idade:27

Crime: Linchamento

Profissão: --

A vítima era branca, preta, parda, amarela ou indígena?

Preta

Onde ocorreu o crime? Ônibus

Local: Salvador

Qual foi a motivação para o crime: A vítima tirou máscara

De proteção no ônibus

Quem praticou o crime? Passageiros do Ônibus

A foto da vítima foi exibida na matéria? Não

A foto do companheiro/ suspeito foi exibida na matéria? Não

A profissão do companheiro/suspeito foi mencionada? Não

Quais foram as fontes mencionadas na matéria? Familiares e Secretaria municipal da mulher.

Transcrição

-Apresentadora Jéssica Senra- Passageiros do ônibus que fazia linha estação Pirajá Mata Escura aqui em Salvador, expulsaram uma mulher do veículo depois que ela tirou a máscara. Essa passageira, identificada como Cinthia Santos, de 27 anos, tinha entrado com a máscara, mas em seguida tirou, ficou segurando, ficou com ela na mão, disse que estava passando mal, teria discutido com outro passageiro e a gente vê essas imagens que viralizaram na internet, revoltaram muita gente, que depois que o motorista parou o ônibus, começou uma confusão e passageiros que pediam para que ela colocasse a máscara acabaram expulsando essa mulher. Olha lá, ponta-pés. Essas imagens aí que deixaram muita gente revoltada, sabemos que o uso da máscara é obrigatório nos ônibus, mas a civilidade também é obrigatória. Vou conversar com a repórter Adriana Oliveira, que está com a mãe dessa mulher

que foi agredida e vai trazer as primeiras informações para nós. Adriana, boa tarde.

-Repórter Adriana Oliveira - Pois é, Jéssica, boa tarde a todos. Como você disse, o uso da máscara é obrigatório. Todo mundo está com medo dessa pandemia, mas nada justifica a violência. A gente já está aqui com a Dona Diamantina, ela que tem a Cíntia e também tem uma outra filha de seis aninhos e cria um dos filhos da Cíntia. Ontem, quando a senhora soube dessa notícia, o que veio logo à sua cabeça?

- Dona Diamantina-Eu estava em casa, era a base de umas doze horas, um amigo meu, que eu não vou falar quem foi, ele mandou um amigo dele vir aqui na minha casa mostrar o vídeo, ele mostra ali o vídeo a Diamantina, o que está acontecendo com a filha dela. É tanto que eu tenho que até agradecer a você, muito obrigado de você ter mandado um rapaz vir aqui me mostrar o vídeo. Muito obrigada, você estava no trabalho, mas viu, se comoveu com aquilo e mandou o rapaz vir me mostrar, muito obrigada.

-Repórter Adriana Oliveira - Daqui a pouquinho a gente continua conversando com a Dona Diamantina e ela está aqui, não está no hospital com a filha, a Cíntia está no hospital no Eládio, que fica em Cajazeira e 5, aqui pertinho. Porque ela é cardiopata, hipertensa, a pressão foi para as alturas, situação é muito delicada, Jéssica, já já eu volto.

-Apresentadora Jéssica Senra- Obrigada Adriana, obrigada Dona Diamantina, já já então a gente vai falar sobre este assunto. Parece que foi o que aconteceu com passageiros de um ônibus que fazia a linha estação Pirajá Mata Escura aqui em Salvador, parece que eles surtaram, porque expulsaram a mulher do veículo a ponta-pés, porque ela tirou a máscara de proteção. Essa passageira identificada como Cíntia Santos, de 27 anos, entrou com a máscara, mas tirou, ficou segurando na mão, disse que estava passando mal. E aí ela teria começado a discutir com outro passageiro, essa imagem que a gente vê aí, ela está com essa blusa de listras. E aí passageiros agarram ela e a expulsam, expulsam a ponta-pés, o motorista parou o ônibus, e aí essa confusão aconteceu e essa mulher foi expulsa a ponta-pés. Uma verdadeira selvageria a gente vê nessas imagens. O uso da máscara é obrigatório no transporte coletivo, aliás é obrigatório para quem sai de casa, para proteger a si mesmo e aos demais, mas a civilidade também é sempre obrigatória dentro do transporte coletivo ou nas ruas, não é porque uma pessoa desobedece a uma norma que todos nós devemos desobedecer também. Então é importante que a gente tente manter a calma, coletivo já estava lotado, as pessoas já não estão com proteção por essa aglomeração e se sentem mais em risco com a retirada da máscara, mas com esse ato terrível. Adriana Oliveira está com a família dessa moça que foi agredida dentro desse ônibus e vai conversar com a gente agora. Oi Adriana.

-Repórter Adriana Oliveira - Oi Jéssica, olha para chegar até aqui à comunidade, até a casa da família foi o senhor Raimundo que é morador que conduziu a gente aqui até a casa da Cíntia, da família da Cíntia. E ele assim como outros moradores daqui o relato é o mesmo, que Cíntia é uma pessoa bem humorada, que ela aparece aqui de vez em quando, mas que todo mundo

na comunidade gosta dela. E foi com muito espanto que vocês receberam nessa notícia e que viram vídeo?

- Raimundo - Com certeza, eu estava distraído ouvindo uma música que eu gosto muito, eu corto um reggae, e aí quando explodiu o negócio eu peguei, abri o meu áudio e eu vi falando sobre uma amiga que eu vi, que eu tenho. Vou fazer uns três anos aqui dentro nessa área não tenho o que falar, a mãe dela me recebe em algumas coisas.

-Repórter Adriana Oliveira - A comunidade ficou revoltada.

-Raimundo- A comunidade realmente ficou revoltada porque a gente não sabe que são coisas... E aquele cidadão que está ali agindo em alta violência com ela, infelizmente, não é isso que o prefeito está pedindo, o prefeito está pedindo uma outra segurança que daqui, no dia 18 a gente não vai ter uma segurança. Então não é essa segurança que a gente quer, chutar, jogar uma pessoa, engargalhar, uma mãe ver isso no vídeo, como é que vocês, você é mãe, eu sou pai, minha família, a gente fica assim, sentindo.

-Repórter Adriana Oliveira - Sentindo e com essa voz emocionada como o senhor está.

- Raimundo- Porque é uma família que está aqui, eu moro ali como eu disse a vocês, vou lhe fazer um favor e depois vou lhe pedir um favor, não foi que eu pedia a você?

-Repórter Adriana Oliveira - Isso.

- Raimundo- Mas não é dependente disso que a gente tem que falar isso, infelizmente, a lei não está sendo cumprida como foi pedido.

-Repórter Adriana Oliveira - Seu Raimundo, ele acabou de dizer aqui que ele trouxe, assim, "Eu te levo lá na casa, mas você vai me fazer um favor." O favor que ele pediu é em relação a um abacateiro que tem aqui nesta rua, na comunidade, que eles já solicitaram que esse abacateiro seja retirado porque ameaça várias casas nessa parte aqui de baixo. Recado dado, promessa cumprida com o senhor. E dona Diamantina, esse relato que eu ouvi agora do seu Raimundo foi o mesmo que a gente aqui bater no papo com outras pessoas, com outros moradores, todo mundo ficou de coração apertado. Imagina a senhora, como mãe?

- Dona Diamantina- Como eu vi aquele vídeo que meu amigo mandou pra mim, que eu agradeço muito a ele, dele ter mandado. Pra mim ali, meu mundo naquele momento acabou. Eu perguntei assim a mim e a Deus, ali dentro daquele ônibus, será que só tinha bicho? Só tinha bicho ali dentro? O que fizeram com minha filha, ali estava sendo assim um bocado de bicho, que entrou um bicho e os outros bichos, foi pra matar. Eu agradeço esse rapaz, de blusa amarela, que foi o que agrediu mais a minha filha. A mensagem que eu tenho pra passar pra você, moço, eu lhe entrego na mão de Deus, você, tá entrego na mão de Deus. Agora eu queria te perguntar uma coisa... Tu tem mãe? Tu tem mãe? Tu tem filhos? As pessoas que estavam dentro desse

ônibus, tem alguma que é mãe, tem, tem alguma que é vó, porque parece que não tinha gente dentro desse ônibus não, parece que tinha um bocado de pitbull, aí entrou um cachorro, vira lata, entendeu? Aí os pitbulls foi pra cima e fez aquilo. Gente, minha filha Cíntia, é gente, ela não é cachorro e se ela fosse um cachorro, não podia ser tratado assim, porque eu tenho meus cachorros aqui e não trato meus cachorros assim.

-Repórter Adriana Oliveira - Pra senhora dar uma respirada aí, eu vou relatar um pouco pra quem tá em casa, dona Diamantina...

- Dona Diamantina- Não faça isso com meus cachorros, veja lá com minha filha, minha filha é uma usuária de drogas e precisa, alguém que tiver me ouvindo se comover, que me ajude numa clínica pra me internar minha filha. Era um presente do Dia das Mães, que alguém me desse, que tenha, alguém que tenha coração.

-Repórter Adriana Oliveira - Esse relato sofrido da dona Diamantina, ela quando diz que a filha é usuária de drogas, ela enfrenta esse problema desde os 14 anos de idade. Aos 15 anos a filha teve o primeiro filho, que hoje é um garoto, de 12 anos, teve uma outra criança, uma menina que vive com a família paterna no interior do estado, tem oito anos de idade. E já ela chegou aí pra tratamento num local público, mas não durou muito tempo aqui fora, ficou apenas dois meses sem fazer uso de drogas.

- Dona Diamantina- Dois meses lá dentro do centro, dois meses cá fora, aí voltou a usar novamente. Minha filha Cíntia, ela não agride ninguém, ela não agride, nunca soube que ela agrediu alguém, ela não agride, nem de palavra, ela brinca com as pessoas, faz a pessoa rir, mas só que ela é muito discriminada, porque ela é usuária de crack. Agora a comunidade, a população toda, o ser humano têm que entender gente, não só tem minha filha usuária de crack não, muitas mães tá passando pelo que eu tô passando. Agora torno a mandar esse recado pra você Moreno, você de camisa azul, de camisa amarela foi o mais que bateu na minha filha, queria que Deus me desse a oportunidade de eu ver você cara a cara, eu e você, porque eu ia dizer pra você, ia afastar muito de você, eu me mesmo com a máscara, pra você não fazer comigo, o que nem fez com a vira-lata e lhe agradecer. Dona Diamantina. Eu lhe agradeço de você deixar minha filha viva.

-Repórter Adriana Oliveira - Dona Diamantina, a gente daqui a pouco, a gente volta com informações sobre o estado de saúde da Cíntia e explicando um pouco mais porque que a Dona Diamantina não está lá com ela, é porque ela também tem a saúde frágil. Já já eu volto, Jéssica.

-Apresentadora Jéssica Senra- Que dor dessa mãe, eu vou comentar isso daqui a pouquinho, deixa eu só dar uma olhada como é que está o trânsito nesse momento, pra dar uma respirada diante dessa declaração da Dona Diamantina. Mostrando aqui um vídeo que viralizou nas redes sociais, de uma mulher que foi expulsa de um ônibus porque retirou a máscara de proteção. Foi expulsa a pontapés por vários homens, quer dizer, várias pessoas contra uma que já configurou o ato de covardia, são vários homens contra uma mulher, uma covardia maior ainda e diante de uma plateia, digamos assim, que

acompanha, filma, mas não intervém. Sabemos que as pessoas estão estressadas e preocupadas com o coronavírus, o uso da máscara é obrigatório, mas a gente precisa manter o controle, minha gente. E chamar, se for o caso, das autoridades pra retirarem a pessoa que não deveria estar dentro sem máscara. Mas a gente dessa forma é uma barbaridade. Dona Diamantina agora falou, parecia um pitbull expulsando, a minha filha a vira-lata. É de cortar o coração. Já já a gente volta a falar com a Adriana sobre este assunto. Voltar a falar com Adriana Oliveira, estamos acompanhando esse caso de agressão dentro de um ônibus. Uma agressão a uma mulher porque ela entrou no coletivo e contra a determinação de utilizar a máscara de proteção ela retirou dizendo que estava passando mal. Adriana Oliveira tá com a família, tá com a dona Diamantina que é a mãe dessa moça e a gente observa até pela postura da dona Diamantina que ela tá arrasada, né Adriana?

-Repórter Adriana Oliveira - Não tem como ser diferente, né Jéssica? Principalmente quem é mãe sabe, que se pudesse em muitos momentos escolher, estaria no lugar do filho. Foi o que ela tava me relatando, que ontem foi dia de choro, conseguiu dormir ou não na Diamantina?

- Dona Diamantina-Não, não.

-Repórter Adriana Oliveira - Como é que foi a noite?

- Dona Diamantina- A noite foi andando na casa, que eu sou cardiopata e hipertensa. No momento que eu vi minha filha ali, se eu fosse uma pessoa que nem antigamente tivesse saúde, eu saía daqui do jeito que eu tava, eu invadi aquele ônibus, eu não sei o que faria.

-Repórter Adriana Oliveira - Ela tá lá acompanhada no hospital Eládio por uma vizinha, não é isso?

- Dona Diamantina- Ela deu entrada no Eládio pela vizinha, mas tá sentindo muitas dores no corpo, muitas dores e o problema da tosse dela, eu levei ela, uma vez o médico me explicou. Ela usa muito o crack, então quando ela faz o uso do crack, ela tem a alergia no pulmão, que não aceita mais a droga, ela começa a tossir, mas minha filha não tem o coronavírus não, ela não tem. Talvez aí dentro do ônibus, que fizeram isso com ela, talvez tem gente aí que esteja, que esteja. Você mesmo moreno, pode até estar e não sabe, entendeu. O que você fez com minha filha, entendeu, não tenho nada contra a ninguém, a ninguém, nem a você, eu tenho nada contra, entendeu, não tenho nada contra.

-Repórter Adriana Oliveira - Dianna Diamantina, agora a gente vai ouvir a entrevista da secretária de Política para as Mulheres do município que está acompanhando esse caso, tá, essa situação, vamos ouvir.

Secretária de Política para as Mulheres- Ela se encontra hospitalizada e nós da SPMJ, da Prefeitura de Salvador, já entramos em contato com a família, estamos dando toda a assistência psicossocial a essa família. Vale sinalizar nesse momento que a violência sofrida, apesar de não ser uma violência de gênero especificamente, é uma violência cometida contra uma mulher. A gente sabe que infelizmente ela cometeu a desobediência a um decreto municipal,

mas que não enseja de forma alguma a violência como resposta. Então os agressores também cometeram violência, sim, cometeram o crime de lesão corporal, então nada justifica.

-Repórter Adriana Oliveira - E é o que a Dona Diamantina tem repetido aqui. O filho de 12 anos da Cíntia que vive com a senhora, qual foi a reação dele e da sua filha de 6 anos quando viram o vídeo?

- Dona Diamantina- O filho da Cíntia, ele não fala, ele tem um problema, ele fala muito pouco, aí ele viu e ficou assim dentro dele, não falou nada, ele só balançou a sua cabeça. A minha filha de 6 anos, ela disse, “Mãe, eu não quero ver esse vídeo não, só porque meu coração tá doendo, tira, mãe, tá doendo muito porque fizeram isso com a Cíntia, esse homem não tem coração”.

-Repórter Adriana Oliveira- Dona Diamantina, a gente agradece, nesse momento tão difícil pra senhora estar aqui conversando com a gente. A gente sabe que é um esforço enorme, desejo saúde pra senhora, uma melhor recuperação pra sua filha Cíntia. E principalmente que o seu desejo, o seu pedido de presente do dia das mães, que foi um tratamento pra que sua filha possa sair das drogas, que esse presente chegue e ele chegue em mais breve, tá bom?

- Dona Diamantina- Muito obrigada, viu? Muito obrigada.

-Repórter Adriana Oliveira - Jéssica.

-Apresentadora Jéssica Senra- Ô, dona Diamantina, conte com a gente aqui, eu tô aqui com meu coração em pedaços, primeiro pela violência que a sua filha sofreu e agora vendo a senhora. Que é como Adriana falou, a mãe gostaria às vezes de estar no lugar do filho e não consigo nem imaginar o que a senhora tá sentindo, mas consigo ver aqui pela sua expressão que a senhora tá destruída diante dessa imagem, estamos indignados. Queria fazer um apelo inclusive às pessoas, eu sei que estamos todos estressados e preocupados, mas que a gente aproveite esse momento pra exercitar a empatia. Essa moça tava ali, tava sofrendo, tava passando mal, ela é agredida, ela expulsa desse ônibus a pontapés. Eu acho que mais surpreendente do que três homens contra uma mulher a pontapés são as outras pessoas que ficam sem dizer nada, né? Tem uma frase, eu acho, de Martin Luther King “Que o que preocupa não é o grito dos maus mas o silêncio dos bons”. Que a gente fique indignado e que a gente aprenda a se intrometer sim a tomar uma atitude diante de uma injustiça.

Reportagem 3

Título da reportagem: Jovem de 21 anos é morta a tiros e família aponta namorado como suspeito do crime

Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8542570/>

Duração: 3:48

Data de exibição: 09 05 2020

Autor (a) da matéria: Georgina Maynard

Formato da matéria: Reportagem

Nome: Emanuelle Natália Santos do Rosário

Idade: 21 anos

Crime: Femicídio

Profissão: --

A vítima era branca, preta, parda, amarela ou indígena?

Preta

Onde ocorreu o crime? Casa

Local: Salvador

Qual foi a motivação para o crime: --

Quem praticou o crime? Ex-Namorado

A foto da vítima foi exibida na matéria? Sim

A foto do companheiro/ suspeito foi exibida na matéria? Não

A profissão do companheiro/suspeito foi mencionada? Não

Quais foram as fontes mencionadas na matéria? Familiares, e Polícia.

Transcrição

-Apresentadora Jéssica Senra- É uma outra situação que preocupa nós, né? Nesse período que, bom, chuvoso a gente já fica em casa, com pandemia, está pedindo pra ficar em casa. A gente tá acompanhando pandemia, tá acompanhando o período chuvoso e temos que acompanhar um problema que é muito grave da nossa terra, que é a questão da violência. Você tem números pra nós?

-Apresentadora Thaícar Carvalho- Tenho números divulgados pela Secretaria de Segurança Pública, esses números deveriam ter diminuído, né? Já que a gente perde o isolamento social, mas eles aumentaram. Quero mostrar então aqui pra vocês os números da violência em Salvador e região metropolitana. Do dia 1º de maio até o dia 9, foram registrados 45 assassinatos e repara, 7 assassinatos só ontem, além disso, 4 tentativas de homicídio. Esse número já é maior do que comparado com o mesmo período do ano passado e o que chama a atenção é exatamente isso, que é época de isolamento. Mas a violência continua e esses números aí de assassinatos, tentativa de homicídio, crescendo desse jeito.

-Apresentadora Jéssica Senra- Vamos pedir, inclusive, a produção tentar contato com as forças de segurança pra tentar entender o crescimento desses números, o que está acontecendo, né? A gente precisa entender o que está acontecendo aqui na nossa Bahia. E, entre essas mortes, tem a morte de uma jovem de 21 anos que foi assassinada a tiros ontem no bairro da Engomadeira, aqui em Salvador. A família aponta o namorado como suspeito do crime.

-Repórter Georgina Maynard- Emanuelle Natália Santos do Rosário tinha 21 anos. Emanuelle foi morta na manhã de sexta-feira no bairro Engomadeira. De acordo com os familiares, ela passou a noite com o namorado ao amanhecer foi agredida chegou a ser levada para o hospital, mas não resistiu. Os familiares dela acusam o namorado de ter cometido o crime. Emanuelle era

mãe de uma criança de dois anos. Amigos e parentes ainda tentam entender como o crime aconteceu.

-Tainara Santos- Quando a gente recebeu já foi a notícia do desastre, não fomos avisados, assim de brigas constantes, nada disso. Só aqueles ciumezinhos que passava, e tudo ficava bem. Em apenas de quatro a cinco meses ninguém esperava uma barbaridade dessa.

-Repórter Georgina Maynard- A mãe da jovem conversou com a nossa equipe. Segundo ela, o relacionamento começou há cinco meses e, aos poucos, o namorado foi ganhando a confiança da família.

-Rafaele Oliveira- Tá dizendo que foi traição, não foi traição. Não foi traição, minha filha não saía de casa, minha filha tava dentro de casa.

-Repórter Georgina Maynard- Ela faz um apelo e pede para o crime ser investigado.

-Rafaele Oliveira- É tudo que eu preciso para consolar meu coração. Pelo menos eu saber que ele pra pagar pelo crime que ele cometeu. Se ele não sair fazendo isso com outras pessoas, que outras mães tá sofrendo que eu tô sofrendo.

-Apresentadora Jéssica Senra- Quantas mães estão sofrendo com isso, né? A gente tem um índice altíssimo de violência contra a mulher. Em nota, a polícia civil disse que a segunda delegacia de homicídios investiga o caso. Disse ainda que, segundo informações preliminares, o namorado é realmente o suspeito do crime. E ainda ontem, uma outra mulher foi morta aqui na capital. Segundo a polícia, Laís Factum, do Amparo, de 27 anos, foi morta dentro de casa, ali no bairro de Tancredo Neves. O principal suspeito do crime é o companheiro dela, que fugiu de casa depois desse assassinato. A violência contra a mulher é um tema que preocupa todos os dias do ano e, com a pandemia, houve um aumento da violência doméstica. Não só aqui no Brasil, mas em todo o mundo. Segundo dados da ONU e da OMS, na França, o registro de casos de violência doméstica aumentou em 30% com o decreto da quarentena. Na Argentina, 25%. Nas Chinas, denúncias triplicaram. Por isso, a ONU e a OMS pedem que governos tratem o tema como prioridade, mantendo ativos os serviços de proteção à mulher, aumentando o investimento em serviços online, declarando abrigos como serviços essenciais e oferecendo suporte às ONGs locais de combate à violência doméstica. A gente reforça esse pedido. A Prefeituras da Bahia e também ao governo do Estado.

Reportagem 4

Título da reportagem: Violência contra mulher cresce na BA; jovem relata ter sido assediada por motorista de

app

Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8561220/>

Duração: 3:20

Data de exibição: 18 05 2020

Autor (a) da matéria: Adriana Oliveira

Formato da matéria: Notícia

Nomes: Vítima não identificada, Carine Santana e Jennifer Nascimento

Idade: 28, 23 e 20

Crime: Assédio sexual, e Femicídio

Profissão: --

A vítima era branca, preta, parda, amarela ou indígena? Branca e preta

Onde ocorreu o crime?

Local: Salvador

Qual foi a motivação para o crime: --

Quem praticou o crime? Motorista de Uber, e ex-namorados

A foto da vítima foi exibida na matéria? Sim

A foto do companheiro/ suspeito foi exibida na matéria? Não

A profissão do companheiro/suspeito foi mencionada? --

Quais foram as fontes mencionadas na matéria? Vítima, familiares e polícia.

Transcrição

-Apresentadora Jéssica Senra- Infelizmente casos de violência contra mulher também continuam sendo registrados aqui na capital. Nesse fim de semana duas jovens foram mortas. Uma outra diz que foi assediada por um motorista de aplicativo. Ela pegou o carro para ir ao hospital porque estava com fortes dores na barriga, mas a viagem parecia que não ia acabar nunca.

-Repórter Adriana Oliveira - A corrida era entre a federação e o hospital da mulher nos mares. A viagem começou meia-noite e trinta e dois. O trajeto, que tinha previsão de 15 minutos, se transformou em quatro horas de violência para estudante de medicina veterinária.

-Vítima- Senhor, não é por aqui. O senhor está indo por onde? Eu não tô entendendo que lugar estamos... Ele "Não, por aqui é melhor". Aí ele começou falar. " Ah, você é muito bonita. " Perguntou, "Você tem namorado? Quantos anos você tem? Você mora sozinha?". Aí ele começou a tentar me agarrar, tentar me beijar, ficou me tocando, tentou me puxar para cima dele, tanto que deixou meus braços roxos.

-Repórter Adriana Oliveira - Só quando a estudante de 28 anos disse que estagiava na PM, o motorista de aplicativo levou para o hospital. O crime foi na semana passada.

-Vítima- Eu espero que a Uber se responsabilize pelos motoristas que eles contratam. Eu poderia ter morrido, poderia ter acontecido coisas piores comigo.

-Repórter Adriana Oliveira - No último final de semana, duas jovens foram mortas. Carine Santana, de 23 anos, foi assassinada em Ilha Amarela. O ex-companheiro é suspeito do crime, segundo a polícia. A morte de Jennifer Nascimento, de 20 anos, no bairro de Cidade Nova, também está sendo investigada.

-Antônio Oliveira- Ela estava em uma festa, né? Aí chegou de carro, aí eu estava sentado no sofá, ouvi a zoadada do disparo, de arma de fogo. Aí falou que eu ainda saí para dar socorro a ela ainda, entendeu? Aí só vi só isso mesmo aí e minha mãe desesperada na porta de casa.

-Repórter Adriana Oliveira - Aqui na Bahia, os casos de violência contra a mulher aumentaram muito agora, durante o isolamento. Em março, o Disque 180 recebeu 95 denúncias. Só nas primeiras três semanas de abril, foram 146, um aumento de 54%. Para a estudante que diz ter sido vítima de estupro e teve o celular roubado por um motorista de aplicativo, a impunidade não pode ser mais um motivo de dor.

-Vítima- Mesmo morrendo de medo de fazer a denúncia, eu fiz pensando em outras pessoas que poderia ocorrer isso também. Eu fiquei tão nervosa, com tanto medo, com tanto trauma, que eu acredito que esse nervoso todo desencadeou uma crise ainda pior de endometriose, de dor crônica.

-Apresentadora Jéssica Senra- Ser mulher é estar em risco o tempo inteiro, assédio, estupro, agressões, morte. A gente entrou em contato com a empresa Uber, mas não tivemos resposta até o momento. Essa jovem segue internada com dores. Ela seria ouvida pela polícia hoje, mas o depoimento vai ser adiado. As mortes de Jennifer e Carine estão sendo investigadas pela polícia. Até agora, ninguém foi preso.

APÊNDICE D – REPORTAGENS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – JUNHO DE 2020

Reportagem 1

Título da reportagem: Após denúncia no BMD, mulheres relatam dificuldade em prestar queixa em delegacia

Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8599763/>

Duração: 7:07

Data de exibição: 03 06 2020

Autor (a) da matéria: Vanderson Nascimento

Formato da matéria: Reportagem ao vivo

Nomes: Priscila Melo, Vítima não identificada,

Idade: --

Crime: Violência doméstica

Profissão: --

A vítima era branca, preta, parda, amarela ou indígena?

Branca e Parda

Onde ocorreu o crime? Casa

Local: Lauro de Freitas e Salvador

Qual foi a motivação para o crime: --

Quem praticou o crime? Ex- companheiros

A foto da vítima foi exibida na matéria? Sim

A foto do companheiro/ suspeito foi exibida na matéria? Não

A profissão do companheiro/suspeito foi mencionada? Não

Quais foram as fontes mencionadas na matéria? Vítimas, Polícia, Defensora Pública

Transcrição

-Apresentadora Jéssica Senra- Depois que a gente mostrou ontem a queixa de mulheres que estão enfrentando dificuldades para ser atendidas em delegacias, sobretudo delegacias especiais de atendimento à mulher, nós recebemos mais reclamações. Eu vou chamar Vanderson ao nascimento porque a gente sabe que esse é um momento delicado com a pandemia, muitas mulheres estão aflitas, muitas que ficam confinadas com os seus agressores e precisam de um suporte. Vanderson, boa tarde.

-Repórter Vanderson Nascimento- Olá, Jéssica, boa tarde para você, tudo bem? Boa tarde para todo mundo acompanhando a gente, acompanhando agora o Bahia Meio-Dia. Pois é, viu, Jéssica, mostramos ontem aqui em nosso telejornal a procura de mulheres, uma mulher que tentava dar uma queixa na delegacia e acabou não conseguindo, na DEAM de Brotas, de Piripiri, e depois nossa redação recebeu muitas ligações de outras mulheres passando pela mesma situação e também preocupadas. Por exemplo, agora vamos conhecer a Priscila mesmo, a Priscila Mello, ela já tem medida protetiva contra o ex-companheiro, mas já está acabando e ela está preocupada em renovar essa medida. Acompanhe o que ela disse para a gente.

-Priscila Mello- Eu fui agredida em fevereiro de 2019, eu estava gestante na época. E eu fui na DEAM lá de Brotas para poder dar queixa, a DEAM não aceitou, falou que teria que dar queixa na cidade onde eu fui agredida. Como eu fui agredida em Lauro, eu dei queixa lá na 27ª de Tinga. E aí eu estou com medida protetiva contra o meu ex-companheiro, minha filha já nasceu, só que até hoje... A delegacia perdeu o meu BO, eu já tenho quase um ano e meio nessa situação, e com a pandemia se agravou mais ainda, piorou. Então a gente se sente exausta, a gente se sente desacreditada do poder público porque está complicado.

-Repórter Vanderson Nascimento- Olha, no caso dela, ela procurou a delegacia em fevereiro, antes dessa pandemia toda, ainda assim não conseguiu prestar queixa, foi orientada a procurar uma outra delegacia, a gente sabe que o correto é que qualquer delegacia deve receber a reclamação. Eu conversei também, viu Jéssica, com uma outra mulher também vítima de agressão, ela procurou a delegacia, mas não conseguiu dar queixa e está muito preocupada com a situação dela. Está sendo ameaçada, já foi agredida pelo ex-marido muitas vezes, teve o portão arrombado. O depoimento dela é muito forte, gente, acompanhem comigo.

-Vítima- Eu convivi com uma pessoa 15 anos... debaixo de pancada, ameaças e outras e outras coisas. Eu fui na delegacia na Deam em Camaçari e não deu jeito, fui na delegacia em Monte Gordo e não dei jeito... eu hoje vivo presa dentro de casa, com um pau por dentro do portão, e com medo, não estou dormido, meu psicológico tá abalado, choro o tempo todo, lembro das pancadas que ele me dava. Ele quis me matar de martelo, eu vejo martelo na minha cara, facão, tudo isso... então a justiça tem que parar e ouvir mais as mulheres... não é chegar e mandar de delegacia em delegacia e não dar nada.

-Repórter Vanderson Nascimento- Tá então, depois a mulher também vítima de agressão, que procurou a delegacia para dar queixa, não conseguiu, foi na DEAM de Camaçari, depois foi na delegacia de Monte Gordo e não conseguiu dar queixa sobre o ex-marido, foi agredida há muitos anos, decidiu dar basta nisso e agora, como ela disse, precisa ser ouvida, precisa do apoio da justiça para ter mais tranquilidade. Ela me contou, viu, Jéssica, que está à base de remédios controlados, não consegue dormir, está presa dentro de casa, a gente sabe que está todo mundo na pandemia. Mas uma questão está em isolamento social para evitar o vírus, outra questão está presa dentro de casa, como essa mulher, com medo de morrer e ela disse que precisa do apoio da justiça para isso. Dá para ver fotos, né? A gente mostrou fotos das agressões, de martelo, facão, tudo que ela sofreu, agressão, ela chorou muito conversando com a gente, né, desesperada, claro, e não dá para nem mostrar tudo do que ela falou comigo aqui mais cedo, conversando com ela. Eu conversei também, Jéssica, com a... Isso é bem importante para vocês mulheres que estão acompanhando agora o Bahia Meio Dia. É bem importante, que eu conversei com a Defensora Pública, Lívia Almeida, e tem um detalhe bem importante que ela vai falar agora, que dá para pedir medida protetiva agora sem precisar dar queixa. A Defensoria Pública está recebendo reclamações das mulheres que não conseguem o atendimento e tomou essa medida, então presta bem atenção agora no que diz a Defensora Pública, Lívia Almeida.

-Lívia Almeida- No dia 25 de março, a gente oficiou a Secretaria de Segurança Pública, a Delegacia Geral da Polícia Civil, solicitando acesso à Delegacia digital para as Mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Eu acho que isso né? A gente acredita que isso é uma medida que vai evitar... Vai melhorar o atendimento. As mulheres vão ter o seu atendimento realizado de forma mais eficaz. Além disso elas não vão se expor ao risco, vai proteger as profissionais da delegacia, os profissionais da delegacia, que também estão expostos ao risco de contaminação. É um momento de isolamento, é um momento de evitar ao máximo a aglomeração de pessoas, então a gente faz um apelo à Secretaria de Segurança Pública, a Delegacia Geral da Polícia Civil, para que coloque em prática o mais rápido possível essa ferramenta da Delegacia Digital.

-Repórter Vanderson Nascimento- Olha, e para você, mulher, que está passando por qualquer tipo de problema, que não pode ir numa delegacia nesse momento, quer ligar diretamente para a Defensoria Pública, através da Defensoria Pública consegue... a Defensora me disse por telefone que as juízas e juízes estão mais sensíveis a essa situação nesse momento, sabe que a pandemia agravou muito mais essa situação e também o acesso às

delegacias. Ela disse que basta ligar. Coloca na tela. E você pode anotar, o número é simples, 129, número 129, segunda a sexta, esse número funciona de segunda a sexta, das oito e meia da manhã às duas e meia da tarde, número 129, se liga para a Defensoria Pública do Estado. Mulher que está sofrendo agressão, ameaças, qualquer tipo de agressão e ameaça contra a mulher, a Defensoria Pública está pronta para atender e ajudar a entrar com o pedido de medida protetiva, mesmo sem a queixa na delegacia, a gente sabe que dá importância da queixa na delegacia, mas nesse momento pelo número 129. Só para terminar, tem outro número também, que funciona final de semana e feriado, que é o 71, esse número é só para Salvador, 9913-9108, 71-9993-9108, final de semana e feriado funciona. A Polícia Civil diz para a gente, em nota, que as delegacias continuam funcionando interruptamente, que está funcionando normalmente, mas que está com o quadro reduzido. Diante de policiais que estão afastados por serem no grupo de risco ou então estão com a doença e que vai apurar esses casos que mostramos agora aqui no Bahia no meio-dia, viu, Jéssica?

-Apresentadora Jéssica Senra- Obrigada, Vanderson, outras ferramentas aí para vítimas de agressão. E também é importante que a gente traga uma informação para que as mulheres podem procurar diretamente o Ministério Público. O Ministério Público da Bahia tem um grupo especial de atuação especial em defesa da mulher, que é o GEDEM, e pode acolher diretamente, se não conseguir falar na delegacia ou não precisa ir nem direto para a delegacia, vai direto no Ministério Público, procura o GEDEM que fica ali em Nazaré e registra ali essa ocorrência, tá certo? Obrigada, Vanderson, pelas informações.

Reportagem 2

Título da reportagem: Dois bandidos invadem boate e mulher é assassinada na cidade de Jequié

Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8624060/>

Duração: 1:36

Data de exibição: 13 06 2020

Autor (a) da matéria: David Fortunato

Formato da matéria: Notícia

Nome: Girlani de Jesus

Idade: 32 anos

Crime: Femicídio

Profissão: Gerente em um clube

A vítima era branca, preta, parda, amarela ou indígena? --

Onde ocorreu o crime? Boate/Clube

Local: Jequié

Qual foi a motivação para o crime: --

Quem praticou o crime? Dois homens

A foto da vítima foi exibida na matéria? Não

A foto do companheiro/ suspeito foi exibida na matéria? Não

A profissão do companheiro/suspeito foi mencionada? Não

Quais foram as fontes mencionadas na matéria? Polícia

Transcrição

-Apresentador Ricardo Ishmael- agora falar de outro assunto, falar da violência. Quero chamar David Fortunato, direto de Vitória da Conquista, porque dois homens invadiram uma casa e mataram uma mulher em Jequié, lá no Sudoeste. David, você tem informações também de uma pessoa que está internada em estado grave.

-David Fortunato- Pois é, Ricardo. Foi um crime, né? Aconteceu ontem à tarde em Jequié, em uma casa noturna no bairro chamado Fazenda Velha, lá em Jequié. A gente conseguiu aí vídeos com a polícia, né? Nossa produção conseguiu vídeos da situação. Olha o que aconteceu. Dois homens chegaram em uma motocicleta, eles não tiraram capacete em momento algum e eles se dividiram. Um deles foi até a gerência e o outro foi até a piscina. Afinal, essa casa noturna é também um tipo de clube, né? E o pessoal estava aproveitando durante a tarde, durante a tarde ensolarada de ontem em Jequié. E aí um deles atirou em uma mulher, a gerente, o nome dela é Girlani de Jesus, de 32 anos. Segundo a polícia, ela morreu no local, infelizmente foi baleada várias vezes. E um dos funcionários pulou dentro da piscina para poder fugir aí da pessoa que chegou armada, né? O suspeito atirou várias vezes na piscina, acabou atingindo o rapaz de 26 anos. Ele foi encaminhado ao Hospital Prado Valadares, em Jequié. A gente entrou em contato com o hospital para poder saber o estado, a gente sabe que o estado dele é grave, mas a gente não sabe como é que ele está agora. A polícia ainda não sabe qual a motivação do crime aí, porque que eles atiraram na gerente de 32 anos, ela que morreu no local e também atiraram nesse rapaz de 26 anos. E os dois fugiram, até agora a polícia não sabe para onde. Por enquanto é isso, volto com você Ricardo, boa tarde.

-Apresentador Ricardo Ishmael- Obrigado, David Fortunato, com as informações diretas de Vitória da Conquista.

Reportagem 3

Título da reportagem: Violência contra mulher- moradora de Parapitanga denuncia ex-companheiro por agressão

Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8640067/>

Duração: 03:51

Data de exibição: 20 06 2020

Autor (a) da matéria: Vanderson Nascimento

Formato da matéria: Reportagem

Nome: Silvia

Idade: --

Crime: Tentativa de Femicídio

Profissão: --

A vítima era branca, preta, parda, amarela ou indígena?

Branca

Onde ocorreu o crime? Casa

Local: Paripiranga

Qual foi a motivação para o crime: --

Quem praticou o crime? Ex- Companheiro

A foto da vítima foi exibida na matéria? Sim

A foto do companheiro/ suspeito foi exibida na matéria? Não

A profissão do companheiro/suspeito foi mencionada? Não

Quais foram as fontes mencionadas na matéria? Vítima e Polícia.

Transcrição

-Apresentadora Camila Marinho- Vamos conversar agora com Vanderson Nascimento, que traz uma denúncia de violência contra a mulher na cidade de Paripiranga, aqui no interior do estado. Oi Vanderson, boa tarde pra você.

-Repórter Vanderson Nascimento- Oi Camila, boa tarde pra você, tudo bem? Boa tarde pra todo mundo em casa, acompanhando agora o Bahia ao meio dia. Pois é, situação bem complicada hein Camila, foi aqui em Paripiranga, há mais ou menos 400 quilômetros de Salvador, se infelizmente é uma realidade. Durante essa pandemia, só em abril mesmo, em todo o país, o aumento de denúncias de violência contra a mulher foi de 35%, segundo o Ministério da Mulher e Direitos Humanos da Família. Aqui, só na Bahia, esse aumento foi maior ainda, 54%. A Dona Silvia, que a gente vai conhecer agora, foi uma dessas vítimas, ela tem 46 anos, foi agredida pelo atual companheiro dela. Olha, ficou bastante machucada e ela contou para gente que só não foi morta, porque mesmo bem ensanguentada, tem fotos fortes que claro, não pode mostrar, em respeito a ela e a todo mundo que tá acompanhando a gente, conseguiu fechar a porta. Acompanhe o que disse a Dona Silvia pra mim.

-Silvia - Eu estava em casa, meu marido me chamou, era por volta das sete horas da noite, quando tudo aconteceu. Ele me chamou Silvia, Silvia, três vezes, eu abri a porta e fui surpreendida com uma paulada na minha cabeça, onde eu fechei a porta rápido, ele tentou mas eu consegui fechar, coloquei o pau na porta. Logo em seguida, fiquei ensanguentada dentro de casa, peguei o celular no chão, me debatendo no chão, rodando pelo chão para não morrer. Toda ensanguentada, o sangue descendo todo, que teve dois cortes profundos na cabeça. Pedi socorro pelo celular, logo em seguida chegou a polícia. No outro dia, eu fui para a delegacia prestar o BO, até o momento, só foi tomada uma medida protetiva. Porque só foi tomada uma medida protetiva com Silvia da Saúde? Foi relatado que de três anos pra cá, ele vem me agredindo, de seis meses pra cá, começou a me agredir muito mais. Sempre me ameaçando de morte, que ia me matar, que eu ia morrer, muito agressivo comigo. Foi relatado tudo, as autoridades que tiver me ouvindo, me ajudam e me dê socorro por mim e por todas as mulheres. Eu não tenho medo não, eu tô aqui lutando por mim e por todas as mulheres, mostrei o meu rosto, olha aqui o meu rosto, mostrei o meu rosto, pra lutar por mim e por todas as mulheres, justiça, eu quero justiça.

-Repórter Vanderson Nascimento- Tá aí depoimento forte de Dona Silvia, né, depois de sofrer essa agressão pedindo por justiça. Nós também, claro, entramos em contato com a Polícia Civil pra saber como é que tava a investigação e porque não aconteceu ainda a prisão desse suspeito. A polícia disse pra gente e nota, que o fato está sendo apurado pela delegacia lá de

Paripiranga. Algumas pessoas já foram ouvidas e o suspeito da agressão prestará novo depoimento, ainda em nota, a Polícia Civil disse que a justiça concedeu medida protetiva à vítima, como ela já falou na entrevista. E a unidade policial aguarda o resultado dos laudos periciais pra condução do inquérito, disse então aí a Polícia Civil pra gente. Viu? Camila, infelizmente, é uma triste realidade que vem aumentando durante essa pandemia e serve de alerta pra você, mulher, que tá acompanhando a gente, aliás, pra todo mundo. Porque aquela história, briga de marido e mulher se mete a colher sim, o número é o 180, um oito zero, liga de qualquer lugar pra denunciar violência contra a mulher, viu, Camila? É com você.

-Apresentadora Camila Marinho- Muito obrigada, Vanderson. E parabéns à Silvia pela coragem de mostrar o rosto e de expor essa situação, pra encorajar outras mulheres que estejam passando por essa situação. Importantíssimo que as autoridades policiais cumpram aí, façam valer os direitos, enfim, resolver essa situação pra que não fique mais um caso impune. Obrigada, Vanderson.